



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

MARIA DA GLÓRIA PEREIRA

**NEODESENVOLVIMENTISMO NA AMAZÔNIA E A POLÍTICA DE TRABALHO,  
EMPREGO E RENDA NO ESTADO DO PARÁ: ELEMENTOS PARA REFLEXÕES**

BELEM

2012

MARIA DA GLÓRIA PEREIRA

**NEODESENVOLVIMENTISMO NA AMAZÔNIA E A POLÍTICA DE TRABALHO,  
EMPREGO E RENDA NO ESTADO DO PARÁ: ELEMENTOS PARA REFLEXÕES**

Dissertação apresentada ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social, pela Universidade Federal do Pará, sob a orientação da profª. Dra. Vera Lúcia Batista Gomes.

BELÉM  
2012

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

Pereira, Maria da Glória, 1974

Neodesenvolvimentismo na Amazônia e a política de trabalho, emprego e renda no estado do Pará: elementos para reflexões / Maria da Glória Pereira— 2012.

Orientadora: Vera Lúcia Batista Gomes

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Belém, 2012.

1. Política de trabalho – Pará. 2. Desenvolvimento econômico - Amazônia. 3. Política governamental - Pará. I. Título.

CDD - 23. ed. 331.11098115

MARIA DA GLÓRIA PEREIRA

**NEODESENVOLVIMENTISMO NA AMAZÔNIA E A POLÍTICA DE TRABALHO,  
EMPREGO E RENDA NO ESTADO DO PARÁ: ELEMENTOS PARA REFLEXÕES**

Dissertação apresentada ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social, pela Universidade Federal do Pará, sob a orientação da prof<sup>a</sup>. Dra. Vera Lúcia Batista Gomes.

Aprovado em: 30 de Agosto de 2012.

Conceito: \_\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA:

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vera Lúcia Batista Gomes - UFPA**  
Orientadora

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Antonia Cardoso Nascimento - UFPA**  
Examinadora interna

---

**Andréa Bittencourt Pires Chaves – UFPA**  
Examinadora externa

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ângela Santana do Amaral - UFPE**  
Examinadora externa (suplente)

*A minha Mãe Paula Pereira  
Como declaração de amor e admiração pela  
mulher que me inspirou a ser quem sou.*

## AGRADECIMENTOS

Às minhas filhas, Elem Pereira e Kelem Pereira, pelo amor incondicional nos momentos de riso e de choro. Amo vocês!

Ao Alesson Melo, que entrou em minha vida no final de todo esse processo. Agradeço pelo carinho, amor e dedicação!

À Família de minhas irmãs, Dinalva, Creuza, Risalva, Rosa Maria e Maria Rosa, e de meus irmãos, Paulo e Antônio, tenho uma imensa gratidão por todo o apoio e carinho que vocês me dedicaram e me fizeram chegar até aqui.

Aos meus amigos e amigas de toda vida: Leide Santos, Leila Garcia, Zé Filho, Socorro Cordeiro, Luiz Otávio, João Edinelson, Alcilene Ademir Garcia. Obrigada!

À Nadia Charchar e família, pelo apoio e pelo carinho. Você tem toda a minha admiração!

Aos amigos da DECOSOL/SETER, Adriana, Elcio, Sheila, Benedita e, especialmente, Elione Borges e Amada, pelo total apoio a este estudo.

Aos profissionais administrativos pelo apoio, em especial Helder, Rayan, Allan e Núbia. Obrigada!

Aos professores da UFPA, Nádia Fialho, Vera Gomes, Antonia Nascimento, Adriana e Joana Valente; e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFPE do projeto PROCAD: Ana Elizabete Mota, Ângela Amaral e Anita, em fim, a todos que dividiram comigo seu conhecimento e me estimularam a buscar sempre mais. Muito obrigada!

Às colegas do mestrado em Serviço Social, turma de 2010, pelos dois anos de convivência. Obrigada pelo apoio e pela confiança.

À Nadia Fialho, Marilene Santos e ao Denison Santos, colegas do projeto PROCAD, em Recife/2010. Obrigada pela companhia, apoio e carinho.

À Vera Batista, minha orientadora. Obrigada pelo tanto que me ofereceu!

A complexidade das relações sociais, presentes na constituição e intervenção do Estado, indica que o encaminhamento da ação estatal tanto depende das lutas dos trabalhadores, quanto dos modos de absorção de suas reivindicações pelo capital.

(MOTA, 2000, p. 122)

## RESUMO

O estudo visa a identificar os nexos existentes entre a política de trabalho, emprego e renda no Estado do Pará e as atuais estratégias de desenvolvimento da Amazônia, as quais são fundamentadas na ideologia neodesenvolvimentista. A ênfase encontra-se na análise da referida política e a intensificação das formas contemporâneas de superexploração do trabalho na região, causada, fundamentalmente, pela dependência estrutural imposta às sociedades de capitalismo subdesenvolvido e periférico, em particular aos países que compõe a Amazônia. O foco no Estado do Pará deve-se à notória singularidade deste em ser *lócus* de instalação de grandes projetos de empresas transnacionais, principalmente aquelas ligadas ao setor de mineração e eletricidade, as quais vem sendo incentivadas por meio de políticas governamentais adotadas tanto no período da ideologia desenvolvimentista, quanto na atual fase neodesenvolvimentista. Esta última, fundamenta a execução das políticas de trabalho, emprego e renda, sobretudo no financiamento das políticas ativas direcionadas tanto para formação de capital humano para preencher a necessidade de mão de obra nos referidos projetos, quanto em Programas de Geração de Emprego e Renda como estímulo ao autoemprego. A metodologia foi qualitativa com a utilização de fontes secundárias. Inicialmente realizou-se pesquisa bibliográfica e, posteriormente, foram utilizadas fontes documentais diversas, que incluíram dados de pesquisas institucionais da SETER e de outras instituições. O trabalho possibilitou compreender que os nexos que prendem a política de trabalho, emprego e renda à estratégia neodesenvolvimentista, cumprem o objetivo de garantir legalidade às práticas de superexploração da força de trabalho decorrentes do processo de reestruturação produtiva do capital e da flexibilização das relações de trabalho.

**Palavras-chave:** Trabalho, Desenvolvimento, Superexploração da Força de Trabalho, Amazônia.

## ABSTRACT

The aim of this study is to identify the links between the policy of job, employment and income in Pará State and its current strategies of development for Amazon Region which are based on neo-development ideology. This work also intends to emphasize the analyzes concerned on the policy of job, employment and income in Pará State and the recent growth of labor's overexploitation in the region, caused especially by the structural dependence imposed on underdeveloped capitalist societies such as countries which surround the Amazon Region. The focus on Pará State due to its notable uniqueness to achieve huge projects brought by transnational companies, mainly the mining and electricity ones, which have been encouraged through governmental policies adopted during both the developmentalist stage and neo-developmental phase. The neo-development ideology bases the policies of job, employment and income implementation, encourages as well the finance for training courses targeted to fill the lack of qualified workers for the mentioned projects as the autonomous labor through the Job and Income Supplies Programmes. The methodology was qualitatively using secondary sources. First was held bibliographic research and after used various documentary sources, which included institutional research data, mainly from Seter. The study allowed me to understand that the links that bind the policy on job, employment and income at strategy neo-developmental, comply with objective of ensuring the legality practices of labor's overexploitation, from the process the restructuring of productive capital and the flexibility of labor relations.

**Keywords:** Job, Development, labor's overexploitation, Amazon.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Indicadores Sociais nos países da região da Amazônia em 2011.....	109
Tabela 2 -	Identificação do número da população das principais cidades e do Estado do Pará, no período de 1980 a 1988 .....	121
Tabela 3 -	Emprego formal, segundo atividade econômica, na RMB, no período de 1994-2004 .....	124
Tabela 4 -	Identificação do percentual da população de desocupados no país, na UF e em Belém na faixa etária de 10 anos e mais no período de 1997 a 2001 .....	124
Tabela 5 -	Programa Bolsa Trabalho: Resultados Gerais / Outubro de 2007 a 2010 .....	130
Tabela 6 -	Projetos/Previsão de Mão-de-Obra Necessária: período de 2008 a 2012 / Mantenedoras do PDF-FIEPA .....	132
Tabela 7 -	Qualificação Social e Profissional no Pará / Trabalhadores atendidos Comparativo 2004-2006 / 2007-2009 .....	134
Tabela 8 -	Intermediação de Mão-de-Obra Formal: indicadores de eficácia e efetividade/ valor total e valor médio das variáveis e indicadores no Estado do Pará - 2007/2010 .....	137
Tabela 9 -	Atividades Mais Desenvolvidas /Região Metropolitana /Pará em%: MTE/CAGED/ 2010. ....	138
Tabela 10 -	Principal Forma de Trabalho / Região Metropolitana / Pará em%: MTE/CAGED/ 2010 .....	138
Tabela 11 -	Condição de atividade e de ocupação / Para a região Norte, Amazônia, o Estado do Pará: IBGE- 2010.....	140
Tabela 12 -	Trabalhadores por Conta Própria com Rendimento no trabalho principal na RMB: período 2001 a 2009.....	142
Tabela 13	PDF: Perspectiva para 2010-2014 / Investimento e mão-de-obra necessária no Pará.....	143
Tabela 14	PDF: Perspectiva para 2010-2014 / Perspectiva_2010-2014: Qualificação de mão-de-obra Demanda de cursos.....	144

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADA	Agência do Desenvolvimento da Amazônia
AD	Agentes de Desenvolvimento Social
AIC	Agenda de Implementação Consensual
ALBA	Alternativa Bolivariana para América Latina e Caribe
ALBA-TCP	Alternativa Bolivariana para as Américas - Tratado de Comércio dos Povos
ALCA	Área de Livre Comércio para as Américas
ARA	Articulação Regional Amazônica
ATER	Agências de Trabalho e Emprego
BCE	Banco Central Europeu
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAF	Corporação Andina de Fomento
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAN	Comunidade Andina de Nações
CE	Comissão Europeia
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CODEFAT	Conselho Deliberativo do FAT
CPE	Comissão de Planejamento Econômico
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
DRT	Delegacias Regionais do Trabalho
ENID	Eixos Nacional de Integração e Desenvolvimento
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FBESP	Fundação do Bem Estar Social do Pará
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIEPA	Federação das Indústrias do Estado do Pará
FINAM	Fundo de Investimentos da Amazônia

FMI	Fundo Monetário Internacional
FSP	Foro de São Paulo.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto de Circulação de Mercadorias
IDESP	Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IIRSA	Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
IMAZON	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPAM	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MTIC	Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PAS	Plano Amazônia Sustentável
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PBF	Programa Bolsa Família
PBT	Programa Bolsa Trabalho
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDF	Programa de Desenvolvimento de Fornecedores
PEA	População Economicamente Ativa
PED	Pesquisas de Emprego e Desemprego
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB	Produto Interno Bruto
PIN	Programas de Integração Nacional
PIS	Programa de Integração Social
PLANSINE	Plano de Ação para o Sistema Nacional de Emprego
PNAS	Política Nacional da Assistência Social
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento

PNMPO	Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado
PNQ	Plano Nacional de Qualificação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PPJ	Políticas Públicas de juventude
PROGER	Programas de Geração de Emprego e Renda
PRONAF	Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PSD	Programa do Seguro Desemprego
PT	Partido dos Trabalhadores
RADAM	Radar da Amazônia
RDH	Relatório de Desenvolvimento Humano
RMB	Região Metropolitana de Belém
SEDES	Secretaria de Desenvolvimento e de Assistência Social
SEPOF	Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças
SETEPS	Secretaria de Estado do Trabalho e Promoção Social
SETER	Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SPETR	Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUAS	Sistema Único da Assistência Social
SUDAM	Superintendência da Amazônia
TCP	Tratado de Comércio dos Povos
TEM	Ministério do Trabalho, Emprego e Renda
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRA	Universidade Rural da Amazônia
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNASUL	União Sul-Americana de Nações
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento
VAF	Valor Adicionado Fiscal

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>2</b>	<b>TRABALHO E (SUB)DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA: A PARTICULARIDADE DO ESTADO DO PARÁ.....</b>	<b>20</b>
2.1	NOTAS SOBRE A FORMAÇÃO ECONÔMICA, POLÍTICA E SOCIAL DA AMAZÔNIA E DO ESTADO DO PARÁ.....	28
2.2	A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO X (SUB) DESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA ESTRUTURAL NA AMERICA LATINA.....	35
<b>3</b>	<b>ESTADO E POLÍTICA PÚBLICA NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: NOTAS TEÓRICAS.....</b>	<b>42</b>
3.1	POLÍTICA SOCIAL NO ESTADO CAPITALISTA CONTEMPORÂNEO.....	46
<b>4</b>	<b>DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PUBLICAS DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA NO BRASIL: O DESENVOLVIMENTISMO E SEUS IMPACTOS NA AMAZÔNIA E NO ESTADO DO PARÁ.....</b>	<b>53</b>
4.1	NEOLIBERALISMO E O AUMENTO DA INFORMALIDADE E DA PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES FORMAIS DE TRABALHO NO BRASIL.....	69
<b>5</b>	<b>NEODESENVOLVIMENTISMO E O DEBATE DO CRESCIMENTO ECONÔMICO COM DESENVOLVIMENTO SOCIAL.....</b>	<b>80</b>
5.1	AS ESTRATÉGIAS CONTEMPORÂNEAS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL NA AMÉRICA DO SUL.....	96
5.2	PROJETOS NEODESENVOLVIMENTISTAS NA AMAZÔNIA E NO PARÁ: INICIATIVA PARA A INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA REGIONAL SUL-AMERICANA (IIRSA) E O PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC).....	110
<b>6</b>	<b>FORMAS CONTEMPORÂNEAS DA POLÍTICA PÚBLICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA NO PARÁ: HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO.....</b>	<b>119</b>
6.1	PROGRAMA BOLSA TRABALHO: ESTRATÉGIA NEODESENVOLVIMENTISTA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA NO ESTADO DO PARÁ.....	128
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>147</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>152</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem, pois, como objetivo central identificar os nexos existentes entre política de trabalho, emprego e renda no estado do Pará e as atuais estratégias de desenvolvimento da Amazônia, as quais são fundamentadas na ideologia neodesenvolvimentista.

Dentro dessa perspectiva, considerou-se importante questionar: como a política pública de trabalho, emprego e renda no estado do Pará tem respondido à ideologia neodesenvolvimentista? De que forma essa política se relaciona com as iniciativas econômicas de desenvolvimento na Amazônia, expressas, principalmente, nos planos de infraestrutura para integração nacional, como o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), e para integração ao mercado mundial, como a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA)? Quais os nexos com o processo de intensificação das formas contemporâneas de superexploração da força de trabalho na região?

Para tanto, partiu-se da hipótese que, no Pará, as estratégias de desenvolvimento da Amazônia, adotada pelo Estado brasileiro, conduzem à implantação de políticas de trabalho, emprego e renda voltadas para a reprodução da força de trabalho abundante e de baixa qualificação devido à sua condição de região periférica, exportadora de *commodities*. Tais políticas reforçam e propiciam o sistema de superexploração da força de trabalho, identificadas nas diversas formas contemporâneas de trabalho precário presentes na região. Como resultado, tem-se o conseqüente aumento da pauperização da classe trabalhadora e uma maior valorização do capital.

A investigação tem por referência o método dialético, com base na teoria marxiana, que se contrapõe a uma análise imediata e fragmentada das relações sociais e permite, no movimento da construção do objeto, a apreensão da totalidade dos fenômenos da vida social. Nessa perspectiva, traçou-se um caminho teórico-metodológico cujo objetivo era explicar e se aproximar do objeto por meio de observação atenta do real, que se mostra na forma aparente e de negação da realidade imediata, para, em seguida, pelo pensamento, fazer conexões entre as várias determinações da realidade social.

O interesse em abordar questões relativas ao trabalho e ao desenvolvimento na Amazônia, particularizando o estado do Pará, relaciona-se aos seguintes fatores: (i) ao acúmulo de conhecimentos adquiridos pela experiência profissional da autora como assistente social na gestão do Programa Bolsa Trabalho e na coordenação do núcleo de planejamento da Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda (SETER), desde 2007, período que marca o

processo de criação da referida Secretaria e a consolidação, no plano institucional, da política de trabalho, emprego e renda no estado do Pará; (ii) à participação no grupo de estudos e pesquisas “Serviço Social, Trabalho e Desenvolvimento”, como discente do curso de mestrado em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA); (iii) A participação no projeto de cooperação interinstitucional entre o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFPA e o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFPE-PROCAD, em 2010.

Nesses contextos, foram oportunizados momentos de estudos, reflexões e debates sobre temas relacionados ao objeto de pesquisa, os quais possibilitaram ampliar conhecimentos sobre a realidade estudada. Concretamente, entende-se que se trata de um tema atual e inovador no Estado e relevante para a sociedade paraense, haja vista a inexistência de estudos mais aprofundados sobre a referida Política.

A metodologia da pesquisa foi qualitativa, pois, pela natureza do objeto, havia a necessidade de análises que permitissem a compreensão das relações e dos processos por meio de fontes secundárias. Assim, o percurso metodológico adotado considerou os procedimentos a seguir descritos.

Primeiramente, fez-se a pesquisa bibliográfica, uma modalidade muito particular de pesquisa, em que não se ouvem os sujeitos nem se observam as situações vividas, mas, sim, dialoga-se com os autores por intermédio de seus escritos e de relatórios, dentre outras fontes que se encontram impressas ou disponíveis *on line* (TOZONII-REIS, 2006; CORRÊA, 2011). Na revisão teórica, buscaram-se os autores cuja produção ajudasse na aproximação com o objeto da pesquisa, construindo-se, assim, um quadro de determinações universais e particulares.

Posteriormente, foram utilizados dados secundários, indicativos da realidade regional, recorrendo-se a fontes documentais diversas, que incluíam dados de pesquisas institucionais, principalmente da Secretaria de Trabalho e Promoção Social como o Relatório de gestão Pará do ano de 1984 e da SETER, dentre os quais cito: Relatório de Gestão dos anos 2008 - 2010, projeto do Programa Bolsa Trabalho 2008, e de outras instituições, como a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças (SEPOF) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Considerou-se a escolha da SETER como principal campo de pesquisa documental por ser a instituição que planeja e executa a política de trabalho, emprego e renda no estado do Pará. Como primeiro movimento, realizaram-se reuniões presenciais com os gestores da instituição para apresentação da ideia central da investigação e solicitação do acesso à documentação institucional. De modo geral, houve uma boa acolhida à proposta.

A intenção era acessar os registros escritos, cujos conteúdos expressam as estratégias e ações priorizadas pelo referido órgão, mesmo quando ainda era Secretaria de Estado do Trabalho e Promoção Social (SETEPS), em diferentes contextos históricos, pois, em que pese o recorte da pesquisa ser no período de 2007 a 2010, foi necessário construir referências de outros momentos significativos na história do objeto, com coleta de informações em relatórios e documentos históricos (planejamento, planos estratégicos, estudos e avaliações formais) da fase do desenvolvimentismo e do neoliberalismo.

As dificuldades podem ser apontadas na falta de informações sobre a política de trabalho, emprego e renda desenvolvida no estado do Pará entre as décadas de 1950 a 1980, inclusive na SETER, órgão responsável pela organização dos documentos institucionais da antiga SETEPS relacionados à área do trabalho. Outro aspecto é que, em relação à quantidade e qualidade, os documentos encontrados em outros órgãos nem sempre correspondiam às demandas da pesquisa.

Sem pretender, no entanto, esgotar as várias reflexões acerca do objeto de estudo, o trabalho encontra-se estruturado em quatro partes.

Na primeira, apresenta-se uma reflexão sobre trabalho e (sub) desenvolvimento na Amazônia e no estado do Pará, tendo por base a formação social, econômica e política da região e o modelo de desenvolvimento decorrente das contradições estabelecidas entre a relação capital/trabalho na região, fatores esses determinantes do processo que marca a condição de dependência e subordinação da América Latina aos países centrais do capitalismo. Particularmente da condição de dependência e subordinação dos países que compõe a região amazônica: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, além de áreas da Guiana Francesa (CARNEIRO FILHO, 2009). Com efeito, as estratégias imperialistas adotadas para a Amazônia reforçam a tese de que a superexploração da força de trabalho é a base estrutural que demarca a condição dependente de um país, elevada a níveis sem precedentes na atual etapa especulativa do capital.

Na segunda parte, para melhor compreensão do objeto de estudo, foram efetuadas algumas reflexões teóricas sobre o Estado e a política pública no capitalismo contemporâneo, intentando-se compreender o Estado sob o movimento das correlações de forças entre capital e trabalho, que, no atual momento, encontra-se sob o domínio da classe burguesa, a qual busca manter o Estado e seus aparelhos privados de hegemonia a fim de garantir a reprodução do capital e o enfraquecimento da classe trabalhadora. A análise destacou, ainda, a incorporação e a generalização, na última década do século XIX e nas primeiras décadas do século passado, da Política Social pelos Estados Unidos e por países da Europa, cujas

legislações e medidas de proteção social, em consequência do acirramento das lutas de classes provocadas pelo aumento do desemprego e da pauperização da classe trabalhadora, foram direcionadas para o controle do conjunto dessa classe e para o atendimento das várias expressões da “questão social”<sup>1</sup>, tais como: acidentes de trabalho, cobertura à velhice, invalidez e dependentes, doença e maternidade, alargando-se os abonos para os familiares e, ainda, o seguro obrigatório ou seguro desemprego (BEHRING; BOSCHETTI, 2007; SANTOS, 1987).

Na terceira parte, seguindo-se um percurso histórico, foi efetuada uma análise sobre desenvolvimento e políticas públicas de trabalho, emprego e renda no Brasil, desde o período desenvolvimentista até a adoção do ideário neodesenvolvimentista e seus impactos na Amazônia e no Estado do Pará. Foi destacado que as formas contemporâneas de superexploração da força de trabalho introduzido e/ou ocasionado pelas corporações transnacionais determina a intervenção do Estado nas relações trabalhistas, tanto na política ideológica desenvolvimentista quanto na era neoliberal com o atual enfoque da ideologia neodesenvolvimentista.

Na quarta parte, realizou-se uma análise sobre os principais projetos neodesenvolvimentista que atuam na região Amazônia e no estado do Pará, com destaque para a União Sul-Americana de Nações (UNASUL), a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), na Amazônia, e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no Pará. Por fim, foram analisados os nexos que prendem as formas contemporâneas da Política Pública de Trabalho e Emprego e Renda no Pará à ideologia do neodesenvolvimentismo, tomando-se como base os relatórios e os documentos oficiais da SETEPS e da SETER, principalmente, aqueles relacionados ao planejamento, aos planos estratégicos, aos estudos e às avaliações formais institucionais.

À guisa de conclusão deste estudo, destaca-se que os referidos projetos neodesenvolvimentistas propostos para a América Latina, em especial para os países que compõe a Amazônia, particularmente o estado do Pará, longe de confrontarem a ordem global, aumentam o comprometimento dos países desse continente com o padrão de acumulação capitalista contemporâneo, com base na mundialização do capital.

No caso específico do estado do Pará, constatou-se a sua ocupação econômica predatória, como ocorre em parte do território amazônico, por meio da exploração de suas

---

<sup>1</sup> Conforme esclarece Paulo Netto (2001, p. 43), “Foi a partir da perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como “questão social”. O uso da expressão “questão social” se faz, também aqui, com as aspas acrescentadas por Netto para indicar a sua apropriação pelo ideário burguês. E, apesar dessa apropriação, no sentido de sua mistificação, aqui se refere ao pauperismo absoluto dos trabalhadores assalariados.

fontes estratégicas de matéria-prima (minerais, florestais agropecuários e agroindustriais) para o beneficiamento dos grandes grupos econômicos, uma vez que favorece a implantação de grandes projetos agroindustriais, mínero-metalúrgicos na Amazônia e o processo de intensificação das formas de superexploração do trabalho na região.

Avançar para um projeto societário requer, entre outros caminhos, compreender que a defesa dos projetos de cunho neodesenvolvimentistas inseridos na política de trabalho, emprego e renda no estado do Pará, longe de atingir sua ideologia apologética de crescimento econômico com desenvolvimento social e de construir uma sociedade igualitária, reforça e projeta o sistema de superexploração da força de trabalho por meio dos mecanismos da lei de valorização do capital e conduz o aumento da pauperização da classe trabalhadora.

Além disso, impõe-se, particularmente aos pesquisadores e profissionais que lidam diretamente com essas políticas, como os Assistentes Sociais, o desafio de intensificar debates que identifiquem as controvérsias das políticas neodesenvolvimentistas e de apoiar estratégias de integração regional, de estímulo às reformas sociais, de projetos antineoliberais/anti-imperialistas e de questionamento sobre a superexploração do trabalho nos marcos do capitalismo, como é o caso da Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA).

## 2 TRABALHO E (SUB)DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA: A PARTICULARIDADE DO ESTADO DO PARÁ

Ao se analisar a formação econômica, política e social da região amazônica, tornaram-se evidentes as contradições sociais decorrentes da relação capital-trabalho na região, pois o trabalho, segundo Marx (*apud* LUKÁCS,1979), é formador de valores-de-uso, enquanto trabalho útil é uma condição de existência do homem. Independente de todas as formas de sociedade, o trabalho tem, como função, ser mediador, ser o intercambio orgânico do homem com a natureza, ou seja, ser a vida dos homens. Ao produzir os meios para a satisfação de suas necessidades através do trabalho<sup>2</sup>, o homem não garante apenas sua sobrevivência física, mas também sua particularização como ser social diante de outros entes.

Ao produzirem os seus meios de subsistência, os homens produzem indiretamente sua própria vida material. [...] Aquilo que eles são coincide, portanto, com a sua produção, *com o que* produzem e também *com o como* produzem. Aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção (MARX; ENGELS, 2009, p. 24-25).

Embora o trabalho seja a forma mais elementar das objetivações, posto que há várias outras objetivações que não se reduzem ao trabalho, tais como a estética, a ciência, a arte, a vida cotidiana, a linguagem, a moral, os elementos culturais, que permitem a sociabilidade humana, conforme Lukács (1979), a *práxis* constitui o conjunto dessas objetivações.

O trabalho, portanto, em termos ontológicos, é fundamento do ser social, da relação homem e natureza, e não um fato exterior a ele. Também não é movido por sentimentos individualizados, ideológicos ou religiosos, independentes entre si. Ele é “o conjunto de atributos e das possibilidades da sociedade, e esta é a totalidade das relações nas quais os homens estão em integração” (PAULO NETTO, 2007, p. 45). Assim, o desenvolvimento das relações materiais implica a transformação da realidade pelo sujeito social.

O conjunto das objetivações do ser social (*práxis*) é, contudo, reduzido ao trabalho assalariado na sociedade burguesa, pois, de acordo com Marx (1986), é com surgimento do modo de produção capitalista que o trabalho atinge sua forma mais nefasta de exploração do homem, à medida que, além de separar os indivíduos de suas condições objetivas de trabalho e de não alterar as condições de vida destes, coloca a força de trabalho do homem como apenas um dos elementos das forças produtivas, desassociada dos meios de produção (terra e matérias-primas e instrumentos de trabalho). Em outras palavras, o capital se apropria da

---

<sup>2</sup> Para Marx e Engels (2009, p. 24), “o primeiro ato histórico desses indivíduos pelo qual se distinguem dos animais não é o de pensarem, mas o de começarem a produzir os seus meios de subsistência”.

força de trabalho do indivíduo em troca de sua sobrevivência e reprodução, assim como se apropria da terra, do solo e da máquina com o objetivo de acumular riquezas:

[...] Para o capital, o trabalhador não constitui uma condição de produção, mas apenas o trabalho o é. Se este pode ser executado pela maquinaria, ou mesmo, pela água ou pelo ar, tanto melhor. [...] E o capital se apropria não do trabalhador, mas de seu trabalho – e não diretamente, mas por meio de troca (MARX, 1986, p. 93).

Para a classe burguesa, entretanto, principal mercadoria é aquela que, ao ser explorada, possui capacidade de criar valores acima daqueles necessários à sua reprodução, gerando, portanto, um excedente, ou a mais-valia, a força de trabalho, entendida por Marx (2010, p. 197), como o “conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie”. A expropriação violenta dos meios de produção dos trabalhadores fez com que restasse a estes apenas a força de trabalho. Esta só pode aparecer no mercado como mercadoria, à medida que é colocada à venda por seu próprio possuidor.

Como na sociedade capitalista, segundo a teoria marxiana, a inserção dos cidadãos no processo de produção está condicionada à propriedade de mercadorias, os proprietários donos dos meios de produção e das riquezas geradas inserem-se de forma dominante, e aqueles que só têm a força de trabalho entram nessa relação de forma subalternizada, pois são obrigados a oferecer-se como mercadoria e vender sua força de trabalho a fim de receber um salário que venha a garantir sua subsistência.

Essa relação evidencia a unidade contraditória da sociedade capitalista – capital x trabalho – em que o trabalho aparece na figura do trabalhador (assalariado) e o capital na figura do proprietário. Em outras palavras, não existe capital sem trabalho assalariado e não existe trabalho assalariado sem capital, um não existe sem o outro. O trabalho, na sociedade burguesa, ainda segundo Marx (1986, p. 148), é trabalho alienado, na medida em que “o trabalhador se torna tão mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria”.

Portanto, é a condição proletária e o assalariamento que definem o caráter produtivo do trabalho e do trabalhador. Assim sendo, a exploração do trabalho assalariado pelos detentores dos meios de produção origina as contradições sociais inerentes ao sistema capitalista, pois aumenta, de um lado, a riqueza dos donos do capital e, de outro, a pauperização da classe trabalhadora:

O capital não produz, portanto, apenas capital; produz também uma massa operária crescente, a única substancia graças à qual pode funcionar como capital adicional. De modo que não é apenas o trabalho que, em antítese consigo mesmo e numa escala cada vez mais ampla, produz as condições de trabalho enquanto capital; também o capital produz numa escala cada vez maior os assalariados de que tem necessidade. O trabalho produz as suas condições de produção enquanto capital, o capital produz trabalho enquanto trabalho assalariado, como meio de realização enquanto capital (...) na mesma medida em que, com o modo de produção capitalista, se desenvolve a força produtiva social do trabalho, cresce também perante o operário a riqueza acumulada (...); perante ele expande-se o mundo da riqueza como um mundo alheio que o domina; e na mesma proporção se desenvolve a sua pobreza (MARX, 2004, p. 134-135).

Ainda segundo a teoria marxiana, a extração de mais-valia do trabalhador, em sua forma relativa e absoluta, é uma imposição intrínseca à sobrevivência do próprio regime e realizada por meio da subsunção do trabalho ao capital, ou seja, do quanto a classe operária é totalmente absorvida e igualmente constituída pelo capital dentro do próprio processo de produção a fim de criar mais-valia para o capitalista. Marx associa a subsunção formal à mais-valia absoluta e a subsunção real à mais-valia relativa do trabalho ao capital.

Assim, a extração de mais-valia relativa ocorre por meio da subordinação direta dos trabalhadores aos capitalistas, quando estes passam, na condição de proprietários, a controlar o tempo e as condições de trabalho daqueles, que foram reduzidos à condição de proletários. Do curso desse movimento de acumulação propiciada pela subordinação formal decorre a extração da mais-valia relativa, realizada por meio da subsunção real do trabalho ao capital, que se concretiza pelo trabalho em grande escala, e da aplicação da ciência e da tecnologia.

Atualmente, organização do capital produtivo, mercantil e financeiro, que impulsiona sua valorização em escala global, ocasionou o aumento dos desequilíbrios e a crise financeira iniciada nos Estados Unidos na última década do século XXI (CHESNAIS, 2007). Segundo o referido autor, as causas dessa última crise se explicam pelo fato de o funcionamento da economia mundial, desde o início dos anos 2000, ter se baseado em dois pilares: o regime de crescimento guiado pela dívida, adotado pelos Estados Unidos e pela Europa, e o regime de crescimento orientado por exportações globais, que encontra na China sua principal base industrial. O Brasil, a Argentina e a Indonésia são os provedores-chave de recursos naturais<sup>3</sup>.

A transformação da China, após sua plena integração à economia mundial na OMC, em “fábrica do mundo”, e da Índia, em país de relocação das atividades de serviços de

<sup>3</sup> Para o economista François Chesnais (2007), o momento atual constitui-se um novo episódio na crise mundial, que, iniciada há cinco anos, teve seu ponto crítico em setembro de 2008, com a quebra do “*Lehmann Brothers*”, e não tem um final à vista. Essa crise foi prenunciada pela crise asiática de 1997-1998 e, no campo das finanças, pela quase quebra do “*Long Term Capital Management*”, no início da crise financeira russa. Eventos-chave nos anos 2000 e 2001 lançaram as bases para a eclosão da crise: o “*Crash*” da Nasdaq, a resposta norte-americana ao 11 de Setembro, as guerras no Iraque e no Afeganistão, muito custosas política e financeiramente, e a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (Entrevista Folha de São Paulo 5/08/2011). Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/especial/2011/criseeconomica/>>. Acesso em: 10 mar. 2012.

informática e de produção de *softwares*, teve também efeitos diretos sobre a classe operária, uma vez que o aumento da competição estabelecida entre os trabalhadores, decorrente do excesso estrutural de força de trabalho gerado pela economia mundial liberalizada e desregulamentada, permite que as empresas façam incidir sobre essa classe o ajuste essencial às novas condições de concorrência, pressionando, portanto, os salários para baixo (CHENAIS, 2007).

Para Marx (2010), o baixo custo da força de trabalho implica o aumento de sua exploração, isto é, a extração mais-valia, uma vez que a concorrência que se estabelece entre os trabalhadores viabiliza aos capitalistas reduzirem o preço do trabalho (mão de obra). Conseqüentemente, promove a dilatação do tempo de trabalho. O próprio Marx (2010, p. 609) advertia ser o trabalho não pago o segredo da valorização do capital: “toda mais-valia, qualquer que seja a forma na qual se cristalice, a de lucro, juros, renda etc., é, por sua substância, materialização do trabalho não-pago”.

Em síntese, pode-se indicar que a atual conjuntura do ajuste neoliberal do Pós-Consenso de Washington acentua a tendência do capital em épocas de crise, qual seja: a destruição do trabalho e/ou um incremento da extração de mais-valia pela capacidade de auto-expansão ou valorização do capital, o que coloca em evidência a hegemonia do capital sobre o trabalho excedente.

Baseados na racionalidade burguesa de que as conquistas do movimento sindical – especialmente as ações direcionadas à política de proteção social da classe trabalhadora e ao atendimento de suas demandas salariais – aumentam os gastos públicos e reduzem as taxas de lucro, ocasionando o movimento da crise, os neoliberais defendem reformas estruturais que eliminem as barreiras para o crescimento econômico e exigem dos governos nacionais o corte dos gastos sociais, a flexibilização dos direitos do trabalho e o ajuste à fase da acumulação flexível<sup>4</sup>.

As recentes medidas neoliberais para recuperação da crise econômica da Grécia, conhecidas como "troika", exemplificam essa afirmativa. Tais medidas, exigidas pelo grupo de entidades credoras – Fundo Monetário Internacional (FMI), Comissão Europeia (CE) e Banco Central Europeu (BCE) – estão contidas no “Plano de Austeridade” e preveem um novo plano de cortes, reformas na previdência, demissões de trabalhadores e diminuição de salários. Em termos gerais, entre outros itens, estão previstos: corte de 1,5% do PIB nacional

---

<sup>4</sup> Para HARVEY (1993, p. 140-141) a acumulação flexível se apóia “na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial tecnológica organizacional”.

em gastos públicos, durante o ano de 2012 ; redução dos salários mais altos nas empresas públicas e a imediata privatização destas ; rebaixamento de 20% a 25% do salário mínimo (32% para os jovens de menos de 25 anos), elevação da jornada de trabalho para 40 horas semanais e corte de 20% das aposentadorias<sup>5</sup>.

A prática neoliberal demonstra que a ofensiva do capital contra o trabalho, operado pelas grandes corporações transnacionais com o apoio do Estado, realiza-se com base na intensificação do trabalho, na flexibilização, na estagnação dos salários e na precarização da força de trabalho, fatores que resultam na subtração de direitos sociais dos trabalhadores e, também, no aumento de demissões, ampliando-se a massa excedente e mundializada do exército de reserva, com conseqüente aumento da pauperização da classe trabalhadora.

De fato, os planos de ajustes neoliberais representam um forte impacto no mundo do trabalho, pois ampliam as formas de subsunção do trabalho ao capital e desterritorializam a superexploração da força de trabalho, a qual deixa de ser uma característica exclusiva dos países de economias periféricas e dependente, fazendo-se presente também nos países de economias centrais.

De acordo com o relatório 2012 “Tendências Mundiais de Emprego”, da Organização Internacional do trabalho (OIT), a taxa de desemprego chega a 8,5% nos países centrais; a 7,2% na América Latina e no Caribe; a 4,1% na Ásia Oriental (incluindo a China); a 4,7% no Sudeste Asiático; a 3,8% no sul da Ásia (incluindo a Índia); a 10,2% no Oriente Médio; a 10,9% no norte da África; e a 8,8% na África Subsaariana.

Na definição de Marini (2000a), a superexploração da força de trabalho se caracteriza pelos mecanismos de intensificação dos processos de extração da mais-valia, nas suas formas absoluta e relativa combinadas, por meio da prolongação da jornada de trabalho e da expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho.

Nessa pesquisa, o conceito de superexploração da força de trabalho é compreendido não só no âmbito do trabalho formal ou contratual, mas também na modalidade do trabalho informal que se realiza no interior da produção capitalista, isto é, o trabalho desprovido de regulamentação, com redução de direitos, que concentra a maior parte de trabalho precarizado ou trabalho atípico. Para Vasapollo (2006, p. 49), o trabalho atípico é definido como:

uma prestação de serviços cuja característica fundamental é a falta ou a insuficiência de tutela formativa ou contratual. No trabalho atípico são incluídas todas as formas

---

<sup>5</sup> Para mais informações sobre o Plano de Austeridade na Grécia, consultar Folha de São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1109491-grecia-pede-mais-dois-anos-para-cumprir-metas-de-austeridade.shtml>> Acesso em: 05 jul. 2012.

de prestação de serviços, diferentes do modo padrão, ou seja, do trabalho efetivo, com garantias formais e contratuais, por tempo indeterminado ou *full-time*.

A informalização do trabalho, apesar de ocultar as diferentes formas de superexploração da força de trabalho na relação capital-trabalho, não deixa de contribuir para aumentar a mais-valia do capital (TAVARES, 2010). O trabalho precário, segundo Barbosa (2007), faz oposição ao emprego assalariado formalmente contratado, protegido por lei ou por negociações coletivas. É realizado em tempo parcial do dia, da semana e do mês, possui extensas jornadas de trabalho, pagamento por produção e serviço, caracterizando-se pela ausência de direitos sociais, tais como: garantias legais de estabilidade, proteção contra dispensa, carga horária definida, férias, seguridade social, seguro-desemprego e aposentadoria.

Os efeitos da crise financeira mundial sobre o trabalho aprofundaram o caráter antagônico do processo de produção capitalista em escala internacional, uma vez que o capital precisa manter uma superpopulação relativa e uma força de trabalho disponível às necessidades de expansão do capital, tendo consequência imediata no aumento do pauperismo da classe trabalhadora. Sobre esse assunto, o relatório da OIT (2012) informa que, no âmbito mundial, um em cada três trabalhadores encontra-se desempregado ou vive na pobreza. Em 2001, quase 30% de todos os trabalhadores no mundo viviam com suas famílias abaixo da linha de pobreza. Desse total, cerca da metade vivia abaixo da linha da pobreza extrema, que é de 160 dólares/mês, com 1,25 dólar por dia<sup>6</sup>.

Como se pode ver, o aumento da pauperização dos trabalhadores em escala internacional retrata o movimento destrutivo da última crise econômica do capital sobre o trabalho e acentua as desigualdades sociais nas sociedades desenvolvidas, que são reforçadas e projetadas em uma escala superior nas sociedades de capitalismo dependente e periférico.

De acordo com o “Relatório de Desenvolvimento Humano - 2011”, divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), os Estados Unidos, a Nova Zelândia, o Canadá, a Irlanda, a Liechtenstein, a Alemanha e a Suécia completam os 10 países que estão no topo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Entretanto, quando o índice é ajustado para as desigualdades internas em saúde, educação e renda, algumas das nações mais ricas do mundo abandonam os 20 primeiros lugares no IDH. É o caso dos Estados Unidos, que saiu do 4º para o 23º lugar, da Coreia do Sul, que saiu do 15º para o 32º, e de Israel, que passou do 17º para o 25º lugar no ranking.

---

<sup>6</sup> A taxa utilizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) para medir a pobreza absoluta refere-se ao rendimento médio domiciliar *per capita* de até meio salário mínimo mensal e, no caso da taxa de pobreza extrema, refere-se ao rendimento médio domiciliar *per capita* de até um quarto de salário mínimo mensal.

O relatório observa que a distribuição de renda piorou na maioria das regiões do mundo, sendo a América Latina a região que apresenta maior desigualdade em termos de renda, apesar de vários países, incluindo Brasil e Chile, estarem diminuindo as diferenças internas. Ainda assim, o Brasil é um dos países com maior desigualdade em distribuição de renda no mundo. De acordo com o relatório 2011 da Articulação Regional Amazônica (ARA), o país apresentava 42% da população abaixo da linha da pobreza e 17% abaixo da linha de pobreza extrema.

Quanto à desigualdade de renda, medida pelo Índice de GINI<sup>7</sup>, o estudo da ARA registra que o Brasil possui o segundo pior índice de desigualdade de renda (0,53), ao lado do Suriname (0,53), enquanto países como Peru e Venezuela apresentam os melhores resultados (0,37 e 0,41 respectivamente). O relatório identifica a Venezuela como a única a alcançar a meta de redução da pobreza extrema.

A racionalidade burguesa, amparada nos princípios ideológicos do novo-desenvolvimentismo, atribui o pauperismo da classe trabalhadora e a desigualdade social às possíveis “falhas” do mercado e faz acreditar que seu “enfrentamento” se dá por meio da intensificação da intervenção estatal.

Para Castelo (2008), o novo-desenvolvimentismo mantém os princípios neoliberais do primeiro Consenso de Washington e os complementa nos princípios políticos ideológicos do chamado Pós-Consenso, que prevê maior intervenção nas expressões da “questão social” nos países periféricos, com medidas que reforçam as capacidades institucionais do Estado com vistas a atingir sua ideologia apologética de crescimento econômico e desenvolvimento social e de construção de uma sociedade igualitária.

Conforme Castel (2007), a ideologia do crescimento econômico não reduz a desigualdade. Para tanto, são necessárias políticas públicas voltadas para os extratos sociais miseráveis, propostas de desenvolvimento baseadas no investimento em “capital humano”, reformas tributária, previdenciária e trabalhista e ampliação do microcrédito.

Os nexos que prendem a Amazônia e o estado do Pará às contradições sociais decorrentes da relação capital/trabalho estão relacionados à sua inserção subordinada ao modo de produção do sistema capitalista. Com efeito, a ocupação do território da Amazônia tem pelo menos duas particularidades em relação a outras regiões do Brasil: (i) ocupação incorporada pelo sistema produtivo, que seleciona o espaço com potencialidades minerais,

---

<sup>7</sup> De acordo com a definição do IBGE, o Índice de GINI expressa o grau de concentração na distribuição do rendimento da população, sendo utilizado para medir a distribuição de renda de um país. É um índice que toma valores de ranque (0-1) em que o valor (0) corresponde à igualdade absoluta e o valor (1) à desigualdade absoluta. Quanto mais baixo o coeficiente, melhor a distribuição de renda.

florestais, agropecuárias e agroindustriais como território prioritário para a expansão internacional do capital por oferecer matérias-primas para as atividades produtivas a baixo custo; (ii) ocupação agregada à política ideológica desenvolvimentista e neo-desenvolvimentista imposta pelo grande capital, com apoio do Estado, nos planos de integração, controle, segurança nacional e infraestrutura que, em geral, contribuem para reproduzir força de trabalho abundante e de baixa qualificação para ocupar os postos de trabalho gerados pelo processo de crescimento econômico do país.

É nesta perspectiva que se compreende a ação imperialista nos países da América Latina (particularmente os que fazem parte da região amazônica) inseridos na dinâmica capitalista de dominação e dependência entre nações. Na Amazônia brasileira, a apropriação da força de trabalho pelos grupos capitalistas instalados, desde a fase colonial até a fase contemporânea, tem resultado em índices alarmantes de miséria e de desigualdade social.

Para o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia- Imazon (2010), a Amazônia ainda tem alguns dos piores indicadores de desenvolvimento do país. Em 1990, 48% de sua população viviam em situação de pobreza. Após quase 20 anos, em 2009, o percentual apresentado era de 42%. O Pará, segundo dados do IBGE (2010), possui baixo índice de desenvolvimento econômico, com IDH de 0,72%, assumindo a 15ª posição no país, com elevada desigualdade regional. Relativamente à desigualdade de renda, o Pará é o segundo estado com a pior distribuição de renda do país, registrando o índice Gini de 0,18. O primeiro pior índice pertence ao Estado de Roraima, que registra 0,19 pontos<sup>8</sup> (BRASIL, 2010).

Este quadro torna-se mais explícito quando se analisam as estratégias de ocupação e de desenvolvimento impostas para a Amazônia e o Pará, cujo objetivo principal tem sido, historicamente, o controle do capital sobre as fontes estratégicas de matérias-primas para as economias centrais, o que reforça a tendência de participação dessa região na divisão internacional do trabalho por meio da reprimarização da economia, determinando as formas de trabalho e o tipo de força de trabalho na região. Com efeito, agravam-se, ainda mais, as contradições sociais decorrentes da relação capital-trabalho.

A complexidade em que se expressam as relações econômicas, políticas e sociais nessa região está relacionada ao movimento dialético dos processos contraditórios da relação capital/trabalho, em conexão com o (sub) desenvolvimento do capitalismo imposto aos países dependentes e periféricos da América Latina.

---

<sup>8</sup> O levantamento teve por base os censos demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010 realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para medir a desigualdade foi utilizado o índice Gini, que varia de 0 a 1. Quanto mais baixo o coeficiente, melhor a distribuição de renda (Fonte: jornal O Globo, 23/07/2010).

## 2.1 NOTAS SOBRE A FORMAÇÃO ECONÔMICA, POLÍTICA E SOCIAL DA AMAZÔNIA E DO ESTADO DO PARÁ

A questão que se coloca como central, na análise da trajetória histórica da formação econômica, política e social da região, são as contradições sociais, que estão impregnadas no modelo de desenvolvimento imposto para a Amazônia e estado do Pará. Assim sendo, torna-se fundamental: (i) desmitificar a ideia de que a Amazônia, em particular a Amazônia Legal<sup>9</sup>, não possuía qualquer organização social antes da era colonial; e (ii) reafirmar que a condição de dependência e de (sub) desenvolvimento da Amazônia resulta das estratégias de dominação em escala global na busca pelo controle do capital sobre as fontes de matérias-primas e de força de trabalho de baixo custo.

Segundo Souza (2001), antes da ocupação pelos europeus, havia, na Amazônia, uma sociedade formada por comunidades populosas, com mais de mil habitantes. Essas comunidades, sedentárias e fabricantes de cerâmica, possuíam técnicas sofisticadas de guerra, estrutura religiosa hierárquica e divindades simbolizadas por ídolos, que eram mantidos em templos, guardados por sacerdotes responsáveis pelo culto. Possuíam, ainda, uma economia especializada em pesca, caça, cultivo de plantas e criação de animais, com produção de excedente e com trabalho baseado num sistema de protoclasses sociais. Nas palavras do autor,

Os primeiros amazônidas experimentaram um grande desenvolvimento por volta de 2.000 a.C., transformando-se em sociedades hierarquizadas, densamente povoadas [...]. Os tuxauas de Santarém, Os tuxauas de Marajó, de Tupinabarana [...] com suas cidades de vinte mil e cinqüenta mil habitantes recebiam tributos de seus súditos e dispunham de numerosas força de trabalho (SOUZA, 2001, p. 21).

A forma de vida e de trabalho da população amazônida começa a mudar no século XVI, com a dinâmica de posse e de exploração do território amazônico pelos europeus, fatores que, segundo Silva (2004, p. 26) “se configuram num verdadeiro ‘loteamento’, palavra esta que diz muito sobre o clima de disputa mercantil e da corrida colonial na conquista e colonização da Amazônia”.

A destruição da sociedade amazônica foi favorecida pela aliança da Coroa com a Igreja Católica, que vinha perdendo poder desde a Reforma Protestante e precisava ampliar seus domínios e aumentar suas riquezas. Outros fatores que concorrem para essa destruição

<sup>9</sup> A Amazônia Legal, estabelecida no artigo 2 da lei nº 5.173, de outubro de 1966, abrange os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, parte do Maranhão e cinco municípios de Goiás. Ela representa 59% do território brasileiro, distribuído por 775 municípios, onde viviam em 2000, segundo o Censo Demográfico, 20,3 milhões de pessoas (12,32% da população nacional), sendo que 68,9% desse contingente em zona urbana (IBGE, 2010).

foi o avanço da ciência em invenções como a pólvora, a imprensa, o papel, a bússola, a rosa-ventos e a Caravela, instrumentos que tiveram grande utilidade nas ocupações das novas terras pelos europeus.

Segundo Meirelles Filho (2004, p. 57), “os portugueses souberam manipular o cristianismo como uma ideologia do mercantilismo”. Essa estratégia possibilitou o projeto da ocupação do território, o domínio das fontes de recursos naturais e a exploração da força de trabalho indígena na região amazônica. O objetivo era o acúmulo de riquezas por meio do abastecimento das populações da metrópole através das exportações de especiarias, tais como a pimenta, o cravo, a canela e a noz-moscada, que possuíam alto valor na conservação de alimentos da época, além do cacau, do gengibre, da salsa e do tabaco. Para tal, a Coroa precisava de força de trabalho.

O sucesso do projeto de ocupação e exploração da Coroa Portuguesa dependia da disponibilidade de força de trabalho, o qual não poderia ser executado pelo homem europeu. Tem-se, então o início da captura da única força de trabalho disponível na nova terra: os índios. Os obstáculos da floresta e o particular conhecimento desta pelos povos indígenas dificultavam a captura de escravos. Desta forma, várias estratégias foram adotadas pelos europeus, dentre as quais a manipulação dos conflitos intertribais, conforme refere Monteiro (1995, p. 33):

Na medida em que o escambo se mostrou um modo pouco eficaz para atender às necessidades básicas dos europeus, estes procuraram reformular a base da economia colonial através da apropriação direta da mão-de-obra indígena, sobretudo na forma da escravidão. Inicialmente, a aquisição de escravos permanecia subordinada à configuração das relações intertribais. Contudo, com a presença crescente de europeus, as guerras intertribais passaram a adquirir características de "saltos", promovidos com o objetivo de cativar escravos para as empresas coloniais.

A população indígena escravizada não perdia apenas a liberdade, mas também o seu intercâmbio orgânico com a natureza, sua relação com a terra, seu modo de pescar, caçar, plantar e colher com o uso sustentável do meio ambiente. A caça aos índios pelos colonos portugueses significou uma ação genocida e etnocida de várias tribos, e os que foram capturados e sobreviveram foram escravizados com o propósito de serem aculturados pelos hábitos do trabalho europeu e pela incorporação da religião do branco pelas Ordens Religiosas da Igreja Católica. A intenção era torná-los “flexíveis” às necessidades da Colônia.

Outra estratégia adotada pelos portugueses para “cativar” os índios foi a transformação das tribos indígenas “menos hostis” em “aliadas”, as quais eram usadas como mão de obra no aldeamento e nas práticas de guerras contra algumas nações europeias. Foi com o apoio

desses “aliados” que os portugueses conseguiram expulsar as últimas tropas de ingleses, irlandeses e holandeses da região, tornando-se “[...] os ocupantes indisputáveis da Amazônia, consolidando a sua presença com a criação, em 21 de março de 1624, dos Estados do Maranhão e Grão Pará” (SOUZA, 2001, p. 48).

As formas de resistência das tribos indígenas se davam pela guerra, pelo suicídio e pela fuga. Em combate, caíam frente à superioridade de extermínio dos europeus. Assim, à vida simples das aldeias seguiram-se diversos massacres, levando grupos étnicos inteiros à extinção. Aqueles que escapavam aos arcabuzes sucumbiam sob a contaminação de sarampo, catapora, gripe, tuberculose e doenças venéreas. Para exemplificar a dominação portuguesa sobre os povos indígenas, Souza (2001, p. 55) cita um escrito do jesuíta João Daniel sobre a matança dos povos indígenas:

[...] só desde o ano de 1615 até 1652, como refere o mesmo Padre Vieira, tinham morto os portugueses com morte violenta para cima de dois milhões de índios, fora os que cada um chacinava às escondidas. Deste cômputo se pode inferir quão inumeráveis eram os índios, quão numerosas as suas povoações, e quão juntas as suas aldeias, de que agora apenas se acham as relíquias. E se os curiosos leitores perguntam: como se matavam tão livremente, e com tal excesso os índios? Podem ver a resposta nos autores que falam nesta matéria. Eu só direi, que havia tanta facilidade nos brancos em matar índios, como em matar mosquitos, com a circunstância de que estavam em tal desamparo e consternação os tapuias, que tudo tinham contra si, de sorte, que chegando os brancos a alguma sua povoação, faziam deles quanto queriam; e se eles estimulados o matavam, era já caso de arrancamento, e bastante para se mandar logo contra eles uma escolta, que a ferro e fogo tudo consumia.

Em outras regiões do Brasil, de acordo com Furtado (2000), devido ao sucesso da plantação canavieira no ciclo açucareiro e ao desenvolvimento das forças produtivas, aumentava a carência por força de trabalho que substituísse a mão de obra indígena<sup>10</sup> e respondesse às necessidades do processo de acumulação de riqueza gerada pelas grandes empresas de engenho de açúcar. Para o autor, o problema de escassez da força de trabalho em outras regiões do Brasil, na década de 1570, foi solucionado com o comércio internacional de escravos trazidos da Costa da África.

Na sociedade amazônica, de acordo com Souza (2001, p.136) as tentativas incipientes de criar uma agroindústria de açúcar falharam solenemente. Mas serviram para trazer as primeiras levas de negros africanos. “Entre 1755 e 1815, pelo menos 50 mil escravos foram desembarcados no porto de Belém”. Ainda segundo o autor, apesar de o europeu considerar a

<sup>10</sup> Fator também importante para os colonos colocarem em segundo plano a escravidão indígena relacionava-se ao extermínio da população indígena pela catástrofe demográfica. Tal acontecimento é registrado por Prado Júnior (2006). Os índios foram vítimas de doenças, como sarampo, varíola, gripe, para as quais não possuíam defesa biológica. De acordo com o autor, as duas ondas epidêmicas que ocorreram entre 1562 e 1563, mataram mais de 60.000 índios.

força de trabalho africana superior à do indígena, as dificuldades financeiras de importação dessa mão de obra para a região, contribuíram para que o índio se tornasse o escravo da sociedade colonial na Amazônia.

O resultado do projeto de ocupação e exploração portuguesa no território amazônico, segundo pesquisa de Meireles Filho (2004, p. 11), é o massacre de mais de 96% da população original da região, “a maioria sucumbe no primeiro choque durante o século XVI e XVII<sup>11</sup>. Os que sobreviveram se refugiaram em locais inacessíveis e se tornaram base dos que são hoje considerados “*cabocos*”<sup>12</sup>.

Assim, a característica da sociedade amazônica, particularmente a paraense, vai se redesenhando no mosaico de etnias presentes na região. A síntese produzida pelo historiador Raiol (1970) esboça um quadro referente à distribuição populacional amazônica na época regencial e apresenta características da formação social da Amazônia nessa época:

Em 1833, calculava-se a população livre do Pará em 119.877 habitantes, inclusive 32.751 índios; e a escrava em 29.977. Não entraram neste cálculo os mestiços descendentes da raça branca cruzada com a indígena e africana, os quais deviam atingir a soma muito mais elevada que a dos índios e africanos referidos (...). Nas Cenas da Vida Amazônica, (...) o Sr. José Veríssimo sustenta ainda hoje que os mestiços formam mais de duas têrças partes da população paraense; e tratando do cruzamento de raças nas regiões amazônicas, faz interessantes considerações sobre os tapuios, curibocos, mamelucos, mulatos, carafuzes e outras castas que nascem do entrelaçamento dêstes entre si (RAIOL, 1970, p. 806).

Assim, além da formação social da Amazônia ter característica escravocrata e agrária, é também híbrida, gerada pela miscelânea das etnias que atuaram como sujeitos na história dessa região. Tal é a característica da formação social brasileira, que Prado Júnior (2006, p.107) denomina de “mestiçagem”. Para ele, a “mestiçagem, signo sob o qual se formou a etnia brasileira, resulta da excepcional capacidade do português em se cruzar com outras raças, [...] é uma resultante do problema sexual da raça dominante, o colono branco”.

A “mestiçagem”, ou a “cabocização”, não altera as estruturas sociais e econômicas regionais, uma vez que o domínio da raça branca prevalece como classe hegemônica, enquanto que o negro e o índio ocuparam escalas inferiores de sociedade, com poucas possibilidades de ascensão social.

<sup>11</sup> Com a implantação do Diretório Pombalino, na segunda metade do século XVIII, tem início a extinção da escravidão indígena na Amazônia, “[...] aplicado, primeiro, ao governo das povoações indígenas do norte e, depois, recomendado como expressão única do comportamento do colonizador em relação aos índios do Brasil, o Diretório foi lei geral até sua extinção pela Carta Régia de 12 de maio de 1798” (ALMEIDA, 1997, p. 152). Dentre as imposições do Diretório, destacam-se o uso da língua portuguesa, a instituição do casamento entre colonos e indígenas e uma imposição do regime de trabalho livre.

<sup>12</sup> De acordo com Meireles Filho (2004), *caboco*, ou *caboclo*, refere-se ao habitante da zona rural. O autor explica que sua origem vem da língua tupi, “Caá-boc”, “aquele que vem do mato”, Caá significa “mato”. Para Souza (2001, p. 77), refere-se ao invólucro biológico que a miscigenação inventou para enfrentar a região considerada insalubre ao homem de raça branca: “o surgimento do caboco é a prova do sucesso da colonização, e sua história é o retrato de como os europeus submeteram os poucos cooperativos indígenas da Amazônia em contraste com os mais facilmente adaptáveis indígenas do México e do Peru”.

O fato de a classe burguesa, no Brasil, aparecer tardiamente relaciona-se “ao crescimento do comércio e, de modo característico, à formação de uma rede de serviços [...] fortemente condicionada ao desenvolvimento urbano” (FERNANDES, 1976, p. 19). Para o autor, a independência criou condições para o desenvolvimento da classe burguesa ao romper com o estatuto colonial, destacando-se, ainda, um tipo clássico de burguês: o que associa poupança e avidez de lucro à propensão de converter em fonte de independência e de poder; nasce, assim, o ‘gênio empresarial’ e o ‘talento organizador’ requeridos pelos grandes empreendimentos econômicos da sociedade atual.

Sob a ótica da Teoria Desenvolvimentista, Bresser (1978) caracteriza a burguesia nacional desse período como “agrário-mercantil”<sup>13</sup>. No entendimento do autor, essa fração da burguesia nacional era quem dominava de forma absoluta por ser aliada do capitalismo internacional e por apropriar-se do excedente através do controle da terra e da exploração da mão de obra barata.

A região da Amazônia segue essa mesma lógica, destacando-se na especialidade econômica baseada no modelo agroexportador devido ao crescente interesse da burguesia internacional, principalmente a partir século XVIII, por suas riquezas naturais, como anil, canela, cravo, madeira e cacau, produtos levados à Portugal e, daí, para Holanda e Inglaterra (MEIRELES FILHO, 2004).

Assim, o interesse econômico e político da burguesia nacional sob a região aceleram o processo de integração política do território amazônico ao Brasil. Fato este que se consolidou quando as forças militares do Império brasileiro forçaram os cabanos a saírem de Belém em 13 de maio de 1835<sup>14</sup>, marcando o fim do domínio português sobre a região.

No final do século XIX e início do século XX, a dinâmica econômica da região estava baseada na exportação da borracha (1850-1910)<sup>15</sup>, insumo básico para a máquina movida à energia, que foi a marca da Revolução Industrial. O interesse do sistema produtivo pela

<sup>13</sup> Bresser (1978, p. 46) caracteriza o papel da burguesia nacional, a partir das “diversas formas históricas sob as quais se revestiu o Estado capitalista dependente no Brasil [...]. De 1808 a 1930, temos o Estado Oligárquico, que corresponde ao plano econômico à divisão internacional do trabalho e ao modelo primário-exportador [...]. De 1930 a 1964 temos o Estado Populista, concomitante com a industrialização substitutiva de importações. A partir de 1964 temos o Estado Tecnoburocrático-capitalista e o respectivo modelo de subdesenvolvimento de industrialização”.

<sup>14</sup> Segundo Meireles Filho (2004, p. 118), a cabanagem é um dos mais importantes movimentos sociais do país. Este movimento nativista é, certamente, o de maior significado para a Amazônia. Entre 1835 e 1840, por cinco anos, resulta na morte de pelo menos 1/5 dos 150 mil habitantes da província do Grão-Pará (Pará) e do Rio Negro (no Amazonas). Para Souza (2001), o movimento que ocorreu na cidade de Belém foi a revolta na qual negros, índios e mestiços se insurgiram contra a elite política e tomaram o poder no Pará. Entre as causas da revolta encontram-se a extrema pobreza das populações ribeirinhas e a irrelevância política à qual a província foi relegada após a independência do Brasil.

<sup>15</sup> De acordo com Oliveira Filho (1987), os primeiros registros sobre a produção brasileira de borracha datam da década de 1820, com a exportação mantendo-se abaixo das 100 toneladas. De 1830 a 1843, a exportação se apresentou instável, chegando, inclusive, a ficar interrompida durante a Cabanagem, mas sempre entre 200 a 300 toneladas. Somente entre 1844 e 1849 é que começaria a sua trajetória ascendente, quando duplicou a produção anterior, passando, assim, a estar na lista das principais exportações da Amazônia (Idem, p. 117-118).

riqueza natural gomífera como matéria-prima para a indústria evidenciou a tendência extrativista da Amazônia e incorporou a região à Divisão Internacional do Trabalho (DIT).

A estrutura organizada pela burguesia nacional para canalizar a riqueza gerada pela economia gomífera (bancos financiadores, casas exportadoras, empresas de transportes) e o apoio do governo, no sentido de diminuir os obstáculos regionais por meio da criação de infraestrutura (p.ex., construção de estradas de ferro) para o escoamento da produção, favoreceram a consolidação de uma burguesia local subserviente, formada por comerciantes, fazendeiros, banqueiros, empresários extrativistas e proprietários em geral, que viviam de intermediar negócios de compra e venda de terras e de mercadorias no mercado local e nacional e de condicionar, como forma de acumulação de riqueza, mecanismos primitivos de exploração da força de trabalho na região.

Com o desenvolvimento acelerado da produtividade gomífera e o crescimento significativo da comercialização do látex, apesar dos obstáculos geopolíticos e de tecnologia de extração precária, ocorre o problema da escassez de força de trabalho para a exploração da borracha. Tal problema foi solucionado com o recrutamento de grandes contingentes de nordestinos para trabalhar como seringueiro, gerando grandes fluxos migratórios para a região amazônica, colocação corroborada pela contribuição de Furtado (2000), quando afirma que, se compararmos a população nos Estados do Pará e Amazonas, segundo os dados dos censos de 1872 e de 1900, observa-se um crescimento de 329.000 para 695.000 habitantes.

Para o autor, além do acréscimo populacional, havia o problema da exploração da força de trabalho desse grande contingente de nordestinos transformados em seringueiros na Amazônia, uma vez que os métodos desenvolvidos na extração da borracha favoreciam um regime de servidão. Nesse contexto, o nordestino

Começa a trabalhar endividado, pois, via de regra, obrigavam-no a reembolsar os gastos com a totalidade ou parte da viagem, instrumentos de trabalho e outras despesas de instalação. Para alimentar-se, dependia do suprimento que, em regime de estrito monopólio, realizava o mesmo empresário com o qual estava endividado e que lhe comprava o produto. As grandes distâncias e a precariedade de sua situação financeira reduziam-no a um regime de servidão [...]. O grande movimento da população nordestina para a Amazônia consiste basicamente num enorme desgaste humano em uma etapa em que o problema fundamental da economia brasileira era aumentar a oferta de mão-de-obra (FURTADO, 2000, p. 140).

O sistema de *aviamento*<sup>16</sup> significou aumento de renda para a classe e frações de classe da burguesia industrial e financeira, para seringalistas e para a burguesia local, uma vez que essa modalidade de financiamento foi, segundo Santos (1980), o embrião de um grande mecanismo que pôs para funcionar toda a economia amazônica da fase da borracha, a qual desempenhava o papel de elemento sustentador e articulador de toda a estrutura social da Amazônia. Essa situação se refletiu de forma visível em Belém do Pará e, claro, também em Manaus, uma vez que, com a economia gomífera, a Amazônia experimentou um surto de modernidade e urbanização, sendo estas, entretanto, subordinadas não às necessidades dos trabalhadores, mas aos interesses das classes burguesas.

Sem se ater às particularidades dessa economia, a base do modelo econômico que evidenciou a tendência extrativista da Amazônia impulsionou a ocupação do território e consolidou o processo de integração da região ao país e ao mundo. Contraditoriamente, esse modelo expôs a região amazônica como espaço de exploração, em condição subordinada e periférica relativamente ao resto do país, além de favorecer a concentração de renda e a acumulação de capital para as classes e frações de classes da burguesia internacional e nacional<sup>17</sup>, reforçada pelo apoio da burguesia local subserviente.

Tal aliança é produtiva tanto para frações da classe burguesa dependente quanto para a grande burguesia capitalista, representada pelas empresas transnacionais, uma vez que, ressaltadas as diferenças de capitais, conseguem extrair mais-valia, beneficiando-se da superexploração do trabalho e das variadas formas predatórias de exploração do meio ambiente por intermédio da constante produção e reprodução da relação capital/trabalho.

O fato é que o processo de alianças das frações da classe burguesa na dinâmica do desenvolvimento do capitalismo nacional e internacional e suas intervenções na Amazônia será intensificado nos períodos do desenvolvimentismo e do neodesenvolvimentismo, “quando se intensificou e consolidou o processo de sua integração física, social e econômica ao resto do país” (LOUREIRO, 2009, p. 39). Essa intervenção tem implicação direta na formação econômica, política e social da Amazônia, particularmente na sociedade paraense.

O enfoque, predominantemente econômico sobre a região, estabelece uma dinâmica duradoura e perversa que converte a evasão e a concentração de renda em traços permanentes na história social da região, além de provocar a dependência da região ao sistema global de

<sup>16</sup> O modelo de *aviamento* misturava escambo e crédito; o isolamento, um vínculo quase exclusivo com o “barracão” devido a intensas atividades produtivas; o sistema de cálculo resultava em extorquir o seringueiro com o máximo de rendimento e o mínimo de pagamento, cujo excedente era compartilhado pela rede de “aviadores” conhecidos como transportadores, governos, entre outros (SANTOS, 1980).

<sup>17</sup> Poulantzas (1980, p. 146), dividia a burguesia, monopolista, em frações de classe: “a burguesia se apresenta sempre como que constitutivamente dividida em frações de classe: capital monopolista e capital não monopolista (pois o capital monopolista não é uma entidade integrada, mas designa um processo contraditório e desigual de “fusão” entre diversas frações do capital), fracionamentos desdobrados se se consideram as atuais coordenadas de internacionalização do capital.

produção e acumulação capitalista e aumentar o pauperismo da classe trabalhadora com o agravamento de situações, tais como pobreza extrema, desemprego e violência.

## 2.2 A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO X (SUB) DESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA ESTRUTURAL NA AMÉRICA LATINA

O lugar ocupado pelos países latinos na DIT – particularmente os que fazem parte da Amazônia, a qual é caracterizada como uma região dependente e periférica dos países capitalistas centrais – tem relação direta com o processo de dominação capitalista na América Latina, desde a forma mais clássica, na era colonial, até sua fase contemporânea. A propósito, a afirmação de que os países da América Latina, particularmente os da Amazônia, possuem como principal característica uma dependência estrutural está relacionada ao fato de que o crescimento econômico e a estrutura socioeconômica desses países e região são determinados, em grande medida, pelas relações comerciais, financeiras e tecnológicas de outros países de economias centrais (GONÇALVES et al., 2008).

Segundo o relatório 2011, "Situação e Perspectivas da Economia Mundial", divulgado pela Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), o Produto Interno Bruto (PIB) da América Latina e do Caribe foi de 4,6%, em 2011. O relatório indica que o crescimento do PIB desses países deve-se, entre outros fatores, ao aumento das taxas de exportações de *commodities* para países da Europa e, principalmente, para os Estados Unidos. O crescimento econômico dos países do continente, entretanto, não alterou o padrão de inserção comercial e financeira na economia global, o qual continua se apresentando de forma periférica e dependente.

A consequência mais negativa desse processo para a classe trabalhadora é dada pela destruição, precarização e eliminação de postos de trabalho, resultando em desemprego estrutural explosivo (ANTUNES, 2005). Segundo dados da OIT (2011), a incorporação da classe trabalhadora na América Latina, particularmente países que compõem a região da Amazônia, é composta por um expressivo contingente de trabalhadores informais e de desempregados. O relatório revela, nos países da América Latina, a persistência de altos índices de desemprego: cerca de 6,8% da população economicamente ativa, ou seja, aproximadamente 15,4 milhões de trabalhadores. Em 2012, segundo projeção da OIT, o índice de desemprego chegará a 7,2%.

Para a população jovem situada na faixa etária entre 15 e 24 anos, o caráter destrutivo do capital sobre o trabalho é avassalador, pois a taxa de desemprego urbano chega a 14,9%, o

que representa mais do dobro da taxa geral e o triplo da dos adultos (5%). Nos países da região Amazônica, a taxa de desemprego de jovens, na referida faixa etária, encontra-se acima da média regional: Brasil (15%), Peru (16%), Uruguai (18%), Venezuela (18,1%) e Colômbia (21,8%), com o índice mais alto de desemprego.

Na América Latina, a destruição do trabalho pode ser confirmada no alto nível de desemprego, no baixo custo da força de trabalho e no aumento do trabalho informal, que se caracteriza, segundo Tavares (2004, p. 15), “pelo aviltamento ainda do trabalho assalariado submetido aos processos de terceirização, e pela ausência dos direitos trabalhistas vigentes em relações de trabalho que têm sido metamorfoseadas em relações mercantis”.

Esta forma de trabalho, ainda segundo o relatório 2011 da OIT, atinge um total de mais de 60% de trabalhadores nos seguintes países da América Latina: Bolívia (69,5%), El Salvador (65,6%), Honduras (76,4%), Nicarágua (65,7%), Paraguai (70,4%) e Peru (70,3%). Em outros nove países o trabalho informal excede o total de 40% do emprego total<sup>18</sup>, mas é inferior a 60% nos seguintes países: Argentina (46,7%), Brasil (42,1%), Colômbia (59,6%), Costa Rica (43,8%), Equador (56,4%), México (54,2%), Panamá (42,7%), República Dominicana (47,9%), Venezuela e República Bolivariana (47,4%). Registra-se que a precariedade das relações de trabalho é ainda maior entre os jovens, pois de cada 10 (dez) jovens ocupados, 06 (seis) estão inseridos no trabalho informal.

Diferente das organizações oficiais que comemoram esses índices como sinal do aumento da taxa de ocupação, os dados acerca do trabalho informal, na América Latina, particularmente nos países da região amazônica, revelam uma intensificação dos processos de extração de mais-valia por meio da superexploração da força de trabalho em suas diversas formas de “flexibilização” do trabalho, caracterizados, principalmente, pelas diferentes expressões de trabalhos precários.

A complexidade dos níveis de destruição do capital sobre o trabalho, expressa nos altos índices de precarização, informalização e nas diferentes formas de superexploração da força de trabalho na América Latina, longe de ser apenas um dado estatístico, leva ao agravamento das expressões da “questão social” com aumento da miséria e da desigualdade social.

A propósito, a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe 2011 (CEPAL) afirma que a pobreza ainda atinge 31,4% da população e a indigência 12,3%. No ano de 2012, o índice de indigência deverá aumentar para 12,8%.

---

<sup>18</sup> Termo usado pela OIT.

Apesar de os Relatórios da CEPAL (2011) registrarem queda das desigualdades na América Latina na primeira metade do século XXI, os países da região continuam apresentando os mais elevados índices de desigualdade de renda no mundo. Em 2010, segundo Gonçalves (2011), 04 (quatro), entre os cinco países com maior desigualdade do mundo, estão na América Latina; 03 (três) destes são da região amazônica (Colômbia, Bolívia, e Brasil). Para o conjunto dos 10 (dez) países mais desiguais no mundo, há 08 (oito) países latino-americanos (Colômbia, Bolívia, Honduras, Brasil, Panamá, Equador, Guatemala e Paraguai)<sup>19</sup>. Estes números conduzem a afirmar que, na região da Amazônia, predominam as piores desigualdades de renda do mundo.

Esse quadro de desigualdade social na América Latina, em particular nos países que compõe a região da Amazônia, garante as condições necessárias para a valorização do capital na região, uma vez que mantém o excedente de trabalhadores à margem do processo de produção, como uma reserva de força de trabalho desvalorizada e disponível para atender à necessidade do processo de acumulação de riquezas do grande capital, definindo a essência da dependência dos países latino-americanos, conforme assinala Marini (2000a, p. 132):

Chamada a coadjuvar a acumulação do capital com base na capacidade produtiva do trabalho nos países centrais, a América Latina teve que fazê-lo mediante uma acumulação fundada na superexploração do trabalhador. Nesta contradição radica-se a essência da dependência latino-americana.

Isso porque, para ampliar suas frentes de valorização, as economias centrais dependem, cada vez mais, da crescente dependência dos países de economia da periferia. Sob essa perspectiva, compreende-se a sistemática das estratégias imperialistas na América Latina, particularmente na região amazônica, e reforça-se a tese de que a superexploração da força de trabalho é a característica estrutural que demarca a condição dependente de um país, condição esta elevada a níveis sem precedentes na atual etapa especulativa do capitalismo.

Segundo Santos (1978), o processo que marca a condição de dependência e de subordinação da América Latina, e de outros países periféricos no atual contexto, é caracterizado por três formas históricas de dependência: a colonial, a financeiro-industrial e a tecnológico-industrial do pós-guerra.

Na primeira, identificada pelo autor como colonial, com tradição na exportação de produtos *in natura*, o capital comercial e financeiro, em aliança com os estados colonialistas,

---

<sup>19</sup> As variáveis para análise são o coeficiente de Gini, que varia de 0 (completa igualdade) a 100 (máxima concentração). Na primeira década do século XXI, o coeficiente médio de Gini para os países da América Latina é de 51,6 enquanto a média mundial é de 39,5. A base de dados tem coeficientes de Gini para meados dos anos 1990 (111 países) e primeira década do século XXI (145 países). Entretanto, somente para 110 países há dados para os dois períodos (GONÇALVES, 2011).

domina as relações entre a Europa e as colônias. Na segunda, identificada como financeiro-industrial e consolidada ao final do século XIX, há o domínio do grande capital nos centros hegemônicos, cuja expansão se deu por meio de investimentos na produção de matérias-primas e em produtos agrícolas para seu próprio consumo.

Na terceira, identificada como tecnológico-industrial do pós-guerra, lideram as empresas multinacionais e transnacionais que investiram na indústria voltada para o mercado interno dos países subdesenvolvidos, forçando-os a importarem, para o desenvolvimento de suas indústrias, maquinaria e matérias-primas, pelas quais pagariam os *royalties* para utilização. Os dois últimos períodos coincidem com a difusão da teoria do desenvolvimento nos Estados Unidos e na Europa, no final da Segunda Guerra Mundial, pela CEPAL.

Para melhor apreensão deste processo, convém uma breve revisão das diferentes correntes das teorias da dependência, sem a pretensão de entrar em um possível debate teórico sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento. Para tanto, foi adotada a classificação de Cardoso e Falleto (2004), em seu estudo “Dependência e desenvolvimento na América Latina”. Segundo os autores, há duas correntes de pensamento que se contrapunham à concepção de desenvolvimento econômico: a dos “estruturalistas”, formada pelos teóricos da CEPAL, entre eles, Raúl Prebisch, Celso Furtado e Aníbal Pinto; e a dos “deterministas”, também chamada de marxista, formada pelos autores de visão crítica da dependência, entre eles, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e André Gunder Frank<sup>20</sup>.

A principal diferença entre as duas correntes encontra-se na base de sustentação teórica e política de superação do subdesenvolvimento: para os estruturalistas tal superação ocorreria com a modernização das condições econômicas, sociais, institucionais e ideológicas do país, nos padrões dos países centrais; para o pensamento crítico, a superação do subdesenvolvimento só ocorreria pela via revolucionária socialista, que romperia com a condição de dependência.

Assim, para a corrente marxista, a dependência é concebida como “uma relação de subordinação entre nações formalmente dependentes, cujo marco, as relações de produção das nações subordinadas, são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI 2000a, p. 109). Sob esta ótica, o conceito de dependência está inserido na subordinação. Essa concepção é compartilhada tanto por Vânia Bambirra (1972) quanto por Theotônio dos Santos (1978) e traz para a análise dois pontos fundamentais: a

---

<sup>20</sup> Segundo Prado e Meirelles (2010b), os autores, Cardoso e Falleto representam a visão estruturalista, apesar de não se colocarem em nenhum grupo de classificação dessa linha de pensamento. Cristóbal Kay (1989) os identifica com a corrente dos “dependentistas reformistas”. Além desses autores, inclui, ainda, Osvaldo Sunkel, Helio Jaguaribe e Aldo Ferrer. A outra corrente identificada pelo referido autor é a “dependentistas marxistas –revolucionários”.

identificação entre dependência e subordinação e sua necessária conexão com a superexploração da força de trabalho como condição de manutenção da relação entre dependência e imperialismo.

A inserção da América Latina na DIT impôs à região a função de fornecedor de matérias-primas e de alimentos no século XIX, conforme visto anteriormente. Com o processo de industrialização das economias latino-americanas, na primeira metade do século XX, foi também acrescentada a esse continente a função de contribuir para a formação de um mercado de matérias-primas industriais, cuja importância crescia em função do próprio desenvolvimento industrial. Não houve, no entanto, alteração do seu aspecto principal: o da superexploração.

Contribui para a manutenção dessa situação a grande disponibilidade da principal mercadoria de todo progresso da acumulação capitalista na região: a força de trabalho. Nestes termos, a “sustentabilidade” do processo de acumulação do capital na região amazônica se dá, principalmente, com a produção contínua da superpopulação relativa. Segundo informações da CEPAL (2011), atualmente mais de 60% da população da América Latina concentra-se nos países que fazem parte da Amazônia, aproximadamente 355.272.000 pessoas (trezentos e cinquenta e cinco milhões e duzentos e setenta e duas mil). Ainda conforme a CEPAL, nestes países, até 2015, a população crescerá em média 1,11% acima da média prevista (1,0%) para toda América Latina.

Todo esse material humano, ao ser utilizado pelos capitalistas como força de trabalho, torna-se uma fonte de valorização do capital, uma vez que “a força de trabalho possui uma qualidade única, um traço que a distingue de todas as outras mercadorias: ela cria valor ao ser utilizada, ela produz mais valor que o necessário para reproduzi-la, ela gera um valor superior ao que custa” (PAULO NETTO; BRAZ, 2008, p. 100).

Com esse entendimento, pode-se inferir que, na América Latina, em particular nos países que compõem Amazônia, a geração do excedente de valor, o lucro capitalista, não se dá por conta da criação de níveis avançados de tecnologia, mas por meio da superexploração da força de trabalho (MARINI, 2000a). O padrão de acumulação da região se baseia, portanto, principalmente no predomínio da extração da mais-valia absoluta, tendência esta que também se estende aos demais países periféricos da América Latina. Marx (2010, p. 578) refere-se a essa questão, como a seguir exposto:

A produção de mais-valia absoluta se realiza com o prolongamento da jornada de trabalho além do ponto do que o trabalhador produz apenas um equivalente ao valor de sua força de trabalho e com a apropriação pelo capital desse trabalho excedente.

Ela constitui o fundamento do sistema capitalista e o ponto de partida da produção da mais-valia relativa. Esta pressupõe que a jornada de trabalho já esteja dividida em duas partes: trabalho necessário e trabalho excedente. Para prolongar o trabalho excedente, encurta-se o trabalho necessário com método que permitem produzir-se em menos tempo o equivalente ao salário. A produção da mais-valia absoluta gira exclusivamente em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais-valia relativa revoluciona totalmente os processos técnicos de trabalho e as combinações sociais.

Sob esse entendimento, deduz-se que a superexploração da força de trabalho só se torna possível pelo grau de dependência e de subordinação real ao capitalismo mundial, principalmente na atual fase desenvolvimento do capitalismo, em que a subsunção real do trabalho ao capital já foi alcançada, ou seja, na fase em que já se desenvolveram todas as forças produtivas sociais do trabalho, graças ao trabalho em grande escala e à aplicação da ciência e da tecnologia à produção imediata, sendo todo este desenvolvimento das forças produtivas empregado pelo capitalista para aumentar a extração da mais-valia absoluta. Nesse sentido, Marini (2000a, p. 113) explica que a participação da América Latina no mercado mundial, mais do que responder às necessidades físicas induzidas pela acumulação nos países industriais,

contribuirá para que o eixo da acumulação se desloque da produção da mais-valia absoluta à mais-valia relativa, isto é, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. No entanto, o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar esta mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base numa maior exploração do trabalhador. É este caráter contraditório da dependência latino-americana que determina as relações de produção no conjunto do sistema capitalista, que deve reter nossa atenção.

O autor considera o aspecto da superexploração do trabalho como fundamento da dependência latino-americana. Para ele, a incorporação da região na DIT é um recurso das burguesias dos países dependentes e periféricos para compensar as perdas da mais-valia no mercado mundial através da superexploração da força de trabalho, caracterizada por três mecanismos: a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho. Nas palavras do autor,

O problema que coloca o intercâmbio desigual para a América Latina não é precisamente o de se contrapor à transferência de valor que implica mas compensar uma perda de mais-valia e que, incapaz de impedi-la a nível das relações de mercado, a reação da economia dependente é compensá-la. O aumento da intensidade do trabalho aparece, nesta perspectiva, com um aumento de mais-valia, conseguida através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva. O mesmo se poderia dizer da prolongação da jornada de trabalho [...] Dever-se-ia observar, finalmente, um terceiro procedimento, que

consiste em reduzir o consumo do operário além do seu limite normal [...] implicando assim um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente. (MARINI, 2000a, p.123-124).

Esses três mecanismos de acumulação do capital, segundo Marx (2010), constituem os fundamentos do sistema capitalista e tem suas características essenciais no que Marini (2000a) definiu como superexploração da força de trabalho, que consiste no fato de que se nega ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho. Nos dois primeiros casos (intensificação do trabalho e prolongação da jornada de trabalho) porque ele é obrigado a um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria normalmente ser, provocando assim o seu esgotamento prematuro; no último (a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho) porque se retira dele inclusive a possibilidade de consumir o estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal.

De fato, a dependência econômica e política dos países latino-americanos à economia internacional manifestada pela superexploração da força de trabalho produziu o aumento da miséria e agravou as várias expressões da “questão social” na América Latina, uma vez que, a situação de plena subordinação do trabalho ao capital é uma imposição intrínseca à sobrevivência do próprio regime que amplia suas frentes de valorização com a crescente dependência dos países de economias periféricas.

Para que sejam garantidas as condições externas para a ampliação da produção e a acumulação capitalista, torna-se necessário a intervenção do Estado Burguês, “seja no nível dos investimentos estimulando-os diretamente [...], seja no tocante à reprodução da força de trabalho, desonerando o capital de parte de suas despesas” (PAULO NETTO; BRAZ, 2008, p. 195). Tal colocação encontra exemplos práticos no Brasil, onde o Governo intervém na forma de auxílio econômico a empresas que estejam solicitando concordata, impedindo que estas fechem as portas e contribuam para o número considerável de desempregados nas ruas do Brasil.

### 3 ESTADO E POLÍTICA PÚBLICA NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: NOTAS TEÓRICAS

Compreender as políticas públicas de trabalho, emprego e renda no Brasil, à luz da concepção de desenvolvimento, requer, inicialmente, precisar o que se entende por política pública. Aqui, as políticas públicas são entendidas conforme Pereira (2009, p. 95), ou seja, como “sinônimo de política estatal [...] que visa a concretizar direitos sociais conquistados pela sociedade e incorporados nas leis”. Para a autora, tais políticas não são uma ação exclusiva do Estado, uma vez que resultam das relações contraditórias que se estabelecem entre o Estado e a sociedade e comprometem tanto um quanto outro.

Em uma definição mais recente, Pereira compreende que a política pública refere-se às ações do Estado face às demandas e necessidades sociais da sociedade, desde que aquele se tornou crescentemente interventor. É nesta perspectiva que a política pública engloba a política social, ou seja, que a política é uma espécie do gênero política pública. Nestes termos, as autoras Behring e Boschetti (2007) chamam a atenção para a importância de se analisar a política social como uma mediação entre economia e política, as quais resultam das contradições estruturais engendradas pela luta de classes e determinadas pelos processos de valorização do capital.

A compreensão de que as políticas sociais resultam da contradição inerente à incapacidade do capitalismo de resolver os problemas sociais advindos do conflito entre capital e trabalho possibilita realizar as mediações necessárias e relacionar os nexos existentes entre o avanço das forças produtivas do capital, o aumento da pauperização e o desenvolvimento das políticas sociais, visto que, o “[...] desenvolvimento capitalista é produção expansiva de valores, mas é, necessária e simultaneamente, produção expansiva de pauperização relativa ou de pauperização relativa e absoluta” (PAULO NETTO, 2003, p. 25).

Para Marx e Engels (2008), todas as lutas históricas são expressão mais ou menos clara de lutas entre classes sociais, as quais são determinadas pelo desenvolvimento das forças produtivas e da divisão do trabalho, que, por sua vez, dependem do desenvolvimento de sua produção. A sociedade burguesa caracteriza-se, contudo, por ter simplificado os antagonismos de classes diretamente opostas: a burguesia e o proletariado.

Embora não exista na teoria marxiana o objetivo específico de caracterizar o Estado, “[...] a análise marxista do capitalismo seria ininteligível, se Marx não tivesse elaborado, também e necessariamente, uma compreensão dialética do Estado” (IANNI, 1992, p. 32). Assim sendo, a concepção de Estado em uma abordagem marxiana encontra-se na natureza de

classe do Estado capitalista. Isso quer dizer que, ao compreender as relações sociais burguesas, mais especificamente as contradições e antagonismos vividos pelas classes na relação capital/trabalho no sistema capitalista de seu tempo, Marx e Engels (2008) abarcam dimensões políticas e econômicas do Estado pela compreensão do Estado burguês como uma expressão essencial das relações de produção específicas do capitalismo, demonstram como o Estado é, em última instância, um órgão da classe dominante.

Constata-se, então, que o Estado expressa a dominação de classe, sendo considerado, exclusivamente, o “comitê que administra os negócios da classe burguesa” (MARX; ENGELS; 2008, p. 12), ou seja, o Estado é um mecanismo de opressão e de repressão da classe trabalhadora para garantir a acumulação e reprodução do capital.

Segundo Coutinho (1985), outras determinações são indispensáveis para uma compreensão totalizante do Estado capitalista. Tal compreensão implica a introdução de novas determinações não apenas na esfera econômica e social, mas também na esfera política, de novas características do fenômeno estatal e maior especificação de seu papel na reprodução global das relações de produção. Segundo o autor, é justamente a percepção das complexidades das relações sociais na esfera do político que permite a Gramsci elaborar uma teoria marxista ampliada do Estado, a qual pressupõe a existência de duas esferas no interior das superestruturas:

a) “sociedade política” como conjunto dos aparelhos através dos quais a classe dominante detém e exerce o monopólio legal ou de fato da violência (aparelho coercitivo do Estado, encarnados a grupos burocráticos ligados à forças armadas e à aplicação das leis; b) “sociedade civil” designa o conjunto das instituições responsáveis pela elaboração e/ou difusão dos valores simbólicos, de ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, as organizações profissionais, os sindicatos, os meios de comunicação, as instituições de caráter científico e artísticos, etc. (GRAMSCI *apud* COUTINHO, 1985, p. 60-61).

A compreensão marxista ampliada sobre o Estado em Gramsci não elimina o núcleo fundamental da teoria “restrita” de Marx, Engels e Lênin, ou seja, o caráter de classe e de repressão de o todo poder do Estado, mas o repõe e transfigura ao desenvolvê-lo através do acréscimo de novas determinações.

Coutinho (1985) chama atenção para o fato de que, na compreensão de Gramsci, o poder estatal, de uma forma ampliada, não se expressa apenas por seus aparelhos repressivos e coercitivos, mas também através de uma nova esfera do ser social que é a “sociedade civil”. Assim, a predominância no Estado dos aparelhos pertencentes a uma ou a outra esfera (“sociedade política” e “sociedade civil”), depende não apenas do grau de socialização da

política alcançado pela sociedade, mas também da correlação de forças entre as classes sociais que disputam a supremacia.

Portanto, para Gramsci (1991), toda relação de hegemonia seria uma relação pedagógica e educativa na medida em que práticas, pensamentos e ideologias disputam o domínio do poder, pois, para esse autor, se a hegemonia é ético-política é também econômica, uma vez que a hegemonia econômica surge da dupla perspectiva na ação política e na vida estatal, da força e do consentimento.

É nesse movimento dialético que a vida estatal deve ser compreendida, ou seja, como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios nos quais os interesses do grupo dominante predominam, mas até certo ponto, não até o restrito interesse econômico-corporativo (GRAMSCI *apud* COUTINHO, 1985).

Assim, legitimação e acumulação do capital não são funções que derivam da natureza instrumental do Estado para manter a ordem e a harmonia, tendo como consequência o aumento na produtividade do trabalho, especialmente, por meio da mais-valia relativa. São funções essencialmente resultantes do conflito entre as forças presentes na sociedade e no interior do Estado, ocorrendo, nesse âmbito do movimento da “correlação de forças” entre as classes que disputam a hegemonia, a tentativa de ganhar aliados para seus projetos. É, portanto, através da direção e do consenso que se analisa a atuação do Estado, assim como o surgimento e a generalização de políticas sociais, ou seja, a análise se realiza no movimento dialético de atuação do Estado, que ora concede direitos adquiridos pela classe trabalhadora, ora regula e flexibiliza esses direitos a serviço do capital.

A propósito do caráter de intervenção do Estado, Mota (2000, p. 122), afirma que “a complexidade das relações sociais, presentes na constituição e intervenção do Estado, indica que o encaminhamento da ação estatal tanto depende das lutas dos trabalhadores, quanto dos modos de absorção de suas reivindicações pelo capital”. Segundo a compreensão da autora, a investida do capital no movimento das negociações será sempre no sentido de adequar as reivindicações da classe trabalhadora aos seus interesses.

A irracionalidade burguesa em transformar trabalhadores empregados em indigentes e sua incapacidade no tratamento da desdita dos trabalhadores são determinantes na produção da miséria crônica expressa nas várias expressões da “questão social”, tais como o desemprego, a fome e o alcoolismo da classe operária, submetida à exploração capitalista desde o início da era burguesa.

Segundo Castelo (2010a), a expressão “questão social” surgiu na terceira década do século XIX, sendo adotada pelo ideário burguês quando a luta operária ganhou, na arena política, força e expressão com os sindicatos e partidos políticos proletários. Estava relacionada à concentração populacional, à saída do campo para a cidade, à urbanização, à industrialização e à baixa eficiência do Estado na área social a partir das leis dos pobres. Antes, pauperismo e fome – expressões da “questão social” – eram um problema exclusivo dos pobres operários escondidos nas periferias dos grandes centros urbanos.

Sob esse ângulo de análise, toma-se como referência o entendimento da “questão social” apresentada por Yamamoto (2001, p. 11), que a considera como “indissociável do processo de acumulação (capitalista) e dos efeitos que produz sobre o conjunto das classes trabalhadoras (desemprego, fome, pobreza, emigração, etc.) que se encontra na base da exigência de políticas sociais públicas”. Para a autora, a “questão social” é também expressão dos conflitos da unidade contraditória presente na relação proletariado e a burguesia.

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 77).

De fato, o agravamento das várias expressões da “questão social” está relacionada à complexidade da relação capital/trabalho na sociedade burguesa. É o que indicam os estudos de Castel (1998), para quem a instabilidade do trabalho, a ausência de qualificação, as alternâncias entre emprego e não-emprego e o desemprego recorrente caracterizam a condição geral da classe operária nascente e aumentaram a pauperização dos operários do setor industrial. Esta condição se agravava com a expansão da grande indústria<sup>21</sup>, durante a segunda metade do século XIX, devido ao enfraquecimento dos trabalhadores do setor artesanal e das pequenas oficinas.

É precisamente nesse momento que se percebe o movimento da unidade contraditória da sociedade capitalista, ou seja, a concentração em massa da classe operária que se encontra subsumida ao capital garante as condições objetivas que o proletariado precisava para fortalecê-lo como classe, uma vez que o caráter individual de seus interesses passou a ser comum. Nasce daí a necessidade de organização e formação dos sindicatos pela luta por

---

<sup>21</sup> Para Paulo Netto e Braz (2008) este segundo estágio de desenvolvimento capitalista (desde 1780 até o último terço do século XIX), caracterizado como concorrencial, explica-se em virtude das amplas possibilidades de negócios que se abriram aos pequenos e médios capitalistas.

melhores condições de trabalho, redução da jornada de trabalho e aumento de salários, o que provocou um choque com os interesses da classe burguesa (MARX; ENGELS, 2008).

É, portanto, no movimento de correlação de forças que os trabalhadores conseguem se ver como classe cujos membros se encontram nas mesmas condições de exploração sob o domínio da classe burguesa. Torna-se, dessa forma o conflito inevitável, não restando outra alternativa para a burguesia senão reconhecer alguns direitos de cidadania para os trabalhadores através das primeiras medidas de legislação social: as leis fabris.

Segundo Marx (2010), essas leis tratavam da regulamentação coativa da jornada de trabalho, estabelecendo a duração, as pausas, o começo e o fim da jornada, o sistema de turnos das crianças e a exclusão destas abaixo de certa idade. A regulamentação do trabalho exigia mais maquinaria e a substituição dos músculos pelo vapor maior dispêndio de capital. Para manter o mesmo nível de atividade da empresa, a exploração sem limites da força de trabalho barata constitui a única base de sua capacidade de concorrência. Para o referido autor, as leis fabris, destarte atenderem a tímidas demandas dos trabalhadores, generalizaram a regulamentação do processo de exploração do trabalho pelo capital. Por outro lado, generalizaram também a luta direta contra esse domínio, pois estendiam-se a todos os ramos em que trabalhavam mulheres, menores e crianças.

Diante do movimento contraditório do capitalismo – marcado pelos conflitos entre o capital e o trabalho devido à exploração do trabalho assalariado pelo capital e pelas lutas dos trabalhadores contra o domínio da classe burguesa sobre as relações sociais de produção –, o Estado passou a exercer o papel de regulador das relações sociais por meio de políticas sociais voltadas para a garantia das condições necessárias à acumulação do capital e para o atendimento das demandas decorrentes das várias expressões da “questão social”.

### 3.1 POLÍTICA SOCIAL NO ESTADO CAPITALISTA CONTEMPORÂNEO

As transformações na relação capital/trabalho, ocorridas desde o último quartel do século XIX, marcam a intervenção gradual do Estado na sociedade por meio da política social<sup>22</sup>, assim como a passagem do capitalismo para um novo estágio, caracterizado por Lênin (1987) como imperialismo. O autor sintetiza os traços deste estágio do capitalismo como processo onde se afirma a concentração da produção e do capital, atingindo um grau de

---

<sup>22</sup>As Políticas Sociais se conceberam, normalmente, na convergência dos movimentos de ascensão do capitalismo com a Revolução Industrial, das lutas de classe e do desenvolvimento da intervenção do Estado. Sua origem é vinculada aos movimentos de massa social-democratas e à instituição dos Estados-nação na Europa Ocidental no final do século XIX. No entanto, sua generalização inscreve-se na transição do capitalismo concorrencial para o monopolista, sobretudo após o término da Segunda Guerra Mundial (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

desenvolvimento tão elevado que origina os monopólios, a fusão do capital bancário com o capital industrial e a consequente criação de uma oligarquia financeira, a centralização do capital internacional em um número restrito de grandes corporações e a partilha territorial do globo entre as maiores potências capitalistas.

Os eventos que inauguram este novo estágio do desenvolvimento das forças produtivas provocaram transformações na relação capital/trabalho e aumentaram o antagonismo entre as classes.

De um lado, a vitória da Revolução Russa ocorrida em 1917, liderada pelo bolchevique Lênin, resultou no crescimento da economia russa e no fortalecimento da classe operária em nível internacional. Os operários, motivados pela primeira experiência socialista no mundo, criaram os Partidos Comunistas a partir da Internacional Comunista, fundada em Moscou, no ano de 1919, e que, posteriormente, ficou conhecida como Terceira Internacional (PAULO NETTO; BRAZ, 2008).

De outro, houve uma mudança no bloco hegemônico capitalista, decorrente do progressivo enfraquecimento da Inglaterra como potência capitalista hegemônica, fato esse agravado pelo confronto imperialista da Primeira Guerra Mundial, que culminou com a Depressão de 1929 e a crise econômica mundial. Esses acontecimentos tiveram relação direta com a Segunda Guerra Mundial e com a consolidação da economia dos Estados Unidos como a nova hegemonia imperialista.

A crise econômica após o *Crash* da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929, se, por um lado, desencadeou o esgotamento de uma economia baseada nas livres forças de mercado com fortes investimentos em papéis e títulos na Bolsa de Valores (CHESNAIS, 1998), por outro, obedeceu aos ciclos de expansão do próprio sistema capitalista<sup>23</sup>. Assim sendo, a crise econômica mundial tem explicação na irracionalidade do sistema capitalista regido pela lei de valor, havendo um nexo entre a teoria do valor de Marx e os extensos períodos de contração e expansão do capitalismo.

A partir de um certo momento da retomada ou da conjuntura de crescimento, há um aumento inevitável da composição orgânica do capital, em decorrência de um progresso técnico que, no regime capitalista, não é jamais 'neutro' mas essencialmente poupador de trabalho (substituindo a mão-de-obra por máquinas) e da ampliação dos investimentos que se desenvolvem em uma conjuntura favorável.

<sup>23</sup> Para Marx (2010, p. 515), "a vida da indústria se converte numa sequência de períodos de atividade moderada, prosperidade, superprodução, crise e estagnação [...]. Excetuados os momentos de prosperidades, travam-se entre os capitalistas os mais furiosos combates, procurando cada um deles, obter uma participação no mercado. Essa participação está na razão direta do barateamento do produto. Por isso, rivalizam-se no emprego de maquinaria aperfeiçoada que substitui força de trabalho e na aplicação de novos métodos de produção. Mas em todo ciclo industrial, chega o momento em que se procura baratear as mercadorias, diminuindo-se à força o salário abaixo do valor da força de trabalho". O fato é que, para a classe trabalhadora estes ciclos representam momentos de incertezas e intranquilidade. Para a classe burguesa implica o aumento da competição para uma maior participação no mercado, através do barateamento do seu produto.

Esse aumento da composição orgânica do capital pode, durante um certo período, deixar intacta a taxa de lucros (é a fase de ‘lua-de-mel’ do *boom*), logo que é acompanhado de uma elevação da taxa de mais-valia, de uma baixa relativa dos preços de matérias-primas e/ ou de um investimento crescente de capitais nos setores ou nos países cuja composição orgânica do capital é mais débil. Entretanto a lógica da expansão domina as condições dessa ‘lua de mel’ (MANDEL, 1990, p.213-214).

Em outras palavras, o capital invertido na produção é lei geral da acumulação capitalista, pois a sua valorização implica a utilização de métodos de extração de mais-valia, sob a forma absoluta e/ou relativa. A propósito, Marx (2010, p. 580) referencia que

Os métodos para produzir mais-valia relativa são, ao mesmo tempo, métodos para produzir mais-valia absoluta [...]. A mais-valia relativa é absoluta por exigir a prolongação absoluta da jornada de trabalho além do tempo necessário à existência do trabalhador. A mais-valia absoluta é relativa por exigir um desenvolvimento da produtividade do trabalho que permita reduzir o tempo de trabalho necessário a uma parte da jornada de trabalho.

Os métodos de extração da mais-valia cumprem seu papel na lei de valorização do capital, principalmente por manter, ao mesmo tempo em que expulsa da produção, uma infinidade de trabalhadores, gerando um enorme excedente de força de trabalho que subvaloriza e reduz o valor da força de trabalho (ANTUNES, 2001).

É justamente no período de crise do capital, bem como no seu enfrentamento, que se pode apreender com maior propriedade qual o lugar da luta de classes no capitalismo e a estratégia da revolução passiva como mecanismo para obtenção do consenso de classes em face das mudanças realizadas nos processos de produção, na ação estatal e nos aparelhos privados de hegemonia.

Desse modo, a crise de 1929 e, conseqüentemente, o aumento do desemprego, do pauperismo para o conjunto da classe trabalhadora e o acirramento das lutas de classes na Europa e nos Estados Unidos levaram este último a criar um conjunto de medidas de natureza político-econômica que estimularam o Estado a garantir a reprodução da força de trabalho e a desonerar o capital de partes de suas despesas. Paulo Netto e Braz (2008) registram que o “Estado burguês sempre interviu na dinâmica econômica, garantindo as condições *externas* para a produção e acumulação capitalista”. Para os autores, as perspectivas keynesianas alargaram as atribuições do Estado para que fossem garantidas as condições gerais da produção e da acumulação.

Na fase do capital monopolista, o projeto burguês de dominação exige maior alargamento do papel do Estado, tendo por base uma racionalidade voltada para a produção de mais-valia e para a organização social. Segundo Gramsci (2001), essa racionalidade

corresponde à exigência de um determinado ambiente e de uma estrutura social chamada de americanização, a qual

exige um determinado ambiente uma determinada estrutura social (ou vontade decida de criá-la) e um determinado Estado. O Estado é o Estado liberal não no sentido do liberalismo alfandegário ou da efetiva liberdade política, mas no sentido mais fundamental da livre iniciativa e do individualismo econômico que alcança, através de meios próprios, como “sociedade civil”, através do próprio desenvolvimento histórico, regime da concentração industrial e do monopólio (GRAMSCI, 2001, p. 258).

Para Coutinho (2007), revolução passiva é entendida, em Gramsci, como um instrumento-chave para analisar, inicialmente, a formação do Estado burguês moderno na Itália e, ainda, como critério de interpretação de fatos sociais complexos e, até mesmo, de épocas históricas inteiras, bastante diversas entre si, como, por exemplo, a Restauração pós-napoleônica, o fascismo e o americanismo.

Segundo Gramsci (2001), a crise econômica de 1929 foi a mais violenta ocorrida até aquele momento histórico. Primeiro, por ter atingido todas as camadas da população e, segundo, por ter entrado em conflito com as necessidades dos novos métodos de racionalização da produção do trabalho (taylorismo/fordismo)<sup>24</sup>. Para esse autor, tais métodos, na racionalidade burguesa, deveriam suscitar nos trabalhadores um novo modo de viver, pensar e sentir a vida; forjar, através da “pressão material e moral” da sociedade e do Estado, um tipo particular de trabalhador; e produzir na América e na Europa, uma exaltação, ainda que superficial, da “nova civilização” aos moldes da classe burguesa americana.

O americanismo nada mais é do que a falsa ilusão de que é possível melhorar o padrão de vida dos operários com um processo de mudança nas condições sociais e nos costumes e hábitos individuais obtidos por meio da combinação entre a coação (autodisciplina) e a persuasão, sob a forma de altos salários. Trata-se, na verdade, da utilização de mecanismos capazes de promover a adesão e o consentimento dos trabalhadores às mudanças na relação de produção, conforme indica Gramsci (2001, p. 248): a “adaptação psicofísica do trabalhador é determinada, na racionalidade do capitalista pela necessidade de elaborar um novo tipo de humano, adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo”.

Com efeito, a racionalidade burguesa, determinada pela manutenção do sistema de dominação social, necessita, cada vez mais, ampliar as formas de subsunção do trabalho ao

---

<sup>24</sup> Este modelo de acumulação que se caracteriza por uma nova forma de organização da produção de mercadorias surge inicialmente na década de 1910. Teve, como seu idealizador, o americano Henry Ford (1863-1963) e se implementou com firmeza na Europa e no Japão depois da década de 1940. Foi consolidado e expandido no Pós Segunda Guerra mundial, tornando-se o modelo de produção hegemônico até a década de 1970 (HARVEY, 1993).

capital, a partir da reestruturação do processo produtivo como forma de aumentar a extração da mais-valia e manter-se como classe dominante.

Assim, quanto maior a acumulação da mais-valia, mais elaborados serão os métodos utilizados pelo capital para a adesão e o consentimento da classe trabalhadora a fim de incorporá-los às novas exigências do processo produtivo. Contudo, apesar das investidas do capital contra a organização e fortalecimento da classe trabalhadora, mesmo nos Estados Unidos, onde a repressão das ideias socialistas consegue reduzir a influência das correntes de esquerda e a corrupção do movimento sindical pelo patronato mostra-se intensa, a classe operária, representada pelos sindicatos “conquistaram importante poder político (embora nunca determinante) sobre questões da seguridade social, salário mínimo e outras facetas da política social (HARVEY, 1993). Tais conquistas estavam incluídas nas variedades de obrigações do Estado.

As referidas conquistas, entretanto, foram baseadas em negociações que exigiam dos trabalhadores, em troca dos direitos adquiridos, uma atitude cooperativa no tocante as técnicas fordistas de produção e às exigências cooperativas cognatas para aumentar a produtividade. Observa-se, então, que, mesmo quando o sindicato consegue uma reação da classe trabalhadora contra as investidas da classe burguesa, na esfera da negociação coletiva, os interesses da classe capitalista são mantidos.

Assim, o avanço e a generalização das políticas sociais<sup>25</sup>, estão relacionados com os acontecimentos políticos e econômicos do Pós Segunda Guerra Mundial, período denominado a “era de ouro” capitalista ou “trinta anos gloriosos”, compreendido entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o início dos anos 1970. Trata-se da conjunção de uma série de fatores que garantiram ao capitalismo alguns anos de expansão, entre eles a alta concentração de capitais e os investimentos no setor de produção e desenvolvimento, que reestruturaram a produção e aumentaram o nível de automação do trabalho (MANDEL, 1990).

Outro fator que possibilitou um desenvolvimento sem precedente do capitalismo neste período foi a efetiva intervenção do estado na economia, justificada pela crise dos anos 1930, a qual adveio dos prejuízos econômicos causados pelas duas guerras mundiais, o que exigia medidas de urgência de estabilização social devido à intensificação da luta de classes na Europa e à perspectiva do avanço das ideias de um projeto alternativo de sociedade devido à experiência socialista na União Soviética, após a II Guerra Mundial.

---

<sup>25</sup> Vários autores relacionam o desenvolvimento da política social com o agravamento da “questão social”, entre eles, Pereira (1998) refere-se a Política Social àquelas modernas funções do Estado capitalista – imbricado à sociedade – de produzir, instituir e distribuir bens e serviços sociais categorizados como direitos de cidadania [...] a qual foi depois da Segunda Guerra Mundial distanciando-se dos parâmetros do *laissez-faire* e do legado das velhas leis contra a pobreza (IDEM, p. 60). Outras referências podem ser encontradas nos trabalhos de: Paulo Netto, 1996; Faleiros, 2000; Behring, 2002.

No âmbito da política macroeconômica, a intervenção do Estado se concretizou pelo acordo de “*Bretton Woods*” e com o Plano Marshall, cujos objetivos se baseavam, respectivamente, em promover a estabilidade da economia internacional e das moedas nacionais desestabilizadas pela Segunda Guerra Mundial e em apoiar a reconstrução dos países aliados na Europa e o Japão, atendendo à necessidade de sustentar as exportações norte-americanas e fortalecer uma aliança estratégica anticomunista, criando sustentação para guerra fria e preservando a hegemonia, sobretudo norte americana (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007).

No plano da política social, a intervenção estatal se configurou através da política de Seguridade Social que, inaugurada na Inglaterra na década de 40, constituiu-se a base conceitual e política do Estado de Bem-Estar Social ou do “*Welfare State*” (políticas keynesianas)<sup>26</sup> em alguns países da Europa Ocidental. Era acompanhada de diversos e variados padrões de proteção social, tanto nos países de capitalismo central, quanto na periferia (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

Segundo as autoras acima citadas, as políticas sociais se apresentam como respostas ao enfrentamento das múltiplas expressões da “questão social” (aumento do desemprego e a pauperização da classe trabalhadora) e, à urgência de organização e controle da classe trabalhadora, uma vez que, no campo da luta de classe existente na relação capital/trabalho, os trabalhadores organizados conquistavam algumas de suas reivindicações, posto que havia

[...] um forte movimento operário e sindical, fortalecido por partidos comunistas e socialistas, [e] o medo burguês em face das experiências socialistas e idéias democráticas revigoradas pela resistência ao fascismo [obrigam] os Estados imperialistas a incorporar demandas populares [...] (PAULO NETTO; BRAZ, 2008, p. 205).

O Estado, com base nas ideias keynesianas, passa a atuar diretamente na produção e na regulação das relações econômicas e sociais mediante adoção da política do pleno emprego nos países avançados. Com efeito, as medidas de proteção foram estendidas de forma significativa como estratégia de conseguir o consenso da classe trabalhadora nos conflitos patronais e, com isso, ampliar a acumulação do capital da burguesia.

Em geral, os países centrais que adotaram tal política, segundo Harvey (1995), obtiveram “tanto um crescimento econômico estável, como um aumento dos padrões

---

<sup>26</sup> Na síntese elaborada por BEHRING (2002, p.173), o Pacto Keynesiano “se funda na institucionalização das demandas do trabalho, deslocando o conflito para o interior do Estado. Neste espaço, há uma forte tendência à segmentação das demandas, bem como de tecnocratizar questões econômico-políticas, despolitizando-as. [...] É possível afirmar que o pacto keynesiano é viabilizado a partir de uma situação-limite para o movimento operário: o vácuo das direções nacionais e internacional, com um projeto econômico-político claro e independente; e o corporativismo que decorre daí e remete o movimento ao imediatismo dos acordos em torno da produtividade, sobretudo do setor monopolista, sem nenhuma visão da totalidade e da solidariedade e de classe”.

materiais de vida através de uma combinação de estado do bem-estar social, administração econômica keynesiana e controle de relações de salário”. O mesmo, porém, não aconteceu com os países de economias periféricas, conforme será tratado a seguir.

No Brasil, as políticas sociais surgem em sintonia com os processos internacionais, porém de forma periférica, atrelada, inicialmente, à regulamentação das relações de trabalho, entre os anos de 1930 e 1943 (DRAIBE, 1990). Esse período de introdução da política social só terá seu desfecho com a Carta Constitucional de 1937 – que ratifica a necessidade de reconhecimento das categorias de trabalhadores pelo Estado – e com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), promulgada no ano de 1943. É exatamente a CLT que vai selar o modelo corporativista e fragmentado do reconhecimento dos direitos no país (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

#### **4 DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA NO BRASIL: O DESENVOLVIMENTISMO E SEUS IMPACTOS NA AMAZÔNIA E NO ESTADO DO PARÁ**

Justifica-se o fato do sistema de seguridade social adotado nos países latino americanos, em particular no Brasil, ser do tipo periférico, em decorrência do mesmo ter sido instituído não no sentido da efetivação de direitos da classe trabalhadora, mas de regulação do mercado e das relações de trabalho, como condição necessária para garantir as formas de subsunção do trabalho ao capital e do processo de acumulação da mais-valia.

Conforme referido na parte introdutória deste estudo, este processo resulta do aumento da dependência dos países da América Latina com relação aos países imperialistas, tendo a superexploração da força de trabalho como sua característica fundamental (MARINI, 2000a). Tal tendência impõe limites à classe trabalhadora no que tange à organização e à resistência contra as investidas do capital, o que, conseqüentemente, poderia impedir maiores ganhos na relação capital/trabalho.

Fernandes (1976) conceitua a formação e o desenvolvimento do capitalismo no Brasil como “Revolução Burguesa”, o que significa um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam no ápice da evolução do capitalismo industrial. Tal “revolução” só foi possível pelo uso de mecanismos de coerção da classe trabalhadora e da “exclusão da massa do povo no direcionamento da vida social” (PAULO NETTO, 2007, p. 18).

Sendo assim, o desenvolvimento do capitalismo nas nações periféricas, no entendimento de Fernandes (1976), ocorre em condições heterônomas em relação às classes dominantes, compatíveis com a dominação imperialista externa. Para esse autor, dependência e subdesenvolvimento do Brasil:

[...] não foram somente impostos de fora para dentro. Ambos fazem parte de uma estratégia, repetida sob várias circunstâncias no decorrer da evolução externa e interna do capitalismo, pela qual os estamentos e as classes dominantes dimensionaram o desenvolvimento capitalista que pretendiam, construindo por suas mãos, por assim dizer, o capitalismo dependente como realidade econômica e humana (FERNANDES, 1976, p. 223).

Para Fernandes, portanto, a construção do Brasil como nação capitalista e dependente obedeceu a uma reorganização do espaço ecológico, econômico e social para ajustá-lo ao desenvolvimento capitalista. Para o autor, o desenvolvimento capitalista no Brasil se deu em três fases:

A fase de eclosão de um mercado capitalista moderno [...] da abertura dos portos até aos meados ou à sexta década do século XIX. [...] Fase de formação e expansão do capitalismo competitivo, [...] consolidação e disseminação desse mercado e por seu funcionamento [...] até á de década 50, no século XX. [...] Fase de irrupção do capitalismo monopolista [...] reorganização do mercado e do sistema de produção, através de operações comerciais, financeira e industriais da “grande corporação” (predominantemente estrangeira, mas também estatal ou mista) [...] adquire caráter estrutural posterior à Revolução de 1964 (FERNANDES,1976, p.224-225).

Na fase da expansão do desenvolvimento do capitalismo competitivo, a reorganização da estrutura social só foi possível pela articulação entre as burguesias, visto que:

A dupla articulação impõe a conciliação e a harmonização de interesses díspares (tanto em termos de acomodação de setores econômicos internos, quanto em termos de acomodação da economia capitalista dependente às economias centrais); e, pior que isso, acarreta um estado de conciliação permanente de tais interesses entre si. [...] Assim, mantida a dupla articulação, a alta burguesia, a burguesia e a pequena-burguesia “fazem história” [...] que começa e termina no capitalismo competitivo dependente. Este não pode romper consigo mesmo. Como a dominação burguesa, sob sua vigência, não pode romper com ele, a economia capitalista competitiva da periferia fica condenada a dar novos saltos através de impulsos que virão de fora, dos dinamismos das economias capitalistas centrais (FERNANDES, 1976, p. 250).

Assim, para atingir a segunda fase de desenvolvimento capitalista competitivo, a articulação entre as burguesias industriais e agroexportadora, no Brasil, foi indispensável para a consolidação da política econômica que se põe, notadamente, a serviço da industrialização.

A propósito, Cardoso e Faletto (2004, p. 122) referem-se à aliança estabelecida entre as burguesias industrial e exportadora e a participação dos trabalhadores nesse processo:

É justamente a presença das massas, ao lado da formação dos primeiros e mais consistentes germes de uma economia industrial diferenciada (isto é, não somente de bens de consumo imediato) o fato que vai caracterizar o período inicial do chamado desenvolvimento para dentro, que se acentua durante a guerra e se manifesta em sua plenitude durante a década de 1950.

Segundo os autores, foi no governo Vargas que a aliança desenvolvimentista ocorreu. Com objetivo de impulsionar o processo de industrialização, iniciou-se o esquema de substituição de importações de caráter protecionista, em função de acumulação interna pública e privada mediante a política de desenvolvimento de cunho “nacionalista-desenvolvimentista”, visando à sustentação do desenvolvimento do mercado interno, da

indústria nacional e do nível de emprego<sup>27</sup>. Nesse sentido, Castelo (2010b, p. 192) identifica como principais características do nacional desenvolvimentismo:

(i) defesa da autonomia e da soberania nacional; (ii) a industrialização como meio mais eficiente para a superação dos entraves ao desenvolvimento da periferia; (iii) o Estado entendido como agente estratégico promotor de política de planejamento e bem-estar social; e, (iv) a participação ativa de uma *intelligentsia* culta e bem formada na gerencia dos postos chave do Estado.

Ao analisar esse período histórico no Brasil, Andrade (1980) aponta um dilema a ser enfrentado pelo novo governo: ou dedicar-se a produzir matérias-primas de exportação com o sacrifício cada vez maior dos padrões de vida da população brasileira ou voltar-se para o mercado interno, revolucionar as estruturas econômicas e políticas, livrando-se de uma economia colonial.

Os estudos do referido autor demonstraram que as medidas tomadas no plano político-econômico, sobretudo nos governos de Getúlio Vargas (1930-1945), perduraram no governo Dutra (1946-1950) e no segundo governo Vargas (1951-1954), estendendo-se ao governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), tendo estes favorecido a implantação de uma política de modernização industrial pelo fato de criarem uma infraestrutura que impulsionou setores da indústria de base, como construção civil, energia e siderurgia (ferro e aço).

As medidas tomadas procuravam, ao mesmo tempo, reverter para o polo industrial aqueles mecanismos econômicos que antes estavam voltados, naturalmente, para a sustentação do setor agroexportador. O objetivo era viabilizar a expansão do setor industrial, organizando o mercado de trabalho e apoiando a capitalização e a acumulação desse setor mediante a adoção de políticas financeira e cambial. O Estado buscava, com isso, criar diversas formas de incentivo às indústrias básicas tornando-se, em última instância, um produtor direto por meio de empresas estatais e de economia mista (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007).

De fato, a não disponibilidade de fundos privados externos ou internos fez com que o Estado se tornasse, no governo Vargas, o grande investidor, através de empresas públicas, para conduzir e dinamizar os setores de atividades econômicas eleitas como prioridades para o desenvolvimento: ações de infraestrutura e criação do Conselho Nacional do Petróleo (1938), da Companhia Siderúrgica Nacional (1941), da Companhia Vale do Rio Doce (1942), da Companhia Nacional de Álcalis e da Fábrica Nacional de Motores (1943), além da criação da

<sup>27</sup> No dia 1º de janeiro de 1930, Getúlio Vargas expõe a bases políticas ideológicas do nacional desenvolvimentismo, de acordo com discurso citado por GOMES (2007, p. 28): “Se o nosso protecionismo favorece os industriais, em proveito da fortuna privada, corre-nos, também, o dever de acudir ao proletário com as medidas que lhe assegurem relativo conforto e estabilidade e o amparem nas doenças como na velhice”.

Comissão de Planejamento Econômico (CPE), em 1944 e da Companhia Hidroelétrica do São Francisco, em 1945.

A política de trabalho e emprego, no período desenvolvimentista, inicia-se com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), em 1930, ocasião em que Estado estabelece a ampla regulação do mercado e das relações de trabalho estruturado sobre o modelo político ideológico de regulação estatal e de feição nacional desenvolvimentista como condição necessária para impulsionar o processo de industrialização no país, através do aumento da produtividade.

Convém assinalar que, conforme indica Santos (1987), a primeira legislação brasileira de regulação das relações capital/trabalho que atende a pauta das reivindicações do movimento operário e que tem impacto sobre o processo de acumulação inicia-se com a lei de proteção de acidentes de trabalho, em 1919<sup>28</sup>. Em seguida, em 1923, a lei Eloy Chaves cria a Caixa de Aposentadoria e Pensões (CAP) para os empregados de cada empresa ferroviária<sup>29</sup>. Essa lei considerada o ponto de partida, no Brasil, para a Previdência Social. Seu objetivo era, além de proporcionar assistência médica, garantir parte do fluxo da renda normalmente auferida pelo empregado no momento em que ele se desligasse da produção, por velhice, invalidez ou tempo de serviço, ou a seus dependentes, em caso de morte.

Dentre as medidas de regulação ligadas à proteção social executadas na década de 1930, destacam-se a criação da Carteira de Trabalho, a instituição da jornada de oito horas diárias nas indústrias e a regulação sobre o trabalho feminino na indústria e no comércio, com determinação da igualdade salarial entre os sexos, proibição do trabalho noturno e em locais insalubres e criação de medidas concernentes à proteção da maternidade, à instituição do salário mínimo e à regulação sindical que estabelece a unidade e a tutela sindicais sob controle do Estado.

Na década seguinte, segundo Gomes (2007), tem-se a criação das Delegacias Regionais do Trabalho (DRT), a criação do imposto sindical, a reforma da legislação sobre o seguro de acidentes do trabalho e a regulação das relações de trabalho pela CLT, que, além de assegurar aos trabalhadores o direito de greve,

---

<sup>28</sup> Segundo Santos (1987, p. 20), pelo Decreto Lei nº 3.724, ficou estabelecida a responsabilidade potencial do empregador pelos acidentes de trabalho que viessem a ocorrer. Trata-se de considerar o acidente de trabalho como risco inerente ao próprio trabalho e, conseqüentemente, a obrigação de indenizar o trabalhador acidentado inscrever-se-ia mas na área de concessão de privilégios sociais do que propriamente, no âmbito da regulação do processo acumulativo.

<sup>29</sup> Ainda conforme Santos (IBIDEM, p. 21), a CAP se destinavam à criação de um fundo mediante a contribuição dos empregadores, dos empregados e do Estado (este através de recursos adicionais de tributação e, portanto, mediante recursos extraídos do público). Os 15 anos seguintes à publicação desta lei foram marcados pelo surgimento de várias CAP. Em 1937, já existiam 183 instaladas no Brasil. Inicialmente, a ligação dos filiados se dava por empresa.

assegurava ao empregado com mais de um ano de serviço na mesma firma o direito de uma indenização em caso de dispensa sem justa causa, e para aquele com dez anos ou mais de serviços prestados, a instabilidade do vínculo empregatício. [...] O valor da indenização era calculado com base na maior remuneração mensal do trabalhador, multiplicado pelo número de serviços prestados (AZEREDO, 1998, p. 52).

Contudo, apesar de ter sido um marco legislativo na relação capital/trabalho no Brasil, a CLT “não proporcionou ao trabalhador proteção eficaz no que toca à estabilidade do vínculo empregatício, nem lhe garantia uma efetiva assistência financeira no momento do desemprego” (AZEREDO, 1998, p. 52).

Na década de 1950, o avanço da burguesia industrial, tanto no Brasil quanto em outros países da América Latina, ganha força com a ideologia desenvolvimentista que se tornou dominante e orientava a atuação da burguesia na condução política, econômica e social de intervenção do Estado. As burguesias latino-americanas eram estimuladas pela CEPAL<sup>30</sup> a implementarem políticas capazes de viabilizar o processo de industrialização, encontrando soluções estruturais que conduzissem à superação do subdesenvolvimento e do atraso.

Na perspectiva estruturalista, o desenvolvimento econômico, com base na ideologia desenvolvimentista, representa um *continuum* no qual o subdesenvolvimento constitui uma etapa anterior ao desenvolvimento pleno. Este representaria, porém, algo acessível a todos os países que se empenhassem em criar as condições necessárias para tal. Marini (2010, p. 109), em atmosfera de crítica, sintetiza a ideia cepalina de desenvolvimento:

Fiel a idéia do desenvolvimento econômico como um *continuum*, a Cepal não considerava desenvolvimento e subdesenvolvimento como fenômeno qualitativamente distintos, marcado por antagonismo e complementaridade - como seria feito, em seu tempo, pela teoria da dependência -, e sim como expressões quantitativamente diferenciados do processo histórico de acumulação de capital. Isso implica que a partir de medidas corretivas aplicadas ao comércio internacional e da implementação de uma política econômica adequada, os países subdesenvolvidos ganhariam acesso ao desenvolvimento capitalista pleno, pondo fim a situação de dependência em que se encontravam.

Constata-se, dessa forma, que a CEPAL concebia a economia mundial como um conjunto hierarquizado, formado por um centro e uma periferia, em que os países centrais são aqueles onde o progresso técnico avançou rapidamente, industrializando-se e desenvolvendo-

---

<sup>30</sup> Segundo Marini (2010, p. 105), a CEPAL era a agência de difusão da teoria do desenvolvimento surgida nos Estados Unidos e na Europa ao final da Segunda Guerra Mundial. Para o autor, um dos propósitos da agência “era trabalhar no convencimento dos países periféricos, os quais teriam possibilidades de progresso e bem-estar”.

se, correspondendo, assim, ao centro dinâmico da economia capitalista “que define uma inserção específica dos países latino-americanos nessa economia (SALUDJIAN, 2010).

A superação do subdesenvolvimento e do atraso em que se encontravam os países latino-americanos implicaria, portanto, na modernização dos processos de trabalho, uma vez que a assimilação de novas técnicas e o conseqüente aumento da produtividade conduzem à melhoria do bem-estar de uma população com crescente homogeneização social (FURTADO, 1992). Nestes termos, os defensores do desenvolvimentismo apostavam na industrialização como elemento articulador do desenvolvimento e como chave para superar o subdesenvolvimento e melhorar as condições econômicas e sociais do país, nos moldes dos países centrais.

Na visão cepalina, o Estado seria o instrumento gerador das condições necessárias ao desenvolvimento econômico. Logo, caberia ao ele a função de impulsionar e administrar a redução do atraso econômico dos países subdesenvolvidos em relação aos desenvolvidos através do processo de industrialização.

Para Marini (2010), o desenvolvimentismo foi o principal instrumento ideológico da burguesia industrial latino-americana no decorrer dos anos 1950, pois possibilitou o avanço da industrialização e, conseqüentemente, seu fortalecimento, tanto em países onde ela já era forte (Argentina, Chile, Uruguai, Brasil e México) quanto nos demais países através da ação compartilhada entre o poder do Estado e a burguesia exportadora. O autor ressalta, ainda, que a ampliação da oferta de emprego e maiores salários foram os instrumentos de adesão e de consentimento da burguesia para conseguir o apoio do proletariado industrial e da classe média assalariada.

Com a difusão das teorias cepalinas de desenvolvimento e o avanço da indústria no Brasil, o desenvolvimentismo passa a ser a matriz das formulações das políticas sociais e econômicas do país e sua ideologia de progresso e de modernidade é difundida no planejamento público, passando a ser dominado pela ideologia nacional-desenvolvimentista. Nesse processo, a burguesia industrial, como classe hegemônica, compartilha o poder do Estado e subordina a burguesia agro-exportadora como forma de ampliar seu espaço (MARINI, 2010).

Sob esta lógica, houve a intensificação das políticas de integração na região Amazônica desde a segunda metade dos anos 1950, principalmente a partir do estabelecimento da ditadura militar. As referidas políticas partiram do interesse da burguesia industrial em articular, com a burguesia local subserviente, o modelo exportador de matérias-primas e de produtos semielaborados ao dinamismo da indústria produtora de insumos e bens

de capital nas regiões Sul e Sudeste, de forma a “integrar” a região no processo de acumulação capitalista liderado pelo setor industrial localizado no Centro-Sul do país.

Para tanto, foi criada, em 1952, uma estrutura de financiamento de suporte estatal à industrialização através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) que, em seguida, concedeu livre trânsito ao capital estrangeiro no Brasil pela Lei 1.087, de 1953. Essas medidas forneceram importantes subsídios ao Plano de Metas instituídas no governo de Juscelino Kubitschek, ainda que a um elevado custo de internacionalização da economia brasileira.

Para Loureiro (2005), o modelo cepalino adotado no Brasil, gerou obstáculos para o desenvolvimento de regiões atrasadas como a Amazônia devido à insuficiência de capitais produtivos e de infraestruturas capazes de pôr em marcha novos investimentos para desenvolver e integrar a região ao mercado nacional e internacional.

Dessa forma, o governo nacional-desenvolvimentista do presidente Getúlio Vargas, por considerar o atraso da região amazônica em relação ao centro sul e o problema do vazio demográfico um forte obstáculo para o processo de industrialização do país (BRITO, 2001), cria em 1953, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA)

O órgão era encarregado de planejar, financiar e coordenar as ações da política pública, valorizar economicamente a Amazônia e promover o desenvolvimento da produção agropecuária e a integração da região à economia nacional. Ao mesmo tempo, foi criado o conceito de Amazônia Legal com a definição dos limites da Amazônia a partir da necessidade de planificação das políticas públicas desenvolvimentistas estabelecidas com base em critérios políticos e, não, geográficos.

Com o fracasso da SPVEA em integrar o processo de desenvolvimento regional à dinâmica da industrialização existente no Centro-Sul do país, a política desenvolvimentista instituída no governo Juscelino Kubitschek, inserida no Plano de Metas, inaugura o chamado “ciclo das estradas” (LOUREIRO, 2009). O Plano previa investimentos do governo em infraestrutura, tais como a construção das rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre, com a finalidade de criar novos espaços para o desenvolvimento das forças produtivas, ligando a região com o centro sul.

O Plano de Metas traçava 31 objetivos, distribuídos em seis grandes grupos: energia, transportes, alimentação, indústrias de base, educação e a construção de Brasília. Ele resultou em maior dinamização da organização produtiva, na nacionalização da produção de veículos, na concessão de benefícios fiscais e estímulos cambiais, na abertura da economia para o capital internacional, atraindo indústrias multinacionais na importação de máquinas pelas

indústrias estrangeiras, nacionais e mistas. Propiciou, ainda, grandes investimentos no setor de autopeças (LEAL, 1988)<sup>31</sup>. Segundo Marine (2010), esta foi a última tentativa de uma ajuda considerável, baseada na mobilização de empréstimos públicos e doações governamentais, solicitada pela América Latina aos Estados Unidos, semelhante à expressa no Plano Marshall.

A partir dos incentivos da política governamental por meio da política de transferência das terras públicas<sup>32</sup>, grandes capitais nacionais e multinacionais começam a se instalar na região, tendo em vista a exploração de seus abundantes recursos naturais, beneficiando-se de uma política desenvolvimentista, propiciadora de acumulação e da concentração de capital. Essas políticas estimularam o desenvolvimento desigual entre as regiões brasileira e fortaleceram a condição de dependência do Brasil frente ao capital hegemônico das corporações multinacionais e transnacionais, funcionando como um sistema articulado de relações de produção capitalistas, semicapitalistas e pré-capitalistas ligadas entre si por relações capitalistas de troca e dominadas pelo mercado capitalista mundial (MANDEL, 1982).

Segundo Marini (2010), na década 1950 ocorreu um acentuado acirramento das lutas sociais e a emergência do campesinato como movimento social na América Latina. Essas lutas eram “decorrentes da falta de perspectiva apresentada pelo tipo de desenvolvimento comandado pela burguesia industrial que leva a convulsões e crises políticas que culminaram com a Revolução Cubana e a implantação de reformas agrárias em vários países da América Latina (México e Bolívia ,dentre outros).

Nesse contexto, as lutas camponesas no Brasil começaram a se organizar desde a década de 1950, com o surgimento de organizações, ligas camponesas e sindicatos rurais, com atuação da Igreja Católica e do Partido Comunista Brasileiro (PCB). A União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), seguindo as diretrizes do PCB, preconizaram que a reforma agrária desempenharia importante papel na consolidação da revolução democrática burguesa brasileira, uma vez que atingiria o latifundiário, por ela considerado como uma das principais forças anti-nacionalistas do país (IANNI, 2004).

---

<sup>31</sup> Conforme Leal (1988), foi durante este período que ocorreu a instalação de montadoras de veículos internacionais (Ford, General Motors, Volkswagen e Willys) em território brasileiro. Um cenário propício para a consolidação da ideologia orgânica da produção capitalista no século XX, o fordismo-taylorismo do tipo periférico.

<sup>32</sup> Até 1960, apenas 2% das terras amazônicas estavam registradas sob a categoria de terra privada; os 98% restantes eram terras públicas, ocupadas por índios, caboclos, migrantes antigos e recentes, vivendo em cidades, vilas, povoados [...] à beira de rios e lagos, sem disputa ou conflito; e que naquele mesmo ano, apenas 37% da população da região vivia em cidades ou pequenas vilas de moradores, sendo restante constituídos por habitantes das zonas interioranas. Por ser pública, a terra passou a ser vendida pelo Estado para os novos empresários a preço muito vantajoso, às vezes simbólico, e em grandes extensões; e, muito frequentemente, com moradores naturais dentro das terras negociadas (LOUREIRO 2009, p. 42).

A orientação cepalina para impedir o avanço de ideias socialistas, apaziguar os descontentamentos da burguesia agro-exportadora e tranquilizar os grandes proprietários de terra era “dar mais ênfase às reformas estruturais e à distribuição de renda” (MARINI, 2010, p. 21). Assim, a criação do Estatuto da Terra e a promessa de uma reforma agrária foram as estratégias utilizadas pela burguesia industrial para responder a questão da reforma agrária, mas não incluía o confisco de terras das grandes propriedades e, sim, a ocupação pela empresa rural (MARTINS, 1984). Tem-se, assim, uma reforma social nos marcos do capitalismo, sem alteração da estrutura de propriedade, pautada na concentração de renda, na expulsão dos trabalhadores da terra e no aumento da pauperização da classe trabalhadora.

Para Gonçalves Neto (1997, p. 76), a correlação de forças na disputa pela hegemonia impede a aplicação do Estatuto da terra e mantém a estrutura de propriedade existente no campo.

Se, no período populista, o pacto de interesses dos grupos dominantes impossibilitava uma intervenção no setor agrário, para modernizar as relações de produção, aumentar a produtividade ou desconcentrar a propriedade da terra, novamente, no pós-64, a fronda conservadora que se forma em torno da montagem do golpe de Estado, impedirá a aceleração das transformações no campo, encaminhando, privilegiadamente os créditos destinados ao setor, promovendo uma reconcentração fundiária e tornando sem efeito, por exemplo, a aplicação do Estatuto da Terra, legislação produzida, ironicamente, pelo próprio regime militar. O processo de modernização é incrementado, porém sem que se alterem os privilégios preexistentes.

Não por acaso, as políticas desenvolvimentistas que garantem os lucros à grande empresa capitalista através da ocupação de terras em regiões como a Amazônia<sup>33</sup> descartam qualquer possibilidade de investimento na política de reforma agrária<sup>34</sup>. Ao invés disso, os investimentos se concentraram nas políticas de modernização agrícola, uma vez que a indústria continuava dependendo das divisas do setor agroexportador.

Em outras palavras, a política de reforma agrária não fazia parte dos interesses da burguesia industrial, posto que, colocaria em conflito a aliança social entre as classes e frações de classes da burguesia. Nestes termos, a ideário da reforma agrária “que marcou ainda o primeiro governo militar, foi substituído pelo da colonização, da ocupação dos espaços vazios, da transformação tecnológica da agricultura tradicional” (MEDEIROS, 1989,

<sup>33</sup> Importa registrar que o código de Mineração de 1967 (Lei Federal, editada pelo Decreto-Lei nº227 de Fevereiro de 1967, que disciplina a administração, o comércio e o consumo de produtos minerais no Brasil), significou imediato apossamento das mais importantes jazidas minerais pelas multinacionais como ALCAN, ALCOA, conhecidas hoje como grandes projetos representados por empresas que compõe os grupos de grandes monopólios nacionais e internacionais na Amazônia. É o caso da antiga DOCENAVE, atualmente, empresa de navegação da Vale, criada, em 1962, para levar parte do minério (40%) ao Japão, chegando a ser a terceira maior empresa de navegação graneleira do mundo.

<sup>34</sup> Apesar do governo Castelo Branco (1964-1967) ter idealizado a possibilidade de uma reforma agrária, a correlação de forças na composição do poder governamental não permitiu que a proposta fosse efetivada (DELGADO, 1985).

p. 85). Assim, a burguesia industrial, apesar de rechaçar o modelo primário-exportador e de abrir fogo contra a velha classe dominante, relutava em apresentar a reforma agrária como premissa do modelo industrial, dado que fazê-lo significaria agravar inutilmente o conflito interburguês.

Sob o discurso da “oportunidade” e “esforço individual”, os governos desenvolvimentistas realizavam o recrutamento de força de trabalho para o projeto de industrialização; julgava-se que a “massa salarial deveria ocorrer pela única via do deslocamento da população ativa do campo para as grandes áreas urbanas” (MEDEIROS, *apud* FIORI, 1995). Com efeito, ocorreu nesse período a migração dos trabalhadores das áreas rurais, principalmente da região nordestina, em busca de trabalho nas indústrias concentradas particularmente nas regiões Sul e Sudeste, nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, para responder ao modelo da superexploração da força de trabalho que defendia crescimento econômico com baixos salários.

Nas décadas de 1960 e 1970, Fernandes (1976) afirma que o golpe militar significou a continuidade de uma ditadura das classes burguesas, uma vez que “passava-se, pura e simplesmente, de uma ditadura de classe burguesa dissimulada e paternalista para uma ditadura de classe burguesa aberta e rígida”. É justamente essa característica de continuidade da ordem burguesa que vai influenciar na atuação do Estado nacional brasileiro nesse período. Assim, a nova configuração, que o autor define como “Estado nacional sincrético”, traz aspecto de ordem paternalista, repressiva e moderna<sup>35</sup>:

Sob certos aspectos ele lembra o modelo ideal nuclear, como se fosse um Estado representativo, democrático e pluralista; sob outros aspectos, ele constitui a expressão acabada de uma oligarquia perfeita, que se objetiva tanto em termos paternalistas-tradicionais, quanto em termos autoritários e modernos (FERNANDES, 1976, p. 350).

Tavares <sup>36</sup> (1998b), em seu ensaio “Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira”, ao refletir sobre o desenvolvimento do Brasil pela ótica financeira, explica as três funções clássicas do sistema financeiro: a criação de crédito e a

<sup>35</sup> Conforme Fernandes (1976, p. 344), “a curto prazo cabia ao estado nacional “deprimir” e “comprimir” o espaço político e jurídico de todas as classes ou estratos de classe (mesmo burgueses e pró-burgueses), que se erguessem ostensivamente contra a transição, opondo-se a ela por meios violentos ou pacíficos. A médio e a longos prazos, cabia-lhes uma tarefa mais complexa: criar o arcabouço legal de uma ordem social competitiva que deve possuir reguladores especiais contra a “guerra revolucionária”, a “agitação política” e a “manipulação subversiva do descontentamento”.

<sup>36</sup> Tavares (1998a), em seu estudo sobre a “acumulação de capital e industrialização no Brasil”, analisa o desenvolvimento do Brasil no âmbito da economia política latino-americana, compreendendo o subdesenvolvimento como especificidade do capitalismo tardio. A questão da industrialização é analisada pela autora como processo de constituição de forças produtivas capitalistas, capazes de assegurar a reprodução endógena do conjunto do sistema econômico.

intermediação financeira, que tiveram, de um ou outro modo, o desenvolvimento satisfatório; e a centralização do capital, que permaneceu atrofiada.

Para a autora, durante a fase de restrições à abertura financeira e de repressão do sistema doméstico, nos anos 1960 e 1970, foi possível realizar a tarefa de mobilizar recursos para financiar o desenvolvimento, com grande contribuição das instituições públicas, e direcionar o crédito. O Estado, nesse período, foi o grande responsável pela mobilização de capital para a esfera produtiva, realizado por meio particulares de mobilização de recursos de longo prazo que possuíam limitações intrínsecas. Uma forma “passiva” de mobilização de capital sem a sua centralização, ou seja, o Estado não agia como capital financeiro autônomo, promovendo fusões e conglomerações sob seu comando.

A “passividade” do Estado insere-se na lógica do imperialismo norte-americano de colaborador ativo da expansão do grande capital. É o que explica Marini (2000b), ao analisar a expansão financeira do grande capital sob o imperialismo dos Estados Unidos e a atuação do Estado brasileiro:

Nisso se distingui a política externa brasileira que se pôs em marcha depois do golpe de 1964: não se trata de aceitar passivamente as decisões norte-americanas (ainda que a correlação real de forças leve muitas vezes a esses resultados), mas de colaborar ativamente com a expansão imperialista, assumindo nela a posição de país chave (MARINI, 2000b, p.67).

Atentando para os aspectos centrais dessa reordenação do capitalismo e da nova relação que se edifica entre as potências imperialistas e as nações periféricas, Santos (1971, p.37) afirma que

Esta é a etapa histórica em que os poderes financeiro e industrial internacionais se articulam numa fase superior de centralização e concentração de capitais, enquanto os gigantescos investimentos das corporações multinacionais no desenvolvimento científico e tecnológico introduzem novos elementos na acumulação capitalista que as burguesias locais não podem nem de longe dominar.

Com efeito, ocorreu a estagnação das conquistas da classe trabalhadora na ampliação dos direitos trabalhistas. Essa estagnação foi marcada pelo baixo grau de proteção social nas décadas de 1950 e 1960, estendendo-se até a década de 1970 devido, principalmente, às medidas desenvolvimentista e os movimentos de expansão do capitalismo, com altas taxas de acumulação, desde o governo de JK e, especialmente, durante a ditadura militar na fase do “milagre econômico” (1968-1973) e da crise do capital. Essa crise ocasionou um processo de reestruturação produtiva, em escala global, agravando o quadro de pauperismo da classe

trabalhadora, expresso no aumento do desemprego estrutural, do subemprego e do trabalho precário<sup>37</sup> (ANTUNES, 2009).

No cenário global, com a crise econômica do final da década de 1960 e início de 1970, a estratégia burguesa de superação da crise do capital é o ataque aos direitos dos trabalhadores e as restrições das medidas de proteção social, apontadas pela classe burguesa como as grandes causadoras da crise (MANDEL, 1990). Pois, conforme observaram (PAULO NETTO; BRAZ, 2008, p. 162), as crises são funcionais ao modo de produção capitalista, constituindo-se num mecanismo que determina a restauração das condições de acumulação, sempre em níveis mais complexos e instáveis, assegurando, assim, a sua continuidade.

Para tanto, segundo Paulo Netto e Braz (2008), a burguesia nacional inaugura novos métodos de extração da mais-valia e impõe um pensamento político ideológico de retorno ao conservadorismo liberal que pudesse diminuir a atuação do Estado, em especial àquelas que atendem à satisfação dos direitos sociais. Isso significa, na compreensão dos referidos autores, que, ao proclamarem a necessidade de um Estado mínimo, o que pretendem os monopólios e seus representantes nada mais é que um Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital.

Sob esta orientação, no Brasil, a política desenvolvimentista dos governos militares de colaboração para a intensificação da expansão imperialista no país inaugura uma estratégia de intervenção visando ao desenvolvimento da Amazônia e que passou a ser conhecida como “Operação Amazônica”<sup>38</sup>.

Para Cardoso e Müller (1977, p. 14-15), a Amazônia ganha significância para o conjunto da burguesia no país a partir das décadas de 1960 e 1970, época em que

será, então, zona preferencial para a aplicação de recursos gerados graças à política econômica e fiscal do governo central. Por outro lado, interesses estratégicos e militares passaram a motivar mais consistentemente algumas políticas de ocupação da área [...]. O Estado financia o deslocamento de capitais privados (nacionais e

<sup>37</sup> O “milagre econômico”, ocorrido no período de 1967 a 1973, foi marcado pela política econômica de expansão e facilitação para a penetração do capital estrangeiro; rápida reconcentração de renda na mão dos grandes capitais e intensa política de arrocho salarial. Essa condição de “milagre” perde progressivamente sua força com o ingresso do capitalismo internacional num longo período recessivo, no qual a crise do petróleo será o estopim (SADER, 1990). Ou seja, a chamada Crise do Petróleo não teria sido outra coisa senão um elemento adicional. Nas palavras de Mandel (1990), “A recessão generalizada de 1974/75 é uma crise clássica de superprodução. É preciso afirmá-lo tanto mais categoricamente, quanto muitos meios se esforçam, pelas necessidades de uma causa que não é puramente acadêmica, para atribuir a responsabilidade dessa recessão generalizada aos xeiques do petróleo, ou mesmo aos sindicatos e aos aumentos excessivos dos salários” (IDEM, p.23). Behring (2002) sintetiza a partir das análises mandelinas, uma caracterização do ciclo de 1976 a 1979: Mandel caracteriza, então, a retomada de 1976-79 como desigual (por países e setores), não cumulativa, hesitante e irregular, o que não viabilizou uma verdadeira decolagem econômica e gestou a subsequente recessão de 1980-82. Algumas causas são, assim, apresentadas: a recuperação dos investimentos produtivos foi mais lenta do que a prevista e não foi bem sucedida em preencher o consumo das famílias para assentar a retomada; a demanda de bens de consumo no mercado interno não se ampliou mais após o efeito detonador da retomada; a retomada foi internacionalmente desigual; e por fim setorialmente desigual (IDEM, p. 153).

<sup>38</sup> De acordo com Lira (2005, p. 96), o bloco integrado de mudanças, que ficou conhecido como “Operação Amazônia” constituiu-se na substituição do BCA pelo Banco da Amazônia – BASA (Lei nº 5.122, de 28/09/1966), na substituição da SPEVEA pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM (Lei nº 5.173, de 27/10/1966), na ampliação dos incentivos fiscais para a região (Lei nº 5.174, de 27/10/1966), e na criação da Zona Franca de Manaus (Decreto Lei nº 288, de 28/02/67).

estrangeiros) para exploração dos minérios e da terra (empreendimentos pecuários e alimentícios), visando lançar as bases para a economia exportadora. Com isso criam-se condições para ampliar a escala social de reprodução geral do capital e para que este diversifique suas funções.

De fato, a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) na região, se constituiu na estrutura institucional, cujo pressuposto era o de conduzir o planejamento regional através da política de incentivos fiscais. Para Lira (2005, p. 98),

Com a utilização dos incentivos fiscais foi dada uma outra direção para o desenvolvimento da região, não exatamente no sentido de correção dos desequilíbrios regionais, mas no sentido de aprofundar a integração da região no processo mais amplo de concentração e centralização do capital no âmbito do espaço nacional .

O aprofundamento da integração da região ao sistema capitalista de produção agravou a situação de desigualdade e de dependência da Amazônia com as regiões Sul e Sudeste, pois atuou não no sentido de corrigir as desigualdades de desenvolvimento existentes, mas sim no de reproduzir essas desigualdades, agora sob a lógica do capital.

A intervenção desenvolvimentista se intensifica na aplicação das políticas do Plano Nacional de Desenvolvimento I e II (PND), nos quais foram apresentadas as grandes diretrizes e metas de desenvolvimento do país, com prioridade para as ações que promovessem a integração econômica entre as regiões.

O PND I estabeleceu, como objetivo nacional, a integração física, social e econômica da Amazônia com o Nordeste, pela construção da Transamazônica (BR-230) e pelo programa de Colonização e Assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), bem como pela política de Incentivos Fiscais que criou o Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM) para os investimentos setoriais de reflorestamento, pesca e turismo. Enfatizou também o lançamento dos Programas de Integração Nacional (PIN), do Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), em 1970 e 1971, respectivamente e, o Projeto Radar da Amazônia<sup>39</sup> (RADAM).

Segundo Lira (2005), o II PND faz parte de uma estratégia econômica de manter e ampliar o modelo de substituição de importações que balizava e sustentava o processo de

<sup>39</sup> O programa RADAM-BRASIL foi criado em 1970 para realizar o levantamento integrado dos recursos naturais na extensão de 1.500.000 km<sup>2</sup> na faixa de influência da rodovia Transamazônica, utilizando a técnica de imageamento orbital com Radar de Visada Lateral. Posteriormente, foi lançado o Decreto 76.040, de 29/07/1975, que fixou a execução desse mapeamento integrado dos recursos naturais para a totalidade do território nacional. Assim, o RADAM, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia com recursos do Plano de Integração Nacional (PIN), desenvolveu 38 livros com informações detalhadas sobre as características naturais do território nacional (geologia, pedologia, uso do solo, vegetação e relevo) acompanhados dos respectivos mapas temáticos na escala 1:1.000.000 . Disponível em: <[www.projeto.radam.nom.br/historico.html](http://www.projeto.radam.nom.br/historico.html)>. Acesso em: 10 mai. 2011.

industrialização da economia brasileira capaz de superar a crise do subdesenvolvimento nacional. Para o autor, esta nova estratégia de desenvolvimento estabeleceu como aspecto prioritário

[...] a montagem de um novo padrão de industrialização, no qual o comando da dinâmica da economia passava à indústria de insumos básicos (produtos siderúrgicos, petroquímicos, cimento, fertilizantes, etc.) e à de bens de capital, deslocando, conseqüentemente, para um segundo plano, a indústria de bens de consumo duráveis (LIRA, 2005, p. 101).

Alem disso, o II PDA incorpora os seguintes “objetivos nacionais” para o desenvolvimento regional:

a) acelerar o crescimento regional utilizando as vantagens comparativas de setores e produtos específicos da região; b) intensificar a integração nacional por meio da ampliação das trocas inter-regionais, principalmente, para a região desenvolvida; c) aumentar a receita cambial líquida do país, através da geração de dívidas decorrentes de exportações, da economia de dívidas pela sua contribuição no processo de substituição de importações de insumos básicos; d) expandir o emprego produtivo e o nível de renda na região; e) garantir a segurança nacional por meio da ocupação da região (LIRA, 2005, p. 102).

Paralelamente ao PDN I e ao PDN II, foi implantado o Programa de Pólos Agropecuários e Minerais da Amazônia (Poloamazônia), somando-se um total quinze “Pólos de desenvolvimento” que canalizam investimentos em determinadas atividades de produção, com objetivo de ocupação seletiva dos espaços com potencialidades minerais, florestais, agropecuários e agroindustriais, madeireiros, agroindustriais e polos urbanos (NASCIMENTO, 2009; LIRA, 2005).

Tal estratégia de desenvolvimento estimulava um vigoroso processo migratório de populações residentes em outras regiões do país, com destaque para as regiões Nordeste e Centro-Oeste, em direção aos estados da Amazônia, particularmente, aos municípios onde os projetos estavam sendo executados (Barcarena, Oriximiná, Tucuruí e Carajás). Conforme pesquisa de Cardoso e Müller (1977), houve, em 1970, aumento de movimentos intra-estaduais e interestaduais concentrados no Pará e Amazonas. Os referidos autores consideram esse aumento um tendência “natural” em virtude de se tratarem de áreas que oferecem atividades alternativas nos períodos posteriores ao “ciclo da borracha” e à “batalha da borracha”<sup>40</sup>.

<sup>40</sup> De acordo com Loureiro (2009, p. 41, grifos originais), “Durante a Segunda Guerra mundial, mais uma vez a União lembrou-se da Amazônia como fonte de recursos e dos nordestinos como mão de obra barata. Eles foram convocados para um monumental esforço em produzir borracha par as tropas dos Aliados, num episódio que ficou conhecido como “a batalha da borracha”.

Sendo assim, na década de 1960 ocorre uma alteração na estrutura de colocação da força de trabalho na região, pois 61% da força de trabalho se concentrava nos setores não agrícolas, principalmente nas cidades de Belém e Manaus, desenvolvendo-se nelas as atividades ligadas ao setor industrial, tendência que foi mantida na década seguinte, principalmente na exploração madeireira, no minério de ferro dos Carajás, na bauxita do Trombetas, na construção da hidrelétrica de Tucuruí e na construção e ampliação das rodovias e ferrovias, como a Estrada de Ferro Carajás-Itaqui.

Com efeito, as políticas públicas pautadas na ideologia do desenvolvimentismo respondem em maior grau aos interesses da burguesia industrial que, como classe hegemônica, utiliza-se das estruturas do Estado para manter sua hegemonia política, ideológica, cultural e social sobre as classes e frações de classes com objetivo de acumular capital.

Sobre este assunto, com relação às características do capitalismo tardio e o papel do Estado apresentada por Mandel (1990), convém destacar a análise efetuada por Behring (1998) de que o Estado capitalista tardio é ator decisivo, nodal, no cenário da acumulação capitalista, fato do qual decorre sua sutil e sofisticada instrumentalização, direta ou indireta.

Neste modelo, a luta de classe é inevitável. Entretanto, mesmo com o acirramento desta nos ciclos de greves no período<sup>41</sup>, a classe trabalhadora não conseguiu a ampliação das conquistas e das medidas de proteção social. Em vez disso, o Estado intensifica, em nível nacional, seus instrumentos de controle do operariado com a criação, em 1965, do Cadastro Permanente de Admissões e Dispensas de Empregados, ou Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), em 1966, que manteve a estabilidade no emprego após dez anos de trabalho e garantiu a indenização automática ao trabalhador, em caso de demissão (AZEREDO, 1998).

O FGTS representou um forte instrumento para aumentar o processo de superexploração da força de trabalho, pois permitiu ao empregador a facilidade legal em demitir, com estímulo indenizatório, o trabalhador que não conseguisse acompanhar o processo produtivo. O aumento do desemprego estimulava a competição do trabalhador e permitia ao empregador baixar o valor da força de trabalho, o que contribuía para aumentar o pauperismo da classe trabalhadora.

---

<sup>41</sup> Em 1953, greve de 300 mil trabalhadores, em São Paulo, com duração de um mês, iniciada pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Têxtil, com demanda por melhores salários; em 1957, greve de 400 mil trabalhadores, em São Paulo, com reivindicação de reajuste salarial. Após dez dias, as seis categorias operárias envolvidas na greve conquistaram aumento salarial; em 1960, paralisação de 400 mil ferroviários, portuários e marítimos; em 1963, greve geral de ferroviários, portuários, aviários, marítimos e operários navais; em Novembro do mesmo ano, greve de 200 mil trabalhadores rurais nas usinas de açúcar de Pernambuco (GOMES, 2007).

Com o agravamento das várias expressões da “questão social”, provocadas pelo problema do desemprego, o Estado brasileiro estabeleceu medidas para assistir financeiramente o trabalhador no momento do desemprego. Assim, o benefício do seguro-desemprego foi introduzido, explicitamente, na Constituição Federal de 1967 como direito dos trabalhadores a ser coberto pela previdência social.

Segundo Azeredo (1998), o benefício foi oferecido de forma precária e em poucos estados, sem acompanhamento de uma política de qualificação profissional que favorecesse a colocação e recolocação do trabalhador ao mercado de trabalho. Durante a década de 1970, seguindo uma tendência das políticas de seguridade dos países desenvolvidos, há ênfase para as políticas ativas de emprego com a criação do Sistema Nacional de Emprego (SINE), em 1975, mas apenas o serviço de intermediação de mão de obra foi executado.

Com efeito, as leis trabalhistas não possuíam um caráter universal e o reconhecimento dos direitos dos trabalhadores representava, para os governos desenvolvimentistas, um dispositivo político de controle da classe trabalhadora, realizada por meio do *status* profissional e social do indivíduo. Assim, a cidadania era concedida pelo Estado, não por meio de uma mediação política e civil, mas por meio de uma regulação ocupacional.

Esse dispositivo, no Brasil, foi chamado por Santos (1987) de “cidadania regulada”, a qual se assenta

[...] não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional [...]. A cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei [...] (SANTOS, 1987, p. 68).

Assim sendo, mesmo com toda força ideológica da CEPAL na tentativa de criação de um novo modelo de desenvolvimento para a América Latina, fatores diversos, como a incapacidade do capitalismo de reproduzir experiências bem sucedidas de desenvolvimento; a “reprodução ampliada da relação de dependência da região com o mercado mundial, sem conduzi-la a uma superação efetiva” (MARINI, 2010, p. 112); o aumento dos antagonismos sociais e os conflitos de classe em diversos lugares dos países periféricos, como forma de contestação e ruptura com a ordem estabelecida<sup>42</sup>, fazem com que a crise do desenvolvimentismo cepaliano seja inevitável, o quê vem a ocorrer, definitivamente, com o

<sup>42</sup> Bambilra (1971, p. 32), em seu artigo *Diez años de insurrección en América Latina*, elenca a formação de novas organizações de esquerda no Brasil, como: “ a Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (POLOP), a Ação Popular e a resistência popular ao golpe militar de 1964; a instalação do movimento guerrilheiro na Guatemala entre 1961 e 1963; a formação da Frente Sandinista de Libertação Nacional, em 1961, na Nicarágua; o início de um movimento insurrecional na Venezuela, em 1962; o novo caráter assumido pelo movimento camponês na Colômbia e o surgimento das guerrilhas nesse mesmo país; o movimento camponês no sul do Peru e a formação do *Movimiento Izquierda Revolucionária* (MIR) e da *Frente Izquierda Revolucionária* (FIR) neste país, bem como as ações guerrilheiras peruanas; tentativas de guerrilhas em países como Paraguai, Argentina, Equador, Honduras e Brasil entre os anos de 1960 a 1963”.

ciclo das ditaduras militares e a crise da política econômica instaurada após o esgotamento do efeito “milagre econômico”.

De fato, a crise do início da década de 1980 foi ocasionada por uma conjugação de fatores, tais como a redução dos níveis de produtividade, acentuando tendências decrescentes da taxa de lucro; o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção; a hipertrofia da esfera financeira; a maior concentração de capitais com a fusão de empresas monopolistas e oligopolistas e as privatizações. Esse período inaugura a chamada flexibilização<sup>43</sup> do mercado de trabalho, traço característico da ideologia neoliberal responsável pela eclosão generalizada do desemprego estrutural e a informalização do trabalho dos nossos dias.

#### 4.1 NEOLIBERALISMO E O AUMENTO DA INFORMALIDADE E DA PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES FORMAIS DE TRABALHO

Segundo Santos (2004), o neoliberalismo tem suas raízes teóricas nos anos 1940, com Hayek e Milton Friedman. Porém, os “trinta anos gloriosos” do capitalismo do pós-guerra fizeram com que os capitalistas não atentassem para o período de estagnação econômica ocorrido nos anos 1970 e 1980. Frente à aparente incapacidade do regime de acumulação fordista e do modo de regulação keynesiano de resolver os novos problemas da *stagflação* e de manutenção do “*Welfare State*” em condições de crise, as doutrinas neoliberais começam a tomar impulso e conquista o cerne do capitalismo mundial, nos anos 1980, especialmente, com a ascensão do presidente Ronald Reagan (Estados Unidos) e da presidente Margareth Thatcher (Inglaterra) ao poder.

O alcance da ideologia neoliberal se apresenta como uma resposta do capitalismo à sua própria crise estrutural, que se configurou como uma alternativa político-ideológica às barreiras impostas pelo seu desenvolvimento histórico devido ao seu próprio caráter contraditório e que veio acompanhada da privatização dos Estados, da flexibilização dos direitos do trabalho e do desmonte do setor produtivo estatal. Sobre este assunto, Mattoso (2010, p. 34) sintetiza as seguintes orientações do “receituário” neoliberal:

---

<sup>43</sup> Este novo padrão de acumulação advindo da indústria japonesa é, também, denominado toyotismo. Entre as características mais gerais, que se diferem por ser inovações em relação ao taylorismo/fordismo, pode-se destacar que: (1) a produção passa a ser regida a partir da demanda e é mais variada e bastante; (2) baseia-se no trabalho em equipe, enfocando na polivalência e multifuncionalidade do trabalhador; (3) tem como princípio o “*just in time*”, o melhor aproveitamento possível do tempo de produção e funciona segundo o sistema *kanban*, com sinalização de reposição de peças e estoques que devem ser mínimos; 4) há uma horizontalização do processo produtivo, transferindo a terceiros parte da produção, aquela que não é atividade-fim (ANTUNES, 2001, p. 41-42).

- 1) Limitação dos gastos do Estado à arrecadação, eliminando o déficit público;
- 2) Redução dos gastos públicos e sua focalização;
- 3) Reforma tributária que ampliasse o peso dos impostos indiretos e diminuísse a progressividade nos impostos diretos;
- 4) Liberalização/desregulação financeira e retirada do Estado do setor;
- 5) Taxa competitiva de câmbio;
- 6) Liberalização do comércio exterior para impulsionar a globalização da economia;
- 7) Eliminação de restrições ao capital externo;
- 8) Privatização, com a venda de empresas estatais;
- 9) Desregulação do processo econômico e das relações trabalhistas;
- 10) Defesa da propriedade intelectual.

Para o referido autor, as propostas corresponderam a um conjunto de políticas de desregulação dos mercados, de abertura comercial e financeira e de redução do tamanho e do papel do Estado. Sob essas orientações, o Estado assumia outros espaços de intervenção para aumentar a extração da mais-valia pela burguesia, o que Harvey (2008) denominou de “acumulação por espoliação”<sup>44</sup>. Segundo o autor, as características principais desse mecanismo de “redistribuição de riqueza entre a burguesia, eram: (i) privatização e mercadificação, com abertura de novas áreas para exploração do capital; (ii) financialização, com aumento dos investimentos para o setor financeiro); (iii) administração e manipulação de crises; e (iv) redistribuições via Estado, através de privatizações, cortes de gastos para sustentar o salário social, oferecimento de subsídios e isenções a pessoas jurídicas.

Chesnais (1996) denomina a fase atual do capitalismo de mundialização do capital. Esta fase refere-se à nova configuração do capitalismo mundial e aos mecanismos que comandam seu desempenho e sua regulação, em que o estilo da acumulação é dado pelas novas formas de centralização de gigantescos capitais financeiros, fundos (mútuos e de pensão) cujo objetivo fundamental é reproduzir-se no interior da esfera financeira. Para o autor, a natureza da concorrência e as formas de mercado que resultam dos processos de concentração do capital colocam as estruturas oligopolistas como elementos centrais da discussão, conformando um espaço de acirrada concorrência e rivalidade, mas também de “interdependência entre companhias”.

As análises de Chesnais (2005) acerca das medidas adotadas neste novo contexto de mundialização do capital de liberdade para se desenvolver e se valorizar, indicam que, além da centralização do capital provocada pela finança, que resulta das fusões e aquisições orquestradas pelos investidores financeiros e seus conselhos, a finança consegue alojar a ‘exterioridade da produção’ no próprio cerne dos grupos industriais.

---

<sup>44</sup> De acordo com Harvey (2008, p. 171), a “acumulação por espoliação” é um conjunto de mecanismo de redistribuição de riqueza e renda com fluxo invertido.

Portanto, foi no campo financeiro, segundo o autor, que a ofensiva neoliberal se manifestou de forma imediata, desencadeando resultados expressivos à medida que a liberalização e a desregulamentação do trabalho contribuíram para o crescimento acelerado dos ativos financeiros, que, desde 1980, apresentam uma expansão muito mais rápida do que a do investimento permitindo, pelo menos em parte, o estabelecimento da rentabilidade do investimento mediante redução dos salários e dos preços de muitas matérias-primas.

Em geral, o neoliberalismo como ideário econômico e político, expresso nos princípios da economia de mercado, significou o desmonte do modelo de industrialização do pós-guerra, da redução das políticas de proteção social e dos encargos sociais com privatizações e desregulamentação do trabalho. Mais do que um programa econômico, tais “doutrinas” inserem-se na racionalidade burguesa da busca incessante de sua manutenção enquanto classe hegemônica.

Daí o papel fundamental do neoliberalismo como instrumento teórico-prático de sustentação do capital, pois se constitui uma ideologia capaz de universalizar as relações sociais. É o que afirma Amaral (2005). Isso porque “a burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção, portanto as relações de produção e, por conseguinte todas as relações sociais” (MARX; ENGELS, 2008, p. 13).

De fato, o neoliberalismo tornou-se pensamento hegemônico e influenciou tanto países de economias centrais quanto os periféricos, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, aos quais todos têm de se adaptar. Conforme assinala Santos (2004), na Europa Oriental e na ex-União Soviética, o movimento democratizador, anti-burocrático e anti-estadista, iniciado pela “perestroika” e pela “glasnost”, terminou a década extremamente influenciado pelo pensamento neoliberal. Ainda segundo o autor, as ideologias neoliberais chegaram até os países do chamado Terceiro Mundo que, apesar de suas diferenciações econômicas crescentes, têm sido pressionados politicamente a adotarem um mesmo regime liberal de governo e uma mesma política neoliberal.

O caráter ilusório do ideário neoliberal foi destacado, na análise do autor acima citado acerca da prática econômica dos anos 1980, tendo sido constatado que a intervenção estatal não diminuiu no período do neoliberalismo, ao contrário, aumentaram-se os gastos públicos na área militar e o déficit fiscal norte-americano, os quais foram a verdadeira base do auge econômico da década. De fato, conforme afirma Santos (2004), não se pode aceitar que vivemos sob uma política liberal quando o déficit público, o investimento militar e a especulação financeira a partir dos títulos das dívidas públicas forem as molas propulsoras da economia.

Assim sendo, o neoliberalismo, visto sob o movimento da correlação de forças entre capital e trabalho, obtém seu maior êxito ao manter o Estado e seus aparelhos privados de hegemonia sob o domínio da classe burguesa e, com isso, garante a reprodução do capital e o enfraquecimento da classe trabalhadora.

Para tanto, os neoliberais defendem o corte dos gastos sociais baseado na afirmação de que as conquistas do movimento sindical aumentam os gastos públicos, especialmente, as ações direcionadas para a política de proteção social da classe trabalhadora e para o atendimento de suas demandas salariais, sob a justificativa que estas reduzem as taxas de lucro, ocasionando o movimento da crise. Com efeito, a solução encontrava-se em manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas (PAULO NETTO; BRAZ, 2008; BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

Para a classe trabalhadora, essas medidas foram extremamente destrutivas, afetando sobremaneira as condições de vida dos trabalhadores e a sua capacidade de organização e resistência. Na esfera política, o ataque se realiza por meio da adoção de medidas legais restritivas que reduzem cada vez mais o poder de intervenção do movimento sindical. Sendo assim, os governos Thatcher, na Inglaterra e Reagan, nos Estados Unidos, aplicaram medidas extremamente repressivas contra a classe trabalhadora (PAULO NETTO; BRAZ, 2008).

Com o enfraquecimento dos sindicatos, torna-se mais fácil para a burguesia atingir os direitos conquistados pela classe trabalhadora, com riscos para as conquistas nas melhorias das condições de trabalho e da Seguridade Social, conforme indicam os estudos de Mandel (1990, p. 231):

Toda a crise de superprodução constitui uma agressão massiva do capital ao trabalho assalariado. Aumentando o desemprego e o medo ao desemprego a crise tende a fazer com que os trabalhadores aceitem as reduções (ou estagnação) dos salários reais, aceleração dos ritmos da produção, as perdas de conquistas em matérias de condições de trabalho e de seguridade social, a redução das proteções construídas nas fases de prosperidade contra a pobreza e a injustiça mais flagrantes.

Essa situação se apresenta diferente do contexto do pós-guerra, em que os trabalhadores, organizados em sindicatos, estavam fortalecidos na luta de classe, portanto, encontravam espaço no campo da negociação para impor condições de remuneração, de emprego e de proteção social. Nesse período, o consenso dos trabalhadores era negociado pelo ideário do pleno emprego. No cenário atual, esse “consenso” está sob a égide do pensamento neoliberal, que impõe à classe trabalhadora tanto a socialização de valores

políticos, sociais e éticos, quanto a instituição de modelos de comportamento compatíveis com as necessidades de mudança que ocorrem no âmbito da produção e da reprodução social (MOTA; AMARAL, 2006).

Influenciados pela hegemonia do ideário neoliberal, sob a exigência da flexibilização dos direitos do trabalho, os governos nacionais ajustaram-se à fase da acumulação flexível. Na síntese elaborada por Antunes (2008, p. 49), flexibilizar a legislação social do trabalho significa

Aumentar ainda mais os mecanismos de extração do sobretrabalho, ampliar as formas de precarização e destruição dos direitos sociais que foram arduamente conquistados pela classe trabalhadora, desde o início da Revolução Industrial, na Inglaterra e especialmente pós-1930, quando se toma o exemplo brasileiro.

Este movimento do capital representa um forte impacto no mundo do trabalho, que tem como traço central a crescente informalização, isto é, o trabalho desprovido de regulamentação, com redução de direitos. Esta modalidade de trabalho informal concentra a maior parte de trabalho precarizado ou trabalho atípico (ANTUNES, 2008; VASAPOLLO, 2006).

Diante desse quadro mundial de “flexibilização” das relações de trabalho e de diminuição de direitos da classe trabalhadora, o Brasil experimenta, na década de 1980, uma situação adversa àquela vivida nos anos 1970: (i) a crise da política econômica instaurada após o esgotamento do efeito “milagre econômico”; (ii) um amplo movimento de organização da classe trabalhadora em favor da democracia no país<sup>45</sup> e; (iii) a transição do regime militar de Estado autoritário e repressivo de total negação dos direitos civis e políticos.

Nesse período, inicia-se uma fase que Antunes (2010) denominou de *flexibilidade liofilizada*<sup>46</sup>, em que a informalização do trabalho torna-se um traço constitutivo e crescente da acumulação de capital. Para o autor, ela será responsável pela desconstrução monumental dos direitos sociais do trabalho e pela generalização das novas modalidades da precarização.

Como no capitalismo não há história de conquista de direitos sem luta da classe trabalhadora<sup>47</sup> (BEHRING, 2010), a Constituição Federal de 1988 amplia os direitos

<sup>45</sup> Paulo Netto (2000) traz um importante estudo sobre os aspectos que marcam “a esquerda brasileira pós-64” e o movimento em torno do debate democrático instaurado no Brasil a partir de 1979. O autor reflete sobre o panorama da Campanha “Diretas Já” e da evolução do movimento sindical.

<sup>46</sup> A flexibilidade liofilizada trata-se do trabalho vivo, que é substituído pela maquinaria técnico-científica, pelo trabalho morto. A liofilização organizacional não é outra coisa senão o processo de “engramento” das empresas (ANTUNES; POCHMANN, 2007).

<sup>47</sup> Em meio as investidas do capital contra a classe trabalhadora o movimento a luta de classes é contínuo. De acordo com as anotações de Gomes (2007). No final da década de 1970 (Maio/1978) tem-se o retorno da classe trabalhadora à cena política com greve na fábrica de caminhões Saab-Scania em São Bernardo do Campo (SP), durante o ano inteiro os trabalhadores, em todo o Brasil, iriam promover agitações e protestos contra o arrocho salarial; a greve geral dos metalúrgicos de São Paulo e Guarulhos é declarada ilegal, provocando nova intervenção nos sindicatos (Outubro/ 1979). Na década de 1980 elas continuam com a greve dos trabalhadores da Ford de São Bernardo do

individuais e as liberdades públicas, estabelece eleições diretas para presidente e estende o voto aos analfabetos e aos jovens com mais de 16 anos, que expressam importantes reivindicações dos trabalhadores<sup>48</sup>, introduzindo um conceito abrangente de seguridade social agrupados em quatro seções princípios gerais da seguridade social e sua forma de financiamento, saúde, previdência social e assistência social (AZEREDO, 1998).

Contudo, tais reivindicações também evidenciaram o próprio conflito do movimento democrático com relação aos projetos de sociedade, projetos esses que, ao construírem como denominador comum a contraposição a um Estado restritivo, autoritário e intervencionista, expressavam diferentes compreensões de qual deveria ser a sua nova forma, bem como sua relação com a sociedade (TEIXEIRA, 2003).

Assim, logo após a Carta Magna, a classe trabalhadora e todos os sujeitos que lutaram pela sua construção convivem com duplo sentimento: a euforia de ter constituído um regime político democrático no país e a frustração da impossibilidade de efetivação de um projeto democrático com distribuição do poder e da riqueza social na sociedade burguesa, posto que a Constituição de 1988 “deu lugar a uma situação política democrática (...), mas que coexiste com um aparato estatal inteiramente direcionado para um sentido incompatível com a sua manutenção, ampliação e consolidação” (PAULO NETTO, 2007, p. 44).

A propósito, Boron (2010), citando Santos (2006), em sua reflexão sobre a “Crise das democracias e os movimentos sociais na América Latina”, faz referência à síntese desse autor sobre a frustração do projeto democrático no capitalismo.

A tensão entre capitalismo e democracia desapareceu porque a democracia começou a ser um regime que, em vez de produzir redistribuição social, a destrói. (...) Uma democracia sem redistribuição social não tem nenhum problema com o capitalismo; ao contrário, é o outro lado do capitalismo, é a forma mais legítima de um Estado fraco” (SANTOS, 2006 *apud* BORON, 2010, p. 83).

Conforme assinala Boron (*idem*, p. 85) ao considerar os limites impostos pelo capitalismo a qualquer processo democrático, a “reinvenção da democracia” no Brasil, representada pela Constituição de 1988, não encarnou em um projeto emancipador, uma vez que não houve qualquer transformação na ordem social e estrutural, posto que está fundamentada em uma matriz ideológica do capitalismo democrático, ou seja, do liberalismo

---

Campanha contra 400 demissões (Julho/1981); a greve de 4 mil canavieiros na região de Rio Verde, no sul de Goiás, dos 10 mil bóias-frias iniciam greve nas áreas da cana e laranja de São Paulo e Minas Gerais (Maio/1984).

<sup>48</sup> A Carta Magna significou importante avanço no reconhecimento de direitos trabalhistas como a limitação da jornada semanal para 44 horas, afirmação do direito de greve e o fim das intervenções do Estado nos sindicatos, mantendo-se a unicidade e o imposto sindical, a licença-maternidade que passa a ser de 120 dias e é criada a licença-paternidade e a aposentadoria rural é instituída na previdência social (IDEM).

cuja “preocupação jamais foi a de propor uma ordem democrática, mas sim [...] a de resguardar a independência e a autonomia do indivíduo”

O momento de tensionamento vivido no Brasil, neste período, é também motivo de reflexão para Behring (2010, p. 69), haja vista que a essência da classe burguesa dominante conduziu à impossibilidade de conciliar a existência do “Estado democrático com a ampliação dos direitos e políticas sociais e sua materialização em contexto mundial de crise e de reestruturação do capital em uma perspectiva neoliberal”.

Ao contrario do que esperava a classe trabalhadora e a sociedade civil, os governos que se sucederam à Carta Magna de 1988 passaram a implementar uma política macroeconômica de caráter neoliberal cujo efeito se estende até hoje, atingindo todas as políticas da seguridade social (saúde, previdência e assistência social), a educação e o trabalho.

Na década de 1990, teve início o desenrolar, no plano institucional, do processo de constituição das políticas públicas de emprego e renda, consubstanciadas na formação do chamado Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPETR). Com a Lei 998/90, foi regulamentado o Programa do Seguro Desemprego (PSD), instituído em 1986, e criado o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT<sup>49</sup> e o Conselho Deliberativo do FAT (CODEFAT). Foi a partir da regulamentação da referida Lei que o PSD adquiriu estatuto de medida principal das políticas passivas no plano das políticas de trabalho, emprego e renda.

Segundo Azeredo (1995) e Ramos (1997), o Seguro-Desemprego e os programas assistenciais voltados para atender àqueles que não têm acesso a este seguro são exemplos clássicos de instrumento das políticas passivas. Para os referidos autores, tais políticas compreendem os mecanismos de natureza compensatória e os instrumentos destinados à redução da oferta de trabalho através da transferência ao sistema de aposentadoria dos desempregados acima de determinada idade e com dificuldades de reinserção no mercado de trabalho, da manutenção dos jovens no sistema escolar, da redução da jornada de trabalho, ou mesmo do fomento à migração.

---

<sup>49</sup>O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é um fundo especial, de natureza contábil-financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (TEM), destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. A partir da promulgação da Constituição Federal, em 05 de outubro de 1988, nos termos do que determina o seu art.239, os recursos provenientes da arrecadação das contribuições para o PIS e para o PASEP foram destinados ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e, pelo menos quarenta por cento, ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico, esses últimos a cargo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A Lei nº 8.019/90 (alterada pela 8.352/91) permitiu que parte dos recursos excedentes à reserva mínima de liquidez fosse alocada em instituições financeiras oficiais federais, sob a forma de depósitos especiais remunerados, mediante autorização do Conselho Deliberativo do FAT (CODEFAT), com o objetivo de financiar programas de apoio à geração e manutenção de postos de trabalho e renda, gerenciados pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Em 1998, o CODEFAT aprovou Resolução para o financiamento de Pesquisas de Emprego e Desemprego ( PED) nas unidades da Federação que possuam Regiões Metropolitanas e no Distrito Federal

Com esses dispositivos, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a partir de sua estrutura organizacional<sup>50</sup>, passa a viabilizar financeiramente o SPETR, composto de políticas passivas, com programas compensatórias de transferência temporária de renda (seguro-desemprego e abono salarial), e de políticas ativas, com programas prestação de serviços (intermediação de mão de obra e qualificação profissional e requalificação profissional) e Programas de Geração de Emprego e Renda, voltados, em sua maioria, para micro e pequenos empresários, cooperativas e para o setor informal da economia – associam concessão de crédito produtivo e capacitação.

Assim, as políticas de trabalho, emprego e renda foram executadas sob orientação das medidas de ajuste estrutural e do aprofundamento das reformas<sup>51</sup> neoliberais nos governos do presidente Fernando Collor de Melo (FCM), de 1990 a 1992; e do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), de 1995 a 2002, mediante o apoio das instituições multilaterais, como o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Destaca-se que tais medidas provocaram: a abertura do mercado brasileiro aos bens de consumo estrangeiro e, conseqüentemente, ao abastecimento do mercado interno com produtos importados, com aumento dos juros reais e da dívida interna brasileira, ocasionados pela crise financeira; o corte de gastos sociais (ênfase a programas sociais como Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e o Vale Gás); a recomposição das tarifas públicas, com privatização indiscriminada de empresas estatais (Embraer, Telebrás, Vale do Rio Doce e outras); a abertura comercial e financeira, com a aprovação de emendas que facilitaram a entrada de empresas estrangeiras no Brasil; e a flexibilização do monopólio de várias empresas como a Petrobrás, Telebrás (CORBUCCI<sup>2003</sup>).

Na Amazônia e no estado do Pará, a política ideológica neoliberal direcionou-se, principalmente para a intensificação das políticas públicas de infraestrutura e de incentivo à implantação das empresas transnacionais na região. De fato, na década de 1980 e 1990, a Amazônia tornou-se *locus* de operação de inúmeros projetos de impacto, no setor de mineração e eletricidade, dentre os quais: Projeto Trombetas, pela Companhia Vale do Rio Doce com exploração de bauxita; Projeto Grande Carajás, de exploração de minério de ferro,

<sup>50</sup> O Ministério passou a ser denominado Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Medida Provisória nº 1.799, de 1º de janeiro. Com o Decreto nº 3.129, de Agosto 1999, o então Ministério do Trabalho e Emprego passou a ter a seguinte estrutura organizacional: Gabinete do Ministro; Secretaria-Executiva; Consultoria Jurídica; Corregedoria, Secretaria de Políticas Públicas de Emprego; Secretaria de Inspeção do Trabalho; Secretaria de Relações do Trabalho; Delegacias Regionais do Trabalho; Conselho Nacional do Trabalho; Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador; Conselho Nacional de Imigração; Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro).

<sup>51</sup> COUTINHO (2007, p. 6), em seu artigo “A época neoliberal” explica que, o neoliberalismo opera na mistificação ideológica que investe o significado da palavra “reforma”: “o que antes da onda neoliberal queria dizer ampliação dos direitos, proteção social, controle e limitação do mercado, etc., significa agora cortes, restrições, supressão destes direitos e deste controle”.

compreendendo o complexo mina-ferrovia-porto; Projeto Albras-Alunorte, em Vila do Conde/Barcarena, com produção de alumina e alumínio metálico; e Projeto Tucuruí, com a construção de Hidrelétrica.

Tal modelo, segundo estudo elaborado em 1992<sup>52</sup> pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP), impõe um perfil fundiário para o Estado extremamente concentrador, pois apenas 1% dos estabelecimentos agropecuários detém 55% da área total, absorvendo somente 4% da mão-de-obra ocupada e contribuindo, somente, com 2% do valor da produção setorial.

Apesar de apresentar significativos índices de incremento na economia paraense, o percentual de exportações majoritariamente composta por produtos primários (cerca de 53%) e semielaborados (aproximadamente 40%) não determinou uma oferta de emprego, quer seja quantitativa, quer seja qualitativa, capaz de propiciar melhores condições de vida à população, basicamente porque os chamados grandes projetos, por utilizarem tecnologia intensiva de capital que substitui a força de trabalho pela máquina, intensifica a exploração da mais-valia, através de baixos salários.

Conforme os dados fornecidos pelo referido instituto, os grandes projetos geraram, apenas cerca de 7.000 (sete mil) empregos diretos na década de 1980, número insignificante se contraposto ao incremento da população economicamente ativa, que foi de 1.027.000 trabalhadores, no mesmo período; e à baixa remuneração, com 84% da População Economicamente Ativa (PEA) situada na faixa de nenhum rendimento a 5 (cinco) salários mínimos<sup>53</sup>. Em 1991, mais de 155 (cento e cinquenta e cinco mil) famílias, residentes em áreas urbanas no Pará, vivem em condições de “indigência absoluta”.

Outro incentivo dado às empresas transnacionais está relacionado à Lei Kandir, que desonerou a exportação de produtos primários e semielaborados do pagamento de Imposto de Circulação de Mercadorias (ICMS) do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Para a burguesia neoliberal, a referida Lei significou incentivo para abertura comercial e financeira de valorização do capital das empresas transnacionais e, conseqüentemente, incentivo à globalização da economia. Para os estados e municípios, significou grandes perdas na sua arrecadação<sup>54</sup>.

<sup>52</sup> Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará (IDESP): diagnóstico preliminar, para elaboração do PPA (1992-1995), 1992.

<sup>53</sup> A pesquisa apresentada pelo IDESP (1992) cita uma pesquisa do IBGE realizada no ano 1991. De acordo com essa pesquisa, 36,5% dos chefes de domicílios percebem renda mensal de até um salário mínimo, indicador que atinge níveis mais críticos em alguns municípios, como, por exemplo, Curuçá, Santarém Novo e Peixe-Boi, onde esse percentual ascende a mais de 70%.

<sup>54</sup> A Lei Kandir (Lei Complementar nº 87, de 13/09/96), considerada Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000), exige que o governo federal compense os estados pelas perdas de receita oriundas da isenção do imposto sobre valor agregado incidente nas exportações de bens manufaturados e semimanufaturados (ICMS) e de produtos industrializados, nacionais e estrangeiro (IPI). Convém lembrar que com relação à participação do Valor Adicionado Fiscal (VAF), os municípios de Parauapebas, Marabá, Barcarena, Tucuruí, Oriximiná, Canaã dos Carajás e Almerim atingiram 46,54% do volume total apurado pela Secretaria da Fazenda do Pará (Sefa), em

Assim, essas medidas de ajuste estrutural de desregulação dos mercados e de redução do tamanho e do papel do Estado (principalmente no que se refere à redução dos gastos públicos e à sua focalização conjugadas), com a crise brasileira no início de 1999 e com o desenvolvimento precário e pouco abrangente do conjunto de políticas que compõe o SPETR, resultam: (i) em grande impacto para a classe trabalhadora, expresso no aumento do desemprego – entre os anos de 1992 e 2002, houve um aumento de 40% dos trabalhadores que vivenciam as condições de desemprego (POCHMANN 2006); e (ii) na ampliação das formas de superexploração da força de trabalho configuradas no crescimento de atividades sem remuneração, por conta própria, autônoma, trabalho independente, de cooperativa.

Não por acaso, a Lei de Contrato de Trabalho Temporário e o Projeto de Lei nº 5.843/2001, que altera o artigo 618 da Consolidação das Leis Trabalhistas<sup>55</sup>, afetaram diretamente a classe trabalhadora ao atingir a legislação trabalhista, uma vez que desencadearam um processo de precarização das relações de trabalho marcado pela flexibilização e regulação dos direitos sociais, assim como pela terceirização expressa e pela criação de redes de subcontratação da força de trabalho.

As condições de trabalho são alteradas, a informalidade e a precarização das relações formais, que era marginal, torna-se uma tendência predominante, levando trabalhadores a se sujeitarem a condições precárias de inserção ocupacional em que, para garantir sua sobrevivência, deixam de desfrutar das garantias trabalhistas asseguradas pela CLT<sup>56</sup>. Os trabalhadores passam a não ter acesso aos benefícios da previdência social, tão pouco são protegidos por acordos e convenções coletivas de trabalho, como ocorre com os contratados com registro em carteira de trabalho.

Assim, é possível afirmar que a superexploração ocorre não só com os trabalhadores que possuem contrato formal de trabalho. Sua ocorrência se estende para além da fábrica, atingindo o grande contingente de trabalhadores “sobrantes” que vão exercer atividades laborais no setor informal, pois a informalidade expande-se proporcionalmente ao volume do desemprego estrutural (TAVARES, 2010). Para autora, todo o trabalho precarizado é trabalho desprotegido, mas não deixa de ser assalariado na forma de salário por peça, pois contribui para aumentar a mais-valia do capital, pois

---

2009. Isto significa que quase a metade do volume de operações potenciais geradoras de ICMS no Pará advém de base de produção mineral desonerada ou decorrente do “VAF tax free” que é composto pelos incentivos fiscais e a desoneração da produção primário-exportadora (IDESP, 2010).

<sup>55</sup> Ficando com a seguinte redação: “as condições de trabalho mediante convenção ou acordo prevalecem sobre o disposto em lei, desde que não contrariem a Constituição Federal e as normas de segurança e saúde do trabalho”.

<sup>56</sup>A Constituição garante ao empregado brasileiro a relação de emprego, o seguro-desemprego, FGTS, salário mínimo, remuneração do trabalho noturno superior ao diurno, proteção na forma da lei, participação nos lucros, salário família, horário de trabalho, jornada de trabalho, repouso semanal, remuneração extraordinária, férias, licença maternidade e paternidade, aviso prévio e outros.

Sobretudo após os anos 1990, a flexibilidade traduzida em processos de terceirização fez valer a adoção do salário por peça em relações entre capital e trabalho, que na “rigidez” fordista expressavam o assalariamento por tempo. Ou seja, trabalhadores que antes exerciam as suas atividades dentro da empresa, com contrato de trabalho registrado na carteira profissional e eram remunerados por tempo, são convidados a trabalhar “autonomamente”, isto é, a serem assalariados por peça. Essa modalidade de assalariamento tanto é praticada na produção, quanto na circulação de mercadorias (TAVARES, 2010, p. 32).

As diferentes formas de superexploração da força de trabalho, expressas na dinâmica do processo de precarização do trabalho no Brasil, aliado às modalidades de assalariamento e ao incentivo ao auto-emprego, são reforçadas ao serem incorporadas às políticas de trabalho, emprego e renda. De fato, essas políticas, ao serem fundamentadas com o atual enfoque da ideologia neodesenvolvimentista de crescimento econômico e desenvolvimento, contribuem para ocultar os mecanismos da lei de valorização do capital.

## 5 NEODESENVOLVIMENTISMO E O DEBATE DO CRESCIMENTO ECONÔMICO COM DESENVOLVIMENTO SOCIAL

No final dos anos 1990 e início do século XXI, após anos de hegemonia neoliberal, os principais agentes ideológicos, políticos e econômicos neoliberais, dentre eles o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), o FMI e a OMC, constataram que a implementação das reformas necessárias para aumentar a mais-valia dos capitalistas não foi suficiente para impulsionar o crescimento e o desenvolvimento econômico, tampouco responderam às expressões da “questão social”, uma vez que, na lógica de acumulação de valor capitalista, essa busca é inalcançável devido ao próprio movimento contraditório da relação posta entre capital/trabalho.

O resultado dessa incompatibilidade, segundo Castelo (2010b, p. 22) é “uma série de desequilíbrios macroeconômicos e sociais na América Latina manifestada na degradação do mundo do trabalho expressa no desemprego estrutural, na precarização das relações de trabalhistas, na redução dos direitos sociais e no pauperismo”.

As críticas não radicais direcionadas ao rigor e a severidade dos planos neoliberais eram conduzidas, principalmente, pelos governos social-democratas europeus, representados por teóricos ligados às agências multilaterais entre elas, o BIRD, o FMI, a OMC e o BM. O objetivo era encontrar alternativas para promover reformas estruturais que eliminassem as barreiras para o desenvolvimento com crescimento econômico e diminuição das possíveis “falhas” do mercado que venha ocasionar má distribuição de renda e pobreza absoluta (CASTELO, 2008).

Dentre esses objetivos, ganham destaques os debates sobre as análises comparativas entre países que foram “flexíveis” na utilização do receituário neoliberal e obtiveram sucesso no crescimento econômico. A propósito, Rodrik<sup>57</sup> (2002, p. 278), em palestra proferida no seminário do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), sobre o tema “Novos Rumos do Desenvolvimento no Mundo”, destaca que:

Os poucos exemplos de sucesso ocorreram em países que dançaram conforme sua própria música e dificilmente serviriam de cartazes de propaganda para o neoliberalismo. É o caso da China, do Vietnã e da Índia – três nações importantes que violaram praticamente todas as regras do manual neoliberal, mesmo tomando um rumo mais orientado para o mercado.

<sup>57</sup> Seminário do BNDES sobre os “Novos Rumos do Desenvolvimento no Mundo”, realizado entre 12 e 13 de setembro de 2002. Ver Rodrik, Dani. **Depois do Neoliberalismo**, O Quê? *Desenvolvimento e Globalização, Desenvolvimento em Debate*, 2002. Disponível em: <[www.bndes.gov.br/conhecimento/livro\\_debate/1-desnv&glob.pdf](http://www.bndes.gov.br/conhecimento/livro_debate/1-desnv&glob.pdf)>. Acesso em: 12 abr. 2012.

Além desses debates, destacam-se aqueles relacionados às alternativas de enfrentamento da pobreza, que ganharam relevância com o trabalho de Sen (2000)<sup>58</sup>, com a publicação do “Relatório Brundtland”, ao identificar que as “falhas” do mercado se devem ao conceito restrito de desenvolvimento.

Os grandes desafios que o capitalismo enfrenta no mundo contemporâneo incluem problemas de desigualdade (especialmente de pobreza esmagadora em um mundo de prosperidade sem precedentes) e de “bens públicos” (ou seja, os bens que as pessoas compartilham como o meio ambiente). A solução desses problemas quase certamente requererá instituições que nos levem além da economia de mercado capitalista. Mas o próprio alcance da economia capitalista de mercado pode, de muitos modos, ser ampliado por um desenvolvimento apropriado de uma ética sensível a esses problemas. A compatibilidade do mecanismo de mercado com um vasto conjunto de valores é uma questão importante e precisa ser considerada juntamente com a exploração da extensão de disposições institucionais além dos limites do mecanismo de mercado puro (SEN, 2000, p. 303).

Segundo esta fundamentação, a limitação do conceito de desigualdade restrita à esfera da desigualdade de renda contribui para negligenciar outras variáveis, tais como desemprego, doença, baixo nível de instrução doença e exclusão social. Para o autor acima citado, uma compreensão mais ampla da desigualdade estaria relacionada à esfera da desigualdade econômica. Nesta perspectiva, a pobreza é compreendida por ele como privação de capacidades, isto é, pobreza associada à falta de oportunidades, a baixas capacidades, ao baixo nível de segurança e à não capacitação.

O enfoque liberal de sua tese é ressaltado quando o autor reafirma o princípio da liberdade como núcleo central do desenvolvimento e identifica a pobreza como uma das formas de privação da liberdade humana. Esta deve integrar-se às atividades econômicas sociais e políticas, concentrando-se, especificamente, nos papéis e nas interações entre algumas liberdades substantivas, ou seja, as capacidades individuais de uma pessoa para levar o tipo de vida que ela tem razão para valorizar.

Ao conceito de liberdades substantivas, foi acrescentada a concepção de capacidade individual, que se preocupa com a preservação, ou seja, a liberdade de consumir sem comprometer a capacidade das futuras gerações para desfrutar de liberdade semelhante, ou maior (SEN, 2004). A metodologia utilizada pelo autor para a análise da pobreza sob o

---

<sup>58</sup> O autor indiano é referencia teórica na criação de indicadores de medição da pobreza, dentre eles, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento( PNUD). Também é evidente sua influência teórica nos conceitos do Banco Mundial desde 2001. A exemplo, o conceito de Desenvolvimento utilizado por este é adotado no *Relatório do Desenvolvimento Humano*, junto com seu amigo Mahbub ul-Haq, do Paquistão, que serviu de orientação, não só para 20 anos de *Relatórios de Desenvolvimento Humano globais*, mas também para mais de 600 Relatórios de Desenvolvimento Humano nacionais – todos investigados, redigidos e publicados nos seus respectivos países – bem como, para vários relatórios provocadores de âmbito regional apoiados pelos gabinetes regionais do PNUD. Os laureados pelo Prêmio Nobel de Economia, Amartya Sen e Joseph Stiglitz, são importantes referências teóricas do social-liberalismo brasileiro no que diz respeito, respectivamente, às teses da promoção da justiça social e das falhas de mercado (CASTELO, 2008). Joseph Stiglitz foi economista-chefe e vice-presidente sênior Banco Mundial.

enfoque das capacidades individuais influenciou as análises de medição dos indicadores relacionados ao conceito de pobreza e de sustentabilidade pelas agências multilaterais. Tal influencia pode ser constatada nos temas dos Relatórios de Desenvolvimento Humano (RDH) no decorrer de vinte anos<sup>59</sup>.

Nos países latino-americanos, em particular, esses estudos contribuíram para confirmar o pauperismo da classe trabalhadora e a destruição do meio ambiente, conforme é demonstrado nos relatórios a seguir. O Panorama Social de América Latina apresentado pela CEPAL (2003), revela que a pobreza e a indigência na região mantiveram-se de forma constante na década de 1990, permanecendo elevada no início do século XXI. Segundo o relatório, em 1990 quase a metade da população (48%) dessa região vivia em condição de pobreza, o que representa pouco mais de 220 milhões; destes, mais de 97 milhões (19,4%) estavam em situação de extrema pobreza ou indigência.

Nessa esteira, o relatório de 2003 do Banco Mundial (2012, p.6), ao referir-se sobre a Desigualdade na América Latina e no Caribe, concluiu que

Enquanto, na região, os 10% mais ricos usufruem 48% da renda total, aos 10% mais pobres cabe apenas 1,6%. Por contraste, nos países desenvolvidos os primeiros recebem 29,1% da renda total, comparados a 2,5% para os 10% menos abastados. Os Coeficientes de Gini coincidem com essas conclusões: apresentam média de 0,522 na América Latina, nos anos 90, enquanto, durante o mesmo período, para a OCDE, o Leste Europeu e a Ásia foram muito mais baixas (0,342; 0,328 e 0,412 respectivamente).

A leitura enviesada contida no Relatório do Banco Mundial (2003), evidencia que uma grande desigualdade dificulta a redução da pobreza, uma vez que a maior desigualdade transforma um ponto percentual de aumento na renda familiar média em uma redução menor na incidência de pobreza, o que não ocorre nos países onde existe maior equidade.

Importa esclarecer que o alto índice de desigualdade social e o pauperismo da classe trabalhadora na América Latina estão relacionados às bases da dependência da região que,

<sup>59</sup> No primeiro RDH, o caminho para um maior desenvolvimento é dado pela “criação de um ambiente de oportunidades para que as pessoas desfrutem de uma vida longa, saudável e criativa” (PNUD, 1990, p. 09). Questiona a primazia da expansão da renda e da riqueza como determinantes do desenvolvimento. Outros temas de relatórios publicados são: em 1991, Financiamento para o Desenvolvimento Humano; em 1992, Os Mercados Mundiais e a Satisfação das Necessidades Humanas; em 1993, Participação Popular; em 1994, Uma Agenda para a Cúpula Social; em 1995, A Revolução para Igualdade de Gênero; em 1996, Crescimento Econômico e Desenvolvimento Humano; em 1997, Desenvolvimento humano para a erradicação da pobreza; 1998: Padrões de consumo para o Desenvolvimento humano; 1999: Globalização Com uma Face Humana; em 2000, Direitos Humanos e Desenvolvimento Humano – pela Liberdade e Solidariedade; em 2001, Fazendo as Novas Tecnologias Trabalharem para o Desenvolvimento Humano; em 2002, Aprofundar a Democracia no Mundo Fragmentada; em 2003, um pacto entre as nações para eliminar a pobreza humana; em 2004: Liberdade cultural no mundo diversificado; em 2005: 2005: Racismo, Pobreza e Violência; em 2006, Água para lá da Escassez: Poder, Pobreza e Crise Mundial da Água; em 2007/2008, Combater a Mudança do Clima: Solidariedade Humana em um Mundo Dividido; em 2009, Ultrapassar Barreiras: Mobilidade e Desenvolvimento Humanos. Em 2010, A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano; em 2011, Sustentabilidade e Equidade: Um futuro Melhor para Todos. Disponível em: <www.pnud.org.br>. Acesso em: 11 jan. 2011.

segundo Marini (2000a), são fundamentadas na superexploração da força de trabalho justamente por existir, na região, uma superpopulação relativa que concorre entre si, submetendo-se a salários mais baixos e a uma maior intensidade de trabalho em etapas inferiores da produção capitalista, conforme imposição da DIT, uma vez que aos países centrais foram reservadas as etapas mais avançadas e o monopólio da tecnologia correspondente. Portanto, a desigualdade social encontra-se nas contradições do próprio sistema capitalista, que, nos países latino-americanos, devem-se ao caráter dependente e periférico da região aos países de capitalismo centrais.

A propósito, o referido Relatório do Banco Mundial (2003) destaca a relação entre desigualdade de renda e riqueza, enfatizando que essa relação, quando associada a mercados financeiros “inefícazes”, limita a capacidade dos pobres de adquirir bens, como capital humano, terra e moradia, o que diminuirá suas oportunidades futuras e a possibilidade de reduzir o consumo quando ocorrem grandes choques econômicos.

A razão pela qual essa situação é ocultada pela burguesia refere-se ao fato de que tal situação se explica pelo processo de superexploração da força de trabalho que submete a classe trabalhadora a uma maior intensidade de trabalho e a salários mais baixos, impedindo-a de consumir qualquer outra mercadoria que não seja aquelas que mantêm a sua sobrevivência e reprodução social, pois, “[...], na medida em que se comprime a capacidade de consumo dos trabalhadores, fecha-se qualquer possibilidade de estímulo ao investimento tecnológico no setor de produção destinado a atender ao consumo popular” (MARINI, 2000a, p. 148).

Na racionalidade burguesa, a solução para os problemas suscitados pelas políticas neoliberais passa pela intensificação da intervenção da ação estatal, a fim de dar sustentabilidade para a liberdade do mercado e de intervenção em políticas de “enfrentamento” à pobreza. Esta é a mesma racionalidade da constituição dos mercados, conforme assinala Polanyi (1980, p.145):

A constituição dos mercados, longe de abolir a necessidade de controle, regulamentação e intervenção, incrementou enormemente o seu alcance. Os administradores tinham que estar sempre alertas para garantir o funcionamento livre do sistema. Assim, mesmo aqueles que desejavam ardentemente libertar o estado de todos os deveres desnecessários, e cuja filosofia global exigia a restrição das atividades do estado, não tinham outra alternativa senão confiar a esse mesmo estado os novos poderes, órgãos e instrumentos exigidos para o estabelecimento do *laissez-faire*.

Nestes termos, para os liberais, a liberdade do mercado e a intervenção do estado não são mutuamente excludentes. Ao contrário, o liberalismo econômico pode, sem qualquer

contradição, pedir que o estado use a força da lei; pode até mesmo apelar para as forças violentas da guerra civil a fim de organizar as precondições de um mercado autorregulável.

Isto posto, frente aos problemas ocasionados pelo rigor e pela severidade ideológica dos planos neoliberais, foram incorporadas, pelos governos social-democratas europeus, medidas corretivas de reformas estruturais para impulsionar o desenvolvimento do capitalismo (CASTELO, 2008). Dessa forma, as propostas emanadas do chamado Pós-Consenso de Washington mantêm os princípios do primeiro Consenso e complementa com medidas que reforçam as capacidades institucionais do estado, com ênfase nos princípios político-ideológicos de maior intervenção das expressões da “questão social” nos países periféricos.

Para Fiori (2009, p. 3), a adoção das medidas do Pós- Consenso significou

Uma mudança de política imposta pela força dos fatos e não por uma nova convicção teórica ou ideológica dos governantes mundiais. É como se estivéssemos assistindo à inversão automática da famosa frase de Thatcher: "There is no alternative". Só que o novo consenso nasceu de forma abrupta e sem nenhum entusiasmo ou mobilização política, ao contrário do que aconteceu com a virada liberal-conservadora dos anos 80.

Assim, o ajuste das reformas mantém a disciplina macroeconômica, as privatizações, a desregulação e a abertura comercial e financeira como forma de eliminação de todo tipo de barreiras ou discriminações contra os capitais, com fortalecimento do entorno legal e regulatório com medidas de desregulação do mercado de trabalho e melhoria das regulações com respeito a investimentos privados em infraestrutura e serviços sociais (WILLIAMSON; KUCZYNSKI, 2004).

A complementaridade das reformas, particularmente na América Latina, ocorre com medidas que preveem, no plano ideológico, a melhoria da qualidade do setor público, a parceria pública e privada e a sustentabilidade do meio ambiente, na perspectiva de melhoras da qualidade de investimentos em capital humano, principalmente aquelas com ênfase no combate à pobreza e na distribuição de renda. Em outras palavras, um Estado que promoverá a descentralização, explorará os exames, fomentará o envolvimento dos países, utilizará tecnologia no ensino e constantemente experimentará.

A partir desta correção de rumo, os projetos neoliberais de reforma do Estado ganharam uma nova configuração, conforme Castelo (2008, p. 23):

Se antes das medidas corretivas defendia-se, no plano ideológico, o Estado mínimo, o Estado, agora, teria uma função reguladora das atividades econômicas

operacionalizaria, em parceria com o setor privado, políticas sociais emergenciais, focalizadas e assistencialistas. Na segunda fase do neoliberalismo – intitulada de *social-liberalismo* –, percebe-se que, desde meados da década de 1990, a ideologia dominante passou a admitir uma intervenção mais ativa do Estado na chamada “questão social”.

A história de dominação do sistema capitalista mostra que as “falhas” não estão exatamente relacionadas às relações mercantis e, sim, às relações do próprio sistema, ou seja, do próprio processo contraditório que se estabelece na relação capital/trabalho, a partir da correlação de forças entre a burguesia e a classe trabalhadora, que sempre buscará utilizar os aparelhos de hegemonia para o acúmulo do capital, o que só é possível com um extremo aprofundamento da exploração do trabalho a fim de expandir a taxa de mais-valia (MANDEL, 1990).

Ao efetuar uma análise sobre as experiências recentes de desenvolvimento no Brasil e as realizadas no início dos anos 1990 e 2006, a CEPAL (2008, p. 18) pontua as características do mercado de trabalho nesse período.

O mercado de trabalho, no Brasil, caracterizou-se pela heterogeneidade e por um elevado déficit de trabalho decente, que se revela sobretudo em quatro principais traços: a) elevadas taxas de desemprego e de informalidade, que resultam em baixo grau de proteção social e inserção inadequada dos trabalhadores; b) expressiva parcela da mão-de-obra sujeita a baixos níveis de rendimentos e produtividade; c) alta rotatividade no emprego; d) alto grau de desigualdade entre diferentes grupos, refletindo um nível significativo de discriminação, sobretudo em relação às mulheres e à população negra.

Assim, o anúncio do aumento das desigualdades sociais, a acentuação das restrições ao crescimento e ao aumento das instabilidades das crises econômicas na América Latina, conduz a CEPAL, as instituições multilaterais (BID, FMI) e os governos de países periféricos a realizarem críticas acerca das medidas ortodoxas ideológica das reformas neoliberais<sup>60</sup>, conduzindo à necessidade de reorientar suas análises de desenvolvimento e de tomar medidas de complementaridade aos princípios neoliberais emanados da orientação do Pós-Consenso de Washington.

---

<sup>60</sup> Contrariamente aos argumentos apresentados, os estudos da CEPAL comprovam – tendo como base dados empíricos – que a aplicação das políticas neoliberais nos países latino-americanos, aprofundou ainda mais as desigualdades já existentes. Esses estudos apontam, ainda, um aumento maciço do desemprego, especialmente entre aqueles trabalhadores com menor nível de escolaridade. Tem-se também um crescimento expressivo da informalidade, com maior degradação das condições de trabalho resultante dos processos de terceirização, de subcontratação e de modernização (CEPAL, 2003).

Em resposta, a nova CEPAL passa a defender um “retoque” nas reformas para expressar seu posicionamento, acerca das reformas neoliberais (CARCANHOTO, 2010, p. 138). A propósito, o autor menciona que

a nova proposta cepalina não é de reversão das reformas, mas de gerenciamento e direcionamento dos efeitos da abertura comercial e da liberalização financeira externa, de forma a canalizar o capital externo para as atividades produtivas voltadas preferencialmente para as exportações, ao mesmo tempo em que se procura a equidade social, embora as políticas para tanto sejam mais de caráter compensatório do que de reversão de estratégia de desenvolvimento propriamente dita.

Dessa forma, utilizando-se de um pensamento ortodoxo neoliberal, os estruturalista da nova Cepal defendem um modelo de desenvolvimento em que o Estado passa a desempenhar um papel ativo no mercado, com empenho para facilitar a entrada de capital externo dirigida para o financiamento do investimento produtivo.

É a chamada *terceira via*, que, iniciada inicia na segunda fase do neoliberalismo (social-liberalismo), caracteriza-se por um sincretismo entre o mercado e o Estado, conduzida por uma ideologia de promoção do bem-estar social. Para Castelo (2008), esse movimento marca uma inflexão do pensamento hegemônico envernizado por uma ética de esquerda, com palavras de ordem como justiça social, solidariedade, filantropia e voluntariado, com debates sobre equidade, capital humano, vulnerabilidade, exclusão social, ativismo ético e virtuoso (comunidades dotadas do capital social), funcionalidade do Terceiro Setor, sustentabilidade do meio ambiente e consciência social da empresas. O autor sintetiza o objetivo dos neodesenvolvimentistas na disputa pela hegemonia ideopolítica como uma espécie de terceira via.

Para a consolidação de uma estratégia de desenvolvimento alternativo aos modelos em vigência na América do Sul, tanto ao *populismo burocrático*, representado, na sua opinião, por setores arcaicos da esquerda e partidários do socialismo, quanto à ortodoxia convencional, representada por elites rentistas e defensores do neoliberalismo [...]. O principal objetivo dos novos-desenvolvimentistas é delinear um projeto nacional de crescimento econômico combinado com uma melhora substancial nos padrões distributivos do país. A consecução desse objetivo passa, necessariamente, por um determinado padrão de intervenção do Estado na economia e na “questão social”, principalmente, ao tocante à redução da incerteza inerente às economias capitalistas (CASTELO, 2008, p.194).

Para o autor, a equidade social expressa nos documentos da nova CEPAL insere-se nas estratégias burguesas de aceitação por parte dos opositores do neodesenvolvimentismo. A proposta de intervenção na “questão social” não é de redistribuição da riqueza social, ao

contrário, as políticas sociais, no contexto das “reformas”, são direcionadas para manutenção da ordem e da coesão social.

A utopia da *intelligentsia* neodesenvolvimentista relacionada à intervenção do Estado na “questão social”, baseada no crescimento econômico e na promoção da equidade social via igualdades de oportunidade, é assim sintetizada por Castelo (2010b, p. 197):

O Estado deve garantir condições macro econômicas e salvaguardas jurídicas que reduzam a incerteza do ambiente econômico, propiciando um horizonte mais previsível do cálculo de risco do investimento privado e aumentando, por sua vez, a demanda por fatores de produção, o emprego e os ganhos dos trabalhadores.

Katz (2010b) explica por que ser "neo", e não plenamente desenvolvimentista: “porque preserva a restrição monetária, o ajuste fiscal, a prioridade às exportações e a concentração do rendimento. Apenas defende o incremento dos subsídios estatais à indústria para reverter as consequências do livre-câmbio extremo”. Os defensores do neodesenvolvimentismo, portanto, mantêm as orientações neoliberais e as medidas de complementaridade dos do Pós-Consenso de Washington, adotando a ideologia da política keynesiana-desenvolvimentista.

A aliança estabelecida entre os neodesenvolvimentistas e o bloco social-liberal não acontece apenas no aspecto político, ambos compartilham a ideologia burguesa de compreensão limitada e superficial da dinâmica da acumulação capitalista e seus nexos com o subdesenvolvimento e dependência do Brasil aos centros capitalistas.

Diferente dos defensores da teoria desenvolvimentista, os neodesenvolvimentistas deixam de questionar as dimensões nacionais e internacionais das lutas de classe, a natureza do Estado classista e das ideologias, o imperialismo das corporações multinacionais e dos Estados centrais e o caráter exploratório e iníquo da acumulação de capital (CASTELO, 2010b), limitando-se a discutir a política econômica com propostas de políticas keynesiana-desenvolvimentista. Na apresentação do livro “Encruzilhadas da America Latina no século XXI”, o autor esclarece que

Adotando posições centristas moderadas, o novo-desenvolvimentismo, que em quase nada lembra o velho desenvolvimentismo latino-americano, coloca em discussão projetos nacionais de crescimento econômico combinados a uma melhora substancial nos padrões distributivos da América Latina. A consecução desse objetivo passa, necessariamente, por um determinado padrão de intervenção do Estado na economia e na “questão social”, principalmente, no tocante à redução da incerteza inerente às economias capitalistas periféricas a influência das ideias keynesianas (CASTELO, 2010b, p.23).

O “novo”, contudo, não significa a morte da ideologia econômica liberal, uma vez que “os keynesianos pertencem à mesma família ideológica liberal, e, em política econômica, defendem estratégias que podem ser complementares e que, muito provavelmente, são indissociáveis dentro do capitalismo” (FIORI, 2009, p. 4).

Sobre este assunto, Boschetti (2010), afirma que a social-democracia (social-liberais) tentou capitanear os três pilares clássicos das medidas adotadas para conter a crise estrutural do capitalismo pós-Revolução Industrial: (i) a produção em massa para consumo de massa (fordismo); (ii) a regulação econômica e social (com ampliação do papel do Estado na prestação de serviços); e (iii) a ampliação dos direitos na perspectiva liberal. Entretanto, ao analisar esses três pilares, a referida autora concluiu que as políticas adotadas pelos sociais-liberais não significam uma retomada das medidas keynesianas, mas instituição de *novas* modalidades de garantia de renda por meio de programas de transferência de renda em detrimento de políticas de geração de emprego.

Além disso, essas políticas apresentam a ausência de defesa de um projeto reformista, ou seja, não se identifica na agenda neodesenvolvimentista uma mudança estrutural a longo prazo para o Brasil<sup>61</sup>. Pelo contrário, os projetos sociais expressam a continuação dos princípios neoliberais, a despeito do que pensam os seus principais defensores<sup>62</sup>. Sem conseguir romper com a política ideológica do social-liberalismo, os novo-desenvolvimentistas – que até pouco tempo pertenciam ao campo da esquerda reformista – agregam, conflituosamente, a classe dominante de forma subalterna<sup>63</sup>. Tal complexidade “consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer: neste interregno, verificam-se os fenômenos patológicos mais variados” (GRAMSCI, 2000, p. 184).

Ao agregar a ideologia da velha ordem social, os neo-desenvolvimentistas fortalecem e ajudam a manter a supremacia burguesa e neutralizam disputas importantes da esquerda que luta contra o bloco hegemônico no continente. Para Katz (2010a, p. 32):

Ciertos analistas suelen presentar el curso centroizquierdista sudamericano como un beneficio internacional para los gobiernos radicales de Venezuela, Bolivia o Ecuador. Pero olvidan que las alianzas diplomáticas establecidas por los presidentes “progresistas” con estas administraciones apuntan a reforzar negocios de distintos grupos dominantes y a bloquear la radicalización de los procesos más avanzados de la región. En lugar de favorecer rupturas anticapitalistas apuntalan a las “boliburguesías” de cada país.

<sup>61</sup> Tanto no governo Lula, quanto no governo da presidente Dilma não foi realizada nenhuma reforma anticapitalista que abalasse a estrutura do capital (deixou de realizar a reforma agrária, uma política reivindicada pelo movimento de esquerda).

<sup>62</sup> Para os defensores do neodesenvolvimentismo, houve, no governo Lula, grandes transformações (SADER e GARCIA, 2010); reversão de tendências estruturais e predominância da visão desenvolvimentista nas políticas do governo a partir de 2005 (BARBOSA e SOUZA 2010).

<sup>63</sup> Nas palavras de Katz (2010a, p. 32), “Ciertamente Lula proviene del campo popular y sus adversarios actuales del riñón de la burguesía, pero también Obama se forjó en la adversidad racial y ahora sostiene sin ningún remordimiento al estado imperial”.

Nesta direção, os governos da América Latina passam a adotar as “reformas” orientadas pela CEPAL, as quais favoreceriam as políticas voltadas para

A criação de comércio e a elevação do emprego dos indivíduos ligados às atividades agrícolas, extrativismo e recursos minerais, que são atividades normalmente arroladas como aquelas em que os países em desenvolvimento têm maior vantagem comparativa. Como consequência, haveria criação de emprego e redução da desigualdade e da pobreza nos países em desenvolvimento que promovessem tais políticas (CEPAL, 2003, p. 30).

No Brasil, as “reformas” neodesenvolvimentistas têm início, oficialmente, no governo FHC, através do projeto de Emenda Constitucional nº. 173, tendo como principal responsável o então ministro da Administração e Reforma do Estado (extinto MARE), Luiz Carlos Bresser Pereira. Na análise dos fundamentos da “reforma”, no estudo *desenvolvimento e crise no Brasil*, Bresser (1997, p. 18) apresenta a necessidade de se “reformular” o Estado brasileiro e torná-lo um Estado Social-Liberal,

[...] social porque continuará a proteger os direitos sociais e a promover o desenvolvimento econômico; liberal, porque o fará usando mais os controles de mercado e menos os controles administrativos, porque realizará os seus serviços sociais e científicos, principalmente, por meio de organizações públicas não-estatais competitivas, porque tornará os mercados de trabalho mais flexíveis, porque promoverá a capacitação de recursos humanos e de suas empresas para a inovação e a competição internacional.

Sob esta ótica, o autor definiu os componentes básicos da “reforma”, tais como: a redefinição do papel regulador do Estado através da desregulamentação; o aumento da capacidade política do Estado em intermediar interesses, através da privatização, terceirização e publicização que envolvem a criação de organizações sociais; o aumento da governança, ou seja, a recuperação da capacidade financeira e administrativa de implementar decisões políticas tomadas pelo governo, através de ajuste fiscal.

Nesse projeto de “reformas” é possível identificar as orientações cepalinas acerca dos princípios ideológicos do novo desenvolvimentismo, ou seja, um Estado que regule os mercados no sentido de garantir um melhor ambiente institucional para as decisões privadas, a livre-iniciativa e o estímulo à concorrência, ou seja, permitir ao mercado a primazia na definição do desenvolvimento (CARCANHOLO, 2010).

No entendimento de Castelo (2010b, p. 23), o social-liberalismo “é uma proposta de revitalização do neoliberalismo por meio da adoção de uma agenda política de alívio às expressões mais agudas da “questão social”. Afirma, dessa forma, o autor que

Tais propostas ganham materialidade institucional por meio de políticas sociais assistencialistas e focalizadas de transferência de renda, programas de economia solidária e de empoderamento dos indivíduos e comunidades e de medidas regulatórias do Estado diante das falhas do mercado.

A propósito, em seu artigo sobre a “questão social” e o social-liberalismo brasileiro, publicado em 2008, o autor esclarece que, no Brasil,

O Consenso Social-liberal gira em torno de três proposições políticas e analíticas: (1) o crescimento econômico, por si próprio, não trará a redução das desigualdades, o que traz a necessidade de políticas públicas específicas e direcionadas para este problema; (2) os gastos sociais não são baixos, pelo contrário: deveríamos torná-los mais eficientes, melhorando a alocação de recursos com sua focalização nos estratos sociais miseráveis; (3) propostas de desenvolvimento baseadas no investimento no “capital humano”, reformas tributárias, previdenciárias e trabalhistas e ampliação do microcrédito (CASTELO,2010b, p25).

Essas políticas aparecem descritas como orientações oficiais no Relatório da Força-Tarefa sobre Políticas de Emprego<sup>64</sup> do (BRASIL, 1998a, p.20-21). Dessa forma, as políticas de trabalho emprego e renda devem: (i) assegurar a estabilidade econômica; (ii) dar continuidade às mudanças institucionais com o objetivo de gerar poupança e atrair novos investimento; (iii) promover ações geradoras de emprego e renda através de políticas ativas, com ênfase no apoio creditício e técnico às pequenas empresas e trabalhadores autônomos; (iv) investir em capital humano e em formação profissional da força de trabalho; e (v) reformar as instituições que regulam o funcionamento do mercado de trabalho e os conflitos de natureza econômica entre empregadores e trabalhadores de modo a incentivar a auto-composição entre as partes.

Nesse documento, é possível observar os pilares dos Programas de Geração de Trabalho, Emprego e Renda, com forte estímulo ao trabalho atípico e apelo aos temas de desenvolvimento social e sustentável: orientar a prestação integrada de serviços a comunidades pobres para diminuir o desemprego, promover o trabalho e a renda e aumentar a empregabilidade das pessoas. De fato, a proposta é endogenizar o desenvolvimento econômico local assegurando sustentabilidade às ações de promoção do bem estar da comunidade. A ideia consiste em integrar micro-crédito, qualificação e requalificação, assistência técnica, intermediação, estímulos ao associativismo, formação de cooperativas, pequenos negócios, entre outros.

---

<sup>64</sup> Força-tarefa instituída pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, no início de 1998, objetivando medidas de geração de emprego e renda.

Por isso a ênfase nas políticas sociais de caráter assistencialistas e focalizadas de transferência de renda nos governos neodesenvolvimentistas, tais como a Bolsa Escola, a Bolsa Alimentação, o Vale Gás e Comunidade Solidária no governo de FHC.

No governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva, ocorre a ampliação de cobertura, investimento e estabelecimento das condicionalidades nos Programas Bolsa Família, Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Minha Casa Minha Vida, o apoio à agricultura familiar com o Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), o programa Luz para Todos e programa de Economia Solidária, o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Plano de Aceleração de Crescimento (PAC).

O governo de Lula segue o receituário do Pós-Consenso de Washington, pois conjuga medidas de cunho social-liberal sem romper com as estruturas neoliberais. Ao contrário, rende-se às estratégias de valorização do capital, apoiando um conjunto de medidas para favorecer e proteger o investimento de empresas transnacionais em detrimento dos investimentos em Educação, Saúde, Habitação, entre outros.

Em outras palavras, o governo Lula e a continuação deste, com a Presidente Dilma Roussef (2010-2014), apresentam “uma mescla *sui generis* entre medidas do social-liberalismo e do novo-desenvolvimentismo (CASTELO, 2010b, p. 23), pois se orientam pelos temas neoestruturalistas, como redução da heterogeneidade produtiva e social, progresso técnico e inovação, e pela teoria do comércio internacional, que enfatiza o crescimento endógeno, cujo fator essencial é o progresso técnico e tem como instrumento a abertura dos mercados e a liberalização.

A aprovação das reformas da Previdência Social e das reformas Tributárias, pelo presidente Lula, corroboram a afirmação do autor. Tais reformas demonstram a aproximação do governo Lula com o receituário neoliberal, uma vez que dão continuidade ao ajuste estrutural ao capital, promovendo a fuga do emprego e a conversão de recursos dos trabalhadores para o segmento privado (BARBOSA, 2007).

Para Behring (2003, p. 23) <sup>65</sup>, “durante o período em análise, o país esteve diante de uma contra-reforma do Estado que implicou um profundo retrocesso social, em benefício de poucos”. Um contexto em que o Estado nacional passa a restringir sua ação a cobrir o custo de obras de infraestrutura sobre as quais não há interesse de investimento privado; a aplicar

---

<sup>65</sup> Para Behring (2003), o termo *contra-reforma* vincula-se à “recusa de caracterizar como reforma processos regressivos”. Para a autora, o reformismo é um patrimônio da esquerda, um termo que ganha sentido no debate do movimento operário socialista e de suas estratégias, tendo em vista a equidade e que difere, substancialmente, da perspectiva regressiva das “reformas” neoliberais. Como exemplo destes significados do termo, temos a reforma do Estado brasileiro materializada na Constituição de 1988, progressivamente destruída pela contra-reforma a partir da década de 1990.

incentivos fiscais e garantir escoamentos suficientes; e a institucionalizar o processo de liberalização e desregulamentação em nome da competitividade da economia do país.

Em tempos de contra-reforma, em uma estratégia hegemônica de luta de classe, de enfraquecimento e desgaste político dos sindicatos e da classe trabalhadora, as políticas sociais perdem a marca de direitos sociais, uma vez que, são analisadas por um discurso meramente ideológico, que as caracteriza como paternalistas, geradoras de desequilíbrio fiscal, causadoras de custo excessivo do trabalho e que devem ser acessadas via mercado (BEHRING, 2003).

Nesse contexto, a política de trabalho, emprego e renda na última década atua no sentido de garantir a legalidade às práticas decorrentes da flexibilização das relações de trabalho, principalmente nos Programas de Geração de Emprego e Renda cuja ação tem como base o financiamento do FAT de estímulo ao autoemprego, do aumento das capacidades individuais e desenvolvimento econômico, identificando-se com as recomendações do Banco Mundial e com outras iniciativas das agências multilaterais.

O quadro de políticas de estímulo à formas de superexploração da força de trabalho que recebem financiamento do FAT é numeroso. Sem a pretensão de esgotar os Programas de Geração de Emprego e Renda (PROGER) que compõe as linhas de créditos do FAT, destacam-se : o FAT Empreendedor Popular, priorizando a expansão do financiamento de operações de capital de giro a pequenos empreendimentos; o FAT Habitação, com o objetivo de gerar emprego na cadeia produtiva da construção civil; o FAT Pró-inovação; o FAT Fomentar, destinado ao financiamento de investimento produtivo às micro, pequenas e médias empresas; PROGER Jovem Empreendedor. Por meio desses programas de financiamento, o governo “desobriga-se da preocupação com o emprego, sugerindo que a autossustentação do trabalhador pode ser garantida pelo estímulo de sua capacidade empreendedora” (TAVARES, 2004, p.136).

A lista segue com os recursos do FAT destinados a financiamentos no âmbito do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO); FAT infraestrutura , voltado para o financiamento de projetos de infraestrutura no país; e, Programa de Modernização do Parque Industrial Nacional (Modermaq), instituído com o objetivo de promover a modernização da indústria e a dinamização do setor de bens de capital no país.

Um dos requisitos fundamentais do processo de reestruturação produtiva é repassar para o trabalhador o ônus de se tornar “empregável” e atender às exigências de competitividade e produtividade do mercado de trabalho. Sob essa ótica, os governos neodesenvolvimentistas apostam no financiamento de programas que visem à qualificação

profissional do trabalhador como requisito de colocação e recolocação ao mercado de trabalho.

O conceito utilizado pelos neodesenvolvimentistas sobre qualificação profissional remete à teoria de cunho desenvolvimentista sobre Capital Humano. Segundo Frigotto (1995), a introdução dos conceitos de capital humano no campo da qualificação profissional, além de reduzir a concepção de educação, desvia a educação profissional de seu papel, pois reforça uma esfera puramente econômica de preparação de uma força de trabalho exclusivamente para o mercado de trabalho, criando um fetiche no campo educacional:

A luta é justamente para que a qualificação humana não seja subordinada às leis do mercado e à sua adaptabilidade e funcionalidade, seja sob a forma de adestramento e treinamento estreito da imagem do *mono* domesticável dos esquemas tayloristas, seja na forma da polivalência e formação abstrata, formação geral ou policognição reclamados pelos modernos *homens de negócio* e os organismos que os representam. A qualificação humana diz respeito ao desenvolvimento de condições físicas, mentais, afetivas, estéticas e lúdicas do ser humano [...] capazes de ampliar a capacidade de trabalho na produção dos valores de uso em geral como satisfação das múltiplas necessidades do ser humano no seu devenir histórico. Está, pois, no plano dos direitos que não podem ser mercantilizados e, quando isso ocorre, agride-se elementarmente a própria condição humana (FRIGOTTO, 1995, p. 31-32).

Portanto, a ideologia neodesenvolvimentista, ao utilizar o conceito de “empregabilidade” e “competência”, repassa para o trabalhador a responsabilidade de manter-se “competente” e, assim, poder vender sua força de trabalho, retirando do Estado e do capital esse ônus.

Assim sendo, o Plano Nacional de Qualificação (PNQ)<sup>66</sup> enfatiza a importância das habilidades cognitivas e comportamentais, ganhando importância a certificação profissional e as Políticas Públicas de Juventude (PPJ). A partir de 2005, o público jovem passou a ser reconhecido como agente do desenvolvimento e fonte de “capital humano”, com alargamento das estratificações etárias – de 15 a 17 anos, de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos, e ênfase no desenvolvimento do Programa unificado ProJovem<sup>67</sup>.

A tendência atual das políticas de trabalho, emprego e renda é a de aumentar, através dos recursos do FAT, os investimentos em políticas ativas de emprego, como ações de intermediação de mão-de-obra, qualificação profissional e programas de geração de emprego e renda, linhas especiais de concessão de crédito aos desempregados e trabalhadores

<sup>66</sup> O Plano Nacional de Qualificação (PNQ), operacionalizado desde 2003, articula diretrizes, procedimentos e ações de qualificação social e profissional. Cabe destacar que o primeiro desenho da política de qualificação profissional foi o Programa Nacional de Formação Profissional (Planfor) em 1990.

<sup>67</sup> O programa ampliou seu atendimento com relação à faixa etária de 16 a 29 anos nas modalidades (ProJovem Adolescente, ProJovem Trabalhador, ProJovem Urbano). Cada jovem, como forma de incentivo, recebe um auxílio de R\$ 100,00 por mês, desde que tenha 75% de frequência nas aulas e cumpra com as atividades programadas.

autônomos, formação de empreendedores individuais e coletivos (Economia Solidária, Proger Urbano, Proger Rural, Pronaf, Pró-trabalho, Pró-emprego, dentre outros).

Os investimentos em políticas ativas são acompanhados de medidas de restrições nos investimentos para as políticas passivas de combate ao desemprego (Seguro-Desemprego; abono do PIS; multa de 40% sobre o saldo do FGTS; Indenização para a dispensa do trabalhador sem justa causa, dentre outras). Para restringir as políticas de proteção ao trabalhador desempregado, os neodesenvolvimentistas desenvolvem medidas que vão desde a aplicação do rigor legal para estabelecer o cancelamento do seguro-desemprego<sup>68</sup>, ao incentivo ao autoemprego com a desoneração fiscal e tributária, especialmente pelo Simples (1996), pelo Simples Nacional, pelo novo Estatuto Nacional das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (2006)<sup>69</sup>, e pela autoproteção social, com a criação Plano Simplificado de Previdência Social, em 2007<sup>70</sup>.

Sob a estratégia neodesenvolvimentista, o público das políticas passivas passa a ser alvo prioritário das políticas ativas de qualificação, financiamento, entre outra. A recente resolução do CODEFAT<sup>71</sup> (2011) estabelece que a transferências de recursos do FAT para a execução do Plano Nacional de Qualificação devem ser destinados, prioritariamente, para trabalhadores autônomos, de autoemprego, empreendedores (inclusive da economia solidária), agricultores familiares, trabalhadores rurais, e grupos sociais organizados.

O trabalho informal, segundo MTE, é uma alternativa de trabalho que contribui para solucionar o problema da falta de trabalho e emprego do país. Seu estímulo tem um grande apelo político ideológico da autonomia, do autoemprego. De acordo com a concepção do MTE (2011, p.27):

Das políticas que visam resolver o problema da falta de trabalho e renda de grande parte da população brasileira, a que vai mais fundo na busca de soluções definitivas é a de economia solidária. Isto acontece porque a economia solidária constitui um

<sup>68</sup> A legislação do Seguro-Desemprego tratou deste assunto, em especial a Lei Federal n.º 7.998, de 11 de janeiro de 1990, ao estabelecer que o Programa Seguro-Desemprego tem, dentre outras, a finalidade de “auxiliar os trabalhadores na busca ou preservação do emprego, promovendo, para tanto, ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional.” No mesmo texto legal, também estabeleceu o cancelamento do benefício seguro-desemprego “pela recusa, por parte do trabalhador desempregado, de outro emprego condizente com sua qualificação e remuneração anterior”. A lei determina a suspensão do pagamento do benefício do seguro-desemprego caso o trabalhador obtenha novo emprego, esteja recebendo benefício de prestação continuada da Previdência Social (exceto auxílio-acidente e pensão por morte) ou possua outra renda. De acordo com as normas, o trabalhador que não comparecer a três convocações consecutivas terá o benefício suspenso e deverá se apresentar ao SINE mais próximo de sua residência, a fim de atualizar o seu cadastro e justificar o não comparecimento. Se a recusa for “Sem Justificativa” o benefício será suspenso. O trabalhador poderá justificar o motivo pelo qual está recusando a vaga, por meio de Recurso administrativo, e dependendo da justificativa o benefício poderá ser liberado ou cancelado.

<sup>69</sup> O Simples Nacional é um regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicável às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, previsto na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

<sup>70</sup> Em 2007, foi criado o Plano Simplificado de Previdência Social para aumentar a porcentagem de trabalhadores autônomos cobertos. A contribuição mínima caiu de 20% para 11% do salário mínimo para o indivíduo que trabalha por conta própria (autônomo) e empresário, ou integrantes de sociedade empresarial, cujo faturamento anual seja de até R\$ 36 mil. O Plano Simplificado dá direito à aposentadoria por idade e por invalidez, mas não conta para aquela por tempo de contribuição. O trabalhador que quiser optar pelo plano normal, para a aposentadoria por tempo de serviço, pode complementar a diferença de 9%.

<sup>71</sup> Resolução n.º 679, de 29 de Setembro de 2011, do CODEFAT.

modo de produção alternativo ao capitalismo, em que não há a figura de empregador e nem de empregado. Os trabalhadores associados em cooperativas ou outros tipos de empreendimentos solidários são os proprietários da entidade e ao mesmo tempo os que realizam todas as atividades econômicas que seu funcionamento requer.

Ora, se a solução apresentada à falta de trabalho e emprego pelos ideólogos do neodesenvolvimentista é o autoemprego, pergunta-se: qual será a fonte dos financiamentos se todos os trabalhos se tornarem autoempregáveis, visto que o principal financiador das ações do trabalho atípico é o trabalho assalariado protegido? Isto é, é ele que constitui a principal fonte de recursos do FAT<sup>72</sup>.

Outra tendência das políticas de trabalho, emprego e renda, apresentadas pelos governos neodesenvolvimentistas, direcionadas para o trabalho formal. Diz respeito a que, em regiões como a Amazônia, estas políticas são, principalmente, atreladas aos grandes investimentos em programas de infraestrutura, a exemplo das redes de transporte (para facilitar o escoamento da produção), do sistema de telecomunicações (garantia de uma moderna e ágil comunicação entre as grandes corporações) e do abastecimento de energia (através do planejamento de construção de hidrelétricas como a de Belo Monte, no estado do Pará), para atender o interesse capitalista. Tal tendência segue a orientação cepalina, conforme exposto a seguir:

O crescimento econômico sustentado é o principal estímulo à maior demanda por mão-de-obra, mas não assegura automaticamente a criação de mais e melhores empregos. Por isso, devem ser priorizadas as políticas que ajudem a conciliar as estruturas de demanda e de oferta de trabalho, assim como aquelas que apoiem setores que contribuem mais para a geração de trabalho decente (CEPAL, 2008, p. 11).

Esses investimentos estão presentes nas iniciativas econômicas e políticas desenvolvimento na Amazônia, expressas, principalmente, nos planos de infraestrutura para integração nacional, como o PAC, intrarregional e ao mercado mundial, a exemplo da IIRSA e de outros projetos similares de reafirmação da América Latina – e, em particular, a região amazônica – enquanto região exportadora de matérias-primas e produtos agrícolas.

Tais iniciativas, por um lado, permitem suporte à política externa brasileira e asseguram ao Brasil o destaque no avanço da política de integração da América do Sul na direção de um acordo regional, na liderança da União das Nações Sul-Americanas

<sup>72</sup> O patrimônio do FAT é composto por: a) repasses constitucionais de 40% da arrecadação PIS/Pasep para o BNDES; b) depósitos especiais remunerados do FAT em instituições legalmente habilitadas (BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNB, BASA e Finep); e c) aplicações ativas no mercado financeiro, por meio do Banco do Brasil (BB Extramercado) (BARBOSA, 2007).

(UNASUL) e sua posição atual na economia mundial, ao lado da Rússia, Índia e China (BRIC). Juntos, esses países são responsáveis por aproximadamente 20% do PIB da economia mundial (VIANA; BARROS; CALIXTRE, 2011). Por outro lado, ao manterem estratégias de estímulo à superexploração da força de trabalho, condenam o país a ocupar a 5ª posição no *ranking* mundial dos países com maior grau de desigualdade, depois de ter passado da mais elevada desigualdade, em meados dos anos 1990, quando ocupava a 1ª posição, para a 4ª posição, no painel na primeira década do século XXI (GONÇALVES, 2011).

Esse quadro de contradição vivido pela sociedade brasileira demarca a particular condição de país periférico e dependente da atuação da classe burguesa brasileira frente às estratégias de desenvolvimento do capitalismo central que, no centro da luta de classe, “conseguem implantar e expandir posições de poder no seio dos aparelhos de Estado” (COUTINHO, 1985, p. 73) e consolidar as estratégias do grande capital, impondo fortes retrocessos aos direitos conquistados pela classe trabalhadora.

## 5.1 AS ESTRATÉGIAS CONTEMPORÂNEAS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL NA AMÉRICA DO SUL

A construção de uma alternativa de integração das nações Sul-Americanas tem início na década 1990, em um contexto auto-organizado das mais diversas correntes do pensamento da esquerda<sup>73</sup> latino-americana e do Caribe – a exemplo da Cúpula dos Povos da América e do Fórum Social Global, com o propósito de resistência ao imperialismo norte americano, combate as reformas neoliberais e reformulações regionalistas do socialismo em contraposição às iniciativas de integração regionais norte-americana, como a Área de Livre Comércio para as Américas (ALCA).

Em termos históricos, a ALCA foi lançada a partir da I Cúpula das Américas, em Dezembro de 1994, em Miami, evento convocado pelo presidente estadunidense Bill Clinton, que reuniu os 34 chefes de Estado e de Governo das Américas, com exceção de Cuba, por não possuir regime democrático (CAMARGO, 2004).

A rigor, a ALCA surge a partir dos objetivos políticos estratégicos dos Estados Unidos da América inseridos no projeto “Iniciativa para as Américas” de acessar o mercado

---

<sup>73</sup> Neste estudo, utiliza-se a expressão “esquerda” com a mesma conotação de Paulo Netto (2000, p. 221): conjunto de “movimentos e idéias endereçadas ao projeto de transformação social em benefício das classes oprimidas e exploradas, configurando-se pluralmente num variegado ‘espectro de cores e matizes’”. O referido autor classifica a “esquerda” em: **esquerda orgânica**, caracterizada pela vinculação de seus sujeitos a algum tipo de estrutura partidária, também chamada de grupuscular, e a **esquerda-movimento**, cujo protagonismo não se subordina a um aparato político específico.

consumidor latino-americano e restabelecer relações político-econômico-comerciais que ficaram em segundo plano, no período bipolar, e que foram minimizadas com a derrocada da União Soviética (CAMARGO, 2004)<sup>74</sup>. No entendimento dos participantes da Cúpula de Miami, o melhor regime político é a democracia representativa, definida por meio de eleições livres e transparentes e pelo direito de todos os cidadãos participarem do governo.

Nossos trinta e quatro países compartilham um compromisso ardoroso com as práticas democráticas, a integração econômica e a justiça social. Nossos povos nunca estiveram em melhores condições de expressar suas aspirações e de compartilhar suas experiências (DECLARAÇÃO..., 1994).

Naquele momento, a democracia representativa foi reconhecida como pré-requisito para o desenvolvimento. Para tanto, o mesmo deveria ocorrer mediante a integração econômica e o livre comércio a fim de se obter o crescimento econômico. A previsão dos líderes era que, com a construção da ALCA, as 57 barreiras ao comércio e ao investimento seriam progressivamente eliminadas (DECLARAÇÃO..., 1994). O documento, dessa forma, recomenda a necessidade de ampliação e o aprofundamento da integração econômica continental, mediante acordos entre os países membros, e a criação de uma infraestrutura continental que conte com a cooperação nos setores de telecomunicações, energia e transporte a fim de possibilitar a movimentação eficiente de bens, serviços, capital, informação e tecnologia:

Reconhecemos que a integração econômica e a criação de uma área de livre comércio serão empreendimentos complexos, especialmente em vista das diferenças consideráveis nos níveis de desenvolvimento e na dimensão das economias existentes no nosso Hemisfério. Estaremos cientes dessas diferenças ao trabalharmos em prol da integração econômica no Hemisfério. Buscaremos nos nossos próprios recursos, engenhosidade e capacidade individual, bem como na comunidade internacional, ajuda para alcançar as nossas metas (DECLARAÇÃO..., 1994).

A propósito, o Plano de Ação da Cúpula de Miami expõe a proposta baseada no ideário neoliberal do crescimento econômico por meio da integração econômica e do livre comércio, com o registro da intenção de

[...] maximizar a abertura de mercado por meio de altos níveis de disciplina à medida que trabalharmos com base nos acordos existentes no Hemisfério. Também nos empenharemos em conseguir acordos equilibrados e abrangentes, incluindo

<sup>74</sup> Segundo Camargo (2004, p.65), o interesse em restaurar vínculos com a região, como se viu, era político-estratégico, uma vez que os Estados Unidos observavam com certa preocupação a situação de permanente recessão em que se encontravam os países latino-americanos. Esta condição prejudicava não apenas o comércio, devido à dificuldade de importar produtos estadunidenses por parte daqueles países, mas também porque poderia haver consequências negativas para os processos de democratização em curso na América Latina, bem como para as políticas de combate ao narcotráfico propostas pelos Estados Unidos para a região. Outro efeito esperado e indesejado era a ocorrência de uma onda migratória em direção àquele país em busca de melhores oportunidades de emprego.

entre outros: barreiras tarifárias e não-tarifárias que afetem o intercâmbio de bens e serviços; agricultura; subsídios; investimento; direitos de propriedade intelectual; aquisição governamental; barreiras técnicas ao comércio; salvaguardas; regras de origem; antidumping e direitos compensatórios; padrões e procedimentos sanitários e fitossanitários; solução de controvérsias e política de concorrência (PLANO..., 199).

Frente a esse processo, os movimentos sociais de esquerda da América Latina buscavam estratégias de organização para o enfrentamento do que chamam de imperialismo norte-americano no continente. O I Foro dos Partidos de Esquerda é um exemplo. O evento reuniu diversos movimentos de esquerda, convocados pelo Partido dos Trabalhadores (PT) do Brasil<sup>75</sup>, em julho de 1990, e ficou consagrado como “Foro de São Paulo” (FSP). Nele se fizeram presentes os representantes de 48 partidos, organizações latino-americanas e do Caribe das mais diversas correntes do pensamento esquerdista.

O Relatório da Declaração final do I Encontro do FSP (1990) estabelece, como proposta principal, a definição de um novo conceito de integração dos países latino-americanos, como uma "alternativa popular e democrática" construída através de uma unidade de ação das organizações antineoliberais na “luta antiimperialista e popular” por uma “sociedade justa”, “livre” e “soberana”, a exemplo de Cuba, da “República Popular” da China e da “República Popular Democrática” da Coreia do Norte:

definimos aqui, em contraposição com a proposta de integração sob domínio imperialista, as bases de um novo conceito de unidade e integração continental. Ela passa pela reafirmação da soberania e auto-determinação da América Latina e de nossas nações, pela plena recuperação de nossa identidade cultural e histórica e pelo impulso à solidariedade internacionalista de nossos povos. Ela supõe defender o patrimônio latino-americano, pôr fim à fuga e exportação de capitais do subcontinente, encarar conjunta e unitariamente o flagelo da impagável dívida externa e a adoção de políticas econômicas em benefício das maiorias, capazes de combater a situação de miséria em que vivem milhões de latino-americanos. Ela exige, finalmente, um compromisso ativo com a vigência dos direitos humanos e com a democracia e a soberania popular como valores estratégicos, colocando as forças de esquerda, socialistas e progressistas frente ao desafio de renovar constantemente seu pensamento e sua ação (DECLARAÇÃO..., 1990.).

No II Encontro surgiu também a ideia de se trabalhar por uma maior integração continental através do intercâmbio de experiências, discussão das diferenças e busca de consenso para as ações das esquerdas no continente. Os Encontros de Manágua (1992), Havana (1993), Montevideu (1995), San Salvador (1996), Porto Alegre (Brasil - 1997),

<sup>75</sup> O chão histórico para o “protagonismo” do PT (fundado em 1980) no cenário internacional está relacionado à participação de seus militantes fundadores nos movimentos de esquerda ainda no contexto de reinserção da classe operária na cena política das grandes greves corridas em 1978, 1979 e 1980, especialmente no ABC, sob a liderança de Luis Inácio Lula da Silva, e; da aliança com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) no contexto da transição democrática no Brasil, expresso na “emergência de um novo pensamento social de oposição, explicitamente reclamando-se de esquerda” (DECLARAÇÃO..., 1990).

México (1998) e Manágua (2000) reafirmaram a vontade política de continuar essa trajetória de diálogo entre as diversas tradições de esquerda. Os balanços políticos, ano após ano, mostram a crescente influência dos partidos do FPS na América Latina.

Nesse contexto, os resultados das reuniões preparatórias de negociações da ALCA, eram sempre motivos de críticas e manifestações dos movimentos sociais latino-americanos, levando esses, durante a II Cúpula das Américas, em Santiago do Chile a promoverem a I Cúpula dos Povos da América, reunião paralela que buscava caminhos alternativos para o desenvolvimento da América Latina, pois viam as negociações da ALCA tão somente como mais uma manobra, uma estratégia imperialista dos Estados Unidos “para submeter a América Latina a um acordo global que permitisse a entrada de empresas transnacionais nos setores de serviços, telecomunicações, saúde, previdência social, compras governamentais, propriedade intelectual e investimento em geral” (CAMARGO, 2004, p. 68-69).

Assim sendo, novas manifestações ocorreram durante a III Cúpula das Américas, em Quebec, em 2001, quando se realizou a II Cúpula dos Povos da América, que tentou pleitear abertura e participação maiores da sociedade civil nos processos de negociação. Nesse mesmo ano, implementou-se a iniciativa do Fórum Social Global, que teria como sede em 2001, 2002 e 2003, a cidade de Porto Alegre. Os eventos contaram com a participação de diversos movimentos sociais, organizações não governamentais, intelectuais e centros de estudo e de pesquisa da América Latina e de outras regiões do mundo. A exemplo da Cúpula dos Povos da América, o objetivo do Fórum Social Global era “construir caminhos alternativos, ao mesmo tempo pluralistas e convergentes, de oposição ao pensamento dominante” (CAMARGO, 2004, p. 68).

Na III Cúpula das Américas, Hugo Chávez tem sua primeira participação oficial como Presidente da Venezuela nas negociações da ALCA, mostrando-se contrário à elaboração de uma Carta Democrática Interamericana:

A delegação venezuelana quer reservar a sua posição aos parágrafos 1 e 6 da Declaração de Quebec, porque, de acordo com nosso governo, a democracia deve ser entendida em seu sentido mais amplo e não apenas na sua forma representativa. Entendemos que o exercício da democracia abrange, também, a participação do cidadão na tomada de decisões e na gestão de governo, com vistas à formação diária de um processo orientado para o desenvolvimento integral da sociedade. Por isso, o governo venezuelano preferiu e, portanto, solicitou que, nesta Cimeira, o texto da declaração refletisse o caráter participativo da democracia (DECLARAÇÃO, 2001).

Quanto ao estabelecimento do prazo para a finalização das negociações e implantação da ALCA em 2005, o presidente venezuelano sugere a realização de uma consulta popular, por meio de referendo, a respeito do ingresso ou não dos países da região na ALCA.

A delegação da Venezuela reserva sua posição sobre o parágrafo 15 da Declaração de Quebec e o parágrafo 6-A do Plano de Ação, à luz das consultas que estão ocorrendo em vários setores do governo nacional dedicado à nossa legislação interna, com o fim de cumprir os compromissos que resultariam da aplicação da ALCA a partir do ano de 2005 (DECLARAÇÃO..., 2001).

No ano de 2002, o clima era de mudança no plano político, econômico e social para os movimentos sociais de esquerda da América Latina. O texto da Declaração de Antigua, no XI Encontro do FSP, em 2002, reconhece a vitória de Luis Inácio Lula da Silva à presidência do Brasil, o triunfo venezuelano a vitória de Evo Morales na Bolívia, como um ponto de inflexão na conjuntura política e social dos partidos de esquerda na América Latina e Caribe, que surgem com propostas de governos diferentes das propostas de cunho (neo)liberal. O documento destaca a importância dessas conquistas para uma mudança na lógica da integração dos países latino-americanos. Neste sentido, a recomendação do Foro aos partidos de esquerda era:

Aproveitar nossa (da esquerda latino-americana) vocação integracionista e contribuir efetivamente em todas as regiões para mudar os rumos dos processos de integração liderados até hoje por uma visão exclusivamente mercantilista. Aprofundar a integração latino-americana e caribenha significa, antes de tudo, priorizar a dimensão política e social, mediante a construções de instituições parlamentares regionais diretamente eleitos comissões representativas da pluralidade de interesses sub-regionais e de interesse dos povos, etc- e mecanismos que permitam a formulação e implementação de políticas públicas regionais para enfrentar os problemas causados pela grave desigualdades estruturais (DECLARAÇÃO..., 2002).

Apesar do apelo político ideológico dos movimentos da esquerda reformista do continente por uma mudança no projeto societário a partir das vitórias – em quase todos os países da América do Sul, de partidos e coalizões políticas nacionalistas, desenvolvimentistas e socialistas, durante a primeira década do século XXI –, os governos não conseguem romper com a estrutura das relações capitalistas de produção com projetos que fortalecem a dinâmica clássica de inserção internacional da economia latino-americana (FIORI, 2010).

A tese defendida por Castelo (2010b) vem corroborar esta afirmação. Para ele, a América Latina, desde o início do século XXI, desenha uma complexa encruzilhada política no campo da luta de classes: o social-liberalismo e o novo-desenvolvimentismo (Chile, Brasil, Argentina e Uruguai); e o socialismo do século XXI (Venezuela, Bolívia e Equador). Ainda segundo o autor, neste último bloco os projetos são realizados com a perspectiva da luta contra o neoliberalismo através de reformas sociais anticapitalistas. Por sua vez, os países que adotam o projeto com base no novo desenvolvimentismo agregam, em seus projetos, a

Agenda do Social-liberalismo (do neoliberalismo) e incorporam, na atuação do Estado, uma intervenção mais ativa às expressões da “questão social”.

No campo da correlação de forças das classes e frações de classes dos blocos de poder social-liberais, os neodesenvolvimentistas, o socialismo do século XXI defende projetos de integração regional sul-americanos com ideário político distintos. Assim, na periferia latino-americana, têm-se projetos com propósitos estratégicos de relançamento do neoliberalismo com a ALCA; de regulação do capitalismo regional no bloco do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL); de “modelo” neoliberal, com enfoque da ideologia neodesenvolvimentista no bloco da UNASUL; e, por último, da ALBA<sup>76</sup>, como bloco que se propõe suscitar formas de cooperação solidária compatíveis com o socialismo (KATZ 2010b; CASTELO 2010b).

Para Carcanholo (2008), apesar da não implementação do projeto de integração continental estadunidense, uma vez que não houve consenso pela concretização da ALCA, principalmente após a Cúpula de Mar Del Plata, em 2005, ela, a ALCA, está presente no projeto imperialista para a região como uma alternativa de aprofundamento e ampliação do MERCOSUL e aprofundamento da superexploração da força de trabalho, uma vez que este está inserido na estratégia neoliberal e, no máximo, pode ser do interesse de algumas frações das classes dominantes locais para ampliar seus mercados, podendo até, com isso, ganhar escala e competitividade para competir em outros mercados.

É em contraposição a esse “modelo” de integração regional dos países latino-americanos que surge a ALBA, lançada na III Reunião de Cúpula dos Presidentes da Associação dos Estados do Caribe, ocorrida na ilha Margarita (Venezuela), em dezembro de 2001, como um projeto de integração regional venezuelano. Na perspectiva de Briceño e Linares (2004), o novo bloco é a materialização da intenção integracionista do presidente Hugo Chávez expresso na Constituição da República e pode ser entendido como o reflexo das mudanças de rumo das políticas interna e externa da Venezuela, promovidas por este mandatário a partir de 1999.

Art. 153º: A República da Venezuela deverá promover e favorecer a integração sul-americana e caribenha através da assinatura de tratados internacionais que fomentem o desenvolvimento comum das nações desta região a fim de garantir o bem-estar e a

---

<sup>76</sup> A ALBA foi lançada em 2001, primeiramente com o nome de Alternativa Bolivariana para América Latina e Caribe. Em 2002, foi rebatizada com o nome de Alternativa Bolivariana para as Américas. Em seguida, no ano de 2006, com a incorporação do Tratado de Comércio dos Povos (TCP), passa a se chamar Aliança Bolivariana para os povos de nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP).

segurança coletiva de seus habitantes. Para tanto, poderá recorrer às organizações supranacionais para alcançar esse intento (VENEZUELA, 1999).

Segundo Fermín (2009), por sofrer resistência de diversos países latino-americanos, a ALBA foi oficialmente fundada em dezembro de 2004, com a entrada de Cuba, primeiro integrante do novo bloco, E com a assinatura da Declaração de Havana pelos presidentes Hugo Chávez e Fidel Castro. Tal documento definia um novo modelo de integração regional:

Expressamos assim, que a ALBA tem por objetivo a transformação das sociedades latino-americanas, fazendo-as mais justas, cultas, participativas e solidárias e que, por isso, está concebida como um processo integral que assegure a eliminação das desigualdades sociais e fomente a qualidade de vida e uma participação efetiva dos povos na conformação de seu próprio destino (DECLARACIÓN..., 2004).

Assim, a ALBA, proposta pela Venezuela como uma generalização das relações estabelecidas com Cuba, surgiu em contraponto às ideologias neoliberais da ALCA. Para o referido autor, o bloco se propõe a ser a unificação política dos povos latino-americanos por meio do fortalecimento das economias nacionais, com prioridade para o desenvolvimento social em detrimento dos interesses das empresas transnacionais. Para tanto, assume o compromisso da luta contra a pobreza e a exclusão social, com ênfase maior em áreas de educação e cultura, ao lado da infraestrutura e comércio, a fim de alcançar as melhores condições de igualdade social. Segundo Fritz (2007, p. 10), o bloco se contrapõe às chamadas “reformas”, cujo objetivo é “a desregulamentação e a privatização dos serviços públicos. Em lugar disso, se propõe a fortalecer o Estado e a promover a participação cidadã em assuntos públicos”.

Para concretizar seus objetivos e minimizar as assimetrias e particularidades nacionais, a Declaração de Havana prevê, entre outras medidas, a criação de fundos compensatórios e/ou de convergência estrutural e acordos de cooperação nas áreas de Saúde e Educação entre os países membros<sup>77</sup> (DECLARACIÓN..., 2004).

O Plano Estratégico para a aplicação da ALBA, que só foi finalizado em abril de 2005, durante a II Reunião Presidencial realizada em Havana, é composto por 49 acordos de cooperação. Entre outras medidas, prevê

---

<sup>77</sup> Segundo Fritz (2007) os principais projetos de cooperação entre os dois países estabelecidos no documento estão na área de saúde e de educação. Para o referido autor, enquanto, Cuba se compromete a enviar até 30 mil médicos à Venezuela, a atender em território cubano até 100 mil venezuelanos com enfermidades oculares e, ainda, oferecer aos venezuelanos cerca de 10 mil bolsas de estudos para cursar medicina em Cuba, além de fornecer seu método de alfabetização. De seu lado, a Venezuela oferece em troca dos serviços cubanos, transferência de tecnologia e financiamento nos setores energético e de infraestrutura, cursos de formação e bolsas de trabalho a 45 mil médicos cubanos. Ficou acordado também que esses projetos poderiam ser extensivos a terceiros países, como ocorre atualmente na Bolívia.

a instalação de centros de medicina diagnóstica integral, salas de reabilitação e fisioterapia, centros de alta tecnologia, formação de médicos venezuelanos, desenvolvimento da indústria elétrica em Cuba, isenção de pagamento de taxas e impostos por parte de empresas cubanas e um intercâmbio cultural cujo fim é a criação das Edições ALBA, empresa editorial responsável por propagar os ideais do bloco e os resultados de estudos e pesquisas, bem como a literatura latino-americana (FERMÍN, 2009, p. 352).

O reconhecimento dos povos indígenas como principal sujeito transformador na luta pela democracia aconteceu na III Reunião Presidencial, em 2006, em Havana, marcada pela entrada da Bolívia na ALBA e pela assinatura do Tratado de Comércio dos Povos (TCP), sigla então incorporada ao nome do bloco que passou a se chamar Alternativa Bolivariana para os povos de nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP).

O TCP preconiza práticas comerciais que favoreçam o fortalecimento dos pequenos produtores, microempresários, cooperativas e empresas comunitárias e prioriza a “complementaridade em detrimento da concorrência, a convivência com a natureza em oposição à exploração irracional dos recursos, a defesa da propriedade social em detrimento da privatização extrema e o fomento à diversificação de culturas [...]” (FRITZ, 2007, p. 10).

Após a entrada da Bolívia no bloco, agrega-se a este a Nicarágua, em 2007, a República Dominicana e Honduras, em 2008, Equador, Antígua e Barbuda e San Vicente e as Granadinas, em 2009, todos eles como membros plenos; Haiti, como observador; Uruguai e Federação de São Cristovão e Nevis (Saint Kitts y Nevis), como membros convidados (FERMÍN, 2009).

A Declaração Final da VIII Reunião Presidencial teve lugar em Havana, em 2009. Além de fazer um balanço dos projetos postos em execução no âmbito do bloco, chama a atenção dos países membros para a possibilidade de uma nova onda de golpes militares promovidos pelos Estados Unidos na região. De acordo com o documento, o golpe de Honduras e a instalação das bases militares estadunidenses em solo latino-americano sob o pretexto de combate ao narcotráfico e ao terrorismo seriam o indício de tal golpe. Assim, para os países membros da ALBA-TCP, o verdadeiro interesse dos Estados Unidos está em controlar os recursos econômicos, o domínio dos mercados e as mudanças sociais em curso na região, bem como impedir a integração regional.

[...] o estabelecimento de tais bases, somado às já existentes, é um perigo real para os países da região e a mais séria ameaça à paz, segurança e estabilidade na América Latina e no Caribe, ao mesmo tempo, representa um sério obstáculo para efeitos de integração da América Latina e no Caribe (DECLARACIÓN..., 2009c).

Na visão de Carcanholo (2008, p. 25), a ALBA-TCP “constitui uma proposta claramente antiimperialista, na perspectiva de um nacionalismo progressista que está procurando levantar a questão de uma aliança internacional na região para fortalecer essa alternativa”. Katz (2010a, p. 33) vê nesta iniciativa de integração o envolvimento de vários movimentos sociais, com grande possibilidade de se tornar uma referência na luta antiimperialista. Segundo o autor,

La convergencia popular que debe construirse al servicio de las mayorías es muy distinta a los programas de integración financiera o comercial, que promueven las clases dominantes. El embrión actual de la primera meta es el ALBA, actuando em coordinación con distintos movimientos sociales. Esta entidad podría convertirse en la referencia zonal de una batalla antiimperialista, en contraposición al afianzamiento del *status quo*, que prevalece en los encuentros de UNASUR.

A crítica de Katz sobre o fortalecimento do *status quo* da UNASUL tem sua explicação nos princípios que sustentam a nova alternativa de integração. Historicamente, o ponto de partida para a criação do foi a primeira Reunião Sul-americanas de Chefes de Estado e de Governo que ocorreu em Brasília, em 2000, sob a direção do presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso.

O novo bloco foi lançado na Cúpula Presidencial Sul-Americana realizada em Cuzco-Ayacucho (Peru), em 2004. Seu objetivo inicial era estabelecer uma zona de livre comércio para a América do Sul, formada pelos projetos de integração sub-regionais Comunidade Andina de Nações (CAN) e MERCOSUL, extensivo também ao Chile, Guiana e Suriname (DECLARAÇÃO..., 2004). A proposta brasileira excluía claramente o México e os países caribenhos, constituindo-se um bloco regional exclusivamente sul-americano.

Conforme a referida Declaração, o foco de atuação do bloco era a integração física, energética e de comunicações na América do Sul, como base do aprofundamento das experiências bilaterais, regionais e subregionais existentes, com a consideração de mecanismos financeiros inovadores e as propostas setoriais em curso, que permitam uma melhor efetivação dos investimentos em infraestrutura física para a região.

Em 2005, o bloco teve seu desenho final aprovado pela I Cúpula da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), realizada nos dias 29 e 30 de setembro desse mesmo ano, em Brasília (Brasil). Nessa última reunião, o bloco passaria a se chamar UNASUL. Em 2006, por meio da Declaração de Cochabamba, foram estabelecidos os objetivos e prioridades da integração sul-americana. Finalmente, em 23 de maio de 2008, a Cúpula Presidencial de Brasília (Brasil) aprovou o Acordo Constitutivo da UNASUL e deflagrou a discussão para a

criação de um Conselho de Defesa da América do Sul, que seria formalmente criado na Cúpula Extraordinária de 15 de dezembro daquele ano (TRATADO..., 2008).

O art. 2 do Tratado da UNASUL apresenta o objetivo geral da organização, no qual pode ser percebida a intenção de se estabelecer uma agenda eminentemente política, em que o âmbito comercial não está em primeiro plano.

A União de Nações Sul-Americanas tem como objetivo construir, de maneira participativa e consensuada, um espaço de integração e união no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos, priorizando o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infraestrutura, o financiamento e o meio ambiente, entre outros, com vistas a eliminar a desigualdade socioeconômica, alcançar a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir as assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e independência dos Estados (TRATADO..., 2008)

A respeito das alianças políticas intra e extra blocos, a UNASUL prevê, em seu art. 15, a possibilidade de cooperação não-comercial com outros parceiros em diversos âmbitos, desde que atendam aos interesses dos países da região:

A UNASUL promoverá iniciativas de diálogo sobre temas de interesse regional ou internacional e buscará consolidar mecanismos de cooperação com outros grupos regionais, Estados e outras entidades com personalidade jurídica internacional, priorizando projetos nas áreas de energia, financiamento, infra-estrutura, políticas sociais, educação e outras a serem definidas (TRATADO..., 2008).

Para Katz (2010b), a aliança com blocos imperialista – MERCOSUL e CAN, desqualifica a UNASUL como grupo que pretende se contrapor à classe dominante ou propor qualquer alternativa de mudança nas condições da estrutura social como pensam os neodesenvolvimentista. Segundo o autor,

Em qualquer das suas variantes o MERCOSUL do neo-desenvolvimento seria um projeto incompatível com reformas sociais significativas e com melhorias duradouras do nível de vida da população. Seria fundado numa concorrência pelos lucros que implicaria atropelos contra os trabalhadores. Estas agressões poderiam ser amenizadas por um certo período de tempo, mas ressurgiriam de modo mais brutal na etapa subsequente. Nenhuma regulação estatal permitiria contrariar indefinidamente as pressões ofensivas do capital (Katz, 2010b, p. 64).

Em que pese essa complexidade na relação capitalista de produção no atual contexto latino-americano, o projeto neodesenvolvimentista já possui a adesão da totalidade dos países do subcontinente: a República Argentina, a República da Bolívia, a República Federativa do Brasil, a República do Chile, a República da Colômbia, a República do Equador, a República Cooperativista da Guiana francesa, a República do Paraguai, a República do Peru, a

República do Suriname, a República Oriental do Uruguai e a República Bolivariana da Venezuela. Convém destacar que, dos dozes países, sete são países que compõe a região da Amazônia. Para esses países em especial, a UNASUL tem o objetivo de intensificar a integração comercial e remover obstáculos para o desenvolvimento do capital na região (com investimento de infraestrutura, finanças, comunicação, transportes, matriz energética, estratégias científicas e tecnológicas) e para aumentar a produtividade força de trabalho.

Declaram sua firme vontade de continuar aprofundando a consolidação de um espaço comum de integração política, econômica, social, cultural, energética, ambiental e de infraestrutura da Região para alcançar um desenvolvimento sustentado, que ajude a melhorar a capacidade de resposta da região frente aos desafios da crise que ainda persiste e de outras, que puderem apresentar-se no futuro (DECLARAÇÃO..., 2011)

No bojo desses objetivos, o compromisso dos governos em criar condições energéticas e de infraestrutura física que possibilite o processo de integração da América do Sul foi firmado. Essa foi a conotação dada nos discursos proferidos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 08 de Dezembro de 2004, na cidade de Cuzco-Peru, e da presidenta Dilma Rousseff, em 29 de julho de 2011, respectivamente:

A integração da infraestrutura física da América do Sul significa não apenas novas oportunidades de comércio e de acercamento entre os nossos países. É também requisito para que o continente possa inserir-se de forma mais competitiva numa economia globalizada. (BRASIL..., 2004).

Devemos estabelecer modalidades consistentes de financiamento a exportações, devemos desenvolver convênios de crédito recíprocos, aperfeiçoar meios para superar barreiras pontuais. Enfim, avançando na integração física, energética, logística, e na cooperação na área de ciência e tecnologia (BRASIL..., 2011)

Nos referidos discursos, são destacados os projetos prioritários nos campos da infraestrutura (transporte e energia), em curso, quais sejam: a ponte sobre o rio Orinoco, na fronteira com a Venezuela; a Hidrelétrica São Francisco (Brasil e Equador); a ponte Assis Brasil-Iñapari, na fronteira com o Peru; as importações de energia do Paraguai, da Venezuela e da Bolívia; o desenvolvimento da região do Rio Madeira; a segunda ponte sobre o rio Paraná, na fronteira do Brasil com o Paraguai; o corredor Bioceânico entre Santos e Antofagasta, no Chile; a segunda ponte do rio Jaguarão, na fronteira entre o Brasil e o Uruguai e a duplicação da auto-estrada do Mercosul.

A hegemonia do Brasil no bloco da UNASUL explica-se não só pela diplomacia dos governos FHC, Lula e Dilma, mas pela estratégia política desses governos em consolidar um projeto de infraestrutura regional que facilitasse a integração das economias dos países da

América do Sul aos pólos dinâmicos da economia capitalista, uma vez que, dos 31 projetos de infraestrutura que compõe o segundo bloco de projetos neodesenvolvimentistas, 11 terão ligação com o território brasileiro, sendo que dez deles já estão previstos no PAC (BRASIL, 2010a).

Essa estratégia, desenvolvida no ano de 2000, ainda no governo de FHC, e consolidada pelo trabalho elaborado pelos consultores do BID, entre eles Eliezer Batista, ex-presidente da Vale do Rio Doce e ex-ministro de assuntos estratégicos, ficou conhecida como IIRSA. Segundo Paim (2003), o Relatório do BID, destacava os principais problemas que inibem o comércio intra-regional e as alternativas para melhorar o fluxo de mercadorias, dentre os quais cita: a situação da falta de infraestrutura e as barreiras naturais da América do Sul.

Os “entraves” ao crescimento e desenvolvimento da América do Sul, vão além de criar infraestrutura para o escoamento da produção. A iniciativa requer que seja exterminada outra barreira: a existência de inúmeras comunidades de povos nativos, como indígenas e quilombolas.

As dificuldades seriam provocadas pela grande quantidade de rios que não são navegáveis pelas embarcações de maior porte, além das montanhas existentes. Seriam, portanto, obstáculos naturais que, segundo os defensores da IIRSA, podem ser facilmente superados através da abertura de estradas e de túneis; construção e/ou ampliação de ferrovias, portos, aeroportos e pontes; transformação de rios em hidrovias para facilitar a navegação de imensos navios utilizados no comércio internacional de mercadorias. De outro lado, os obstáculos também dizem respeito à existência de Terras Indígenas e de Remanescentes de Quilombos, de Florestas e Parques Nacionais, de Reservas Extrativistas, Reservas Biológicas e outras áreas protegida (LEROY; MALERBA, 2010, p. 15).

A expansão sulamericana das multinacionais brasileiras, financiadas pelo BNDES, segue uma política subimperialista<sup>78</sup> liderada pela classe burguesa hegemônica, dona do capital financeiro oligapolizado, representada por empresas especializadas em extrair matérias-primas, em dominar fontes de energia e abastecer os mercados consumidores, dentre as quais: Petrobrás, Gerdau, VM, Odebrecht, Friboi, Marfrig e Vale<sup>79</sup>. A expansão multinacional brasileira é proporcionada pela IIRSA, que facilita o escoamento,

<sup>78</sup> A respeito da noção de subimperialismo, Katz (2009, p.10) explica que o termo “contribui para a superação do simplificado esquema de centro-periferia e indica a variedade de relações que a polarização do mercado mundial produz. Retrata a existência de formações intermediárias que alguns pensadores teorizaram com o conceito de semiperiferia”. Para esse autor, muitas razões econômicas, políticas e sociais explicam a evolução o Brasil de semiperiferia para subimperialismo.

<sup>79</sup> Os donos da energia no Brasil tem sido uma fusão de grandes bancos (Santander, Bradesco, Citigroup, Votorantim), grandes empresas energéticas mundiais, Suez, Tractebel, AES, Duke, Endesa, General Eléctric, Votorantim), grandes empresas mineradoras e metalúrgicas mundiais (Alcoa, BHP Billiton, Vale, Votorantim, Gerdau, Siemens, General Motors, Alstom) grandes empresas empreiteiras (Camargo Correa, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão), grandes empresas do agronegócio (Aracruz, Klabin, Amaggi, Bunge Fertilizantes, Stora Enso etc). Para aprofundamento sobre o assunto ver: Movimento de Atingidos por Barragens. **Energia: Para que? Para quem?** Janeiro 2007-Apresentação Power Point.\_\_\_\_\_. **A luta dos atingidos por barragens contra as transnacionais pelos direitos e por soberania energética.** Cartilha, 2008.

principalmente de bens primários, através da construção de rodovias, pontes, hidrelétricas, gasodutos, entre outras obras.

Na análise desses processos, compreende-se que a UNASUL é a principal estratégia neodesenvolvimentista de integração comercial, produtiva, tecnológica e financeira dos países sulamericanos aos principais países imperialistas. O bloco não rompe com a lógica do processo de acumulação capitalista, ao contrário, a política de integração desenvolvida pelos projetos da IIRSA é baseada na exploração dos recursos naturais e na superexploração da força do trabalho.

A correlação de forças das classes e frações de classes da burguesia entre os neodesenvolvimentista e os sociais liberais afeta diretamente a classe trabalhadora, pois obedece a princípios neoliberais com políticas de flexibilização das relações de trabalho, de reformas privatizantes e liberalizantes para franquear recursos naturais e setores de energia, transportes e comunicações junto à IIRSA e garantir os ganhos principais da grande burguesia, proprietária do capital financeiro oligopolizado, que lidera, oficialmente, através da UNASUL, o subimperialismo do Brasil contra os países sulamericanos.

Para consolidar o objeto implícito da UNASUL, ou seja, o subimperialismo da burguesia brasileira, os neodesenvolvimentistas renegam projetos alternativos de mudança na ordem social e defendem a atuação ativa do Estado nas expressões da “questão social” com políticas massivas e focalizadas, com um maior investimento nas políticas de reprodução da força de trabalho.

Ao deixar de analisar as contradições próprias do desenvolvimento capitalista na região, os neodesenvolvimentistas não estabelecem os nexos das políticas neodesenvolvimentista, representados pelos projetos da UNASUL e da IIRSA, com a agonização das expressões da “questão social” na região. Convém registrar que as alternativas de desenvolvimento e de integração dos países latino-americanos pouco tem impactado para melhorar os índices de desigualdades sociais na América Latina, principalmente nos países da América do Sul, conforme já mencionado neste estudo.

Na análise comparativa dos indicadores sociais desses países, constatou-se que o Brasil, apesar de apresentar o menor índice de proporção de população em condição de pobreza extrema (17%)<sup>80</sup>, é o segundo país, junto com Suriname, com maior desigualdade de renda da região (Tabela 1).

---

<sup>80</sup> Segundo o Relatório da ARA (2011), algumas políticas de transferência de renda foram importantes para reverter o quadro de pobreza. Um exemplo é o Bolsa Família, programa de erradicação da fome e combate à pobreza no Brasil, que beneficiou 1,9 milhões de famílias amazônicas até 2008.

Tabela 1 - Indicadores Sociais nos países da região da Amazônia: % em 2011.

País	Pobreza Extrema % pop. abaixo da linha da pobreza extrema	Coefficiente Gini.	Informali- dade	Desem- prego % P. E.A	Traba- lho Infantil	Analfabetismo % população com + de 15 anos de idade <sup>81</sup>
<b>Equador</b>	37	0,56	68	02	08	8,5
<b>Suriname</b>	51	0,53	-	10	-	-
<b>Brasil</b>	17	0,53	60	08	14	11
<b>Guiana</b>	19	0,43	-	16	16,40	-
<b>Venezuela</b>	21	0,41	41	09	-	06
<b>Peru</b>	23	0,37	-	5,5	-	08
<b>Bolívia</b>	60	-	60	-	-	17

Fonte: ARA, 2011.

Os indicadores sociais apresentados pelo país que detém a liderança da UNASUL, dentro do grupo de países que compõe a Amazônia, de acordo com a tabela acima, elucidam a controvérsia do projeto político-ideológico neodesenvolvimentista expresso nos objetivos do bloco, principalmente em relação ao seu comprometimento com a redução da desigualdade social nos países membros, uma vez que, na lógica capitalista de produção, a igualdade social é uma condição impossível de ser atingida, pois a produção da riqueza está diretamente relacionada à produção da pauperização da classe trabalhadora.

Ao contrário do que afirmam os ideólogos burgueses, as estratégias de integração regional do referido bloco, com ênfase na dimensão comercial e de infraestrutura, têm aprofundado a condição de dependência estrutural dos países membros e perpetuando a superexploração da força de trabalho como fundamento dessa condição, expressa nos altos índices de analfabetismo, de desemprego, de trabalho informal e de trabalho infantil.

Com efeito, em que pesem as diferenças geopolíticas culturais e comerciais entre Brasil e Venezuela, a verdade é que as estratégias políticas desenvolvidas pela ALBA-TCP, com ênfase em uma agenda positiva de integração<sup>82</sup> centrada nas políticas de seguridade social e de educação, com maior atuação dos atores estatais em detrimento dos atores privados e das forças do mercado (SANAHUJA, 2010), ao que indica, têm garantido à Venezuela melhorar os indicadores sociais, atingindo os objetivos do bloco de diminuir a extrema pobreza e melhorar a distribuição de renda (ver tabela 1).

As contradições aqui explicitadas entre os dois blocos de integração indicam que a ALBA-TCP, como “modelo” de integração regional, poderá ser uma real alternativa de

<sup>81</sup> Ainda conforme a referida instituição, (ARA, 2011, P. 31) a UNICEF considera o o analfabetismo é a máxima expressão da vulnerabilidade social, acentua a pobreza, a desigualdade e compromete o efetivo exercício da democracia . [...] A UNESCO estabelece 5% como valor crítico para o analfabetismo.

<sup>82</sup> Segundo Sanahuja (2010, p. 91), “a integração positiva está centrada na elaboração de políticas comuns e na construção de instituições, enquanto que a integração negativa está preocupada apenas com a liberalização comercial intragrupo”.

transformação da dialética do desenvolvimento periférico construída pelo capitalismo na América Latina, visto ser a que mais se aproxima dos caminhos apontados por Carcanholo (2008, p. 21) para a superação da condição de dependência estrutural dos países membros: “(i) criar uma acumulação ‘virtuosa’ do capital; (ii) engendrar um projeto antineoliberal/antiimperialista, nos marcos do capitalismo; e (iii) desenvolver uma alternativa socialista de questionamento da exploração do trabalho”. Contudo, a confirmação deste posicionamento ainda exige um estudo mais aprofundado sobre esses blocos e suas estratégias de integração regional, bem como sobre os mecanismos de participação da classe trabalhadora no interior destes.

## 5.2 PROJETOS NEODESENVOLVIMENTISTAS NA AMAZÔNIA E NO ESTADO DO PARÁ: INICIATIVA PARA A INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA REGIONAL SUL-AMERICANA (IIRSA) E O PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC).

A Amazônia e o Pará entram no período neodesenvolvimentista com o aprofundamento de sua condição de dependência estrutural, ocorrida desde a incorporação da região na nova forma de inserção comercial, produtiva e financeira, no processo de mundialização do capital, o que ocorre em função de sua especialização produtiva e exportadora, cada vez mais centrada em *commodities* (madeira, ferro e alumínio em lingote)<sup>83</sup> e produtos industriais de baixa e média intensidade tecnológica, com vistas à demanda internacional, com produção através da superexploração da força de trabalho e da degradação do meio ambiente.

Esse movimento ocorre ao mesmo tempo que o esgotamento do modelo de desenvolvimento instituído pela Superintendência da Amazônia (SUDAM). Para Lira (2005), a ideologia desenvolvimentista que criou a SUDAM já não mais se sustentava com a crescente falta de recursos financeiros e as demandas dos projetos a serem viabilizados pela instituição. Para o autor, a extinção da instituição, após 35 anos de existência representou também a extinção desse modelo e o projeto de desenvolvimento regional (IDEM, p. 228).

Nestes termos, a SUDAM, em 2001, foi extinta pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. Transformada em uma agência multilateral de desenvolvimento, passou a se chamar Agência do Desenvolvimento da Amazônia (ADA), com a criação do Fundo de

---

<sup>83</sup> Somente entre 2004 e 2005 a produção /exportação de ferro aumentou em 39,4% no Pará ((LOUREIRO, 2009,p. 87).

Desenvolvimento Regional para o Norte (FDA), no mesmo ano. Sua recriação, em 2003<sup>84</sup>, com o governo LULA, têm relação direta com a consolidação de uma estratégia de desenvolvimento pautado em princípios ideológicos do social-liberalismo, aqui já estudado. É uma reformulação do pensamento neoliberal, denominado de Pós-Consenso de Washington, que acumula, entre outros princípios, a responsabilidade fiscal, como explicitado pelo Ministério da Fazenda (BRASIL, 2003, p. 5):

O novo governo tem como primeiro compromisso da política econômica a resolução dos graves problemas fiscais que caracterizam nossa história econômica, ou seja, a promoção de um ajuste definitivo das contas públicas. A ruptura com o passado de ausência de disciplina fiscal não pode ser baseada em arrecadações temporárias nem na expansão sem freio de contribuições em cascata que distorcem o sistema de preços relativos. Essa mudança exige o ajuste sustentável das contas públicas, com gestão mais eficiente dos recursos disponíveis, assim como reformas estruturais que assegurem o equilíbrio de longo prazo do orçamento público e permitam a retomada do investimento do governo em infraestrutura e expansão dos gastos sociais.

Assim, a agenda política dos Planos Plurianuais *Brasil em Ação*, (PPA 1996-1999) e *Avança Brasil* (PPA 2000- 2003)<sup>85</sup>, realizados, respectivamente, durante o primeiro e o segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, prevêem a eliminação de todo tipo de barreiras ou discriminações contra os capitais, com fortalecimento do entorno legal e regulatório (desregulação do mercado de trabalho e melhoria das regulações com respeito a investimentos privados em infraestrutura e serviços sociais); a melhoria da qualidade do setor público, parceria público e privado, a sustentabilidade do meio ambiente e uma maior ênfase no combate à pobreza e à distribuição de renda, princípios que foram ampliados no segundo Consenso de Washington (WILLIAMSON; KUCZYNSKI, 2004).

Tais princípios são mantidos nos programas do governo Lula com a ideologia do projeto neodesenvolvimentista, com destaque para os aspectos “crescimento econômico, ampliação e formalização do emprego e intervenção do Estado” (MOTA, 2010). Para a autora, o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) entra para a história como um dos principais protagonista da ideologia do neodesenvolvimentismo, fundado no equilíbrio entre

<sup>84</sup> Com a recriação da SUDAM e com a Lei Complementar nº 124 de 2007, são elaborados novos Planos Regionais de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA) e a remodelação do Fundo Constitucional de Financiamento, no Norte (FNO), criado com a Constituição Federal (CF) de 1988, e do Fundo de Desenvolvimento Regional para o Norte (FDA), criado em 2001.

<sup>85</sup> Os principais projetos do programa *Brasil em Ação* continham como objetivos a recuperação das estradas BR 364 (Brasília-Acre) e BR 163 (Cuiabá-Santarém); o asfaltamento da BR 174 (Manaus – Boa Vista); a implementação das hidrovias do Araguaia-Tocantins e do Madeira; o gasoduto de Urucu e a linha de alta tensão conectando Tucuruí a Altamira e Itaituba. O programa *Avança Brasil*, já no segundo mandato, concentrava os investimentos previstos para a Amazônia legal em quatro corredores multimodais de transportes, totalizando 3,5 bilhões de dólares. Mais de 50% eram destinados ao corredor Araguaia-Tocantins, cerca de 30% para o corredor Sudoeste, 15% para o corredor Oeste-Norte e 5% para o corredor Arco Norte. A estratégia territorial global para a implantação destas ações visava à incorporação efetiva dos territórios de sua parte mais ocidental ao Sul-Sudeste do país, tomando como eixos principais as hidrovias e duas rodovias norte-sul, Cuiabá-Santarém e Porto Velho – Manaus – Boa Vista – Venezuela (HERVÉ THÉRY 2005, p. 41).

crescimento econômico e desenvolvimento social, adjetivados de autossustentáveis econômico, social e ambientalmente.

Efetivamente, a adoção desses princípios significou a imposição de novos planos de desenvolvimento regional para a Amazônia e para o estado do Pará. Em consequência, surge o Plano Amazônia Sustentável (PAS), em 2003, com foco na expansão do mercado interno e externo, sobretudo o que deriva do consumo de massa, com a condicionante da estabilidade macroeconômica e o atributo da sustentabilidade ambiental, com importância equivalente à inclusão social, ao dinamismo econômico e à redução das desigualdades regionais. O plano serviu de referência às políticas públicas federais na Amazônia Legal, principalmente quanto às ações e aos programas previstos nos PPA 2004-2007; 2008-2011.

Nos objetivos do referido Plano, é possível observar os pilares da política neodesenvolvimentista para a Amazônia: (i) promover o desenvolvimento sustentável com valorização da diversidade sociocultural e ecológica e redução das desigualdades regionais; (ii) fortalecer a integração do Brasil com os países sul-americanos Amazônicos, fortificando a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e o Foro Consultivo de Municípios, Estados, Províncias e Departamentos do Mercado Comum do Sul (Mercosul); (iii) aprimorar e ampliar o crédito e o apoio para atividades e cadeias produtivas sustentáveis; (iv) incentivar e apoiar a pesquisa científica e a inovação tecnológica; (v) reestruturar, ampliar e modernizar o sistema multimodal de transportes, o sistema de comunicação e a estrutura de abastecimento<sup>86</sup>;

As estratégias presente do Plano, portanto, contemplam ações estruturantes desenvolvimento, constantes no PPA 2008-2011, principalmente, as estabelecidas no PAC. Suas ações específicas se materializarem, no estado do Pará, no Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da Rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém); o Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável para o Arquipélago do Marajó e o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu.

No PPA (2012-2015) do governo da presidente Dilma Rousseff, a agenda política do neodesenvolvimentismo é reforçada com o Plano Brasil sem Miséria, sob o slogan de “país rico é país sem pobreza”, com ênfase na ideologia política de crescimento econômico com desenvolvimento social. O programa mantém as estratégias de infraestrutura e integração, ampliação de programas já existentes, como o Bolsa Família, e a implantação de outros

---

<sup>86</sup> Para uma melhor compreensão do Plano ver: Brasil. **Presidência da República**. Plano Amazônia Sustentável: Diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira. Brasília: MMA, 2008.

programas com foco na Amazônia, dentre os quais destacam-se os programas Bolsa Verde e Água para Todos.

Em suma, os projetos do governo FHC e os Planos de desenvolvimento para Amazônia do governo dos presidentes Lula e Dilma têm por estratégia a revalorização do conceito de integração ao espaço produtivo brasileiro da política de integração regional da América do Sul e a redefinição da matriz dos novos planos de desenvolvimento. Tais estratégias apresentam princípios políticos ideológicos antagônicos quando se trata de adotar uma agenda política de alívio às expressões mais agudas da “questão social e manter a concentração e a centralização do capital sob o domínio das economias desenvolvidas.

Fica evidente que os planos de desenvolvimento para a Amazônia são medidas “canalizadas para aumentar a produtividade do trabalho, melhorar a qualidade de infraestrutura econômica, ampliar as dimensões dos respectivos mercados internos e estender as fronteiras dos espaços econômicos” (SAMPAIO JUNIOR; 2010, p. 43), através de grandes investimentos em programas de infraestrutura, como os gastos em rede de transporte (para facilitar o escoamento da produção), o incremento no sistema de telecomunicações (garantia de uma moderna e ágil comunicação entre as grandes corporações) e um incremento no abastecimento de energia. Essas principais medidas de investimentos fazem parte dos planos de infraestrutura de integração político-econômica ao mercado regional e mundial, tais como o IIRSA e o PAC.

Esses planos integram uma estratégia, para dominação sul-americana, de países imperialista e (sub) imperialista que utilizam ou compõe o bloco de nações conhecido como UNASUL, com o objetivo de promover o escoamento da produção para mercados como a China<sup>87</sup>, a Coreia do Sul e o Japão, diminuindo os entraves para a exploração das *commodities* (madeira, ferro e alumínio em lingote), da energia por meio da hidroeletricidade e da grande disponibilidade de uma superpopulação relativa que concorre entre si para ocupar os postos de trabalho gerados pelos projetos. Com isso possibilita maior facilidade de exportação de produtos.

A IIRSA foi criada há 10 anos, mas somente a partir de 2007 começou a executar projetos. Para os neodesenvolvimentistas dos governos Lula e Dilma, a IIRSA articula as principais prioridades macroeconômicas do país, além de concretizar os objetivos destacados na UNASUL. A incorporação nas estratégias da UNASUL traduz, em termos oficiais, a

---

<sup>87</sup> Em 2012, a China se tornou o maior parceiro comercial do Brasil, à frente dos EUA. Nos três primeiros meses de 2012, a China se tornou o principal fornecedor, atingindo 15,5% de todas as importações realizadas pelo Brasil, ultrapassando os EUA, que registraram 14,6% no mesmo quesito. A China lidera, por exemplo, a venda de máquinas e equipamentos para a indústria brasileira. Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos – ABIMAQ (2012). Disponível em: <ww.abimaq.org.br>. Acesso em 20 jul. 2012.

concordância dos doze países sul-americanos em implementar políticas públicas internas com o objetivo de convergir os setores de transportes (rodoviários, aquaviários e aeroviários), energia e telecomunicações (Brasil, 2010b).

O segundo bloco de projetos faz parte da denominada Agenda de Implementação Consensual (AIC) 2005-2010, na qual se insere o eixo do Amazonas<sup>88</sup> e que incorpora, no total, 35 (trinta e cinco) subprojetos. Desse total, 08 (oito) têm conexão com a Amazônia brasileira e, dentre eles, 03 (três) estão no Pará: Porto de Santarém e Itaituba; Programa de manejo ambiental e territorial – Rota Cuiabá e Santarém; Estrada Cuiabá Santarém – acesso à Hidrovia Solimões e Amazonas (IIRSA, 2010).

Conforme apontamos neste texto, as novas configurações do mercado mundial e da conjuntura política e social foi um dos fatores que levaram a maioria dos líderes da América do Sul a incorporarem os projetos da IIRSA às estratégias da UNASUL. Na prática, revela-se como uma estratégia para promover a conexão rodoviária, fluvial, marítima, energética e de comunicação do continente sul-americano com vistas à melhoria de infraestrutura que viabilize uma agenda de desenvolvimento voltada para promover o escoamento da produção para mercados como a China<sup>89</sup>, a Coreia do Sul e o Japão, diminuindo os entraves para a exploração dos *commodities*.

Ao mesmo tempo, essa ação subimperialista, além de aprofundar sua condição de dependência estrutural, favorece a internacionalização subordinada do subcontinente em benefício da burguesia financeira oligopolizada, representada pelas multinacionais brasileiras, como Petrobrás, Gerdau, VM, Odebrecht, Friboi, Marfrig e Vale<sup>90</sup>.

Nessa perspectiva, para o sociólogo Garzon (2008), a IIRSA é a contrapartida física das políticas de livre comércio, de compromissos continentais de remover os obstáculos físicos para o desenvolvimento capitalista, ou seja, a iniciativa assume uma agenda que reflete o desenvolvimento voltada para o aumento de escala e de produtividade das atividades e dos setores transnacionalizáveis. Segundo o referido autor, do total dos investimentos já empenhados nos projetos da IIRSA, 60% são oriundos dos tesouros nacionais, enquanto os 40% restantes são divididos, igualmente, entre a iniciativa privada e as instituições financeiras do Brasil, como o BID, a Corporação Andina de Fomento (CAF) e o Banco Nacional de

<sup>88</sup> Segundo Relatório da AIC de 2010, os 10 Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID) são: Andino, Amazônico, Peru-Brasil-Bolívia, Capricórnio, Escudo Guianês, Andino do Sul, Interoceânico Central, Mercosul-Chile, Hidrovia Paraná-Paraguai e do Sul (IIRSA, 2010).

<sup>89</sup> A China se tornou, em 2009, o maior parceiro comercial do Brasil, à frente dos EUA. As exportações brasileiras para a China no primeiro quarto de 2009, cresceram 64% em comparação ao mesmo período no ano anterior. Os principais produtos vendidos pelo Brasil à China são soja e ferro e em 2009 as vendas subiram 70% e 50% respectivamente (LOPES; 2010).

<sup>90</sup> Segundo o Relatório do Movimento dos Atingidos por Barragens (2010), os donos da energia no Brasil tem sido uma fusão de grandes bancos (Santander, Bradesco, Citigroup, Votorantim), grandes empresas energéticas mundiais (Suez, Tractebel, AES, Duke, Endesa, General Eléctric, Votorantim), grandes empresas mineradoras e metalúrgicas mundiais (Alcoa, BHP Billiton, Vale, Votorantin, Gerdau, Siemens, General Motors, Alstom), grandes empresas empreiteiras (Camargo correa, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão) e grandes empresas do agronegócio (Aracruz, Klabin, Amaggi, Bunge Fertilizantes, Stora Enso etc).

Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As populações, dessa forma, estão arcando com sua própria descartabilidade sem saber disso.

Contudo, o destaque do Brasil nos acordos de integração regional se deve, principalmente, a programas de infraestrutura, como o PAC, o qual incorpora vários projetos da IIRSA. O programa é fundamentado na concepção política e ideológica neodesenvolvimentista de “estimular o crescimento do PIB e do emprego, intensificando ainda mais a inclusão social e a melhora na distribuição de renda do País” (Brasil, 2010a).

Segundo Relatório do Comitê do PAC (Brasil, 2010), o programa prevê: investimentos em rede de transporte para facilitar o escoamento da produção (45 mil quilômetros de estradas, 2.518 quilômetros de ferrovias, ampliação e melhoria de 12 portos e 20 aeroportos); incremento no sistema de telecomunicações para garantir uma moderna e ágil comunicação entre as grandes corporações (geração de mais de 12.386 MW de energia elétrica, construção de 13.826 quilômetros de linhas de transmissão); e, ainda, incremento no abastecimento de energia mediante a construção de hidrelétricas, como a de Belo Monte, no Pará, entre outras ações.

O PAC, em alinhamento com as diretrizes da IIRSA e ajustado ao Eixo Nacional de Integração e Desenvolvimento (ENID), deve ser compreendido dentro da estratégia neodesenvolvimentista que vem sendo posta em prática, de modo especial, a partir dos PPA Brasil em Ação (1996-99), Avança Brasil (2000-03) e Brasil para Todos (2004-07), Brasil: Desenvolvimento com Inclusão Social e Educação de Qualidade (2008-11), Brasil Sem Miséria (2012-15), com macro-objetivos de garantir a conexão competitiva de partes do território nacional no mercado internacional, diminuindo os custos da produção e a maior aproximação com os mercados consumidores internos e externos.

Por ser uma área de interesse do capital mundial, a Amazônia precisa ser conectada aos principais setores/ramos de produção de riquezas (fluvial, terrestre e aéreos). Nessa perspectiva, as ações do PAC para a Amazônia são de investimentos em infraestruturas em portos, estradas, aeroportos e rios, tais como a criação de Portos (Vila do Conde), os projetos de geração de energia elétrica (UHE Belo Monte), as ligações intermodais (Estrada de ferro Carajás e Hidrovia do Tocantins) e Terminais Hidroviários na Amazônia e as Eclusas de Tucuruí.

Com efeito, todos esses projetos têm como meta agilizar o transporte e facilitar o escoamento de produtos das empresas transnacionais brasileiras. Na verdade, as ações estruturantes do PAC têm contribuído para aumentar os antagonismos na região, ou seja, se por um lado, geram condições favoráveis à “sustentabilidade” dos interesses de grandes

grupos econômicos nacionais e internacionais, por outro, propiciam o aumento da população relativa, da miséria e da degradação do meio ambiente.

Não há dúvidas de que o PAC é um complemento nacional da IIRSA. Já nas primeiras análises deste estudo são evidenciadas as conexões com o processo de integração das infraestruturas, principalmente a conexão rodoviária, fluvial, marítima, energética e de comunicação, a fim de garantir o escoamento da produção em escala continental. Ao que tudo indica, a meta de infraestrutura para integração da região da Amazônia ao comércio continental vem sendo viabilizada e atingindo o objetivo de crescimento econômico desejado.

Estudos (IBGE, 2011) indicam que o projeto neodesenvolvimentista para a Amazônia, apesar de proporcionar um crescimento econômico em ritmo próximo ao da média nacional (9,4%) – em especial nos Estados do Amazonas (13,8%) e do Pará (9,1%), com destaque para exportação de produtos, as *commodities* – e de favorecer uma infraestrutura rodoviária, energética e mineral para a região, pouco tem impactado para a redução da desigualdade social e para a garantia de sustentabilidade do meio ambiente .

A Amazônia possui um papel fundamental na regulação do clima mundial e se caracteriza como uma região de extraordinária biodiversidade. A bacia hidrográfica amazônica, a maior e provavelmente a mais importante do mundo, contém 60% das florestas tropicais remanescentes no planeta. No entanto, os mais de 140 (cento e quarenta) projetos de barragens descritos no banco de dados ameaçam de forma irreparável a integridade biológica da Amazônia e a vida das populações locais, cuja subsistência depende da preservação dos ecossistemas ribeirinhos (MAPA..., 2011).

Apenas na Amazônia brasileira estão sendo planejadas mais de 60 barragens. Em países vizinhos, como Peru, Bolívia e Colômbia, também se desenvolvem projetos de grande escala na região. A consequência estrutural das estratégias de desenvolvimento é o aumento da superexploração do trabalho e da degradação acelerada do meio ambiente, uma vez que os projetos não obedecem a critérios sociais e ambientais (MAPA..., 2011)

Estudo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) mostra que 80% dos desmatamentos na Amazônia ocorrem num raio de 50 km das margens de estradas, na sequência de obras de infraestrutura. Desde janeiro de 2007, o desmate legal do PAC equivale a 10% da derrubada de árvores na Amazônia Legal; entre agosto de 2009 e julho de 2010, segundo o governo brasileiro, foram devastados 7.008 km<sup>2</sup>.

A oferta de trabalho nos projetos, apesar de empregar maior quantidade de força de trabalho, é de curta duração. Por exemplo, nas duas hidrelétricas do Rio Madeira são previstos

40.000 (quarenta mil) trabalhadores, na de Belo Monte, 35.000 (trinta e cinco mil). Ao término da obra, esses trabalhadores, desempregados, e os membros de suas famílias, atraídos por novas oportunidades de trabalho, em empregos indiretos, no mercado informal, ou ainda na busca de terra e de assentamentos rurais, permanecerão na região, potencializando a situação de desigualdade social e de desmatamento na região (BARBOSA; SANTOS; HERNANDEZ, 2009).

Dados apresentados pelo IBGE (2011) indicam o aprofundamento da questão da imigração para a região do grandes projetos. Segundo o referido instituto, dos aproximadamente 25 (vinte e cinco) milhões de pessoas que moram na Amazônia, 80% estão localizadas nos centros urbanos, sendo que 12.033 (doze milhões e trinta e três mil) habitantes<sup>91</sup> encontram-se em idade ativa. O crescimento da população da região nos últimos 20 (vinte) anos foi de 41%, ao passo que a média brasileira atingiu 31%.

Segundo pesquisador da área ambiental Fearnside, em entrevista a ong Xingu Vivo (2011), a energia gerada através das hidroelétricas são usadas para indústrias eletro-intensivas de exportação, tais como as indústrias de beneficiamento de alumínio primário. Para ele, a lógica da usina de Belo Monte leva à construção de outras barragens como Babaquara, em Altamira-Pará, além de estimular a expansão das usinas de alumina (em Juruti e Barcarena) e de alumínio primário (em Barcarena e em São Luís-Maranhão).

O referido pesquisador destaca impactos com a construção, que incluem: a inundação de vastas áreas de floresta tropical; a perda, pela população indígena, de áreas de terra e de rio (lembrando que o uso do rio é crítico para essa população, pois o peixe é parte essencial da dieta); e a emissão de gases de efeito estufa. Sua avaliação é que, além de ocasionar esses grandes impactos, o benefício em termos de criação de empregos pelas usinas de alumínio é insignificante: apenas 2,4 dos empregos por GW de eletricidade consumida.

Os impactos gerados pelas dinâmicas capitalistas concentradas, particularmente nas obras do PAC executadas no estado do Pará, têm contribuído para aumentar os antagonismos na região, pois, se por um lado, geram condições favoráveis à sustentabilidade dos interesses das empresas transnacionais, por outro, são responsáveis pelo aprofundamento da condição de dependência estrutural da região, com o aumento da população relativa, o agravamento do pauperismo da classe trabalhadora e da degradação do meio ambiente por meio,

---

91 A população da Amazônia encontra-se distribuída nas seguintes faixas etárias: (i) de 0 a 09 anos de idade somam-se 4.891 (quatro milhões, oitocentos e noventa e um mil) crianças; (ii) de 10 a 17 anos de idade, são 4.093 (quatro milhões e noventa e três mil), entre crianças e adolescentes; (iii) de 18 a 29 anos, são 5.528 (cinco milhões, quinhentos e vinte e oito mil) jovens; (iv) de 30 a 49 anos de idade, somam-se 6.505 (seis milhões, quinhentos e cinco mil) habitantes e; (v) acima de 50 anos, são 3.919 (três milhões, novecentos e dezenove mil) habitantes (IBGE, 2011).

respectivamente, da exploração da força de trabalho e das fontes estratégicas de matéria-prima (minerais, florestais, agropecuários e agroindustriais).

Na dinâmica de contradição da relação capital/trabalho, em meio a tantas violações de direitos trabalhistas, a classe trabalhadora de Belo Monte luta por melhores condições de trabalho. Segundo a organização Xingu Vivo<sup>92</sup>, após a demissão de 150 (cento e cinquenta) trabalhadores pelo consórcio responsável pela obra, os 1.800 (mil e oitocentos) trabalhadores do canteiro de obras paralisaram suas atividades para iniciar uma negociação com a empresa acerca do pagamento de horas-extras aos sábados, cumprimento do acordo sobre as folgas de 90 (noventa) dias, aumento do vale-alimentação e instalação de telefones no canteiro.

As condições de trabalho na obra de Belo Monte não são diferentes daquelas em que ocorre a construção da hidrelétrica de Jirau, em Rondônia. A referida obra está sendo construída em meio a conflitos com os trabalhadores. De acordo com a organização Xingu Vivo<sup>93</sup>, 38 (trinta e oito pessoas), em 2009, foram libertadas de trabalho análogo à escravidão em uma prestadora de serviço da usina; em 2010, uma nova fiscalização em Jirau produziu 330 (trezentos e trinta) autos de infração por crimes trabalhistas. A movimentação envolvendo mais de 20 (vinte mil) trabalhadores, ocorrida em março de 2011, foi motivada pelas péssimas condições de trabalho e por violações de direitos humanos.

Para a organização Xingu Vivo, a obra trouxe à região o agravamento das várias expressões da “questão social”, como a prostituição, o uso de drogas entre jovens pescadores e ribeirinhos, a especulação imobiliária, a elevação dos preços dos alimentos, as doenças sem atendimento e violências de todos os tipos.

O percurso da análise desenvolvida neste estudo demarca, além do movimento contraditório da política neodesenvolvimentista do bloco UNASUL – expresso nas iniciativas do PAC e da IIRSA amparadas nos princípios políticos ideológicos da cooperação público-privada, com ações compartilhadas entre Governo e setor empresarial privado de “sustentabilidade” econômica, social, ambiental e político-institucional – pares conceituais incompatíveis na lógica do capital, que impõe, particularmente aos pesquisadores e profissionais que lidam diretamente com essas políticas, entre eles os Assistentes Sociais, o desafio de intensificar debates que identifiquem as controvérsias das políticas neodesenvolvimentista e de apoiar estratégias de integração regional, de estímulo a reformas sociais e de luta popular antiimperialista.

---

<sup>92</sup> Xingu Vivo. Trabalhadores de Belo Monte iniciam paralisação (Nov/2011). Disponível em: <<http://www.xinguvivo.org.br>>. Acesso em: 12 jan 2012.

<sup>93</sup> Xingu Vivo. Jirau de hoje pode ser Belo Monte, Tapajós e Teles Pires de amanhã. Publicado em 18 de março de 2011. Disponível em: <<http://www.xinguvivo.org.br>>. Acesso em: 12 nov. 2011.

## **6 FORMAS CONTEMPORÂNEAS DA POLÍTICA PÚBLICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA NO PARÁ: HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO**

A política de trabalho, emprego e renda no estado do Pará está vinculada à história da política social no Pará, desde a fase da ideologia desenvolvimentista, em que a política de trabalho estava atrelada às ações de Assistência Social da SETEPS, executadas dentro de uma ética moralizadora de controle da ordem social e de preparo profissional, até recentemente, com a criação da SETER, inserida na ideologia apologética do equilíbrio entre crescimento econômico e desenvolvimento social da política neodesenvolvimentista baseada no investimento do “capital humano”.

Segundo análises deste estudo, até a década de 1950 a economia do estado do Pará, segundo a ideologia desenvolvimentista, mostrava-se atrasada em relação à do resto do país, principalmente em relação às economias das regiões Sul e Sudeste. Essa relação tênue com o resto do país, segundo tal ideologia, decorria do quadro de estagnação, resultado da sua própria organização produtiva, baseada em atividades primárias, e da perda da importância da produção local de borracha no mercado internacional. No início da década de 60, com a construção da Belém-Brasília, teve início um processo de profundas mudanças na estrutura econômica estadual, as quais se acentuaram com a política do "integrar para não entregar", posta em prática pelos governos militares a partir de 1966, através de um conjunto integrado de ações institucional denominado "Operação Amazônia".

Além dos projetos privados incentivados pela SUDAM, foi incrementada a pesquisa mineral, promovida, em sua maior parte, por capital estrangeiro, que culminaria com a descoberta de importantes jazidas, dentre elas a província mineral de Carajás, ocorrida em 1967, pela "Companhia Meridional de Mineração", subsidiária multinacional da "United States Steel".

Com efeito, a política de desenvolvimento nesse período foi marcada pela ideologia da integração física, social e econômica da Amazônia para “corrigir” o atraso e a pobreza da região e acelerar processo de crescimento econômico do país por meio da industrialização. Mas, na prática, as intervenções governamentais significaram estratégias imperialistas de garantir suporte e infraestrutura para as instalações dos grandes projetos na região e de contribuir para o crescimento econômico das regiões Sul e Sudeste do país.

Paralelamente, as ações da política social eram executadas com forte atrelamento às práticas de cunho assistencialista e filantrópicas, relacionadas à articulação dos poderes

dominantes à época, como da burguesia latifundiária e da Igreja Católica, dentro de uma ética moralizadora de controle da ordem social e de preparo profissional.

O trabalho da então Legião Brasileira de Assistência (LBA)<sup>94</sup> insere-se nessas ações. Segundo Sposati (2004), a instituição se afirmou nas práticas assistencialistas das primeiras damas dos municípios, implementando políticas assistenciais pautadas em uma linha programática (ações de assistência social; qualificação e iniciação profissional; liberação de instrumentos de trabalho; programas educacionais para o trabalho e geração de renda, entre outras) marcadas por ações paternalistas e de auxílio emergencial e compensatório com a utilização de mão de obra voluntária para desenvolver ações complementares e a prática da parceria público e privado.

Cita-se também, como exemplo, a criação do Serviço Social do Gabinete do Governador Alacid da Silva Nunes, em 1966, cujo objetivo era o de atender à população que procurava a pessoa do Governador em busca de assistência pública, tais como internato para crianças e idosos, emprego, cadeiras de rodas, passagens para retornar à cidade natal ou prosseguir viagens, doação de material de construção (PARÁ, 1984).

Na década de 1950 e 1960, as ações da política desenvolvimentista estadual, direcionadas à política social, institucionalizam-se com a criação da Fundação do Bem Estar Social do Pará (FBESP)<sup>95</sup>, em 1967, cujos objetivos principais eram: (i) desenvolver programas e serviços de bem-estar social em caráter supletivo de atividades particulares; (ii) cadastrar todas as obras sociais locais, objetivando um trabalho integrativo junto ao povo; (iii) elaborar programas de trabalho que visassem à proteção e o fortalecimento da célula mater da sociedade: a família; (iv) orientar e incentivar serviços de amparo e proteção à velhice e à invalidez; e (v) definir e dinamizar a ação comunitária. Inicialmente, as ações da FBESP limitavam-se à área metropolitana de Belém, através do “Atendimento ao Menor Abandonado e/ou Autor de Infração Penal” e “Plantão Social”. Em 1969, a fundação inicia as ações junto ao idoso.

Nas décadas de 1970 a 1980, a política de trabalho, emprego e renda insere-se institucionalmente no planejamento orçamentário do Estado com a criação, em 1975, do SINE

---

<sup>94</sup>A criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA) ocorreu em 1942, no governo de Getúlio Vargas. Para Sposati (2004 p.20), “a L.B.A se torna uma sociedade civil de finalidades não econômicas, voltadas para congregar as organizações de boa vontade. Aqui a assistência social como ação social é ato de vontade e não direito de cidadania”. Inicialmente a LBA caracterizou-se como uma política de proteção materno-infantil, tendo como meta a preparação do futuro cidadão, através do preparo profissional e do respeito à hierarquia pela educação da criança. Posteriormente esta instituição ampliou sua linha programática de atuação com ações na área da saúde, assistência social, educação, habitação, trabalho, entre outras. Ainda em 1942, foi instituído o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Em 1946, foram fundados mais dois órgãos importantes para o atendimento dos trabalhadores: o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Social do Comércio (SESC) (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007).

<sup>95</sup> Criada através da Lei nº 3853, de 30 de Março de 1967.

e da SETEPS<sup>96</sup>, em 1979 (PARÁ, 1984). A propósito, a SETEPS<sup>97</sup> tem por finalidade a coordenação e a execução de assuntos relativos à Política Social no Estado nas áreas do Trabalho, Assistência Social e Habitação. As políticas ativas e passivas direcionadas para o mercado de trabalho ficavam assim distribuídas dentro da estrutura governamental:

Sabe-se que a política de trabalho não se resume à intermediação, mas, principalmente, a medidas que venham a possibilitar a colocação da população economicamente ativa no mercado formal de trabalho auferindo renda que lhe garanta o atendimento de suas necessidades básicas. Por outro lado, voltar-se somente para o Mercado Informal é reconhecer a sua inviabilidade, uma vez que essas atividades hoje já são realizadas diretamente, ou mediante convênio, pela FLBA, FBESP, Fundação João XXIII, SINE, SECON e possivelmente outras instituições (PARÁ, 1984 p.1).

Dessa forma, enquanto a SETEPS executava as ações direcionadas para o mercado formal, em parceria com o Ministério do Trabalho, a saber: intermediação de mão de obra, seguro desemprego e qualificação profissional, ações direcionadas para mercado informal foram intensificadas, sendo executados no âmbito da FBESP concentrados na Região Metropolitana de Belém.

Isso porque, conforme se verificou na seção anterior, a política desenvolvimentista, ao impor um modelo de economia agro-exportador baseado na exploração das matérias-primas e insumos básicos para atender, principalmente, as necessidades das grandes corporações transnacionais de empreendimentos de alta tecnologia e elevado aporte financeiro instaladas na região, ocasionou para a classe trabalhadora paraense um crescente processo de precarização do trabalho, com aumento do desemprego na região.

Constatou-se que esse quadro de pauperismo da classe trabalhadora foi agravado com o processo de migração de um grande contingente de trabalhadores intra e extra-estadual às frentes de expansão (ver tabela nº 2).

Tabela 2 - Identificação do número da população das principais cidades e do estado do Pará, no período de 1980 a 1988.

Unidades	1980			1988			%
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	
<b>Pará</b>	1670	1742	3412	3148	2434	5582	88,5
<b>Belém</b>	827	108	935	1168	104	1272	41,23
<b>Santarém</b>	102	45	147	180	74	254	76,47
<b>Marabá</b>	42	18	60	170	46	216	304,76
<b>Castanhal</b>	52	10	62	96	5	101	84,62

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil. IBGE, 1991.

<sup>96</sup> Criada pela Lei nº 4.893, de 26 de dezembro de 1979. O Decreto nº 2456 de 24/2/82 regulamenta a SETEPS que, alterando a composição organizacional básica lhe dá complexidade.

<sup>97</sup> Criada pela Lei nº 4.893, de 26 de dezembro de 1979. O Decreto nº 2456 de 24/2/82 regulamenta a SETEPS que, alterando a composição organizacional básica lhe dá complexidade.

O “modelo” de desenvolvimento de crescimento econômico, imposto para o estado do Pará, além de destruir as formas de trabalhos nativas das regiões de expansão das atividades geradas pelos grandes projetos, conduz o trabalhador a “buscar” formas precárias de trabalho que surgem por meio dessas atividades. Nesse sentido, Loureiro (1988, p.54) refere que

Os novos projetos e seu processo de expulsão da terra transforma o homem amazônico em peão de fazenda, “formiguinha” de garimpo, mateiro, queimador da mata, biscateiro nas cidades, enfim, em indivíduos desenraizados, desentranhados da terra nativa, agora empregados de outros, trabalhadores do capital.

O aprofundamento da luta de classes também é consequência dessa política. O aumento dos trabalhadores, atraídos de todas as regiões do país, principalmente rurais, formam um contingente de trabalhadores sem terra a disputarem a posse e o uso do solo com os grandes latifundiários. O conflito torna-se inevitável pela própria essência contraditória do sistema capitalista, que coloca, de um lado, trabalhadores sem terra e, do outro, grandes latifundiários, fazendeiros, grandes posseiros e grileiro. Sobre esse assunto, o relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT) registra 80 (oitenta) conflitos de terra no território paraense no ano de 1986. Esse número coloca o estado do Pará em segundo lugar na escala de estados com maior incidência de conflitos no país, atrás apenas do Estado do Ceará, que registrou um total de 96 (noventa e seis) conflitos de terras.

As transformações ocorridas no mundo do trabalho, no que se refere à flexibilidade do trabalho e dos salários, da substituição da relação salarial por outros tipos de contratos precários da classe operária assalariada, da combinação de concentração de renda, com perdas de direitos da classe trabalhadora e aumento da precarização e do aumento do desemprego (ANTUNES, 2006; HARVEY, 1993) impulsionam, além de um processo de transição democrática no Brasil, que tem suas bases no processo de organização dos trabalhadores, com a fundação do PT (1980) e da CUT (1982), uma reorganização institucional da política de trabalho, emprego e renda no país.

Neste sentido, a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS, 1993), reiterando a proposta da Constituição Federal (1988), foi imprescindível para a mudança de perspectiva da ação do Estado com relação à Política de Assistência Social, que têm em seus objetivos a promoção e a integração dos usuários da Assistência ao mercado de trabalho. Contudo, é a partir da Política Nacional da Assistência Social (PNAS, 2004), bem como do Sistema Único da Assistência Social (SUAS, 2005) que sua operacionalização é estabelecida.

É com base nesses parâmetros que a SETEPS executava os programas direcionados para a política de trabalho, emprego e renda no período de 1990 a 2003. As ações desses programas contêm forte apelo político-ideológico voltado tanto para a assessoria de atividades sindicais e acompanhamento, controle e fiscalização do cumprimento das Leis Trabalhistas no Estado, quanto para a difusão de informações trabalhista (ação da Universidade do Trabalho), visando ao fortalecimento da organização da classe trabalhadora, a formação profissional e a política de trabalho no Estado.

A ênfase nesse período foi a constituição da Comissão Estadual de Emprego, a partir da resolução nº 63, de 28 de julho de 1994, que estabelece critérios para reconhecimento, pelo CODEFAT, de Comissões de Emprego constituídas em nível estadual, federal e municipal. Essa Comissão foi instituída no âmbito do Sistema Nacional de Emprego e definida como um órgão ou instância colegiada, de caráter permanente e deliberativo de composição tripartite e paritária, com representações de entidades de trabalhadores, empregados e governos. É um espaço de participação da sociedade civil organizada no estabelecimento de prioridades para a execução da política de trabalho e emprego e relações de trabalho desenvolvidas com os recursos do FAT.<sup>98</sup>

As políticas ativas e passivas da política de trabalho desenvolvidas pela SETEPS, no período analisado, direcionadas para o “enfrentamento” ao desemprego, limitavam-se às ações do governo federal, especificamente aquelas situadas no âmbito do Programa SINE, com ações de intermediação de mão de obra, qualificação profissional e Seguro Desemprego, programas de geração de renda e microcrédito. Os recursos vinham, principalmente, da união, via FAT. Conforme mensagem governamental,

A estratégia adotada na implementação da política de promoção social, coordenada pela SETEPS, voltou-se para a orientação e fortalecimento de mecanismos de geração de oportunidade de trabalho e renda já existente e para instituições de novos mecanismos de estímulos à expansão do mercado de trabalho, dentre os quais: o Crédito Produtivo, o Plano de Educação Profissional e, no âmbito do Sistema Nacional de Emprego - SINE, a intermediação de mão-de-obra nos mercados formal e informal de trabalho, o atendimento do Seguro Desemprego, a geração de informações sobre o mercado de trabalho, e o Programa de Apoio a Geração de Emprego e Renda- PROGER (PARÁ, 2000).

---

<sup>98</sup> As Comissões Estaduais e Municipais de Emprego foram instituídas na primeira metade da década de 1990, como espaços de controle social das políticas públicas de emprego, trabalho e renda. As bases de sua constituição foram lançadas no contexto das lutas sociais, desenvolvidas, sobretudo, ao longo dos anos 70 e 80, tendo ganhado expressão institucional por meio da Constituição de 1988. As Comissões são formadas por uma representação tripartite e paritária de empregadores, trabalhadores e governos (MARINHO; BALESTRO; WALTER, 2010). É considerada instância superior no âmbito estadual, estando a ela vinculadas as Comissões Municipais, salvo em casos excepcionais, por decisão específica do MTE/CODEFAT (Parágrafo Único).

Constatou-se, nos relatório da SETEPS, que, nas ações realizadas em 1999, no âmbito do Programa SINE, houve um acréscimo no número de trabalhadores desempregados registrados, computando-se 54.955 (cinquenta e quatro mil, novecentos e cinquenta e cinco) trabalhadores à procura de emprego, enquanto, em 1998, estes totalizavam 50.939 (cinquenta mil, novecentos e trinta e nove), o que expressa um crescimento de 7,9%. Além disso, o número de colocações no mercado de trabalho formal passou de 7.553 (sete mil, quinhentos e cinquenta e três) para 12.038 (doze mil e trinta e oito) trabalhadores, correspondendo a um aumento de 59,4% (Pará, 1999). Esses trabalhadores concentravam-se, principalmente, na RMB, em atividades econômicas ligadas, em sua maioria, nas áreas da Construção Civil, Comércio e de Serviços, conforme mostra a tabela n° 3:

Tabela 3- Emprego formal, segundo atividade econômica, na RMB, no período de 1994-2004.

Atividade econômica	1994			2004		
	Admitidos	Desligados	Saldo	Admitidos	Desligados	Saldo
Extrativismo mineral	175	200	-25	12	5	7
Indústria de transformação	10560	9956	604	8429	7041	1388
Serviço ind. Útil.Pública	377	341	36	483	339	144
Construção civil	3215	3731	-516	7295	7072	223
Comércio	12142	11780	362	18986	14435	4551
Serviços	21268	19115	2153	28033	22764	5269
Administração Pública	711	497	214		38	31
Agropecuária	931	971	- 40	1778	1492	286
<b>Total</b>	<b>49.379</b>	<b>46.591</b>	<b>2.788</b>	<b>65.054</b>	<b>53.179</b>	<b>11.875</b>

Fonte: IBGE, 1997-/2005.

Observa-se que houve, no período 1994-2004, um aumento expressivo de trabalhadores admitidos no trabalho formal, principalmente nas atividades ligadas à área de Serviços, com aumento de 75,84% no comércio, que apresentou 63,95% de acréscimo, e na Construção Civil, 47%. Com relação à taxa de desocupação, segundo pesquisa do IBGE (2005), a RMB concentra maior índice de pessoas desocupadas, tanto em relação à média do estado do Pará, quanto em relação à média brasileira. Observe-se a tabela 4.

Tabela 4 - Identificação do percentual da população de desocupados no país, na UF e em Belém na faixa etária de 10 anos e mais no período de 1997 a 2001.

REGIÃO/ ESTADOS/ UNIÃO	1997	1998	1999	2001
<b>Brasil</b>	7,8 %	9,0 %	9,6 %	9,4 %
<b>Pará</b>	9,6 %	8,2 %	9,6 %	10,0 %
<b>Belém</b>	12,7 %	10,3 %	16,5 %	14,1 %

Fonte: IBGE, 2005

Esse elevado índice, ocasionado pelas políticas neoliberais, reforça novas estratégias governamentais de conduzir a classe trabalhadora a formas de trabalhos precários, com a ideologia do autoemprego. Sob essa orientação a SETPS realizou, em 1990, um total de 1.148 (mil, cento e quarenta e oito) encaminhamentos de trabalhadores autônomos, quanto às ações do PROGER. No ano de 1998, foram implementadas duas linhas de créditos, no total de R\$ 3.000.000,00 (três milhões) de créditos concedidos. Foram aplicados pelo Fundo de Desenvolvimento econômico, no período de 1996 a 1998, recursos na ordem de R\$ 9.700.000,00 (nove milhões e setecentos mil), contemplando 5.330 (cinco mil, trezentos e trinta) microempreendimentos no Estado (PARÁ, 1990 e 1999).

A transferência de recursos do governo federal, via FAT, para a execução das ações integradas de emprego do Programa Seguro-Desemprego, no âmbito do SINE, foi fortalecida a partir da criação do Plano de Ação para o Sistema Nacional de Emprego (PLANSINE)<sup>99</sup>, que inclui novas orientações institucionais para os exercícios de 2004 a 2007 e nos anos seguintes. A Resolução ressalta a necessidade de se observar o princípio da integração das ações das políticas públicas de emprego, no sentido de torná-las mais ativas na busca pela inserção produtiva do trabalhador no mercado de trabalho. Assim, as ações desenvolvidas pelo SINE devem prever a “integração das ações de intermediação de mão de obra e de apoio operacional ao Seguro-Desemprego, com as promovidas pela qualificação profissional e geração de emprego e renda” (art. 2º, I).

Convém destacar que, com esta resolução, 10% do total de recursos do FAT destinados à intermediação de mão de obra e orientação profissional são direcionados para o desenvolvimento de ações voltadas ao trabalho autônomo e doméstico e à orientação profissional de trabalhadores ocupados em outras categorias que não exigem carteira de trabalho assinada no território nacional (Art. 9º)<sup>100</sup>.

Em 2007, ocorre a criação da SETER como órgão da administração direta do Poder Executivo cuja finalidade institucional é promover com qualidade e efetividade as relações do trabalho e a geração de emprego e renda. Entre suas funções básicas destacam-se: formular, coordenar, executar e avaliar a Política Estadual de Trabalho, Emprego e Renda do Estado; estabelecer diretrizes para a política governamental nas áreas de geração de emprego e de

---

<sup>99</sup> Resolução Nº 376, de 19 de dezembro de 2003 do CODEFAT

<sup>100</sup> Ainda de acordo com os critérios de distribuição, 15% dos recursos são direcionados para ação de Intermediação de Mão de Obra e Orientação Profissional, com base no princípio da focalização, para o total dos trabalhadores desempregados do setor formal, dos seguintes grupos vulneráveis: a) Jovens de 16 a 24 anos e com escolaridade de, no máximo, segundo grau; b) Trabalhadores acima de 40 anos e com escolaridade de, no máximo, primeiro grau incompleto; c) Mulheres com escolaridade de, no máximo, segundo grau (Art. 9º da Resolução). Os 60% do total de recursos são para trabalhadores que se encontram em situação de desemprego aberto. 15% (quinze por cento) do total de recursos serão definidos com base no princípio da integração, que considerará a participação relativa de cada executor no total de trabalhadores colocados no mercado de trabalho por meio do SINE, que tinham direito ao benefício Seguro-Desemprego no período de julho de 2002 a junho de 2003, devidamente registrados no Sistema de Gestão das Ações de Emprego – SIGAE (Art. 9º).

renda; promover e supervisionar o processo de qualificação da mão de obra dos trabalhadores e fomentar a geração de emprego e da renda no âmbito estadual; além de apoiar, organizar e fomentar as iniciativas de produção familiar, comunitária, às atividades econômicas orientadas e organizadas pela autogestão (PARÁ, 2007).

No mesmo período, foi criada a Secretaria de Desenvolvimento e de Assistência Social (SEDES), cujas políticas adquirem estrutura organizacional própria. A criação das duas Secretarias era uma demanda antiga das Assistentes Sociais e demais servidores da SETEPS, já que a ruptura das políticas, no plano institucional, possibilitaria uma ampliação das ações programáticas das Secretarias e um maior aporte de recursos próprios do Tesouro Estadual.

A SETER adota, então, os mesmos parâmetro da política neodesenvolvimentista ao priorizar investimentos estaduais em políticas ativas, tais como: Programa Bolsa Trabalho, Programa de Qualificação Social e Profissional, Programa de Intermediação de Mão de Obra, Programa de Intermediação de Serviços e Produtos, Programa Estadual de Fomento aos Empreendimentos Individuais e Coletivos (Economia Solidária). Para as políticas passivas, entretanto, continua como mera executora dos programas federais (Programa de Atendimento e Operacionalização do Seguro Desemprego).

Para dinamizar a política de trabalho no estado, a SETER conta com a estrutura de três Agências de Trabalho e Emprego (ATER), espaços institucionais de referência que integram e dinamizam as ações de Trabalho, Emprego e Renda no Estado; e 58 postos de atendimento que executam, em parceria com o MTE, as ações do SINE em 53 municípios paraense. O controle social da política de trabalho e emprego é realizado pelas 48 Comissões Municipais de Emprego, além da Comissão Estadual. Essas comissões fazem parte da estrutura da SETER e também são mantidas através de convênio com o MTE.

As ações executadas pela SETER, no âmbito do SINE, a partir de 2007 seguem a Resolução nº 560/07, que define a atuação do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda e a política de intermediação da mão de obra, estabelecendo o princípio de adoção de mecanismos de acesso preferencial ou ações específicas para segmentos em situações de vulnerabilidade em relação ao trabalho.

De acordo com esta resolução, os serviços de intermediação de mão de obra, de qualificação social e profissional, deveriam ser, preferencialmente, dirigidos aos seguintes públicos: (a) trabalhadores sem ocupação, cadastrados na intermediação de mão de obra e/ou beneficiários das demais políticas públicas de trabalho e renda, particularmente ações de primeiro emprego (jovens estagiários, jovens aprendizes) e seguro-desemprego; (b) trabalhadores internos e egressos do sistema penal; (c) trabalhadores rurais; (d) trabalhadores

resgatados da condição análoga à de escravo; (e) pescadores; (f) pessoas com deficiência; (g) pessoas que trabalham em condição autônoma, cooperativada, associativa ou autogestionária, e outras formas de economia solidária, especialmente, os participantes do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO).

O documento também estabelece que, para cada um desses públicos, deverão ser priorizados os seguintes recortes: (a) trabalhadores domésticos; (b) jovens de 16 a 24 anos com escolaridade até o ensino médio; (c) mulheres com escolaridade até o ensino médio; (d) trabalhadores maiores de 40 anos com escolaridade até o ensino fundamental incompleto.

Em relação à ação de qualificação profissional a Secretaria adota 3 (três) linhas de atuação.

A primeira linha de atuação refere-se ao Plano Territorial de Qualificação (PLANTEQ/PA), que, executado via parceria entre SETER e MTE e balizada pela Resolução nº. 560/07 do CODEFAT, estabelece diretrizes para o PNQ, destinando-se a pessoas maiores de 16 anos, em situação de extrema vulnerabilidade (pessoas com deficiência, trabalhadores do mercado informal, jovens do primeiro emprego, populações tradicionais e remanescentes de quilombos, egressos do sistema penal, mulheres vítimas de violência, pessoas com 40 anos ou mais, entre outros).

A segunda linha de atuação refere-se ao Plano Setorial de Qualificação Profissional (PLANSEQ/PA), que, executado via parceria entre Governo do Estado/SETER e Ministério do Trabalho e Emprego/Governo Federal, balizada pela Resolução nº. 575/08 CODEFAT, estabelece diretrizes para o PNQ, direcionando-se a maiores de 18 anos, em maior vulnerabilidade econômica e social, populações mais sujeitas às diversas formas de discriminação social que, conseqüentemente, têm maiores dificuldades de acesso a um posto de trabalho, preferencialmente aquelas atendidas pelo Programa Bolsa Família. O PLANSEQ/PA contemplou os setores econômicos da construção civil e do turismo.

Na terceira linha de atuação encontra-se o Plano Estadual de Qualificação Profissional (PEQ), executado com recursos próprios do Tesouro Estadual. O plano tem como público alvo pessoas maiores de 16 anos, residentes no município atendido e visa a combater as vulnerabilidades momentâneas de estruturas do mercado do trabalho nos municípios atingidos por períodos de seca, de reordenamento ambiental ou esgotamento de matrizes econômicas existentes.

## 6.1 PROGRAMA BOLSA TRABALHO: ESTRATÉGIA NEODESENVOLVIMENTISTA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA NO ESTADO DO PARÁ

Dos programas desenvolvidos pela SETER com recursos financeiros oriundos especificamente do Tesouro do Estado<sup>101</sup>, no período de 2007 a 2010, destaca-se o Programa Bolsa Trabalho (PBT)<sup>102</sup>, que tem por premissa o ato normativo do Governo do Estado, expresso pela Lei 7.036, de 14 de Setembro de 2007, que regulamenta, em linhas gerais, o funcionamento do Programa, definição do público alvo, sua área de abrangência, o sistema de cooperação técnica e parcerias, bem como a destinação de recursos orçamentários do tesouro estadual, específicos para sua execução e desenvolvimento, garantindo sua sustentabilidade legal e material (SETER, 2008).

Para a execução do PBT, a SETER destinou mais de 90% do seu recurso orçamentário e financeiro, exclusivo do Tesouro do Estado para as ações finalísticas da Secretaria, ao financiamento das ações de qualificação social e profissional (incluindo a Incubação) e ao pagamento da bolsa trabalho e dos recursos necessários para a implementação e manutenção do Programa<sup>103</sup>.

Nos termos institucionais, o programa tem como objetivo qualificar jovens na faixa etária de 18 a 29 anos, pertencentes a famílias de baixa renda, preferencialmente atendidas pelo Programa Bolsa Família (PBF), que não exerçam atividades remuneradas ou que estejam desempregados, o período de permanência dos jovens no programa é de 03 (três) a 24 (vinte quatro) meses.

Durante o período de permanência, os jovens recebem uma bolsa no valor de R\$70,00 reais mensais, recurso repassado aos selecionados através do cartão Bolsa Trabalho, em convênio com instituições bancárias oficiais no Estado. Os jovens são acompanhados por Agentes de Desenvolvimento Social (ADS)<sup>104</sup>. A escolaridade exigida é de no mínimo 05 anos, com ênfase naqueles que estejam concluindo o Ensino Médio ou que o tenham concluído há no máximo 02 anos e que não estejam cursando o Ensino Superior.

Dentre as ações desenvolvidas pelo programa inscreve-se: (a) a qualificação profissional direcionada para o mercado formal e informal; (b) a intermediação de mão de

<sup>101</sup> A transferência é feita, através de recursos ordinários da fonte 0101 e do Fundo de Investimento e Combate a Pobreza - FICOP, criado através da Lei nº. 6.890, de 13 de julho de 2006. Fonte SETER

<sup>102</sup> O Programa Bolsa Trabalho (PBT) é uma política pública estadual e tem por premissa o ato normativo do Governo do Estado, expresso pela Lei 7.036 de 14 de Setembro de 2007, que regulamenta, em linhas gerais, o funcionamento do Programa, definição do público alvo, sua área de abrangência, o sistema de cooperação técnica e parcerias, bem como, a destinação de recursos orçamentários do tesouro estadual, específicos para sua execução e desenvolvimento, garantindo sua sustentabilidade legal e material (SETER, 2008).

<sup>103</sup> No período de 2007 a 2010, o recurso financeiro destinados à qualificação foi de R\$ 40.307.314 e para o pagamento das bolsas R\$ 101.330.135 que somam um total de R\$ 141. 637.444 (SETER, 2010).

<sup>104</sup> O ADS possui habilidades de educador social, residente na área de atuação do programa ou próximas a elas, era responsável por acompanhar o desempenho e a interação dos jovens com o programa (SETER, 2008)

obra para o emprego formal; (c) a intermediação de concessão de linhas de créditos especiais para empreendimentos individuais e familiares; (d) a criação de empreendimentos solidários, gerados através da metodologia de incubação com os jovens participante do programa.

A metodologia do Programa inicia-se com a seleção e o cadastro do público alvo, partindo do banco de dados do PBF, das escolas estaduais e de público atendido pelas Secretarias Municipais de Assistência. A Bolsa Trabalho, no valor de R\$ 70,00 (setenta reais) mensais, é garantida aos jovens logo após o seu cadastro. O recurso é repassado aos selecionados através do cartão Bolsa Trabalho, em convênio com o Banco do estado do Pará (BANPARÁ). Para ter acesso ao programa, os municípios precisam assinar termos de parceria com a SETER, cabendo-lhes, entre outras responsabilidades, criar ou reativar a Comissão Municipal de Emprego e realizar a gestão do programa no município.

A linha de qualificação do PBT assume objetivos em consonância aos do PNQ, o qual segue parâmetros do ideário neodesenvolvimentista quanto à inclusão social e redução das desigualdades sociais, assim como ao crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais e da promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.

A qualificação social e profissional do jovem no PBT estava metodologicamente distribuída em três eixos formativos: o primeiro, direcionado aos jovens que buscam colocação no mercado formal; o segundo e o terceiro, destinados a jovens que buscam tornasse “empreendedor” tanto individual quanto de forma coletiva.

Os cursos de qualificação profissional voltados para o mercado formal e para empreendimento individuais são realizados com uma carga horária média de 200 horas, distribuídas nos módulos de Formação para Cidadania, Conhecimento Específico e Gestão Empreendedora. A convocação para execução dos cursos é feita através de Edital Público de órgãos governamentais e não governamentais, que atuam na área. Tais órgãos, definidos como executores, deverão cumprir os critérios exigidos pelo programa e pela Lei 8.666, de 23 de junho de 1993<sup>105</sup>. Os planos de trabalho são submetidas à seleção da SETER com base na análise técnica, pedagógica e financeira das propostas, sendo elaborado parecer de aprovação das selecionadas, as quais são convocadas para a contratação.

O eixo de formação de empreendimento coletivo é realizado através de Convênio com a Universidade Federal do Pará (UFPA) e a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). A qualificação adota a metodologia de Incubação das cooperativas e empreendimentos solidários populares com base nos princípios da economia solidária. Inicia-

---

<sup>105</sup> Lei federal que normatiza os processos de Licitação e Contratos da Administração Pública

se com a mobilização e organização dos bolsistas para formação dos empreendimentos solidários; elaboração do plano de negócio dos empreendimentos recém-criados, com acompanhamento técnico até 02 anos, possibilitando o reordenamento das ações realizadas por cada empreendimento solidário.

Em linhas gerais, segundo a SETER e o PBT, o período de execução de outubro/2007 a agosto/2010 apresenta, como resultado de atendimento, um total de 72.300 (setenta e dois mil e trezentos) jovens beneficiados pelo PBT, em período de até 2 (dois) anos. Quanto à abrangência do programa, o relatório informa que o programa atingiu 92 (noventa e dois) dos 143 municípios do Estado, nos quais 65.772 (sessenta e cinco, setecentos e setenta e dois) jovens foram qualificados para o mercado formal e informal, e 1.800 (mil e oitocentos) receberam qualificação na metodologia de Incubação de Empreendimentos da economia solidária (ver tabela 05).

Tabela 5 - Programa Bolsa Trabalho: Resultados Gerais / Outubro de 2007 a 2010

Municípios atendidos	92
Jovens que receberam a Bolsa Trabalho	72.300
Jovens qualificados para o emprego formal	46.338
Jovens qualificados para o trabalho informal, em empreendimento individual	19.434
Jovens qualificados para o trabalho informal, em empreendimento coletivo, através da metodologia de Incubação da Economia Solidária	1.800
Total de jovens qualificados pelo PBT	67.572

Fonte: PARÁ, 2010

Após o processo de qualificação, a SETER estabelece metodologia para atendimento dos jovens qualificados nos três eixos. No eixo de empreendimento individual, os jovens são incentivados a acessar uma das linhas de microcrédito oferecida pelo programa em parceria com o BANPARÁ.

Para a ação de intermediação de microcrédito, o PBT contava com orçamento anual destinado pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico especificamente para este fim. Nesta ação, foi realizada a transferências de atividades realizadas pelo Programa CredPará para a serem executadas pelos servidores da SETER: (a) formação de processos, com cadastros das solicitações de crédito no sistema de crédito, verificação de restritivos na Receita Federal, tanto do bolsista, quanto do avalista; (b) liberação do contrato, com ata e boleto; (c) acompanhamento dos créditos pós-liberados.

A participação no Comitê de Crédito é tripartite (SETER, BANPARÁ e CredPará), com avaliação dos processos antes do encaminhamento ao CredPará, através do Comitê Consultivo da SETER denominado Consulcred.

Dos 19.434 (dezenove mil quatrocentos e trinta e quatro) jovens qualificados no eixo individual, apenas 6% tiveram acesso ao financiamento para seus empreendimentos individuais – um total de 1.200 (mil e duzentos) jovens no período entre 2008 e 2010. O valor total liberado pelo CredPará foi de R\$ 431.163,78 (quatrocentos e trinta e um mil, cento e sessenta e três reais), com um valor médio de liberação de R\$ 1.100 (mil e cem reais) por bolsista.

Quanto ao eixo da qualificação através da tecnologia de Incubação de empreendimentos da economia solidária, da meta estabelecida pelo programa, que era qualificar cerca de 3.000 (três mil) jovens, distribuídos entre os convênios com a UFRA, responsável pela meta de qualificar 1.000 (mil) jovens, e com a UFPA, que deveria qualificar 2.000 (dois) mil jovens. O resultado foi a qualificação de 1.800 (um mil e oitocentos) jovens e a organização de 21 empreendimentos coletivos. Destes, 08 empreendimentos foram organizados pelo convênio com a UFRA (05 em Santarém, 01 em Belterra, 01 em Juruti e 01 em Placas); e 13 realizados, através do convênio com a UFPA (02 em Ananindeua, 04 em Marabá e 07 em Belém). Cabe destacar que 90% dos empreendimentos chegaram a ser legalizados, mas, devido a ausência de recursos financeiros para concluir esta etapa, não possibilitaram acesso à linha de crédito para início do empreendimento.

Para o atendimento das metas de intermediação de mão de obra para o trabalho formal, a SETER estabeleceu parceria com a Federação das Indústrias do estado do Pará (FIEPA) direcionando os cursos de qualificação de acordo com os estudos do Programa de Desenvolvimento de Fornecedores (PDF), que mostra quantas e quais vagas estarão sendo geradas e qual o tipo de qualificação exigida para que os trabalhadores ocupem as vagas oriundas dos grandes projetos instalados, ou em via de serem, no Estado.

Em linhas gerais, o PDF é uma estratégia de apoio às grandes empresas mantenedoras. Seu objetivo é criar uma cadeia de fornecimentos (matéria-prima) para abastecimento das grandes empresas nacionais e multinacionais (mantedoras), como, por exemplo, a Companhia Vale do Rio Doce – VALE, com o Programa de Certificação de Empresas (PROCEN). O PDF articula a capacitação (com empresas apoiadoras, como o Serviço Brasileiro de apoio às Micros e Pequenas Empresas – SEBRAE) dos gestores das empresas fornecedoras a fim de melhorar sua tecnologia e seu potencial de fornecimento e de sua maior participação nas

negociações com as mantenedoras<sup>106</sup>. No programa, é levado em conta o ideário neoliberal de empresa enxuta, de ampliação do maquinário tecnocientífico e da redução da força de trabalho e da ampliação da produtividade, bem como da formação do funcionário do tipo “colaborador”.

O programa atende vários Estados, dentre eles Espírito Santo, Maranhão e Pará, Amapá, Minas, Bahia e Amapá, e em outros países, como Bolívia. Tem como finalidade capacitar as empresas fornecedoras, qualificar trabalhadores regionais, promover os fornecedores locais, reduzir custos para os clientes e propiciar a geração de emprego e renda. No estado do Pará, o programa iniciou suas atividades no ano de 2000, tendo como principal particularidade a qualificação da força de trabalho usada, principalmente, nas empresas mantenedoras.

O investimento em qualificação realizado pela SETER, no período de 2007 a 2010, como base no relatório de instalação de grandes projetos do PDF no Pará, apresentava como objetivo facilitar a intermediação da força de trabalho do jovem nesses projetos. Assim, segundo relatório do Convênio FIEPA-SETER 2008/2012, o total de mão de obra necessária no período no pico das obras nos projetos das grandes empresas é de 44. 900 (quarenta e quatro mil e novecentos) trabalhadores (ver tabela 6).

Tabela 6 - Projetos/Previsão de Mão-de-Obra Necessária: período de 2008 a 2012 / Mantenedoras do PDF-FIEPA

<b>Pólo</b>	<b>Municípios/Empresa</b>	<b>Projetos</b>	<b>Empresa Mantenedor</b>	<b>Mão-de-Obra no Pico das obras</b>
GRANDE BELEM	Paragominas, Barcarena, Belém	Paragominas III, CPA-Alumina, UTE Barcarena e Luz para todos	VALE Celpa/ Belém	12.200
CARAJÁS	Canaã do Carajás; Parauapebas, Curionópolis e Marabá	Cobre 118, Níquel Vermelho, Serra Sul, Carajás 130MTA Siderúrgica, SALOBO I e II	VALE	32.100
TAPAJÓS	Oriximiná e Terra Santa	Novas Minas	MRN	600
<b>TOTAL GERAL</b>				44.900

Fonte: Relatório do PDF (2010)

<sup>106</sup> Para Durval Freitas, na construção de rede todos ganham: os compradores por terem empresas locais, próximas e mais baratas, lhe fornecendo o que precisam. Os fornecedores por terem suas compras asseguradas do programa. Os trabalhadores que terão mais emprego. O Estado, que, devido ao maior movimento econômico, terá ampliada a arrecadação de seus produtos. (FREITAS, 2009).

Segundo IBGE (2010), a produção do PIB/Pará está concentrada em apenas 05 (cinco) de um universo de 143 (cento e quarenta e três) municípios paraenses: em Belém (capital metropolitana), por sua tendência no setor da Construção Civil, de Comércio e Serviços; em Barcarena, onde está localizado o polo aluminífero; no município de Parauapebas, que abriga o polo mineral de Carajás; em Ananindeua, onde se encontram instaladas as indústrias da área metropolitana de Belém; e em Marabá, com o seu polo siderúrgico decorrente do aproveitamento de parte dos minérios de Carajás.

Não por acaso, no período de 2007 a 2010, o governo desenvolvimentista do estado do Pará previu para esses polos investimentos de aproximadamente R\$ 17.351,800 (dezesete bilhões, trezentos e cinquenta e um milhões e oitocentos mil) em obras de infra estrutura, tais como: construção das 2 eclusas e do canal em Tucuruí; construção do píer 400 e da rampa *roll-on roll-off*, no porto de Vila do Conde; manutenção da BR-316 e da BR-010; construção de terminais portuários em Santarém, Monte Alegre e Breves (SEDECT, 2010).

Convém destacar que a Vale é uma das empresas mais beneficiada pelos projetos desenvolvimentistas e a principal responsável pela extração mineral no Pará, segunda maior mineradora do mundo, a maior corporação privada do continente sul-americano.

De acordo com informações do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/PA)<sup>107</sup> – só em Carajás sua produção foi 27 milhões de toneladas no terceiro trimestre de 2010, uma expansão de 17,7% sobre o mesmo período de 2009. De acordo com o movimento, dos 20 (vinte) mil trabalhadores das minas de Carajás, apenas 10% eram empregados da Vale, a qual utilizava os serviços de 170 empreiteiros, terceirizando assim 90% da mão de obra.

A SETER, neste mesmo período, qualificou um total de 78.394 (setenta e oito mil, trezentos e noventa e quatro) trabalhadores, atendidos nos programas executados pela Secretaria: Plano de Qualificação Social e Profissional do Pará (PQSP), Plano Territorial de Qualificação (PLANTEQ/PA), Plano Setorial de Qualificação (PLANSEQ/PA) e Programa Bolsa Trabalho (PBT). Quando comparado a ação de qualificação profissional ocorrida no período 2004-2006, observa-se um crescimento significativo de mais 300% da qualificação realizada pela SETEPS com total de 23.129 (vinte e três mil, cento e vinte e nove) trabalhadores qualificados (ver tabela 7).

---

<sup>107</sup> Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Disponível em <http://www.mstpara.com.br>. Acesso em 10.03.2011.

Tabela 7 - Qualificação Social e Profissional no Pará / Trabalhadores atendidos Comparativo 2004-2006 / 2007-2009

Programas de Qualificação SETER	2004	2005	2006	2004-2006	2007	2008	2009	2010	2007-2010
PQSP/PA	6.122	6.340	3.935	<b>16.397</b>	.....	.....	.....	.....	.....
PLANTEQ/PA (Convênio FEDERAL)	3.057	3.135	540	<b>6.732</b>	4.817	1.601	1707	1.687	<b>9.812</b>
PLANSEQ/PA (Convênio FEDERAL)	.....	.....	.....	.....	.....	.....	1.683	1.127	<b>2.810</b>
BOLSA TRABALHO	.....	.....	.....	.....	14.249	29.601	9.372	12.550	<b>65.772</b>
<b>TOTAL</b>	<b>9.179</b>	<b>9.475</b>	<b>4.475</b>	<b>23.129</b>	<b>19.066</b>	<b>31.202</b>	<b>12.762</b>	<b>15.364</b>	<b>78.394</b>

Fonte: PARÁ, 2010

Os cursos oferecidos pelos programas encontram-se inseridos nas seguintes áreas: Construção Civil (pedreiro, armador, carpinteiro, instalador hidráulico, eletricista hidráulico, pintor de parede); Mecânica (caldeireiro, mecânico montador, soldador, serralheiro, mecânico de automóveis, pintor industrial, torneiro); Elétrica (eletricista de força, eletricista montador, automação e controle); serviços (porteiro, empregado doméstico nos serviços gerais - cuidador de idosos, operador de microcomputador, telemarketing, assistente de vendas - informática e celulares); Administração (arquivista/arquivador, almoxarife, auxiliar de escritório/administrativo e contínuo/office-boy/office-girl).

Conforme a tabela 7, o PBT foi responsável por 81,32% do total de trabalhadores qualificados no período, ou seja, 65.772 (sessenta e cinco mil, setecentos e setenta e dois) jovens. Destes, 70,45% foram qualificados para o mercado formal, um total de 46.338 (quarenta e seis mil, trezentos e trinta e oito) trabalhadores.

Outra informação relevante refere-se ao total de jovens colocados no mercado de trabalho formal pelo programa: 20.400 (vinte mil e quatrocentos) jovens encontram-se empregados com carteira assinada, um índice de colocação de mais 52% (PARÁ, 2010). A instituição relaciona este resultado ao convênio SETER/FIEPA/PDF. Em outras palavras, ao fato de a qualificação estar direcionada aos projetos no Estado. Contudo, não foi possível a comprovação deste dado, pois não existe nos documentos da SETER registros de nome, contato ou endereço dos jovens que possam corroborar esse resultado.

De acordo com a Secretaria, essa estimativa foi realizada com base no aumento dos índices de colocação de jovens no Estado, dados fornecidos pelo CAGED/MTE. O

informativo do IDESP/PA (2010)<sup>108</sup> atribuí ao PBT, entre outros fatores, o aumento de colocação de jovens no Estado.

Tomando os dados do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego do Ministério do Trabalho (CAGED/2009), e frente ao cenário de crise mundial vivido a partir do segundo semestre de 2008, verifica-se que o estado do Pará obteve um bom resultado na manutenção e criação de empregos. Em grande parte isso se deve às medidas adotadas pelos Governos Federal e Estadual de estímulo aos setores produtivos através da desoneração fiscal com a redução de IPI e ICMS e investimentos públicos, principalmente, nas áreas de infraestrutura. Destaque também para o Programa Bolsa-Trabalho responsável pela inserção de jovens profissionais no mercado de trabalho, visto que esta faixa etária encontra maior dificuldade na obtenção do emprego. Os setores do comércio e serviços obtiveram o maior saldo de empregos em 2009 (PARÁ, 2010, p11).

A análise dos resultados aqui apresentados contribui para reafirmar a relação da Política Pública de Trabalho, Emprego e Renda desenvolvida no Estado com o ideário neodesenvolvimentista.

Primeiro porque direciona a política ao atendimento do público da chamada “nova questão social”, que emerge da crise do assalariamento (CASTEL, 1998), ou seja, qualifica jovens na faixa etária de 18 a 29 anos, pertencentes a famílias de baixa renda, preferencialmente, aqueles atendidas pelo PBF e que não exerçam atividades remuneradas ou que estejam desempregados. Para o autor, a instalação na precariedade atinge diretamente os jovens, que passam a alternar períodos de atividades, de desemprego, de trabalho temporário e de auxílio social. Assim, para ele, na “nova questão social” os trabalhadores

[...] encontram-se perdidos, quer dizer, desmembrados dos conjuntos coletivos, das regulações coletivas de proteção e de direito do trabalho. Passam, então, a ser indivíduos isolados de seus antigos pertencimentos quando se considera que as pessoas que se encontram nessa situação são, com frequência, jovens que até pouco tempo atrás não estariam expostos a essa situação, diferenciando-se das sociedades industriais. (CASTEL, 2007, p. 251-252).

A política de trabalho segue a orientação defendida pelo autor ao fazer uso da lógica de discriminação positiva, em que o Estado deve direcionar seus programas sociais para aqueles segmentos mais vulneráveis da população, ao invés de centrar-se nas políticas universalizantes que busquem a reduzir as desigualdades sociais.

A utilização da estratégia de concessão de recursos financeiro temporário (Bolsa Trabalho) é o segundo fator que aproxima a política de trabalho ao ideário

---

<sup>108</sup> Instituto de Desenvolvimento Social e Ambiental do Pará (IDESP/PA). **Análise do Emprego 2009 e Perspectivas para 2010**. Disponível em <[www.idesp.pa.gov.br/](http://www.idesp.pa.gov.br/)>. Acesso em 12 out. 2010.

neodesenvolvimentista. A estratégia é condicionar o benefício de caráter compensatório a diversas condicionalidades, tais como a participação no programa de qualificação profissional, a comprovação da condição de pauperismo e a disposição para realizar atividades de inserção produtiva<sup>109</sup>.

O valor individual de R\$75,00 mensal é um valor que não garante sequer as satisfações das necessidades básicas do trabalhador, mas, ao somar o total de recurso destinado a esta ação no âmbito da política de emprego nos quatro anos de pagamento das bolsas, chegamos a um total de R\$ 101.330.135 (cento e um milhão, trezentos e trinta mil, cento e trinta e cinco reais), investimento que não melhorou a condição de vida dos jovens ou fez com que eles pudessem acessar trabalhos de maior rendimento. Certamente, esses objetivos poderiam ter sido alcançados se o montante dos recursos tivessem sido investidos em políticas de educação e saúde.

A concessão da bolsa trabalho tem objetivo de diminuir a pressão sobre a procura de emprego, uma vez que, na sociedade capitalista, é impossível garantir o direito ao trabalho a todos os trabalhadores desempregados. Práticas como estas têm sido comuns na política neodesenvolvimentista, a exemplo do Programa unificado ProJovem<sup>110</sup> do Governo Federal, em particular do ProJovem Trabalhador, o resultado destas práticas políticas ideológicas de cunho focalistas e compensatórias é a naturalização do processo de (re)produção da miséria, tomado como inevitável, e não como resultado das contradições do sistema capitalista marcados pelas lutas políticas travadas entre projetos societários antagônicos e “permitindo que o real e o possível se transformem em ideal, sitiando, assim, a construção de projetos societários” (MOTA 2008, p.46).

O terceiro fator está relacionado ao atrelamento dos cursos de qualificação profissional à política ideológica de articular a política social e a política econômica. Em outras palavras, acreditam que ao formar capital humano para acompanhar a política de desenvolvimento do Estado, mais especificamente aos grandes projetos instalados na região, o Estado contribui para que o trabalhador aumente seu potencial de “empregabilidade” ou se torne um empreendedor, gerando seu próprio negócio:

---

<sup>109</sup> Os critérios de eficiência de uma política social são definidos pelos social-liberais de acordo com os seguintes parâmetros: (1) expansão da capacidade produtiva do beneficiário; (2) expansão do grau de utilização dessa capacidade, ou seja, dada a oportunidade, o beneficiário tem que se esforçar ao máximo para garantir o seu ingresso de renda; (3) satisfação das necessidades elementares para um ser humano (CASTELO, 2008).

<sup>110</sup> O programa ampliou seu atendimento com relação à faixa etária de 16 a 29 anos nas modalidades (ProJovem adolescente, ProJovem Trabalhador, ProJovem Urbano). Cada jovem, como forma de incentivo, recebe um auxílio de R\$ 100,00 por mês, desde que tenha 75% de frequência nas aulas e cumpra com as atividades programadas. O ProJovem Trabalhador é uma política de qualificação social e profissional, de **caráter compensatório**, desenvolvida em parceria SETER/MTE, visando preparar e intermediar essa mão-de-obra para o mercado de trabalho formal e fomentar novas oportunidades de geração de renda e a visão empreendedora desses jovens.

[...] a qualificação do PBT leva em consideração as demandas mercadológicas oriundas do mercado de trabalho real instalado; a implantação de projetos notadamente na área da mineração e do agro-negócio; o potencial para o desenvolvimento de empreendimentos individuais com base familiar e/ou coletivos com embasamento nos princípios da economia solidária (PARÁ, 2010).

A ideologia da política neodesenvolvimentista preconiza que as “falhas do mercado”, ou seja, o pauperismo da classe trabalhadora pode ser resolvido com a capacidade articular a política social com a política de desenvolvimento econômico (CASTELO, 2008). Contudo, o montante do investimento nos programas de qualificação profissional no período de 2007 a 2010 efetuado pela SETER pouco repercutiu para aumentar a média de trabalhadores inseridos no mercado de trabalho formal pela ação de intermediação de mão de obra da Secretaria.

No período analisado, a SETER apresentou uma média de 92.128 (noventa e dois mil, cento e vinte e oito) trabalhadores inscritos por ano e colocou uma média de 23.255 (vinte e três mil, duzentos e cinquenta e cinco) trabalhadores no mercado de trabalho formal, ou seja, uma média anual de 25,24% dos trabalhadores inscritos no SINE. Cerca de, 275.494 (duzentos e setenta e cinco, quatrocentos e noventa e quatro), trabalhadores inscritos continuam desempregados, um acúmulo de 74,76% (ver tabela 8).

Tabela 8 - Intermediação de mão-de-obra formal: indicadores de eficácia e efetividade/ valor total e valor médio das variáveis e indicadores no estado do Pará - 2007/2010

ANO	IMO			CAGED		EFICÁCIA			EFETIVIDADE		
	Inscritos	Vagas	Colocados	Admitidos	Desligados	C/I	V/I	C/V	I/D	V/A	C/A
2007	96.293	33.902	25.328	243.209	215.206	26,3	35,21	74,71	44,74	13,94	10,41
2008	107.511	34.726	25.656	272.339	263.613	23,86	32,3	73,88	40,78	12,75	9,42
2009	87.739	31.624	22.709	254.970	247.590	25,88	36,04	71,81	35,44	12,4	8,91
2010*	76970	27406	19326	248.530	210.935	25,11	35,61	70,52	36,49	11,03	7,78
Total	368.513	127.658	93.019	1.019.048	937.344	25,24%	34,64%	72,87%	36,16%	12,53%	9,13%
Media	92.128	31.915	23.255	254.762	234.336	25,24%	34,64%	72,87%	36,16%	12,53%	9,13%

Fonte: Pará, 2010.

Dos trabalhadores colocados pelo processo de intermediação de mão de obra, as vagas ocupadas pelos trabalhadores, no período analisado, encontram-se nas atividades ligadas ao setor da Construção Civil, Serviços e Comércio, seguidos da Indústria de Transformação e Extrativa Mineral. Ocupações que ganham em média de 1 a 2 salários mínimos (MTE/CAGED, 2010), que se relacionam com o tipo de qualificação oferecida pela Secretaria.

Conforme a pesquisa, na RMB a maioria da força de trabalho está concentrada nas ocupações ligada às atividades de comércio (52, 2%), construção (47%), serviços (70,5%). São trabalhadores contratados como vendedor de comércio varejista, serventes de obras, trabalhador de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas, auxiliar de escritório em geral e assistente administrativo. Os demais polos apresentam concentração de ocupação da força de trabalho vinculada à atividade extrativa mineral (51,2%) e indústria de transformação (49%), com destaque para contratação de trabalhadores como mecânico de manutenção de máquinas, forneiro, operador (alto forno) e operador de caminhão (Ver tabelas 9 e 10).

Tabela 9 - Atividades Mais Desenvolvidas /Região Metropolitana /Pará em%: MTE/CAGED/ 2010.

<b>ATIVIDADES MAIS DESENVOLVIDAS</b>	<b>TOTAL DA RMB</b>	<b>TOTAL PARÁ</b>	<b>% PARÁ/RMB</b>
Construção Civil	28.498	60.633	47%
Comércio	92.483	177.125	52,21%
Serviços	152.158	215.579	70,58%
Indústria de Transformação	28.630	93.451	31%

Fonte: BRASIL, 2011.

Tabela 10 - Principal Forma de Trabalho / RMB / Pará em%: MTE/CAGED/ 2010

<b>PRINCIPAL FORMA DE TRABALHO</b>	<b>TOTAL DA RMB</b>	<b>TOTAL PARÁ</b>	<b>% PARÁ/ RMB</b>
Assistente administrativo	22.628	45.236	50,02%
Servente de obras	16.404	31.654	51,82%
Vendedor de comércio varejista	20.212	40.867	49,46%
Auxiliar de escritório, em geral	22.080	45.941	48,06%

Fonte: BRASIL, 2011.

A pesquisa nos documentos oficiais, nos Relatórios da SETER e dos parceiros como UFRA e UFPA revelou que as “falhas” do programa – como o baixo atendimento na ação de liberação de microcrédito; o alto índice de evasão dos cursos de qualificação, nos eixos de empreendedorismo individual e de Economia Solidária; o alto índice nos pedidos de transferência dos cursos de empreendedorismo para o mercado formal; o baixo índice de intermediação de mão-de-obra para o mercado formal – são atribuídas às circunstâncias individuais apresentadas pelos bolsistas.

Pesquisa realizada no Sistema de Gerenciamento do PBT revelou o perfil dos jovens atendidos: dos 72.300 (setenta e dois mil e trezentos), 63% representam o contingente feminino e 37% o masculino; 72% são jovens à procura do primeiro emprego, na faixa etária de 18 a 24 anos; 28% na faixa etária de 25 e 29 anos; 45% com Ensino Médio incompleto;

30% com o Ensino Médio completo; 15% o Ensino Fundamental incompleto e 10% com o Ensino Fundamental completo.

O “perfil” apresentado pelos jovens é usado como fator de “insucesso” nas ações do programa. A SETER relata que não atingiu a meta de colocação no mercado formal dos jovens, devido a sua pouca experiência em emprego formal. O CredPará relaciona o baixo atendimento na liberação de linhas de crédito aos bolsistas a não “adaptação” destes aos critérios exigidos pelo banco. Em um dos relatórios da UFRA, a instituição atribui o alto índice de evasão dos alunos ao atraso no pagamento da Bolsa Trabalho e a falta de experiência em desenvolver trabalhos coletivos.

Neste sentido, é ressaltado o enfoque ideológico neodesenvolvimentista que se encontra sob a égide burguesa contemporânea de impor ao trabalhador a responsabilidade por se tornarem “autoempregáveis” ou “empreendedores”, relacionado o não alcance deste fim às suas “aptidões físicas e mentais” e a características pessoais e sociais, como idade, inexperiência de primeiro emprego, experiência de trabalho com gestão, insegurança para trabalho em cooperativas e condição de pauperismo.

Tal perspectiva reafirma o princípio da autonomia, independência e liberdade individuais como núcleo central do desenvolvimento. Para SEN (2001, p. 15),

É claro que o bem-estar de uma pessoa está conectado com o domínio que ela tem sobre bens econômicos tradicionais. Mas as oportunidades que ela tem (em termos de escolhas que pode fazer e realizações) em sua vida não são limitadas apenas por seu conjunto orçamentário e outros fatores de riqueza ou renda. Existem circunstâncias individuais (tais como idade, talentos e deficiências, propensão a doenças, sexo) e sociais (tais como a estrutura da família, disponibilidade de uma rede de segurança previdenciária, condições epidemiológicas, extensão da poluição, incidência de crimes) cujas variações afetam substancialmente a conversão em características de bens e serviços em atividades e estados pessoais e em oportunidades que uma pessoa dispõe para realizar coisas que considera valiosas.

De certo o objetivo dessas ideologias neodesenvolvimentistas de pensamento liberal que defendem o racionalismo individual é ocultar o antagonismo de classes e os conflitos existentes na relação capital/trabalho, pois a sociedade capitalista, centrada na criação de valores de troca, nega a potencialização das capacidades humanas e cerceia a liberdade de escolha dos indivíduos, “desfigurando e aviltando a personalidade humana” (LUKÁCS *apud* ANTUNES, 2000, p. 193).

Portanto, a ideologia de que todos os trabalhadores podem se tornar autoempregáveis ou um empresário é falsa, pois, na lógica de acumulação de valor capitalista, essa busca é inalcançável.

A ‘escolha individual’ e ‘autonomia local’ significam absolutamente nada se as escolhas ‘autônomas’ pelos indivíduos ou grupos de indivíduos a um nível local são anuladas pelos imperativos materiais do capital e as diretrizes autoritárias de sua estrutura de comando política global (MÉSZÁROS, 1993, p. 91).

A razão dessa anulação tem a ver com a produção contínua da superpopulação relativa de trabalhadores à serviço da produção capitalista: “a sua reprodução se constitui, na realidade, um fator de reprodução do próprio capital. Acumular capital é, portanto, aumentar o proletariado (MARX, 2010, p. 716). Na prática, o que se configura é a contribuição do Estado para o aumento das formas de precarização do trabalho, pois os trabalhadores qualificados e não colocados no mercado de trabalho contribuem para o aumento da superpopulação relativa e, conseqüentemente, para o aumento da mais-valia do capitalista.

Os dados do IBGE (2010) corroboram tal afirmação: o Estado possui uma população estimada em 7.479 (sete milhões, quatrocentos e setenta e nove mil) habitantes. Destes, um total de 3.194,159 (três milhões, cento e noventa e quatro mil, cento e cinquenta e nove) fazem parte da População Economicamente Ativa (PEA).

Em que pese esse potencial, mais da metade dessa população economicamente ativa encontra-se ocupada<sup>111</sup>, o que corresponde a 2.901,86 (dois milhões, novecentos e um mil e oitenta e seis) de trabalhadores. A taxa de desemprego do Estado encontra-se acima da média apresentada pelos Estados que compõe a Amazônia Legal, um percentual de 9,10% (ver tabela 11).

Tabela 11 - Condição de atividade e de ocupação / Para a região Norte, Amazônia, o estado do Pará: IBGE- 2010.

REGIÃO/ ESTADOS/ UNIÃO	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA	POPULAÇÃO OCUPADA	POPULAÇÃO DESOCUPADA	TAXA DE DESEMPREGO 112
Norte	6.861,443	6.262,34	599,102	8,70
Amazônia <sup>113</sup>	10.992,020	10.072,00	920,02	8,30
Pará	3.194,159	2.901,86	292,294	9,10
Brasil	93.504,659	86.353,84	7.150,82	7,60

Fonte: IBGE Senso, 2010

<sup>111</sup> De acordo com IBGE, população ocupada refere-se aquelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho (por exemplo, pessoas em férias). As pessoas ocupadas são classificadas em: a) Empregados - Os empregados são classificados segundo a existência ou não de carteira de trabalho assinada; b) Conta Própria - aquelas pessoas que exploram uma atividade econômica ou exercem uma profissão ou ofício, sem empregados; c) Não Remunerados - aquelas pessoas que exercem uma ocupação econômica, sem remuneração, pelo menos 15 horas na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar em sua atividade econômica, ou em ajuda a instituições religiosas, beneficentes ou de cooperativismo, ou, ainda, como aprendiz ou estagiário; c) Empregadores - aquelas pessoas que exploram uma atividade econômica ou exercem uma profissão ou ofício, com auxílio de um ou mais empregados; d) Não Remunerados - aquelas pessoas que exercem uma ocupação econômica, sem remuneração, pelo menos 15 horas na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar em sua atividade econômica, ou em ajuda a instituições religiosas, ou beneficentes ou de cooperativismo, ou, ainda, como aprendiz ou estagiário.

<sup>112</sup> Atualmente no Pará e nos demais Estados que compõe a Amazônia Legal, não existe a PED, o cálculo da taxa de desemprego foi elaborado pela autora, tendo por base a metodologia de cálculo aplicada pela PED ( Desemprego= População desocupada/PEA).

<sup>113</sup> Para Amazônia são considerados além dos Estados da Região Norte, os Estados do Maranhão e Mato Grosso.

O aumento do desemprego e do trabalho atípico deve ser analisado no interior do processo de produção capitalista, pois, conforme já assinalado, resulta do novo modelo de relações sociais baseado na “automatização flexível”, ou seja, na articulação entre tecnologia e desregulamentação do trabalho para convertê-lo em flexível e polivalente, tornando supérflua a força de trabalho pelo mecanismo compensatório do capital (ANTUNES, 2001). Em outro estudo, este autor sintetiza a ofensiva do capital sobre o trabalho, ocorrida desde a década de 1980, através do processo reestruturação produtiva do capital, causa principal do desemprego estrutural, o que conduz à perda de poder de negociação dos trabalhadores e dos sindicatos na atualidade:

(...) redução do proletariado estável, herdeiro do taylorismo/fordismo, ampliação do trabalho intelectual abstrato no interior das fábricas modernas, e ampliação generalizada das formas de trabalho precário (trabalho manual abstrato), terceirizado, “part time”, desenvolvidas intensamente na era da “empresa flexível” e da desverticalização produtiva (ANTUNES, 1999,p 120).

Em outras palavras, o desenvolvimento tecnológico amplia as formas de subsunção do trabalho ao capital e potencializa a superexploração da força de trabalho. A consequência imediata é o aumento da superpopulação relativa, e seu alastramento, longe de ser apenas um dado estatístico, leva ao caos da informalidade do trabalho e a outras formas de exploração da força de trabalho, ao aumento da miséria e à desigualdade social.

As formas de trabalho com vínculo informal são expressivas no Pará. No estudo apresentado pelo SEBRE (2010), mais de 360 mil pessoas no Estado, nos últimos anos, trabalham na informalidade em micro e pequenos empreendimentos. Outra particularidade pode ser corroborada na pesquisa com trabalhadores por conta própria na RMB.

De acordo com IBGE (2010) na pesquisa realizada no período entre 2001 a 2009, o percentual de trabalhadores por conta própria com rendimento no trabalho principal de até meio salário mínimo cresceu de 3,43%, em 2001, para 6,93%, em 2009, uma media de crescimento de 6,11% no período analisado. Para aqueles trabalhadores com rendimento de até um salário mínimo, o crescimento foi de 8,25% no mesmo período. Aqueles que ganham de 3 a 5 salários tiveram uma diminuição de 2,58% para 1,48% no período. Uma informação relevante é a considerável diminuição no quadro de trabalhadores com rendimento de mais de 20 salários mínimos, uma diminuição gradativa de 0,24% em 2001, seguido de 0,02 em 2008, não sendo registrado em 2009 trabalhadores que recebessem mais de 20 salários mínimos na RMB (ver tabela 12).

Tabela 12 - Trabalhadores por Conta Própria com Rendimento no trabalho principal na RMB: período 2001 a 2009.

Rendimento	Ano									Média
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
Ate ½	3,43	6,16	8,79	6,66	6,28	5,21	4,22	7,31	6,93	6,11%
Mais de 1/2 a 1	5,87	7,21	7,61	8,7	8,92	11	8,01	8,02	8,87	8,25%
Mais de 3 a 5 salários mínimos	2,58	2,39	1,49	2,46	1,83	1,3	1,57	1,27	1,48	1,81%
Mais de 20 salários mínimos	0,24	0,15	0,04	0,04	0,08	0,1	0,04	0,02	-	0,08%

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001-2009

O exame dos elementos informativos aqui explicitados possibilita confirmar o aumento da superexploração da força de trabalho tanto no trabalho formal quanto no trabalho informal, que se expressa nas diferentes formas de trabalho precário, pela terceirização com redes de subcontratação da força de trabalho, pela compra de serviços dos trabalhadores por conta própria ou como unidade de trabalho familiar realizado. Os trabalhadores superexplorados têm, em comum, extensas jornadas de trabalho, baixos salários, pagamento por produção ou serviço e, em sua maioria, não possuem cobertura dos direitos sociais, sendo obrigados a conviver com péssimas condições de trabalho, além de ampliar as formas de valorização do capital.

Convém assinalar que, para a execução das políticas ativas de trabalho, emprego e renda, o governo neoliberal com o atual enfoque da ideologia neodesenvolvimentista, teve um aporte de recursos destinados, que passou de R\$ 31.362.504,00 (trinta e um milhão, trezentos e sessenta e dois mil e quinhentos e quatro reais), programados no PPA 2004-2007, para R\$ 422.590.835 (quatrocentos e vinte e dois milhões, quinhentos e noventa mil e oitocentos e trinta e cinco reais) no PPA 2008-2011, um aumento de mais de 1.000%. A maior parte desse recurso foi utilizada nas estratégias governamentais de articular com as empresas nacionais e transnacionais a qualificação profissional direcionada às vagas ofertadas e, além disso, conceder uma “bolsa trabalho” (Pará, 2010).

Assim, os rumos da política de trabalho no estado do Pará, tende a agravar o quadro de pauperização da classe trabalhadora, uma vez que, segundo programação do PPA (2012-2015), a SETER persiste na proposição de ações e atividades de estímulos às práticas decorrentes da flexibilização, tanto no trabalho formal realizado em parceria com o MTE, quanto no trabalho informal, principalmente nos Programas de Geração de Emprego e Renda cuja ação tem como base o microcrédito, identificando-se com as recomendações do Banco Mundial e com outras iniciativas internacionais, como o Programa do Artesanato Paraense,

realizado em parceria com Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior para as ações de comercialização da produção artesanal paraense nos eventos de feira nacional e estadual que atualmente tem movimentado as ações da SETER.

A SETER, mesmo como número de atendimentos reduzidos, qualificou um total de 11.115 (onze mil, cento e quinze) trabalhadores, em 2011. Os cursos foram realizados em atividades econômicas ligadas à Construção Civil, Mecânica, Elétrica, entre outros. De fato, constata-se que as ações de qualificação profissional e de intermediação de mão de obra executadas pela Secretaria seguem voltadas à colocação dos trabalhadores em formas de trabalho precárias geradas pelos grandes projetos instalados no Estado (ver tabelas 13 e 14).

Tabela 13 - PDF: Perspectiva para 2010-2014 / Investimento e mão-de-obra necessária no Pará.

LOCALIZAÇÃO	INVESTIMENTO PRIVADO	INVESTIMENTO PÚBLICO	MÃO-DE-OBRA NECESSÁRIA NO PICO DOS PROJETOS
Marabá	1)Vale – Siderurgica Vale- Projeto Salobo I e II Salobo II; 2) Sinobras- trefinamentos; 3) Usina Integrada (Sinobras e Alpa); 4) Mineração Buritirana – Porto/calцинаção	Plataforma Intermodal de Marabá; Pavimentação da Transamazônica (Marabá-Ruropolis)	29.400
Curionópolis	Vale- Projeto Serra Leste e Vale- Cristalino; 2) Colossos – ouro		5.444
Canaã dos Carajás	Vale- Logística EFC e Serra Sul		15.000
Parauapebas	Vale- Carajás -10 MTA e 30 MTA		3.700
Orlândia do Norte	Vale- Onça Puma (2010)		4.500
Paragominas	Vale Paragominas III e Vale Reflorestamento		2.723
Barcarena	1-Vale -CAP –Alumínio e Porto da Vila do Conde – ampliação; 2- Mineração Buritirama – Poro /Sinterização; 3) USIPAR – Siderúrgica/Porto/Navegação		13.210
Mojú/ Curuçá	Biopalma – Vale (Produção de Biodiesel);Porto Espadarte; 2) Anglo Ferrous Porto flutuante (TRANSSHIPMENT)	.....	5.580
Tucuruí	Grupo Isolux S/A Ina de transmissão Tucuruí- Macapá e Manaus	Construção das 02 eclusas de Tucuruí e Obras de Hidrovia do Rio Tocantins	4.700
Juruti	Alcoa – Juruti 2º fase		800
Rio Xingu	Consortio Usina Hidroelétrica de Belo Monte		18.700
Nos territórios dos grandes projetos	-----	Qualificação de mão-de-obra para <b>43.827</b> trabalhadores	.....
TOTAL DE INVESTIMENTO PRIVADO (US\$ MILHOES)			US\$ 53.778
TOTAL DE INVESTIMENTO PÚBLICO (US\$ MILHOES)			US\$ 1.341
TOTAL DE TRABALHADORES NECESSÁRIOS			99.057

Fonte: Relatório: PDF (2010).

Tabela 14 - PDF: Perspectiva para 2010-2014 / Perspectiva\_2010-2014: Qualificação de mão-de-obra Demanda de cursos

<b>Cursos</b>	<b>Trabalhadores</b>
Construção Civil (Pedreiro, Armador, Carpinteiro, Instalador Hidráulico, Eletricista Hidráulico, Pintor de Parede)	24.107
Mecânica (Caldeireiro, Mecânico Montador, Soldador, Serralheiro, Mecânico de Automóveis, Pintor Industrial, Torneiro)	15.336
Elétrica (Eletricista de Força, Eletricista Montador, Automação e Controle)	4.384
<b>Total</b>	<b>43.827</b>

Fonte: Relatório PDF (2010).

A partir da análise da política de trabalho, emprego e renda no período de 2007-2011, no estado do Pará foi possível identificar as controvérsias ideológicas do “modelo” neoliberal com o atual enfoque da ideologia neodesenvolvimentista. Longe de atingir sua ideologia apologética de crescimento econômico com sustentabilidade econômica e social, reforça e projeta o sistema de superexploração da força de trabalho por meio de estratégias que ocultam a exploração da mais-valia pelo capital e, conseqüentemente, conduzem ao aumento da pauperização da classe trabalhadora.

Sem dúvida, de certa maneira seria uma atitude ingênua esperar que a política pública altere a lei de valor da acumulação capitalista, uma vez que essa está subordinada à dinâmica do capital (MÉSZÁROS, 1981). A eliminação da condição de dependência de pauperização da classe trabalhadora é, desse modo, um horizonte inalcançável na sociedade capitalista. Com efeito, o Estado, na condução da política de trabalho, emprego e renda, ao se utilizar da concepção ideológica burguesa de autonomia do trabalho e do autoemprego, aumenta a mais-valia do capital, pois a redução do trabalho necessário conduz conseqüentemente ao aumento da força de trabalho excedente que vai compor as distintas formas de trabalho informal.

Desta maneira, o Estado contribui para que o capital amplie seu domínio sobre o trabalho, pois quanto maior a disponibilidade de trabalhadores para vender sua força de trabalho, menor será o seu valor, além de contribuir para invalidar a divisão da sociedade em classe, distanciando cada vez mais os trabalhadores de um horizonte revolucionário.

Sobre a intervenção do Estado na economia e o lugar da luta de classe no atual estágio do capitalismo, Paulo Netto (2005) apresenta uma importante contribuição para o entendimento. Segundo o autor,

O eixo da intervenção estatal na idade do monopólio é direcionado para garantir os superlucros dos monopólios – e, para tanto, como poder político e econômico, o Estado desempenha uma multiplicidade de funções. [...]. A sua realização, em todos os quadrantes, é mediatizada pela correlação das classes e das forças sociais em presença — onde não se defrontou com um movimento democrático, operário e

popular sólido, maduro, capaz de estabelecer alianças sócio-políticas em razão de objetivos determinados [...]. (IDEM, p. 25-28).

De fato, o atual momento vivido pela classe trabalhadora da correlação de forças entre capital/trabalho é de desvantagem. A condição de dependência estrutural em que se encontra a Amazônia e o estado do Pará em relação às regiões Sul e Sudeste e, principalmente, aos países de economias centrais, coloca o Estado e seus aparelhos privados de hegemonia sob o domínio da burguesia financeira e latifundiária afim de garantir a reprodução do capital e o enfraquecimento da classe trabalhadora.

Tanto nas sociedades desenvolvidas quanto nas sociedades de capitalismo dependente e periférico, a crescente perda de poder político e de negociação dos sindicatos é resultado de um processo histórico marcado por contradições, lutas, resistências de “conciliações” ocorridas a cada investida do capital contra os interesses da classe trabalhadora. O objetivo está em criar obstáculos e/ou inutilizar qualquer reação na disputa de hegemonia.

A Amazônia, particularmente o estado do Pará, conforme se verificou neste estudo, é palco de vários conflitos oriundos da relação capital x trabalho. O último está relacionado ao conflito entre os trabalhadores das obras de Belo Monte e de Jirau e as empresas transnacionais responsáveis pelas respectivas obras. Mesmo com caráter focalizado, os trabalhadores resistem à superexploração da força de trabalho, ao lutar pela diminuição da jornada e da intensidade do trabalho e o pelo aumento do valor da força de trabalho, dos salários reais.

Indiscutivelmente, é da própria dinâmica da sociedade capitalista contraditória, o enfraquecimento da luta dos trabalhadores, tanto pela sua expulsão do processo de produção, quanto pelo fracionamento de sua atuação em vários segmentos da indústria e de outros ramos da produção, o que não significa sua derrota enquanto classe antagônica. Nas palavras de Marx e de Engels (2008, p. 26) “[...] De todas as classes que ora enfrentam a burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária [...], é seu produto mais autêntico”. Isso significa que a construção do projeto político-societário encontra-se na essência contraditória da sociedade burguesa, e, quanto maior a exploração do trabalho assalariado pelo capital, maior será a revolta e a luta política da classe operária contra as formas de superexploração da força de trabalho.

A ALBA já mostrou que é possível para a classe trabalhadora, mesmo em sociedades de capitalismo dependente, particularmente o continente Sul-americano, estabelecer uma correlação de forças sociais e alianças de apoio às estratégias de integração regional que desenvolvam uma alternativa socialista de adoção de políticas de estímulo às reformas sociais

e de projetos antineoliberal/antiimperialista que venham a eliminar a condição de dependência estrutural do país e, conseqüentemente, a superexploração do trabalho. Portanto, avançar em estudos e pesquisas sobre esse bloco de poder e conhecer suas estratégias de correlação de forças e frente de lutas contra as investidas do grande capital internacional é contribuir para fortalecer e ampliar as lutas dos trabalhadores de forma global, particularmente no estado do Pará.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exame de dados macro-econômicos e de indicadores macrosociais, como o são o PIB, o GINI e o IDH, conforme apresentados neste estudo, demonstram que as tentativas burguesas de impulsionar a valorização do capital, em escala global, desde a última crise financeira, em 2008, acentuaram a tendência do capital à destruição do trabalho. Com efeito, o atual “modelo” de desenvolvimento econômico e social preconizado pelo capital produtivo, mercantil e financeiro, ao combinar as formas de subsunção do trabalho ao capital, ocasiona maiores quantidades de extração de trabalho excedente em uma situação de plena subordinação do trabalho ao capital.

De fato, o aumento do desemprego estrutural e, conseqüentemente, da pauperização da classe trabalhadora, possibilita as empresas incidirem sobre os trabalhadores o ajuste essencial às novas condições de concorrência, pressionando, portanto, os salários para baixo. Este movimento do capital representa um forte impacto no mundo do trabalho que apresenta, como traço central, a crescente informalização do trabalho realizada no interior da produção capitalista que, apesar de ocultar a superexploração da força de trabalho materializado nas diferentes formas de trabalho precarizado ou trabalho atípico, não deixa contribuir para aumentar os lucros dos capitalistas.

Assim, no atual estágio do capitalismo, em que se imprimem estratégias para a reativação da economia estagnante depois da crise de 2008, a superexploração da força de trabalho se apresenta nas seguintes de formas: (i) ampliada não só para os trabalhadores que possuem contrato formal de trabalho, mas também, para o grande contingente de trabalhadores “sobrantes” que vendem sua força de trabalho de maneira informal, precária, temporária e sem contrato; e (ii) desterritorializada, deixando de ser uma característica exclusiva dos países de economias periféricas e dependente, fazendo-se presente também nos países de economias centrais.

Contudo, nas sociedades de capitalismo dependente e periférico, particularmente na América Latina, a ofensiva contra o trabalho produz seus efeitos ainda mais devastadores. Isso porque a dinâmica imperialista, introduzida pelas grandes corporações transacionais com o apoio do Estado, acentua a perpetuação e aprofundamento da condição de dependência estrutural nos países desse continente, caracterizada pelo processo de superexploração da força de trabalho e de intensificação do processo de transferência de valores produzidos nos países periféricos e acumulados nos países de economias centrais.

Neste sentido, a condição de dependência estrutural impõe a tendência de reprimarização da economia na América Latina, transformando esses países, particularmente, o Brasil em produtores e exportadores de *commodities* primárias que incluem: alimentos, bebidas e matérias-primas agrícolas e minerais. Além disso, determina as medidas de intervenção do Estado para garantir as condições gerais de extração da mais-valia do trabalho excedente da manutenção e da reprodução da força de trabalho, o qual pode ser constatado na pré-disposição do governo brasileiro em adotar princípios ideológicos emanados das orientações de organismos internacionais à serviço do capital produtivo, mercantil e financeiro na condução política, econômica e social de intervenção do Estado.

Com base nessa interpretação, constatou-se, neste estudo, que os projetos implantados com foco nos princípios ideológicos desenvolvimentista – com destaque para a SPVEA, o chamado “ciclo das estradas”, no Plano de Metas, a política de transferência das terras públicas, a “Operação Amazônica”, a criação da SUDENE, da SUDAM, os PND –, além de estimularem o desenvolvimento desigual entre as regiões brasileira, fortaleceram a condição de dependência estrutural do Brasil frente ao capital hegemônico das corporações multinacionais e transnacionais. Isso porque esses projetos foram (são) executados por meio da exploração da mais-valia absoluta expressa na subordinação plena, direta dos trabalhadores aos capitalistas.

Assim, as políticas de trabalho, emprego e renda desenvolvidas no Brasil, segundo a orientação do modelo desenvolvimentista, surgiram a partir do “acolhimento” de partes das reivindicações provindas da classe trabalhadora, com a finalidade de conservar a estrutura de poder da burguesia industrial dominante, controlar o movimento operário e, principalmente, impulsionar o processo de industrialização no país, através do aumento da produtividade.

Nessa linha de argumentação, na região da Amazônia e no estado do Pará, as políticas desenvolvimentistas consolidaram um modelo de economia agroexportador, baseado na exploração das matérias-primas e insumos básicos para garantir infraestrutura e incentivo à implantação das empresas transnacionais na região na área de mineração, siderurgia e agronegócio.

Ainda hoje o Estado brasileiro, fundamentada na ideologia do novo-desenvolvimentismo, incentiva a instalação de grandes projetos nessa região, mediante a ocupação seletiva dos espaços com potencialidades minerais, florestais, agropecuárias, agroindustriais e madeireiras. A atratividade causada pelos grandes projetos continua gerando movimentos migratórios extrarregionais, os quais, aliados aos fluxos intrarregionais, acabam

por transformar as principais cidades do Estado em vastos depositórios da superpopulação relativa com força de trabalho desocupada e de baixa qualificação.

Assim, longe de atingir sua ideologia apologética neodesenvolvimentista de crescimento econômico com desenvolvimento social, os investimentos público em programas de infra-estrutura, como a IIRSA e o PAC, tem como objetivo facilitar o escoamento da produção para mercados como a China, a Coréia do Sul e o Japão, diminuindo os entraves para a exploração dos *commodities*.

Os nexos que prendem a política de trabalho, emprego e renda à estratégia neodesenvolvimentista, cumprem o objetivo de garantir legalidade às práticas de superexploração da força de trabalho decorrentes do processo de reestruturação produtiva do capital e da flexibilização das relações de trabalho, sobretudo, no financiamento das políticas ativas direcionadas tanto para formação de capital humano para preencher a necessidade de mão de obra nos grandes projetos instalados na região amazônica e no estado do Pará, quanto em Programas de Geração de Emprego e Renda como estímulo ao autoemprego.

Diante de tal constatação, identificaram-se as seguintes tendências contemporâneas das políticas de trabalho, emprego e renda desenvolvidas pelos governos neodesenvolvimentista no Brasil, em particular no estado do Pará.

O governo neodesenvolvimentista, ao seguir as recomendações de organismos internacionais (Banco Mundial, OIT, CEPAL etc.) para aumentar os investimentos em políticas ativas de estímulo ao autoemprego, longe de atingir sua ideologia apologética de crescimento econômico com desenvolvimento social, oculta a exploração da mais-valia pelo capital que, conseqüentemente, conduzem ao aumento da desigualdade social.

O governo do estado do Pará segue essas recomendações ao priorizar investimentos estaduais em políticas ativas, como Programa Bolsa Trabalho; Programa de Qualificação Social e Profissional; Programa de Intermediação de mão-de-obra; Programa de Intermediação de Serviços e Produtos; Programa Estadual de Fomento a Empreendimentos Individuais e Coletivos (Economia Solidária e Artesanato); enquanto que, para as políticas passivas, continua como mero executor dos programas federais, com destaque para o Programa de Atendimento e Operacionalização do Seguro Desemprego.

Ao seguir as referidas recomendações, os neodesenvolvimentistas tendem a reafirmar o princípio burguês da autonomia, independência e liberdade individual como núcleo central do desenvolvimento, como forma de impor aos trabalhadores a responsabilidade por se tornarem “autoempregáveis” ou “empreendedores”. Para tanto, apostam no financiamento de programas que visem à qualificação profissional do trabalhador, pois esperam que, ao investir

no “capital humano”, o Estado contribui para que o trabalhador aumente seu potencial de “empregabilidade” ou se torne um empreendedor, gerando seu próprio negócio por meio do auto-emprego.

A segunda tendência refere-se ao fato de que as intervenções da política partem do princípio de que as “falhas do mercado”, ou seja, o pauperismo da classe trabalhadora pode ser resolvido com a capacidade de articular a política social com a política de desenvolvimento econômico, uma vez que a burguesia espera que, ao formar “capital humano” seguindo a orientação da política de desenvolvimento do Estado, mais especificamente os grandes projetos instalados na região, possa aumentar os índices de “colocação” e “recolocação” no mercado de trabalho formal.

A SETER priorizou, no período analisado, a política de qualificação para o emprego formal para atendimento dos grandes investimentos em programas de infraestrutura, como a construção das 2 (duas) eclusas e do canal em Tucuruí; a construção do Píer 400 e da rampa *roll-on roll-off*, no porto de Vila do Conde; a construção de terminais portuários nos municípios de Santarém, Monte Alegre e Breves, e o projeto de construção da hidrelétrica de Belo Monte, no município de Altamira, todos no estado do Pará. Essas estratégias beneficiaram os interesses das corporações transnacionais, uma vez que, receberam força de trabalho “qualificada” para responder às condições de superexploração com baixos salários e aumento da jornada de trabalho.

Por último, destaca-se a tendência relacionada ao fato de as políticas de trabalho, emprego e renda se utilizarem da estratégia de complementação temporária de renda (Bolsa Trabalho, Projovem Trabalhador), condicionando a concessão da “bolsa trabalho” a diversas condicionalidades, como a participação no programa de qualificação profissional, a comprovação da condição de pauperismo e a disposição para realizar atividades de inserção produtiva. Tal estratégia, além de não garantir sequer a satisfação das necessidades básicas do trabalhador, tem o objetivo de diminuir a pressão sobre a procura de emprego, uma vez que, na sociedade capitalista, é impossível garantir o direito ao trabalho a todos os trabalhadores desempregados.

Com efeito, a defesa do racionalismo individual de estímulo ao autoemprego preconizado na ideologia neodesenvolvimentista de que todos os trabalhadores podem se tornar autoempregáveis ou empresários é falsa, uma vez que, na lógica de acumulação de valor capitalista, essa busca é inalcançável para todos aqueles que vivem do seu trabalho.

Evidencia-se, assim, o caráter ilusório das políticas de trabalho, emprego e renda do Estado neodesenvolvimentista, cujo objetivo é a naturalização do processo de (re)produção da

miséria, tomado como inevitável, e não como resultado das contradições do modo de produção capitalista marcada pelas lutas políticas travadas entre projetos societários antagônicos. No caso específico do estado do Pará, ao invés de atingir sua ideologia apologética de alcançar melhores condições de igualdade social, reforçam e projetam a superexploração da força de trabalho identificada nas diversas formas contemporâneas de trabalho precário presentes na região.

Na dinâmica de contradição da relação capital/trabalho, em meio a tantas violações de direitos trabalhistas, tanto no período desenvolvimentista, quanto no neodesenvolvimentismo, resguardando algumas particularidades, a ocupação econômica predatória, como parte do território amazônico por meio na exploração de suas fontes estratégicas de matéria-prima (minerais, florestais agropecuários e agroindustriais) para o beneficiamento dos grandes grupos econômicos, aliado ao processo de intensificação das formas de superexploração do trabalho na região, tem contribuído para aumentar os antagonismos na região.

Portanto, avançar na direção de um projeto societário requer, entre outros caminhos, suscitar de forma intensificada os debates que possam contribuir para a compreensão do que há de mais controverso e imaginário por trás de cada projeto político ideológico neoliberal, com o atual enfoque da ideologia neodesenvolvimentista como é a UNASUL, à qual foi pensada para ser um bloco de poder “antiimperialista e popular”, contudo, longe de confrontar a ordem global, aumenta o comprometimento dos países desse continente com o padrão de acumulação capitalista contemporâneo, baseado na mundialização do capital e na superexploração da força de trabalho.

Além disso, considera-se importante apoiar estratégias de integração regional que desenvolvam uma alternativa socialista de adoção de políticas de estímulo às reformas sociais e de projetos antineoliberais/antiimperialistas de questionamento da superexploração do trabalho nos marcos do capitalismo, como é o caso da ALBA-TCP. Esse bloco, como “modelo” de integração regional, poderá ser uma real alternativa de transformação da dialética do desenvolvimento periférico construída pelo capitalismo na América Latina. Assim, o estudo das experiências de políticas públicas de desenvolvimento econômico e de trabalho, emprego e renda executadas nos países membros desse bloco de poder permitirá avançar na proposição de políticas alternativas de combate ao desemprego e da desigualdade social, mesmo no limite da sociedade de capitalismo dependente e periférico.

## REFERENCIAS

ALMEIDA, Rita Heloísa de. **O Diretório dos Índios**: um projeto de "civilização" no Brasil do século XVIII. Brasília, DF: UNB, 1997. 411 p.

ANDRADE, Manoel Correia de. **1930**: a atualidade da revolução. São Paulo: Moderna, 1980. 99 p.

AMARAL. Ângela Santana do. As reformas capitalistas dos organismos internacionais e construção de hegemonia. In: **Jornada Internacional de Políticas Públicas. Mundialização e Estados Nacionais**: a questão da emancipação e da soberania, 2., 2005, São Luís. **Anais...** São Luiz: UFMA, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2000. 258 p.

\_\_\_\_\_. Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2001. 200 p.

\_\_\_\_\_. **O caracol e a sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005. 135 p.

\_\_\_\_\_ (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**: parte I. São Paulo: Boitempo, 2006. 527 p.

\_\_\_\_\_. As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais. In: SILVA, Maria Ozanira da; SILVA, Maria Carmelita Iazbeck (Orgs.) **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortez; São Luís: FAPEMA, 2008. 207 p.

\_\_\_\_\_. **Trabalho**: sua nova morfologia e a era da precarização estrutural. Theomai, Buenos Aires, n. 19, 2009. p. 47-57.

\_\_\_\_\_. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 11-20, jan./jun. 2010.

\_\_\_\_\_; POCHMANN, Marcio. **A desconstrução do trabalho e a explosão do desemprego estrutural e da pobreza no Brasil**: produção de pobreza e desigualdade na América latina. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2007. 240 p.

AZEREDO, Beatriz. Políticas públicas de emprego: tendências e possibilidades. In: **São Paulo em Perspectiva**, v.11, n.4, out./dez.1997.

\_\_\_\_\_. **Políticas públicas de emprego**: a experiência brasileira. São Paulo: ABET, 1998. 312 p.

\_\_\_\_\_; RAMOS, C. A. Políticas públicas de emprego: experiências e desafios. **Planejamento e Políticas Públicas**, Rio de Janeiro, IPEA, n.12, jun./dez. 1995.

BAMBIRRA, Vânia. **Diez años de insurrección en América Latina**. Santiago: Imprensa latino-americana, 1971. 401 p.

\_\_\_\_\_. **El capitalismo dependiente latinoamericano**. Santiago: Imprensa latino-americana, 1972. 190 p.

BANCO MUNDIAL. Desigualdade na América Latina e no Caribe: rompendo com a história. **Relatório para 2003**. Washington, 2003 Disponível em: <<http://www.worldbank.org>>. Acesso em: 07 out. 2011.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. **A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007. 317 p.

BARBOSA, N.; SOUZA, J. A. P. A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda. In: Garcia, M. A.; Sader, E. (Org.). **Brasil, entre o passado e o futuro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Boitempo, 2010.

BARBOSA, S. M.; SANTOS, S. M.; HERNANDEZ, F. M. **Painel de especialistas: análise crítica do estudo de impacto ambiental do aproveitamento hidrelétrico de Belo Monte**. Belém, 2009. 230 p. Disponível em: <[http://www.internationalrivers.org/files/Belo%20Monte%20pareceres%20IBAMA\\_online%20\(3\).pdf](http://www.internationalrivers.org/files/Belo%20Monte%20pareceres%20IBAMA_online%20(3).pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social no capitalismo tardio**. São Paulo: Cortez, 1998. 199 p.

\_\_\_\_\_. **Política social no capitalismo tardio**. São Paulo: Cortez, 2002. 199 p.

\_\_\_\_\_. **Brasil em Contra Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003. 304 p.

\_\_\_\_\_; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2007. 211 p. (Biblioteca básica de Serviço Social, 2).

BOSCHETTI, Ivanete. Os custos da crise para a política social. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. (Org.). **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

BORON, Atílio. A crise das democracias e os movimentos sociais na América Latina: notas par uma discussão. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

BRASIL. Biblioteca da Presidência da República. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na 3ª Reunião de Presidentes da América do Sul**. Cuzco-Peru, 08 de dezembro de 2004a. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br>>. Acesso em: 05 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 227, de 27 de fevereiro de 1967. Dá nova redação ao Decreto-lei nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940. (Código de Minas). Brasília, 28 de fevereiro de 1967.

**Código de mineração.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del0227.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0227.htm)>. Acesso em: 02 jan. 2012.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, 6 out. 1998. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 13 fev. 2011.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 3.129, de 9 de agosto de 1999. Aprova a Estrutura e o quadro Demonstrativo dos cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Ministério do Trabalho e Emprego, e dá outras providências. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3129.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3129.htm)>. Acesso em: 13 nov. 2011.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 76.040, de 29 de julho de 1975. Atribui a Comissão Executora do Projeto Radambrasil a responsabilidade do mapeamento de recursos naturais de áreas situadas nas regiões nordeste, sudeste, sul e centro-oeste, autoriza a participação de empresa estrangeira em atividades de aerolevanteamento e dá outras providências. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, 30 jul. 1975. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=205295&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>>. Acesso em: 13 nov. 2011.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967. Altera as disposições da Lei número 3.173 de 6 de junho de 1957 e regula a Zona Franca de Manaus. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, 29 fev 1967. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/decretos-leis/DecLei28867.htm>>. Acesso em: 13 nov. 2011.

\_\_\_\_\_. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na reunião extraordinária da Unasul** Lima, Peru, 29 jul. 2011. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br>>. Acesso em: 05 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. Instituto de Pesquisa Econômica Avançada (IPEA). **Desenvolvimento:** integração da América do sul - 2010b. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1273:reportagens-materias&Itemid=39](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1273:reportagens-materias&Itemid=39)>. Acesso em: 16 out. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.122, de 28 de setembro de 1966. Dispõe sobre a transformação do Banco de Crédito da Amazônia em Banco da Amazônia S. A. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, 29 set. 1965. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/15122.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/15122.htm)>. Acesso em: 13 nov. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.173, de 27 de Outubro de 1966. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e dá outras providências. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, 28 out. 1966. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L5173.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5173.htm)>. Acesso em: 11 nov. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.174, de 27 de Outubro de 1966. Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais em favor da Região Amazônica e dá outras providências. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 30 out 1966. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L5174.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5174.htm)>. Acesso em: 11 nov. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei nº 7.998, de 11 de Janeiro de 1990. Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 12 jan. 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7998.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7998.htm)>. Acesso em: 14 Abr. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.352, de 28 de Dezembro de 1991. Dispõe sobre as disponibilidades financeiras do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 31 dez. 1991. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8352.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8352.htm)>. Acesso em: 14 abr. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 22 jun. 1993a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm)>. Acesso em: 14 abr. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Estabelece a Lei Orgânica da Assistência Social. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 8 dez. 1993b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm)>. Acesso em: 13 nov. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei complementar nº 87, de 13 de Setembro de 1996. Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. (LEI KANDIR). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 14 set. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp87.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp87.htm)>. Acesso em: 25 mar. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei complementar nº 101, de 4 de Maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 5 mai. 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm)>. Acesso em: 25 mar. 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional De Assistência Social (CNAS). Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004b. **Política Nacional Assistência Social**. Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Relatório do Comitê Gestor do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC)**. Março de 2010a.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador. **Resolução nº 700, de 30 de Agosto de 2012**. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 03 set. 2012. Disponível em: <

<http://www.iobonline.com.br/Repository/ConsultaDoc?guid=IC8CB6ABC648646FEE040007F01007F75&produto=iof>>. Acesso em: 12 out. 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador. **Resolução nº 575**, de 28 de abril de 2008. Estabelece diretrizes e critérios para transferências de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, aos estados, municípios, organizações governamentais, não governamentais ou intergovernamentais, com vistas à execução do Plano Nacional de Qualificação, como parte integrada do Sistema Nacional de Emprego, no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D32B088C70132D97BE72D01BE/Res575.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador. **Resolução nº 376**, de 19 dezembro de 2003. Institui o Plano de Ação para o Sistema Nacional de Emprego nos exercícios de 2004 a 2007 e estabelece critérios para a transferência de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador às unidades integrantes do Sistema Nacional de Emprego no exercício de 2004. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, **23 dez. 2003. Seção 1, p. 104-104**. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/codefat/resolucao-n-376-de-19-12-2003-1.htm>>. Acesso em: 12 out. 2011

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. **Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador**: CODEFAT (n. 80 e n. 114). Disponível em: <[www.mte.gov.br/codefat/](http://www.mte.gov.br/codefat/)>. Acesso em: 10 out. 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório da força-tarefa sobre políticas de emprego: diagnósticos e recomendações**, 1998a. Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/Menu/Publicacoes/Livros\\_Periodicos/](http://www.mte.gov.br/Menu/Publicacoes/Livros_Periodicos/)>. Acesso em: 12 nov. 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório de Avaliação**: exercício 2010. Brasília, 2011.

\_\_\_\_\_. **Política econômica e reformas estruturais**. Disponível em: <[www.fazenda.gov.br](http://www.fazenda.gov.br)>. Acesso em: 18 out. 2012.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Plano Amazônia Sustentável**: Diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira. Brasília: MMA, 2008.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Secretaria de Imprensa e Divulgação. **Discurso do Presidente da República**, Luiz Inácio Lula da Silva, n. 3. Reunião de Presidentes da América do Sul, por ocasião do anúncio da Rodovia Interoceânica Cuzco-Peru, 08 de dezembro de 2004.

\_\_\_\_\_. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro, 2011.

\_\_\_\_\_. **Relatórios Específicos de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo**. Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/fisca\\_trab](http://www.mte.gov.br/fisca_trab)>. Acesso em: 15 mar. 2011.

BRICEÑO RUIZ, J.; LINARES, R. Más Allá Del chavismo y la oposición: Venezuela em el proceso Del ALCA y la propuesta ALBA. **Geoenseñanza**, San Cristóbal, v. 9, n. 1, p. 19-47, jan./jun. 2004. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=36090103>>. Acesso em: 28 out. 2011.

BRITO, Daniel Chaves de. **A Modernização da superfície**: Estado e desenvolvimento na Amazônia. Belém: UFPa/NAEA, 2001. 266 p.

CAMARGO, S. Área de Livre Comércio das Américas: o labirinto latino-americano. In: GÓMEZ, José. María. **América Latina y el (des)orden global neoliberal**: hegemonía, contrahegemonía, perspectivas, Buenos Aires: Clacso, 2004, p. 61- 95. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/relint/indice.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2012.

CARCANHOLO, M.; FILGUEIRAS, L; COSTA P. E. **A Alca (ainda) não faleceu**: alternativas reais para a América Latina e Caribe TD. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada)- Faculdade de Economia e Administração, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008.

\_\_\_\_\_. Neoconservadorismo com roupagem alternativa: a Nova Cepal dentro do Consenso de Washington. In: CASTELO, R. (Org.). **Encruzilhadas da America Latina no século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

CARDOSO, F. H; MÜLLER, Geraldo. **A Amazônia**: expansão do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1977.

\_\_\_\_\_; FALLETO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. 234 p.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do Desenvolvimento – Brasil: JK – JQ**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1978. 371 p.

CARNEIRO FILHO, Arnaldo. **Atlas de pressões e ameaças às terras indígenas na Amazônia brasileira**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2009. Disponível em: <[http://www.socioambiental.org/banco\\_imagens/pdfs/Atlas.pdf.pdf](http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Atlas.pdf.pdf)>. Acesso em: 10 ago. 2011.

CASTEL, R. As transformações da questão social. In: BELFIORE-WANDERLEY M.; BÓGUS L.; YASBECK, M. (Org.). **Desigualdade social e a questão social**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: EDUC, 2007. p. 235-264.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998. 611 p.

CASTELO, R. A “questão social” nas obras de Marx e Engels. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 85-94, jan./jun, 2010a.

\_\_\_\_\_. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino americano. In:\_\_\_\_\_. (Org.). **Encruzilhadas da America Latina no século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010b. 272 p.

\_\_\_\_\_. A “questão social” e o social-liberalismo brasileiro: contribuição à crítica da noção do desenvolvimento econômico com equidade. **Emancipação**, Ponta Grossa, p. 21-35, 2008. Disponível em: <<http://www.uepgh.br/emancipacao>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

CHESNAIS, François (Org). **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005. 395 p.

\_\_\_\_\_. (Coord.). **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo: Xamã, 1998. 336 p.

\_\_\_\_\_. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996. 335 p.

\_\_\_\_\_. Até onde irá a crise financeira. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 12 nov. 2007. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=2141>>. Acesso em: 10 nov. 2011.

CELENTANO, D.; SANTOS, D., VERÍSSIMO, A. **A Amazônia e os objetivos do milênio**. Belém: Imazon, 2010. p. 85. Disponível em: <<http://www.imazon.org.br/publicacoes/livros/a-amazonia-e-os-objetivos-do-milenio-2010>> Acesso em: 10 out. 2011.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Anuário estatístico de América Latina e Caribe**, 2011. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/brasil/>>. Acesso em: 20 fev. 2012.

\_\_\_\_\_. **Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente: a experiência brasileira recente**. Brasília: CEPAL/ PNUD/OIT, 2008

\_\_\_\_\_. **La conformación del Área de Libre Comercio de las Américas (ALCA): aspectos institucionales y comerciales**, Cidade do México, 12 de out. 1999. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/0/9580/1405.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2011.

\_\_\_\_\_. **Panorama Social de América Latina: 2002-2003**. Chile: Publicación de las Naciones Unidas, 2003.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos de terra no Brasil**. 1986. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/finish/43/265?Itemid=23>>. Acesso em: 04 mai. 2011.

\_\_\_\_\_. **Relatório da Comissão ano 2011**. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br>>. Acesso em: 13 fev. 2012.

COMUNIDADE SUL-AMERICANA DE NAÇÕES. **Documentos**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O COMÉRCIO E O DESENVOLVIMENTO (UNCTAD). **Situação e Perspectivas da Economia Mundial**. 2011. Disponível em: <<http://unctad.org/>>. Acesso em: 15 fev. 2012.

CORBUCCI, Paulo Roberto. **O Brasil e a globalização: a renovada condição periférica**. Brasília: Universal, 2003. 190 p.

CORRÊA, Júlio César da Silva. **Metodologia da Pesquisa**. Castanhal: FCAT, 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A dualidade de poderes**: introdução à teoria marxista de estado e revolução. São Paulo: Brasiliense, 1985. 80 p.

\_\_\_\_\_. **A época neoliberal**. 2007. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=790>>. Acesso em: 13 fev. 2011.

DECLARAÇÃO de Antigua (Guatemala), 2002. Disponível em: <[http://www.midiasem mascara.org/attachments/007\\_atas\\_foro\\_sao\\_paulo.pdf](http://www.midiasem mascara.org/attachments/007_atas_foro_sao_paulo.pdf)>. Acesso em: 23 out. 2011.

DECLARAÇÃO da Cidade de Quebec, 2001. Disponível em: <<http://www.summit-americas.org/Documents%20for%20Quebec%20City%20Summit/Quebec/Declaration%20of%20Quebec%20City%20-%20port.htm>>. Acesso em: 11 nov. 2011.

DECLARAÇÃO de Nuevo León, Monterrey, Cúpula Extraordinária de las Américas, Monterrey, México, 2004. Disponível em: <<http://www.summit-americas.org/SpecialSummit/Declarations/Declaration%20of%20Nuevo%20Leon-final-port.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2011.

DECLARAÇÃO de Princípios. Reunião de Cúpula das Américas Miami, 1., 1994, Florida. Disponível em: <<http://www.summit-americas.org/French&Portuguese/Miamidecl-port.htm>>. Acesso em: 11 nov. 2011.

DECLARACIÓN Conjunta entre el Presidente de la República Bolivariana de Venezuela y el Presidente del Consejo de Estado de la República de Cuba para la Creación del ALBA. La Habana, 14 dic. 2004. Disponível em: <<http://www.alianzabolivariana.org/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=2060>>. Acesso em: 11 nov. 2011.

DECLARACIÓN de la VI Cumbre Extraordinaria Del ALBA – TCP, Maracay, Estado Aragua, 24 Jun 2009a. Disponível em: <<http://www.alianzabolivariana.org/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=1984>>. Acesso em: 15 nov. 2011.

DECLARACIÓN de la VII Cumbre de ALBA – TCP. Cochabamba, Bolívia, 17 out. 2009b. Disponível em: <<http://www.alianzabolivariana.org/images/declaracionVIIcumbrealba-tcp.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2011.

DECLARACIÓN de la VIII Cumbre de ALBA – TCP. La Habana, Cuba, 14 dic. 2009c. Disponível em: <<http://www.alianzabolivariana.org/modules.php?name=News&file=article&sid=5726f>>. Acesso em: 20 nov. 2012.

DECLARAÇÃO do Foro de São Paulo. **Atas, resoluções, declarações**: 2001 e 2002. Disponível em: <<http://www.midiasem mascara.com.br/links.php>>. Acesso em 11 set. 2011.

DELGADO, Nelson G. **A agricultura nos planos de desenvolvimento do governo federal**: do Plano Trienal ao III PND. Porto Alegre: FEE 1985.

DRAIBE, Sonia Miriam. As políticas sociais brasileiras: diagnósticos e perspectivas. In: IPEA/IPLAN. **Para a década de 90:** prioridades e perspectivas de políticas públicas. v. 4. Brasília: IPEA/IPLAN, mar. 1990. 196 p.

FALEIROS, Vicente de Paula. Natureza e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social** : módulo 3. Brasília: UNB; CEAD, 2000.

FERNANDES, Florestan. **Revolução Burguesa e Capitalismo Dependente.** In: A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio da Interpretação Sociológica. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. 504 p.

FERMÍN T., E. F. Alternativa bolivariana para los pueblos de nuestra América: ¿la ruptura paradigmática de los modelos de integración? In: **Espacio Abierto:** Cuaderno Venezolano de Sociología, Maracaibo, v. 18, n. 2, p.339-365, abr./jun. 2009. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/122/12211826008.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2011.

FEARNSIDE, Phillip. **Revista Política Ambiental da ONG Conservation International.** Entrevista concedida a ong Xingu Vivo. Jan. 2011. Disponível em: <<http://www.xinguvivo.org.br/2011/01/18/a-usina-hidreletrica-de-belo-monte-em-pauta>>. Acesso em: 03 mar. 2011.

FIORI, José Luis. **Em busca do dissenso perdido:** ensaios críticos sobre a festejada crise do estado. Rio de Janeiro: Insight, 1995. 245 p.

\_\_\_\_\_. Não há vitória do keynesianismo nem abandono da ideologia liberal. **Folha de São Paulo,** São Paulo, 03 maio 2009. Folha mundo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u559190.shtml>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

\_\_\_\_\_. **Notas para uma reflexão sobre a inserção internacional do Brasil e da América do sul, na segunda década do Século XXI.** 2010. Disponível em: <<http://www.amersur.org.ar/PolInt/Fiori1004.htm>>. Acesso em: 05 out. 2011.

FRANCE PRESSE. Grécia pede mais dois anos para cumprir metas de austeridade. **Folha de São Paulo,** São Paulo, 23 jun. 2012. Folha Mundo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1109491-grecia-pede-mais-dois-anos-para-cumprir-metas-de-austeridade.shtml>>. Acesso em: 05 jul. 2012.

FREITAS, Durval Vieira de. **PDF Programa de Desenvolvimento de Fornecedores:** Uma estratégia de sucesso. Vitória: SEBRAE, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real.** São Paulo: Cortez, 1995. 231 p.

FRITZ, T. ALBA contra ALCA: la Alternativa Bolivariana para las Américas: una nueva via para la integración regional em Latinoamérica. **FDCL,** Berlin, abr. 2007. Disponível em: (<http://fdcl-berlin.de/fileadmin/fdcl/Publikationen/ALBA-contra-ALCA-Thomas-Fritz-FDCL-esp.pdf>). Acesso em: 28 set. 2011.

FURTADO, Celso. **Brasil a construção interrompida.** São Paulo: Paz e Terra, 1992. 87 p.

\_\_\_\_\_. **Formação econômica do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Publifolha, 2000. 351 p.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Galeano de Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GARCIA, M. A.; SADER, E. (Org.). **Brasil, entre o passado e o futuro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Boitempo, 2010. 200 p.

GARZON, L. F. Nova. **IIRSA: neoliberalismo físico ou a versão territorial do livre comércio** (2008). Disponível em: <<http://www.correiocidadania.com.br>>. Acesso em: 20 nov. 2011.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e Agricultura no Brasil: políticas agrícolas e modernização econômica brasileira 1960-1980**. São Paulo: Hucitec, 1997. 245 p.

GONÇALVES, Reinaldo. **Redução da desigualdade da renda no Governo Lula Análise comparativa**. 2011. Disponível em: <[http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/reducao\\_da\\_desigualdade\\_da\\_renda\\_governo\\_lula\\_analise\\_comparativa\\_reinaldo\\_goncalves\\_20\\_junho.pdf](http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/reducao_da_desigualdade_da_renda_governo_lula_analise_comparativa_reinaldo_goncalves_20_junho.pdf)>. Acesso em: 12 out. 2011.

GONÇALVES, R. et al. **Vulnerabilidade Externa Estrutural da América Latina**. Texto originalmente preparado para a reunião do Grupo de Trabalho CLACSO "Setores Dominantes na América Latina", 2-3 de abril 2008.

GOMES, Ângela de Castro. **Ministério do Trabalho: uma história vivida e contada**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2007. 376 p.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3. 334 p.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2. 129 p.

\_\_\_\_\_. Os intelectuais e a organização da cultura. 8. ed. Rio de Janeiro-RJ: Civilização Brasileira, 1991. Tradução de Carlos Nelson Coutinho.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1993. 394 p.

\_\_\_\_\_. **O neoliberalismo: histórias e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008. 256 p.

HERVÉ THÉRY. Situações da Amazônia no Brasil e no continente. **Estudos avançados**, São Paulo, vol. 19, n. 53 jan./abr. 2005.

HUBERMAN, Leo. **Historia da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. 286 p.

IAMAMOTO, Marilda V. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis**, Brasília: Abepss, n. 3, 2001.

\_\_\_\_\_; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007. 383 p.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Marx: sociologia**. São Paulo: Ática, 1992. (Coleção Grandes cientistas sociais, 10).

IANNI, Otávio. **Pensamento Social no Brasil**. Bauru: EDUSC, 2004. 366 p.

INICIATIVA PARA A INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA REGIONAL SUL-AMERICANA. **Relatório da Agenda de Implementação Consensual**: 2010. Disponível em: <<http://www.iirsa.org>>. Acesso em: 23 out. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário estatístico**, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário estatístico do município de Belém**: 1997-2005.

\_\_\_\_\_. **Economia Informal Urbana 2003**: Brasil e grandes regiões. Rio de Janeiro, 2005.

\_\_\_\_\_. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro, 2011.

KATZ, Claudio. **A América Latina frente à crise global**. Disponível em: <<http://www.ctb.org.br/site/opiniao/5979-qa-amca-latina-cumpriu-um-papel-de-vanguarda-na-resistencia-contra-o-neoliberalismo-mas-a-crise-atual-projeta-outro-desafio-ocupar-um-papel-avanco-na-batalha-contra-o-capitalismo-este-sistema-responsavel-pelos-descalabros-atuais-e-sua-continuidade-exigiraiores->>. Acesso em: 20 nov. 2011.

\_\_\_\_\_. Latinoamérica: de la reforma a la revolución. In: **Praia Vermelha**: estudos de política e teoria social, Universidade Federal do Rio de Janeiro: Programa de Pós Graduação em Serviço Social, v. 20, n. 2. , 2010a.

\_\_\_\_\_. Socialismo ou novo-desenvolvimentismo. In: CASTELO, R. (Org.). **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010b.

LEAL, Aluizio Lins. **Amazônia**: o aspecto político da questão mineral. Belém, 1988. 311 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional) – Planejamento do Desenvolvimento, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 1988.

LÊNIN, Vladimir. **O imperialismo**: fase superior do capitalismo. Tradução Olinto Beckerman. 4. ed. São Paulo: Global, 1987. 101 p.

LEROY, Jean Pierre; MALERBA, Julianna (Org.). **IIRSA, energia e mineração**: ameaça e conflitos para as terras indígenas na Amazônia brasileira. Rio de Janeiro: FASE, 2010.

LIRA, Sérgio Roberto de Bacury. **Morte e Ressurreição da SUDAM**: uma análise da decadência e extinção do padrão de planejamento regional na Amazônia. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, Universidade Federal do Pará. Belém, 2005. 267 f.

LOPES, Carlos. Novas fraturas, feridas antigas: a revitalização da Agência do Sul. In: DOWBOR, Ladislau; SACHS, Ignacy (Org.). **Riscos e oportunidades**: em tempos de mudanças. São Paulo: Instituto Paulo Freire; Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **A Amazônia no século XXI**: novas formas de desenvolvimento. São Paulo: Empório do Livro, 2009. 279 p.

\_\_\_\_\_. A história social e econômica da Amazônia. In: \_\_\_\_\_. **Estudos e problemas amazônicos: história social e econômica e temas especiais**. Belém: IDESP/ SEDUC. 1988. 208 p.

\_\_\_\_\_; PINTO, J. N. A. A questão fundiária na Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 54, 2005. p. 77-98.

LUKÁCS, Georg. **Ontologia do ser social**: Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MANDEL, Ernest. **A crise do capital**: os fatos e sua interpretação marxista. Campinas: UNICAMP, 1990. 329 p.

\_\_\_\_\_. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 417 p. (Coleção Os Economistas).

MAPA Interativo sobre barragens e suas ameaças na Bacia Amazônica. Disponível em: <<http://www.infraest-energ-sudamerica.org>>. Acesso em: 12 mar. 2011.

MARINI, Ruy Mauro. A crise do desenvolvimentismo. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

\_\_\_\_\_. **Dialética da Dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000a. 295 p.

\_\_\_\_\_. Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil. In: SADER, Emir (Org.). **Dialética da Dependência**. Uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes, 2000b. 295 p.

MARINHO, D. Nolasco C; BALESTRO, M. Villamil; WALTER, M. I. M. T. (Org.) **Políticas públicas de emprego no Brasil**: avaliação externa do Programa Seguro-Desemprego. Brasília: Verbis, 2010. 350 p.

MARTINS, José de S. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984. 134 p.

MATTOSO, Jorge. O Brasil herdado. In: SADER, E.; GARCIA, M. A. (Org.) **Brasil, entre o passado e o futuro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Boitempo, 2010. 197 p.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro I. 27. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. 2 v.

\_\_\_\_\_. **Capítulo VI inédito de O capital**: resultados do processo de produção imediata. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2004.

\_\_\_\_\_. **Formações econômicas Pré-Capitalistas**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

\_\_\_\_\_; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 614 p. Tradução de: Die Deutsche Ideologie.

\_\_\_\_\_. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 134 p.  
MEDEIROS, Leonilde S. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989. 215 p.

MEIRELLES FILHO, João Carlos. **O livro de ouro da Amazônia**: mitos e verdades sobre a região mais cobiçada do planeta. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. 397 p.

MÉSZÁROS, I. **Filosofia, ideologia e ciência social**. São Paulo: Ensaio, 1993. 238 p.

\_\_\_\_\_. **Marx**: a teoria da alienação. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 293 p.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 300 p.

MOTA, Ana Elizabete. Redução da pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico-político ao serviço social brasileiro. In: MOTA, Ana Elizabete. (Org.). **As ideologias da contrarreforma e o serviço social**. Recife: Ed. UFPE, 2010.

\_\_\_\_\_. **O Mito da Assistência Social**: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. 255 p.

\_\_\_\_\_; AMARAL, Ângela Santana do. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **A nova fábrica de consensos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 23-44.

\_\_\_\_\_. Políticas Sociais e Setoriais por Segmento: trabalho. In: CEFESS/ABEPSS/CEAD. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Brasília: UnB;CEAD, 2000.

MOVIMENTO DE ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Energia: Para que? Para quem?** Jan. 2007. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br>>. Acesso em: 10 mar. 2011.

\_\_\_\_\_. **A luta dos atingidos por barragens contra as transnacionais pelos direitos e por soberania energética**. Cartilha 2008. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br>>. Acesso em: 10 mar. 2011.

NASCIMENTO, M. A. Cardoso. O paradoxal desenvolvimento do estado do Pará: Efeitos no social. In: Scherer, Elenise (Orgs.). **Questão Social na Amazônia**. Manaus: Edua, 2009.

OLIVEIRA, Ailton Antônio Baptista de. **Histórico**: Projeto Radam Brasil. Disponível em: <<http://www.projeto.radam.nom.br/historico.html>>. Acesso em: 10 mai. 2011.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Panorama Laboral**. 2011. Disponível em: <<http://oit.org.pe/wdms/bib/publ/panorama/panorama11.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2011.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Trabalho decente nas Américas: uma agenda hemisférica: 2006-2015**. Disponível em: <<http://www.oitamericas2006.org>>. Acesso em: 03 nov. 2011.

PAIM, Elisângela Soldatelli. **IIRSA é esta a integração que nós queremos? Posto Alegre: Núcleo Amigos da Terra**, 2003. 152 p.

PARÁ. **Diagnóstico preliminar para elaboração PPA: 1992-1995**. 1992.

\_\_\_\_\_. Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará. **Análise do Emprego 2009 e Perspectivas para 2010**. Disponível em: <[www.idesp.pa.gov.br/](http://www.idesp.pa.gov.br/)>. Acesso em: 12 out. 2010.

\_\_\_\_\_. Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará. **Dialogo sobre Desenvolvimento: a Lei Kandir e a pobreza no Pará**. IDESP, 2010. Disponível em: <<http://dialogosdesenvolvimento.blogspot.com.br/2010/06/lei-kandir-e-pobreza-no-para.html>>. Acesso em: 15 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. Lei nº 3.853, de 30 de março de 1967. Cria a Fundação do Bem Estar Social do Pará e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Pará**, 31 mar. 1967. Disponível em: <<http://www.alepa.pa.gov.br/alepa/arquivos/bleis/leis087542.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.893, de 25 de dezembro de 1979. Cria a Secretaria de Estado de Trabalho e Promoção Social, SETEPS e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Pará**, 28 dez. 1979. Disponível em: <<http://www.alepa.pa.gov.br/alepa/arquivos/bleis/leis027155.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6.890, de 13 de julho de 2006. Institui o Fundo de Investimento e Combate à Pobreza no Estado do Pará -FICOP e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Pará**, 14 jul. 2006. Disponível em: <<http://www.alepa.pa.gov.br/alepa/arquivos/bleis/leis057321.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. Lei nº 7.027, de 30 de julho de 2007. Altera a denominação e dispõe sobre a reestruturação organizacional da Secretaria Executiva de Estado de Trabalho e Promoção Social, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Pará**, 01 ago 2007. Disponível em: <<http://www.alepa.pa.gov.br/alepa/arquivos/bleis/leis248747.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. Lei nº 7.036, de 14 de setembro de 2007. Institui o Programa “Bolsa-Trabalho” no Estado do Pará e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Pará**, 17 set. 2007. Disponível em: <<http://www.alepa.pa.gov.br/alepa/arquivos/bleis/leis248747.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. **Mensagem governamental**. Pará, 1999.

\_\_\_\_\_. **Relatório de gestão**. Belém, 2010.

\_\_\_\_\_. **Relatório de gestão**. Belém, 2011.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia. **Ações voltadas para a indução do modelo de desenvolvimento, 2007-2010.**

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Renda. **Programa Bolsa Trabalho: PBT.** Belém, 2008.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças. **Mensagem governamental.** Pará, 1990.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Trabalho e Promoção Social. **Relatórios de gestão.** Pará, 1984.

PAULO NETTO, José. Em busca da contemporaneidade perdida: a esquerda brasileira pós-64. In: MOTA, C. G. **Viagem incompleta: A experiência brasileira (1500 – 2000): A grande transação.** São Paulo: SENAC, 2000. p. 219 - 245.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** 4. ed., São Paulo: Cortez, 2005. 165 p.

\_\_\_\_\_. Cinco notas a propósito da “Questão Social”. **Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS,** Brasília, v. 2, n. 3, jan./jul., 2001.

\_\_\_\_\_. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** 10. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 333 p.

\_\_\_\_\_. O Materialismo Histórico como instrumento de análise das políticas sociais. In: NOGUEIRA, F. M. G.; RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon (Org.). **Estado e Políticas Sociais: Brasil - Paraná.** Cascavel: Edunioeste, 2003.

\_\_\_\_\_; BRAZ, Marcelo. **Economia MARINI política: uma introdução crítica.** São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica de Serviço Social, v. 1). 272 p.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **O Colapso de uma aliança de classes.** São Paulo: Brasiliense, 1978. 221 p.

\_\_\_\_\_. **A reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle.** Trabalho apresentado à segunda reunião do Círculo de Montevideú. Barcelona, 25-26 abr. 1997. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/1997/95-ReformaDosAnos90.p.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2011.

PEREIRA, M. da G; GOMES, V. L. B. **Formas de trabalho e desenvolvimento na Amazônia brasileira: a particularidade do Pará.** In: XXVIII Congresso Internacional da ALAS, 2011. Recife. Disponível em: <[http://www.starlinetecnologia.com.br/alas/arquivos/alas\\_GT18\\_Gloria\\_Pereira.pdf](http://www.starlinetecnologia.com.br/alas/arquivos/alas_GT18_Gloria_Pereira.pdf)>. Acesso em: 05 mai. 2012.

PEREIRA, Potyara A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, E. R (Org.). **Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. Tendências e perspectivas do Sistema de Proteção Social Contemporâneo. In: **Seminário de Políticas Sociais: Desafios Contemporâneos**. Campina Grande, mai. 1998. (Fita Transcrita).

PLANO de Ação. Reunião de Cúpula das Américas, 1., 1994, Miami, Florida. Disponível em: <<http://www.summit-americas.org/French&Portuguese/miamiplan-port.htm>>. Acesso em: 22 nov. 2011.

POCHMANN, M. Desempregados do Brasil. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 1980. 249 p.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder e o socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980. 272 p.

PRADO JUNIOR ALMEIDA, Caio Prado. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2006. 390 p.

PRADO, F.; MEIRELLES, M. Teoria marxista da dependência revisitada: elementos para a crítica do novo desenvolvimentismo dos atuais governos latino-americanos. In: CASTELO, R. (Org.). **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório de Desenvolvimento Humano: 2011**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em: 12 fev. 2012.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE FORNECEDORES. **Relatório 2010**. Disponível em: <<http://www.fornecedoresdopara.com.br/new/>>. Acesso em: 03 set. 2010.

RAMOS, C. A. **Notas sobre políticas de emprego**. Brasília: Ipea, 1997. 72 p. (Texto para Discussão, 471).

RAIOL, Domingos Antônio. **Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835**. 2. ed. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970. v. 3. (Série José Veríssimo).

RODRIK, Dani. **Depois do Neoliberalismo: O Quê? Desenvolvimento e Globalização, Desenvolvimento em Debate, 2002**. Disponível em: <[www.bndes.gov.br/conhecimento/livro\\_debate/1-desnv&glob.pdf](http://www.bndes.gov.br/conhecimento/livro_debate/1-desnv&glob.pdf)>. Acesso em: 12 Abr. 2012.

SADER, Emir. Estado e Democracia: os dilemas do socialismo na virada do século. In GENTILI, Pablo; SADER, Emir. (orgs). **Pós neoliberalismo II: Que Estado para que democracia?**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 120 - 130.

\_\_\_\_\_. **A transição no Brasil: da ditadura à democracia?** São Paulo: Atual, 1990. 92 p.

SALUDJIAN, Alexis. Estratégia de desenvolvimento e inserção da América Latina na economia mundial. Os estruturalistas e neoestruturalistas da Cepal: uma abordagem crítica. In: CASTELO, Rodrigo (Org.). **Encruzilhadas da América Latina**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

SAMPAIO JUNIOR, Plínio de Arruda. Imperialismo, reversão colonial e revolução na América Latina. In: CASTELO, Rodrigo (Org.). **Encruzilhadas da América Latina**. Rio de Janeiro: Pão Rosa, 2010;

SANAHUJA, J. A. La construcción de una región: Sudamérica y el regionalismo posliberal. In: CIENFUEGO, M.; SANHAUJA, J. A. (org.): **Una región en construcción: unasur y la integración en América del Sur**. Barcelona: Fundación CIDOB, 2010. Disponível em: <[http://www.cidob.org/es/publicaciones/monografias/interrogar\\_la\\_actualidad/una\\_region\\_en\\_construccion\\_unasur\\_y\\_la\\_integracion\\_en\\_america\\_del\\_sur](http://www.cidob.org/es/publicaciones/monografias/interrogar_la_actualidad/una_region_en_construccion_unasur_y_la_integracion_en_america_del_sur)>. Acesso em: 15 out. 2011.

SANTOS, R. **Historia Econômica da Amazônia: 1800-1900**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980. 358 p.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987. 138 p.

SANTOS, Theotônio dos. **Do Terror à Esperança: auge e declínio do neoliberalismo**. Aparecida (SP): Idéias & Letras, 2004, 568 p.

\_\_\_\_\_. **Imperialismo y dependência**. México: ERA, 1978. 491 p.

\_\_\_\_\_. O novo caráter da dependência: grande empresa e capital estrangeiro na América Latina. In: PEREIRA, Luiz (org.). **Perspectivas do Capitalismo Moderno: leituras de sociologia do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971. p. 185-236. (Biblioteca de Ciências Sociais).

SEN, Amartya. **Desigualdade Reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409 p.

\_\_\_\_\_. Por que é necessário preservar a coruja-pintada. **Folha de São Paulo**. Caderno Mais, São Paulo, 14 mar. 2004.

\_\_\_\_\_. **Sobre ética e economia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 143 p.

SILVA, M. C. **O país do Amazonas**. Manaus: Valer, 2004. 227 p.

SOUZA, Márcio. **Breve historia da Amazônia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 2001. 239 p.

SOARES, L. T. **O desastre social**. Rio de Janeiro: Record, 2003. 121 p.

SPOSATI, A. O. **A menina Loas: um processo de construção da assistência social**. São Paulo: Cortez, 2004. 84 p.

TAVARES, M. C. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. Campinas: IE/Unicamp, 1998a. 160 p. (Coleção 30 anos de Economia).

\_\_\_\_\_. **Ciclo e crise:** o movimento recente da industrialização brasileira. Campinas IE/Unicamp, 1998b. 190 p. (Coleção 30 anos de Economia, 8).

TAVARES, Maria Augusta. O trabalho informal e suas funções sociais. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 21-36, 2010.

\_\_\_\_\_. **Os Fios (in)visíveis da produção capitalista:** informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004. 216 p.

TEIXEIRA, Ana Cláudia C. **Identidades em Construção:** as organizações não governamentais no processo brasileiro de democratização. São Paulo: Annablume; Fapesp; Instituto Pólis, 2003. 207 p.

TRATADO constitutivo da união sul-americana de nações (UNASUL). **Documentos**. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/unasul>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Metodologia da Pesquisa**. Curitiba: IESDE, 2006.

VASAPOLLO, Luciano. **O trabalho atípico e a precariedade**. São Paulo: Expressão, 2006. 113 p.

VENEZUELA. Constituição de 2 de Novembro de 1999. Disponível em: <[http://www.oas.org/juridico/mla/sp/ven/sp\\_ven-int-const.html](http://www.oas.org/juridico/mla/sp/ven/sp_ven-int-const.html)>. Acesso em: 10 nov. 2011.

VIANA, André Rego; BARROS, Pedro Silva; CALIXTRE, André Bojikian (Org.). **Governança global e integração da América do Sul**. Brasília, DF: IPEA, 2011. 318 p.

WILLIAMSON, J.; KUCZYNSKI, P. **Depois do Consenso de Washington:** retomando o crescimento e a reforma na América Latina. São Paulo: Saraiva, 2004. 306 p.

XINGU VIVO. **Jirau de hoje pode ser Belo Monte, Tapajós e Teles Pires de amanhã**. 18 mar. 2011. Disponível em: <<http://www.xinguvivo.org.br/2011/03/18/nota-jirau-de-hoje-e-belo-monte-de-amanha/>>. Acesso em: 12 nov. 2011.

\_\_\_\_\_. **Trabalhadores de Belo Monte iniciam paralisação**. Nov. 2011. Disponível em: <<http://www.xinguvivo.org.br>>. Acesso em: 12 jan. 2012.